



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO FOSSILÍFERO NO ESPAÇO MUSEU:

*Um estudo de caso sobre os processos
de formação e curadoria das Coleções
Paleontológicas pertencentes ao Museu
da Geodiversidade / Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*

Flávia Alessandra da Silva Figueiredo

UNIRIO / MAST – Rio de Janeiro, fevereiro de 2014

SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO FOSSILÍFERO NO ESPAÇO MUSEU:

*Um estudo de caso sobre os processos de
formação e curadoria das Coleções
Paleontológicas pertencentes ao Museu da
Geodiversidade / Universidade Federal do Rio
de Janeiro (UFRJ)*

por

Flávia Alessandra da Silva Figueiredo,
*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professora Doutora ALEJANDRA
SALADINO.

UNIRIO / MAST – Rio de Janeiro, fevereiro de 2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

**SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO FOSSILÍFERO NO
ESPAÇO MUSEU:**

*Um estudo de caso sobre os processos de formação e
curadoria das Coleções Paleontológicas pertencentes ao
Museu da Geodiversidade / Universidade Federal do Rio de
Janeiro (UFRJ)*

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Profª Drª. _____

ALEJANDRA SALADINO

Orientador

(Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – UNIRIO/MAST e Museu da República)

Profº Dr.º _____

MÁRCIO FERREIRA RANGEL

(Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – UNIRIO/MAST)

Profª Drª. _____

MAGALI ROMERO SÁ

(Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz)

Rio de Janeiro, fevereiro de 2014

F475 Figueiredo, Flávia Alessandra da Silva.
Salvaguada do patrimônio fossilífero no espaço museu: um estudo de caso sobre os processos de formação e curadoria das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) / Flávia Alessandra da Silva Figueiredo, 2014.
xi, 249 f. ; 30 cm

Orientadora: Alejandra Saladino.
Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ; MAST, Rio de Janeiro, 2014.

1. Museus - Curadoria. 2. Museologia. 3. Fosseis - Catálogos e coleções. 4. Paleontologia. 5. Museus de ciência. I. Saladino, Alejandra. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais Mestrado em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDD – 069.4

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela oportunidade de estar conseguindo exercer minha escolha profissional com segurança e, assim, ter podido desenvolver esta dissertação.

Aos membros da banca, professores Márcio Rangel e Magali Sá, pela disponibilidade e pelos importantes ensinamentos. E, principalmente, a minha orientadora professora Alejandra Saladino, por ter aceitado fazer parte desta caminhada, pelo apoio, atenção e confiança.

Aos novos amigos do PPG-PMUS, principalmente, a Patrícia Muniz Mendes, Priscila Zurita Ribeiro e Débora de Almeida Rodrigues, pelo apoio, amizade, conversas e troca de importantes informações.

A equipe do Museu da Geodiversidade, principalmente: ao diretor do Museu, professor Ismar de Souza Carvalho, pela atenção e disponibilidade em apresentar a história do Museu e a possibilidade de desenvolver este trabalho; a Cristina Moura Bastos, pelo apoio e ajuda decisiva nos momentos difíceis; as amigas da Paleontologia Helena Nunes Meneghetti e Mônica de Medina Coeli, pelo incentivo, compreensão e troca de experiências profissionais; a Ana Carolina Maciel Boffy, pela ajuda na seleção de referências específicas da área de Paleontologia e pelas dúvidas esclarecidas e a equipe da Paleontologia Isabella Teixeira, Danilo Faro e Ana Luíza Abdenur, pelo apoio, compreensão e amizade.

E, por último, a minha querida família, pelo amor, incentivo, confiança e compreensão nos momentos difíceis e ausentes: Regina Célia, minha mãe; Maria Baraquet, minha avó; Andréa Carla, minha irmã; Bernardinho, meu sobrinho; Therezinha Bichara, minha madrinha e Leandro, meu primo.

RESUMO

FIGUEIREDO, Flávia Alessandra da Silva. **Salvaguarda do patrimônio fossilífero no espaço museu:** um estudo de caso sobre os processos de formação e curadoria das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO / MAST, Rio de Janeiro, 2014. 249p. Orientador: Alejandra Saladino. UNIRIO / MAST. 2014. Dissertação.

A dissertação analisa os processos de formação e curadoria das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade / UFRJ, bem como, sua preservação através da visão museológica. Tem como objetivo demonstrar a importância da contribuição da Museologia, enquanto campo interdisciplinar, na gestão dessas coleções. Discute definições, conceitos e questionamentos específicos da área, como Museus, Coleções, Museus Científicos Universitários, Patrimônios, Memória, Identidade, Musealização e Processamentos Técnicos, além de abordar particularidades da preservação do Patrimônio Fossilífero *ex situ*. A metodologia é baseada na revisão bibliográfica de conceitos e discursos vindos das áreas pesquisadas, como *Museologia, Antropologia, Filosofia, História, Ciência da Informação e Paleontologia*, e na observação direta da pesquisadora sobre o objeto de estudo.

Palavras chave: Museologia; Museu; Coleção; Museu Universitário; Paleontologia; Patrimônio Fossilífero; Curadoria.

ABSTRACT

FIGUEIREDO, Flávia Alessandra da Silva. **Fossile heritage safeguard at the museum space**: a briefcase about the formation and trusteeship process of the paleontological collections belonging to the Geodiversity Museum / Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). 2014. Thesis (Mastership) – Graduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO / MAST, Rio de Janeiro, 2014. 249p. Supervisor: Alejandra Saladino. UNIRIO / MAST. 2014. Dissertation.

The dissertation analyzes the processes of formation and curation of paleontological collections of the Geodiversity Museum / UFRJ, as well as its preservation through the museological point of view. It aims to demonstrate the importance of the Museology contribution, as an interdisciplinary field, in managing these collections. It discusses definitions, concepts and specific questions of the area as Museums, Collections University Scientific Museums, Heritage, Memory, Identify, Musealization and Technical Process, in addition to addressing the particularities of Heritage Fossil preservation *ex situ*. The methodology is based on bibliographic revision of the concepts and speeches coming from researched areas, such as, *Museology, Antropology, Philosophy, History, Information Science and Paleontology*, and the direct observation of the researcher about the studying object.

Key words: Museology; Museum; Collection; University Museum; Paleontology; Fossil Heritage; Curatory.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

A - Anfíbio

ABRACOR - Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais

Ac - Arachnida

Av - Ave

Bi - Bivalve

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

Bq - Brachiopoda

Br - Bryozoa

CAGE - Campanha de Formação de Geólogos

CCMN - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza

Cf - Cephalopoda

CGEN - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

CIMUSET - Comitê Internacional de Museus e Coleções de Ciências e Tecnologia

CN - Cnidária

CNEN – Comissão Nacional de Energia – Nuclear

CNP – Conselho Nacional do Petróleo

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Co - Conchostrácea

CPRM – Serviço Geológico do Brasil

Cr - Crustácea

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

DG – Departamento de Geologia

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

Eq– Echinodermata

F - Fóssil

FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

Gp - Gastropoda

Gr - Graptozoário

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

Ic - Icnofóssil

ICOFOM - International Committee for Museology, ICOM

IcV - Icnofóssil Vertebrado

ICOFOM LAM - Subcomitê Regional do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) para a América Latina e o Caribe

ICOM - International Council of Museums

IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IGEO - Instituto de Geociências

Ins - Insecta

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISS - ICOFOM Study Series

M - Mamífero

MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia

MET - Microscópio eletrônico de transmissão

METAMIG - Metais Gerais S. A.

MEV - Microscópio eletrônico de varredura

MGeo - Museu da Geodiversidade

MME - Ministério de Minas e Energia

MuWoP - Museological Working Papers

P – Peixe

Pb - Paleobotânica

P (d) - Peixe dente

P (e) - Peixe escama

Po - Polychaeta

R - Recente

R - Réptil

R (d) - Réptil dente

SIGEP - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Te - Tentaculata

Tr - Trilobitomorpha

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UB - Universidade do Brasil

UDF - Universidade do Distrito Federal

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UMAC - International Committee for University Museums and Collections

UNB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	Pág.
Introdução	2
Cap. 1 Os discursos envolvendo Museus e Museologia	16
1.1 Origens de Coleções e Museus	18
1.2 Museologia e Museus: uma intrincada relação	35
1.3 Patrimônios e seus desdobramentos	51
Cap. 2 Museus e Coleções Científicas Paleontológicas Universitárias	68
2.1 Museus Científicos Universitários: definições, objetivos, missões, competências e desafios	68
2.2 Geociências e Paleontologia na formação de Coleções Paleontológicas e Preservação do Patrimônio Fossilífero no espaço Museu	91
2.2.1 Musealização de Coleções Geocientíficas/Paleontológicas	107
2.3 Legislação de Proteção do Patrimônio Fossilífero Brasileiro <i>ex situ</i>	113
2.3.1 Instituições Museológicas e a Gestão de Patrimônios	124
Cap. 3 Preservação das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	132
3.1 Processo de Formação	134
3.2 Curadoria Museológica	152
Conclusões	208
Referências	220
Anexo	235

INTRODUÇÃO

O fóssil, compreendido, legalmente, enquanto patrimônio da União necessita ser salvaguardado e investigado da melhor forma possível, para que, com isso, possa cumprir seu papel de testemunho da história e evolução da vida em nosso Planeta. Para tanto, sua preservação pode acontecer em seu local de origem (*in situ*) ou afastado (*ex situ*), ou seja, em espaços oficialmente destinados a esta prática, como os Museus.

Segundo Fernando Gil (2005, p. 41), os museus científicos, tradicionalmente, ligados ao ensino e a pesquisa, datam pelo menos do século XVII, e estão vinculados, sobretudo, ao campo da Medicina e da História Natural. Ao longo do século XIX e primeira metade do XX, as coleções de História Natural, fonte de nossa pesquisa, começaram, gradualmente, a serem enriquecidas e reconhecidas por três grupos de interesse diferentes, os pesquisadores, os estudantes e o público em geral, fazendo com que surgissem, não de forma coincidente, três tipos de coleções no mesmo museu, sobretudo aos ligados a uma universidade: as destinadas ao grande público, ao ensino e as científicas, tão completas quanto as possibilidades de um museu.

As noções, ao longo do tempo, sobre coleções e museus avançaram e novos sentidos e valores foram a elas atribuídas. Portanto, as primeiras definições fogem, em muito, dos atuais objetivos e missões vinculados a essas categorias. Neste sentido, estudar coleções paleontológicas pertencentes a um espaço universitário é poder, antes de tudo, avaliar essas transformações diante da história e as novas possibilidades passíveis dessas relações.

Com isso, o Museu da Geodiversidade pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é analisado como exemplo dessas novas relações e transformações acontecidas no mundo das coleções, museus e patrimônios e como sendo esse espaço autorizado e responsável pela proteção e gestão de suas coleções paleontológicas, centro de nossa pesquisa, longe de seu sítio natural.

O Museu da Geodiversidade é um espaço que busca uma conexão das geociências com os fenômenos naturais vinculados a história geológica da Terra. Possui, aproximadamente, um acervo de 20.000 peças, englobando minerais, rochas, solos e fósseis, sendo que, a presença deste último, representa a formação da terceira maior coleção desta espécie no país, ficando atrás somente do Museu Nacional / UFRJ e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Além de possuir fotografias, instrumentos de uso em geociências, livros, mapas e documentos em geral. O Museu conta com materiais de extrema raridade e importância, como

holótipos de fósseis brasileiros, ou seja, tipo de referência científica, e determinados minerais e rochas, do mesmo valor. Porém, a existência do Museu da Geodiversidade, enquanto um local de caráter museológico, é relativamente recente, de 2007 apenas, contudo, a história de formação e preservação de suas coleções é bem mais antiga, estando vinculada diretamente a memória da Universidade e a implementação de seus cursos afins.

Neste sentido, avaliando diretamente nosso objeto de estudo, ou seja, as coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade, percebemos que, por durante muitos anos, a gestão dessas coleções, foi vista apenas pelo olhar de cientistas ligados à Paleontologia, e, somente, a partir de 2009, com a entrada das primeiras museólogas concursadas, essa visão começou a tomar novos horizontes, abrindo-se, por exemplo, para debates em torno de conceitos até então não explorados, como: museus científicos, coleções museológicas, patrimônio, memória, identidade, entre outros.

Até então, as coleções eram formadas, organizadas e disponibilizadas, prioritariamente, para o atendimento de pesquisadores especializados da área em questão, fato comum em instituições científicas universitárias. A entrada de duas museólogas a partir de 2009 (2009 e 2010) e mais duas nos anos posteriores (2012 e 2013), aliada ao pensamento diferencial e preservacionista por parte, principalmente, do atual Diretor do Museu da Geodiversidade e do Instituto de Geociências da UFRJ, Professor Doutor Ismar de Souza Carvalho, Geólogo e Paleontólogo, fez, com que, pela primeira vez, fosse visto como necessário o desenvolvimento de um trabalho consistente na área de Museologia.

Portanto, tem ocorrido, gradualmente, um avanço em relação às necessidades de preservação e comunicação deste acervo de acordo com a nova realidade instituída. Um exemplo concreto foi à reinauguração e readaptação, em 2011, da exposição de longa duração, denominada *Memórias da Terra*, do Museu da Geodiversidade.

Porém, essa mudança de pensamento parece não ter acompanhado, pelo menos no primeiro momento, a comunidade acadêmica inserida, principalmente, em relação à aceitação da necessidade de se ter no quadro permanente de funcionários do Instituto de Geociências, profissionais com formação em Museologia para auxiliarem na gestão de tais coleções. O entendimento, por parte da grande maioria dessa comunidade, é que essas preocupações museológicas, como, um trabalho

sólido de conservação, documentação e comunicação, por exemplo, deveriam estar voltadas apenas para o acervo que está exposto, considerando, neste sentido, somente a exposição como parte integrante do Museu da Geodiversidade. As coleções não expostas, não necessitariam, com esse pensamento, de um tratamento especializado da Museologia.

Dentro do Instituto de Geociências existem várias salas e departamentos possuidores de coleções que são mantidas independentemente da proposta e temática apresentadas pelo Museu.

Desta maneira, atualmente, somente as Coleções de Paleontologia, mais especificamente as ligadas ao Laboratório de Macrofósseis, administradas diretamente pelo Prof. Ismar Carvalho e mais recentemente as de Mineralogia, são reconhecidas como parte do Museu e tratadas museologicamente, devida a presença de profissionais especializados da área. As coleções paleontológicas, pioneiras neste sentido, talvez tenham se tornado referência neste tipo de trabalho, dentro do Instituto de Geociências, por serem, justamente, integrantes da área de pesquisa do diretor e idealizador do Museu, não por um ato centralizador, mas exatamente ao contrário, por uma preocupação preservacionista, em certa medida, ainda não despertada totalmente em outros profissionais responsáveis pela salvaguarda de coleções desta natureza. Mesmo com a entrada das duas primeiras Museólogas, estas coleções paleontológicas receberam por pouco tempo o trabalho direto destas profissionais, principalmente, pela complexidade das variadas necessidades e atividades do Museu como um todo, dentre elas, a principal missão a ser concluída, a reinauguração da exposição.

Portanto, o Museu da Geodiversidade é composto pelos seguintes setores: uma exposição de longa duração, duas reservas técnicas de referência (coleções paleontológicas – macrofósseis, pois as coleções de microfósseis ainda hoje não integram essa reserva e as coleções mineralógicas) e outro setor responsável, entre outros, pela elaboração e execução de atividades educativas e a divulgação do Museu. No entanto, essa simples divisão por setores, tem desmembrado e tornado heterogêneas as atividades pertencentes ao Museu, o que acaba refletindo diretamente no planejamento e execução de seus processamentos técnicos. Neste sentido, cada setor é o responsável pela instauração de seus próprios métodos e ações, não havendo uma integração com as outras unidades e ao pensamento do Museu como um todo.

A presente pesquisa, através da análise do trabalho de curadoria realizado em um desses setores, ou seja, a reserva técnica (material não exposto) com coleções paleontológicas pretende não apenas desempenhar uma abordagem individualizada, setorizada, mas uma abordagem que vincule, definitivamente, essas coleções ao mundo dos museus e a proposta do Museu da Geodiversidade.

Em 2012, através de concurso público, mais um profissional de Museologia foi convocado a compor o quadro de funcionários permanentes do Museu da Geodiversidade. Neste momento, assumo como museóloga, única vinculada à reserva técnica das coleções de microfósseis do Instituto de Geociência, já que as outras profissionais da área exercem suas atividades em outros setores do Museu, com a função de trabalhar na assistência a curadoria destas coleções sob a coordenação do atual Diretor do Museu e do Instituto de Geociências e também curador Professor Doutor Ismar Carvalho. Neste momento, encontro-me em duas posições distintas, enquanto funcionária, responsável pela gestão museológica das coleções em questão, preocupada em atender e contrabalancear as necessidades teóricas e práticas das duas principais áreas envolvidas, Museologia e Paleontologia, e enquanto pesquisadora, enxergando de forma crítica e analítica a visão da Museologia na assistência a curadoria destas coleções.

As dificuldades encontradas são enormes, principalmente, em relação ao posicionamento da maioria dos pesquisadores sobre a real necessidade de um trabalho especializado na área de Museologia. Com isso, surgem dentro deste contexto, os primeiros debates e divergências não somente relacionados à curadoria técnica daquelas coleções, mas, também, em relação à conceituação de alguns termos básicos, como: museus, coleções, patrimônios, memória, identidade e preservação.

Podemos confirmar a importância do patrimônio do Museu da Geodiversidade em uma entrevista dada pelo Professor Ismar Carvalho.

Reinaugurado em setembro, esse museu é único no mundo que trata de rochas, solos e substratos terrestres e de como eles influenciam o desenvolvimento da vida em nosso planeta. Está na mostra, por exemplo, um estromatólito – conjunto de estruturas fossilizadas produzidas por algas verdes e azuis (cianobactérias) – com mais de uma tonelada. "Estas bactérias são responsáveis pelo aumento expressivo do oxigênio na atmosfera terrestre, o que possibilitou a explosão da vida no planeta", explica Ismar Carvalho, paleontólogo e um dos idealizadores do museu, instalado na UFRJ. Haverá ainda informações sobre a origem de rochas e minerais, como um geodo de ametista de 2,5 toneladas, incrustado com cristais de mais de cinco

centímetros. Esqueletos de dinossauros e outros animais pré-históricos também farão parte da exposição. Ismar chama a atenção para a reconstituição do crânio do crocodilo gigante Purussaurus brasilienses. "Encontrado no Acre, ele chegava a ter 18 metros de comprimento. É até hoje o maior crocodilo já encontrado na Terra", complemento (MGeo)

O objetivo básico de qualquer museu é estar a serviço da sociedade e seu desenvolvimento, preservando testemunhos materiais e imateriais para a fruição e aproveitamento de presentes e futuras gerações. Para tanto, o Museu da Geodiversidade, mesmo estando inserido em uma estrutura universitária, não deve fugir a essa regra, principalmente, pela importância que representa nos estudos da evolução da vida no Planeta Terra e sua incisiva contribuição no avanço científico, social, cultural, econômico e cultural, representando assim, a conseqüente preservação de um patrimônio comum a todos.

Portanto, a presente pesquisa é concentrada na salvaguarda do patrimônio fóssil dentro dos espaços museológicos, tendo como análise prática os processos de formação e gestão, através da contribuição da Museologia, das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade / UFRJ. Desta maneira, e de forma a desenvolvermos o estudo e trabalharmos a importância dessa visão museológica, além de abordarmos as particularidades das coleções científicas em questão (Paleontologia), inevitavelmente, tivemos que nos apoiar em alguns conceitos importantes para a Museologia, que permeiam todos os debates, tais como: *Museus, Museologia, Musealização, Coleções, Curadoria, Patrimônios, Preservação, Memória, Identidade, entre outros*. Neste contexto, fundamentados teoricamente, apresentamos algumas breves definições importantes para o desenvolvimento do tema proposto ao presente Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

Atuar como Museólogo em um museu científico nunca foi uma tarefa fácil, pelo menos é o que indica a prática profissional, principalmente, por encontrarmos divergências sobre a real necessidade de introduzirmos nossa técnica profissional nestes ambientes. E, quando esse museu ainda é universitário, parece que mais intrincada ainda se torna essa missão, por também nos depararmos com outros fatores não menos importantes, como, por exemplo, a disponibilização de acervo para uso e pesquisa de trabalhos acadêmicos em que a preocupação preservacionista nem sempre prevalece.

De acordo com a definição de museu consignada nos estatutos do ICOM, estas instituições destinam-se à aquisição, conservação, investigação e comunicação, com a finalidade de estudo, educação e divertimento, de testemunhos materiais dos povos e do seu meio

ambiente. Porém, os museus científicos têm especificidades próprias que realçam algumas destas funções ou introduzem outras novas. Por outro lado, estes museus desenvolvem atividades e conteúdos em resposta às mutáveis solicitações do contexto envolvente: do Estado, da instituição escolar, das universidades, do sistema científico, etc. Algumas das funções que presidiram à criação deste tipo de museu deixam de ter relevância, outras adquirem maior peso perante as insuficiências de outras instituições (DELICADO, Ana 2004, p. 3).

Além das naturais dificuldades impostas pela complexa relação museu-universidade, que ainda se encontra em fase de amadurecimento, e em que a missão de um nem sempre se iguala aos objetivos da outra, e dos problemas comuns inerentes ao estabelecimento e fortalecimento de instituições recém-criadas, também encontramos nesses espaços a dificuldade de delimitarmos na prática profissional, conforme competências legais e estabelecidas, as atribuições dos atores envolvidos em sua dinâmica, como: o curador, o assistente de curadoria e o técnico em acervo. Desta maneira, engloba-se aí a delimitação da função do museólogo e as especificações de sua contribuição e, conseqüentemente, da Museologia, para a curadoria de tais coleções.

Complementando o que foi dito anteriormente, destacamos também, a existência de algumas lacunas no que concerne a adaptação de instituições museologicamente instituídas aos mecanismos legais do setor em questão. Para tanto, é fundamental conhecermos essas medidas para que possamos estabelecer as melhores diretrizes de atuação de acordo com suas especificidades e necessidades.

Desta maneira, compreendemos as diferenças impostas pelos objetivos e preceitos de cada situação encontrada, que devem ser pensadas de acordo com seus dispositivos legais específicos, como: a gestão de coleções científicas e/ou universitárias visitáveis, porém, não musealizadas; coleções científicas e/ou universitárias musealizadas; instituições universitárias; instituições universitárias portadoras de museus; instituições universitárias e patrimônios, etc. Portanto, entendemos ser de grande relevância a delimitação de nosso campo de pesquisa, bem como, de nossa área de atuação, deixando claro que, nossos esforços, aqui presentes, concentram-se nas características exclusivas das instituições possuidoras de caráter museológico.

Portanto, a presente pesquisa é baseada nas características especiais que coleções científicas universitárias adquirem ao entrarem para o mundo dos museus. Com isso, enfocamos na responsabilidade da Museologia na tarefa de intermediar mundos e questionamentos até então compreendidos isoladamente, mas que se

tornam intrinsecamente ligados quando ocorrem dentro desses espaços museais, como: *Museologia e Paleontologia; coleções e universidades; coleções científicas e preservação; preservação e uso acadêmico; acesso universal e controle no acesso; entre outros.*

Para tanto, partilhamos do princípio de que, no espaço museu, o trabalho interdisciplinar é a característica básica para o desenvolvimento eficaz das atividades propostas, dependendo das particularidades encontradas. Diana Farjalla Correia Lima (2008, p. 2), pesquisadora e museóloga brasileira, analisa bem essa relação interdisciplinar da Museologia com outras áreas do conhecimento, abordando a questão do “*conhecimento fronteiriço*”, ou seja, confluências entre áreas de conhecimento comuns, destacando a categoria “objeto fronteiriço” (referindo-se aos espaços que detém a qualidade geradora, o “repositório”, entre eles os museus, arquivos e bibliotecas).

O repositório é terreno comum para exercício de campos diferentes no qual se desenvolvem comunidades híbridas. Espaço misto de interlocução, de ordem heterogênea, os objetos fronteiriços (entidades) são interpretados sob a perspectiva de estratégias que marcam zonas (de negociação) comuns da ação interdisciplinar (LIMA, 2008, p. 2).

Reforçando a idéia brevemente apresentada, o museu é, então, compreendido como ponto de confluência entre diversas áreas do conhecimento, onde a existência de campos diferentes deve existir em prol de uma melhor valorização de seus conteúdos. Neste caso, a Museologia não é empregada como sendo uma ciência mais perfeita do que a outra, a sua presença não anula e/ou enfraquece o conhecimento de outras. Portanto, o desenvolvimento da dissertação, visa apenas demonstrar a importância da contribuição da Museologia, bem como, do profissional museólogo, na curadoria de coleções presentes em espaços naturalmente delimitados e fechados em suas áreas do conhecimento.

E, conforme comentado, análises de contextos museais e mais especificamente curatoriais, fazem parte do estudo apresentado. Neste contexto, Maria Cristina Oliveira Bruno (2008, p. 18) nos mostra que a história dos museus testemunha, há pelo menos quatro séculos, o surgimento das atividades curatoriais em torno das ações de seleção, estudo, salvaguarda e comunicação das coleções e dos acervos. A autora ressalta ainda que tais ações curatoriais carregam em sua essência as atividades de observar, coletar, tratar e guardar que, ao mesmo tempo, implicam em procedimentos de controlar, organizar e administrar, que variam de

acordo com as particularidades de cada coleção e espaço encontrados. Particularidades e conceitos estes apresentados e discutidos ao longo da dissertação e que caracterizam o trabalho específico da área museológica.

Ainda parte desse contexto museológico, aqui avaliado e evidenciado, destacamos a importância do conhecimento e análise de seu processo mais característico e evidente e que o torna específico da área em questão, ou seja, o processo de musealização. O ato de o objeto entrar no espaço museu; fazer parte de uma nova conjuntura; sofrer tratamentos específicos da área, como, conservação, documentação, pesquisa e comunicação, visando a sua adequada preservação e divulgação; fazendo, com isso, que passe por um processo de perdas e ressignificações, dando-lhe possibilidades de novas relações, é o que denominamos musealização, que é, também, acima de tudo, um ato de valoração.

A proposta, então, encontra-se focada em mostrar a necessidade do trabalho museológico nas atividades de curadoria e, conseqüentemente, preservação das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade / UFRJ, analisando termos e conceitos importantes ao entendimento da área e do contexto em geral.

OBJETIVOS

Geral

- Demonstrar como a Museologia pode contribuir nas atividades curatoriais de preservação das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ.

Específicos

- Demonstrar a importância dessas coleções como patrimônio de todos;
- Analisar as especificidades da curadoria museológica, comparando teoria e prática profissional;
- Identificar os desafios de um museólogo, exercer na prática, suas funções técnicas em um museu científico universitário;

- Analisar as atribuições, de acordo com competências legais e estabelecidas, dos atores envolvidos;
- Demonstrar a importância da disciplina Museologia na gestão desse patrimônio.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

A pesquisa está fundamentada, principalmente, na revisão bibliográfica, incluindo documentos legais e vigentes do campo analisado e observação direta da pesquisadora sobre o objeto de estudo (coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade / UFRJ).

São abordados importantes definições, conceituações e discursos sobre as áreas investigadas como, *Museologia, Antropologia, Filosofia, História, Ciência da Informação e Paleontologia*, essenciais ao entendimento do exemplo prático proposto.

A divisão dos capítulos foi pensada de modo a apresentar os conteúdos de forma macro para micro, ou seja, começar das definições gerais para depois aplicá-las a um estudo de caso específico. Neste sentido, partimos da abordagem envolvendo, principalmente, a problemática da preservação do patrimônio fossilífero dentro do espaço museu, até a análise dos processos de formação e curadoria das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade / UFRJ que envolvem, de certa forma, todos os itens analisados anteriormente.

No primeiro capítulo, de modo a analisar e evidenciar os discursos específicos das áreas em destaque, ou melhor, da Museologia e do Patrimônio, no meio acadêmico-científico o qual se direciona, ou seja, a Paleontologia, são abordados questionamentos gerais sobre *Museus, Coleções, Patrimônios, Museologia, Preservação, Memória e Identidade*. Desta maneira, possibilitamos a abordagem de temas relevantes e fundamentais para o perfeito entendimento dos conceitos vinculados ao mundo dos Museus e da Museologia e que, de certa forma, são desconhecidos, devido a sua especialização, nesse meio científico trabalhado. Para tanto, destaca-se, entre outros, o enfoque dado ao processo de afirmação da disciplina Museologia enquanto ciência responsável pela gestão de coleções e museus.

Após este primeiro desdobramento, os resultados obtidos acima são unidos às necessidades de estudo sobre um tipo específico de museus e coleções, ou seja, museus científicos paleontológicos universitários. Neste sentido, são abordados temas, como: *Museus Científicos Universitários*, onde são analisados, entre outros, definições e objetivos particulares a essa tipologia; *Geociências e Paleontologia na formação de coleções paleontológicas e preservação do patrimônio fossilífero dentro do espaço museu*, onde, através da abordagem dos processos de fossilização e do papel dessas áreas específicas do conhecimento, é demonstrada a importância desses materiais enquanto patrimônio comum a todos, bem como, o processo de formação e preservação desse patrimônio dentro do museu, onde aí, é apresentado também, um pequeno histórico sobre as mais relevantes e atuantes instituições do país na proteção desses acervos; *Musealização de coleções geocientíficas/paleontológicas*, onde são, neste sentido, estudados os processos de musealização, ou seja, os caminhos percorridos pelo objeto ao entrar no novo mundo, destacando-se também as especificidades do acervo trabalhado e, por último, *Preservação e Legislação do Patrimônio Fossilífero ex situ*; onde são avaliados, ao longo da história, os mecanismos legais de proteção a esse patrimônio longe de seu local de origem.

Já o último capítulo é reservado ao estudo de caso sobre os processos de formação e curadoria e, conseqüentemente, preservação das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde nos baseamos em todos os conceitos, discursos e mecanismos legais apreendidos com o desenvolvimento dos capítulos anteriores. Desta forma, o dividimos em dois momentos específicos:

No primeiro, analisamos o processo de formação dessas coleções paleontológicas, ligando sua história aos desdobramentos sociais, culturais, políticos e econômicos vivenciados não apenas pela estrutura universitária a que pertence, mas ao contexto do país como um todo. Com isso, foi necessário trabalharmos também, com o processo de criação e fundação do Museu da Geodiversidade, ou seja, o espaço autorizado a ser o guardião oficial dessas coleções. No entanto, tivemos que pesquisar ainda, os motivos pelos quais tal Museu e suas coleções puderam ser criados, formados e preservados em um espaço considerado, a priori, não tradicional e reconhecido a desenvolver tais práticas dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste sentido, foi necessário buscarmos apoio nos mecanismos legais do

campo estudado, como o Estatuto de Museus (Lei Nº 11.904/2009), apresentados no capítulo anterior e amadurecidos no presente.

Já, no segundo momento, nos voltamos ao estudo dos processamentos técnicos utilizados em curadoria, sob a visão e contribuição da Museologia. Para tanto, foi necessário, dentro deste contexto, analisarmos também, as atribuições, de acordo com as competências legais e estabelecidas, dos atores envolvidos em sua gestão, bem como, enfocarmos na contribuição e no papel específico do profissional museólogo. Portanto, partindo de uma análise teórica, legal e prática, através da observação direta da pesquisadora sob o objeto de estudo, elaboramos um conjunto de estratégias e/ou ações que nortearam e especializaram as discussões: *Conservação / Restauração; Documentação; Seleção / Aquisição / Descarte / Doação; Processamento Técnico; Pesquisa; Acesso / Disseminação; e Segurança*. Porém, antes de avançarmos, reforçamos mais uma vez que, a análise sobre as particularidades da gestão encontradas nas referidas coleções paleontológicas, bem como, no Museu da Geodiversidade como um todo, são frutos das observações da pesquisadora, principalmente, enquanto museóloga do espaço e envolvida diretamente em sua dinâmica.

Vale à pena destacar a diferenciação feita nesta dissertação entre acervo e coleção. Acervo é empregado no sentido maior, de englobar todas as coleções, ou seja, as coleções paleontológicas fazem parte do acervo do Museu da Geodiversidade, ou, as coleções paleontológicas estudadas (macrofósseis, organizadas em aproximadamente 25 coleções e divididas por classe, como, por exemplo, coleção de peixes, coleção de mamíferos, coleção de répteis, etc) fazem parte do acervo de Paleontologia, que, neste caso, engloba coleções de macrofósseis e coleções de microfósseis. Portanto, nossa pesquisa é direcionada a esse conjunto de coleções paleontológicas pertencentes ao Laboratório de Macrofósseis e ao Museu da Geodiversidade / UFRJ.

A metodologia de trabalho está teoricamente fundamentada a partir da contribuição da legislação específica e vigente do campo analisado, como o Estatuto de Museus (Lei Nº 11.904/2009) e, principalmente, dos seguintes autores: Michel Foucault, no entendimento sobre a ordem dos discursos; Krzysztof Pomian, na compreensão dos diversos sentidos que unem mundo material e imaterial, assim como, objetos, museus e homem; Tereza Scheiner, na análise sobre os processos de desenvolvimento e afirmação da Museologia enquanto campo teórico e científico; José

Reginaldo Gonçalves e Regina Abreu, nos desdobramentos sobre patrimônios; Fernando Gil e Alice Semedo, na abordagem das especificidades envolvendo museus universitários; Rita Cassab, nos processos de fossilização e sua importância; Ismar de Souza Carvalho, no histórico de formação das estudadas coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade e nas particularidades da curadoria paleontológica; Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro e José Mauro Matheus Loureiro nos processos de musealização e Helena Ferrez e Diana Farjalla Correia Lima, na importância da documentação e da informação em museus. Além de manuais específicos sobre os processamentos técnicos realizados na preservação de coleções museológicas.

QUESTÕES

- Quais as atribuições, de acordo com as competências legais e estabelecidas, dos atores envolvidos na gestão e, conseqüentemente, preservação das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade / UFRJ.
- Qual a contribuição da disciplina Museologia e do profissional museólogo na curadoria de tais coleções?
- Qual a missão e o os objetivos do Museu da Geodiversidade?
- Quais as competências e responsabilidades de coleções científicas universitárias musealizadas?

RESULTADOS ESPERADOS

Sensibilizar a comunidade acadêmica científica envolvida na dinâmica de trabalho do Museu da Geodiversidade / UFRJ, sobre a importância da contribuição da Museologia na curadoria dessas coleções paleontológicas.

CONSIDERAÇÕES

A adequada preservação de coleções científicas universitárias integrantes de uma estrutura museológica, necessita de metodologias próprias, bem definidas e em concordância com a legislação vigente, para que, o Museu a que está vinculado, possa cumprir seus objetivos e missões socioculturais estabelecidos. Para tanto, a Museologia se caracteriza como sendo a área específica da ciência capaz de intermediar e melhor administrar uma gama de enormes e possíveis relações entre conhecimentos e mundos diferentes dentro de um mesmo espaço, ou seja, o museu.

A análise particular das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade / UFRJ nos possibilita vivenciar, na prática, as dificuldades e as complexidades encontradas diante desta intrincada relação envolvendo universidades e museus, cujos objetivos e interesses nem sempre são partilhados no mesmo nível. Portanto, a presente análise é apenas uma porta de entrada para o aprofundamento de questionamentos semelhantes e aqui iniciados, como: *universidades e patrimônios; coleções / museus científicos e coleções / museus científicos musealizados; gestão de patrimônios universitários; museus universitários e ética; comunicação e divulgação científica, entre outros.*

CAPÍTULO 1

Os discursos envolvendo Museus e Museologia

1. Os discursos envolvendo Museus e Museologia

Falar de Museus e Museologia é uma tarefa complexa e extensa, pois envolve além da análise dos conceitos básicos, a definição e a contextualização de conteúdos a eles interligados como, coleções, patrimônios, memória e identidade. São conceitos ou discursos, assim como qualquer outro, com significados amplos e múltiplos, que estão associados a uma fala ou campo específico do conhecimento. Para tanto, antes de avançarmos é fundamental abordarmos, mesmo que brevemente, as características envolvendo as particularidades de um discurso produzido e disseminado em nome de uma possível verdade.

De acordo com Michel Foucault (1996), em sua obra *“A Ordem do Discurso”*, a produção do discurso pela sociedade é controlada, administrada e redistribuída por meio de situações que *têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade* (FOUCAULT, 1996, p. 9). O discurso em sua visão, não é apenas a tradução de sistemas de dominação, é o objeto de desejo por aquilo que se luta e, neste sentido, o autor trabalha com as diferentes vozes da sociedade, como os excluídos e os marginais, por serem os representantes legítimos da crise social. Para tanto, o autor aponta que em nossa sociedade existem mecanismos de exclusão através dos discursos, exercidos de modo exterior, mas também aponta a existência de procedimentos internos de controle desses discursos, como o comentário. *O comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro.* (FOUCAULT, 1996, p. 25). Para o autor, existem também outras formas de controle dos discursos, como aquelas que estabelecem determinadas regras aos indivíduos e onde a eles nem sempre é dado acesso as regiões dos discursos de forma igualitária, posicionando-o no meio ambíguo de um jogo de segredo e divulgação. A comunicação é vista como a forma positiva nos sistemas de exclusão, mas o ritual é sempre a mais visível, sendo definido como a *“qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (...); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso”* (FOUCAULT, 1996, p. 39). As sociedades do discurso têm como meta principal produzir, conservar e ou redistribuir discursos com regras restritas e em espaços delimitados, sendo a educação, para o autor trabalhado, um exemplo de apropriação social dos discursos, pois possui saberes e poderes suficientes para

mantê-los e ou modificá-los. Em suma, para uma eficiente análise, é essencial reconhecermos que os discursos são portadores de práticas descontínuas e que significações prévias são altamente perigosas.

As noções fundamentais que se impõem agora não são mais as da consciência e da continuidade, não são também as do signo e da estrutura. São as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhe são ligadas; regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação (FOUCAULT, 1996, p. 56).

Através de Foucault, compreendemos essa complexidade envolvendo os discursos e suas conceituações, e partimos da premissa que não existem definições inteiramente delimitadas e verdades incontestáveis, são apenas pontos de vista que dependem das especificidades tanto do emissor quanto do receptor. Para tanto, analisamos os conteúdos mencionados a partir da visão de áreas correlatas e afins do pensamento, como as ciências sociais e humanas.

Ao considerarmos Museus e Museologia conceitos / discursos intrínsecos, a partir desta relação, podemos admitir uma série de possibilidades. Podemos ter coleções e museus científicos, artísticos, históricos, bem como, considerar espaços como jardins zoológicos, botânicos, aquários, planetários, parques, entre outros, como partes integrantes do contexto museológico, ora tidos como tradicionais, exploratórios, virtuais e ou territoriais. Para tanto, a Museologia é tratada aqui como a área do conhecimento científico indicada para estudar e interpretar as diversas relações possíveis entre estes conceitos mencionados e estritamente interligados.

Neste primeiro capítulo é apresentada, inicialmente, uma visão geral sobre os aspectos básicos e necessários para o entendimento da dissertação, todos enfatizados em conceitos que permeiam o mundo dos Museus e da Museologia. Para tanto, é ressaltada a história e o contexto de formação e criação de coleções e museus, com seus usos e representações; a importância social, cultural, política e educacional na preservação de um bem elevado à categoria de patrimônio e a contribuição e evolução da Museologia, enquanto disciplina acadêmica científica, responsável pela gestão desta área do conhecimento.

Partindo de uma visão macro para micro, são debatidas, neste primeiro momento, como já mencionado acima, considerações gerais e fundamentais ao entendimento dos questionamentos propostos, principalmente, por se tratar de uma pesquisa que é analisada por duas áreas do conhecimento, Museologia e Paleontologia. Destacamos ainda, a importância desta análise inicial para a perfeita compreensão dos principais conceitos utilizados e debatidos em Museologia e

Patrimônio para este específico campo de estudo, na maioria das vezes, não familiarizado com estes tipos de informações.

Seguindo esta linha, deixamos para os capítulos subsequentes, a análise de conteúdos específicos necessários ao entendimento e aprofundamento do tema, tais como: coleções e museus científicos universitários; coleções paleontológicas e patrimônio fossilífero; preservação e musealização e curadoria museológica.

1.1 Origens de Coleções e Museus

Coleções e Museus são conceitos que se relacionam mutuamente e que estão sempre voltados ao contexto sociocultural da época em que foram pensados, imaginados, formados e ou valorados. Sem esquecermos de que são frutos diretos da produção e evolução humana, fatos que os tornam complexos e dinâmicos por natureza.

Todos nós possuímos interesses diversos em acumular objetos que variam de acordo com cada fase de nossas vidas. Seja por motivos particulares ou coletivos, para recordar determinado acontecimento, lugar e ou uma pessoa específica, demonstrando assim, nossos laços emocionais e racionais com a história. A prática de colecionar objetos, bem como, armazená-los e transformá-los em acervos é bem antiga, porém, ainda muito presente nos dias de hoje. E o fato de guardarmos apenas o que nos é interessante, partindo do pressuposto, que ninguém acumula todos os objetos que passam por suas vidas, demonstra que todos nós aplicamos critérios de seleção, organização e exposição de nossos *bens* que estão, inevitavelmente, ligados a nossas memórias mais profundas.

De acordo com Krzysztof Pomian (1984, p. 51-86), qualquer objeto ou artefato, pode figurar em uma coleção particular ou em um museu. Passando pelas mais variadas coleções, desde as mais populares as mais eruditas, tal prática vai além do status econômico e ou social. Segundo o autor, coleção pode ser a sim definida:

Qualquer conjunto de objetos, naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado, preparado para este fim, e exposto ao olhar do público pela instituição que os abriga ou por seu proprietário. (POMIAN, 1984, p. 53).

Se se tentasse fazer o inventário do conteúdo de todos os museus e de todas as coleções particulares, mencionando apenas uma vez cada categoria de objectos que aí se encontram, um livro grosso não seria suficiente. Só em Paris, existem, ao que parece, cento e cinquenta museus: existem museus de arte, evidentemente, mundialmente conhecidos, mas também os «del 'Armée», «de la Chasse et de la Nature», «du Cinéma», «de La Contrefaçon», «de la Franc-Maçonnerie», «de l'Histoire de France», «de l'Histoire Naturelle», «de l'Homme», «des Lunettes et des Lorgnettes de jadis», «de la Marine», du Phonographe, de la Parole et du Geste», «de La Serrurerie», «de La Table», des Techniques, para citar apenas alguns. Quanto às coleções particulares, deparam-se-nos os objectos mais inesperados que, pela sua banalidade, pareceriam incapazes de suscitar o mínimo interesse. Enfim, pode-se constatar sem risco de errar que qualquer objecto natural de que os homens conhecem a existência e qualquer artefacto, por mais fantástico que seja, figura em alguma parte num museu ou numa coleção particular (POMIAN, 1984, p. 51).

Segundo Pomian, os objetos ao entrarem no mundo dos museus perdem seu valor de uso e é, justamente, através desta perda, que há uma consagração elevando-os a status de objetos de coleção. Porém, existe um paradoxo, se por um lado, são mantidas temporariamente ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, por outro, são submetidos a uma proteção especial, encarados desta maneira como objetos preciosos, ou seja, segundo o autor, a contradição está aí, têm valor de troca sem terem valor de uso. Como se poderia atribuir valor de troca se compram não para serem usados, mas para serem vistos? Para Pomian, é claro que daí pode-se ver também um uso, muito particular, mas corre-se o risco de o próprio termo “uso” deixar de possuir seu significado inicial ou qualquer outro a ele atribuído. Na realidade, o fato de diferenciar todos os usos de um objeto em relação a um objeto de coleção parte da necessidade de considerarmos que nada é feito dele e limitarmos apenas a olhá-lo. Até mesmo as obras de arte, ao entrarem numa coleção ou num museu, perdem o seu valor de uso, admitindo que se possa considerar sua função decorativa. E, por que motivo, objetos de coleções e museus têm um valor de troca sem possuírem um valor de uso? Por que razões são considerados objetos preciosos? A seguir, uma explicação, segundo Pomian:

Responde-se a esta questão invocando argumentos diversos, inspirados na maior parte das vezes numa espécie de psicologia primária que postula aquilo de que necessita: por exemplo, um instinto de propriedade ou uma propensão para acumular, que seriam próprias senão de todos os homens, pelo menos de todos os homens civilizados ou, ainda, de certos indivíduos. Diz-se também que certas peças de coleção são fonte de prazer estético; que outras - e por vezes são as mesmas - permitem adquirir conhecimentos históricos ou científicos. Enfim, observa-se que o facto de as possuir confere prestígio, enquanto testemunham o gosto de quem as adquiriu, ou as suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda a sua riqueza ou

generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente. Não é caso para espanto, então, que se encontrem pessoas que queiram apropriar-se de tais objectos e que para atingirem este fim sacrifiquem uma parte das suas fortunas; ou outras que, não podendo apropriar-se de tais objectos, queiram ter pelo menos o direito de olhá-los. Donde o aparecimento de uma procura, que atribui um valor aos objectos que virtualmente são peças de colecção, e cria um mercado. Donde também a pressão exercida sobre o Estado para que torne possível o acesso a estes bens àqueles que não podem comprá-los nem o prazer estético, nem os conhecimentos históricos e científicos, nem o prestígio (POMIAN, 1984, p. 54).

Para Jean Baudrillard (2002), a definição de coleção parte do entendimento básico de sua separação da simples ação de acumular. Enquanto acumulação estaria voltada ao ato de amontoamento (materiais velhos, alimentos e acúmulo serial de objetos idênticos), a coleção estaria voltada a objetos diferenciados, possuidores de valor de troca, como os objetos de conservação. E essa característica especial do objeto, ou seja, o valor de troca depende, exclusivamente, do domínio cultural e social de onde ele se encontra inserido. Mas, é a posse do mesmo, que atribui sua singularidade absoluta, gerando, no ato de colecionar, uma intensa satisfação.

O valor específico de um determinado objeto só tem sentido se este for devidamente reconhecido pela sociedade que o detém. Certos objetos podem representar significativamente uma comunidade, enquanto, ao mesmo tempo, não ser nem reconhecido por outras.

Para Pomian, o objeto vê-se atribuir um valor quando é protegido, conservado ou reproduzido. E para que esse valor possa ser atribuído por um indivíduo ou por um determinado grupo, é necessário que esse objeto seja útil e carregado de significados. Já os que não reúnem nenhuma dessas condições, são privados de valor, não são objetos, são apenas desperdícios. Neste sentido, é o significado que funde o valor de troca dos objetos de coleção. Porém, reafirmando o pensamento de Pomian, para que possam ser enquadrados em coleções, necessitam respeitar algumas regras, como: serem mantidos fora de atividades econômicas, estarem em lugares específicos a este fim e serem expostos ao olhar do público.

Para Gracira Gouvêa (2009, p. 332), os objetos de coleção como elementos da cultura material, entendidos enquanto suportes da memória coletiva e das fontes da história são denominados semióforos, tal como definidos por Pomian: são objetos sem utilidade, mas que representam o invisível, de acordo com os significados que carregam.

Os semióforos ao longo da história constituem coleções que possuem distintos significados do invisível, das mais variadas formas possíveis, circulando do sagrado ao profano. Para Gouvêa é necessário destacarmos que com o início da idade moderna os objetos não são recolhidos por seu valor de uso, mas por causa de seus significados, como, justamente, representantes do invisível.

Para Pomian, os objetos, enquanto elos de comunicação entre os mundos visível e invisível são revestidos, além de valor simbólico, de valor pecuniário, daí a importância de submetê-los a proteção especial. Outra observação do autor é que sem serem expostos ao olhar não cumprem sua função de intermediários entre esses mundos, mesmo que esse olhar venha dos espectadores virtuais.

Já José Reginaldo Gonçalves (2007, p. 50) cita um importante pensamento de Jordanova (1989) que reflete a abordagem acima: é um pressuposto epistemológico das coleções e dos museus que o ato de olhar (objetos expostos) equivale a conhecer algo que está além dos próprios objetos e que estes de algum modo evocam.

Porém, Gonçalves, nos esclarece que este não é um processo absolutamente natural, abrindo margens a novas discussões. E, segundo o autor, como acontece então essa transformação? Como um objeto, a princípio insignificante, passa a fazer parte desse novo mundo, ganhando significados através do contato com o mundo invisível?

Para o mesmo autor, que usa como exemplo a transformação dos “artefatos tribais” em “objetos etnográficos”, para que tal processo aconteça se fazem necessárias diversas formas de mediações, que variam desde os modos como foram adquiridos, levando em conta os contextos sociais e culturais, até sua transferência para as coleções privadas e os museus, devidamente reclassificados e não menos importantes, os modos como são expostos aos espectadores.

Ainda de acordo com o pensamento de Gonçalves, alguns autores que debatem questionamentos ligados às coleções e aos museus, abordam exatamente esse problema. O ponto de partida é justamente o reconhecimento de que o olhar desses espectadores não é absolutamente uma experiência natural, mas uma experiência codificada segundo regras variáveis cultural e historicamente.

De acordo com estes pensamentos, chegamos à conclusão que os objetos não falam por si sós. Não podemos achar que só pelo fato de pertencerem a determinadas

coleções e museus, já estariam imediatamente fazendo a ponte com as informações presentes no mundo invisível.

Para Baudrillard, o objeto se reveste de valor excepcional somente na ausência, quando ele perde sua função de uso e passa a ser qualificado pelo indivíduo. É neste momento, que, segundo o autor, a posse torna-se uma paixão. Já Pomian nos explica que o valor é atribuído quando o objeto é preservado ou reproduzido, devendo esse valor atender a duas condições fundamentais: ser útil ou possuir significados.

Antes de o objeto entrar no mundo das coleções e dos museus, passa, previamente, pelo ato da escolha, que, invariavelmente, o seleciona em detrimento de outro. Este objeto, valorado, por meio de circunstâncias diversas (sociais, econômicas, políticas, culturais, econômicas) e por sua carga simbólica, é elevado ao status de patrimônio. Mas sempre partindo do ponto que esse ato de valoração é determinado, exclusivamente, pela questão da ressonância (trabalhada a seguir). Já, após a entrada nesse novo contexto, adquire outros valores, de acordo com diferentes necessidades e conjunturas. Como exposto acima, ele perde sua função principal de uso e adquire novos significados.

Gonçalves (2007, p. 215) nos explica bem essa questão ao trabalhar com o conceito de ressonância, tal como é utilizado pelo historiador Stephen Greenblat:

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (GREENBLAT, 1991, p. 42-56 apud GONÇALVES, 2007, p. 215).

O pensamento de Baudrillard nos leva a questões referentes ao estudo das relações entre a subjetividade e a comunicação com o mundo através da posse dos objetos, bem diferenciada de acordo com cada etapa de nossas vidas. Por exemplo, enquanto crianças buscamos através da coleção, uma forma de domínio do mundo exterior, já na adolescência encontramos-nos na fase ativa de colecionamento.

Um indivíduo e/ou uma comunidade é reconhecida e representada através de seus atos e de seus objetos acumulados no presente e perpetuados a futuras gerações. Deixando assim, marcas de sua existência e escolhas.

Baudrillard afirma que na verdade o que colecionamos é sempre a nós mesmos, onde a coleção é feita de uma sucessão de fatores, que no final sempre remete a pessoa do colecionador.

Nesta dinâmica, Gonçalves cita Annette Weiner em um texto onde comenta o “poder dos objetos”.

“...nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. (...) Estamos intimamente envolvidos com objetos que amamos, desejamos ou com os quais presenteamos os outros. Marcamos nossos relacionamentos com objetos (...). Através dos objetos fabricamos nossa auto-imagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. (...) não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro” (WEINER, 1987, p. 159 apud GONÇALVES, 2007, p. 26).

De acordo com Gonçalves, para outro Antropólogo, Ray Wagner, sua formulação é mais precisa e abrangente, onde os objetos materiais constituem nossa subjetividade individual e coletiva.

“Existe uma moralidade das “coisas”, dos objetos em seus significados e usos convencionais. Mesmo ferramentas não são tanto instrumentos utilitários “funcionais” quanto uma espécie de propriedade humana ou cultural comum, relíquias que constroem seus usuários ao aprenderem a usá-los. Podemos mesmo sugerir [...] que esses instrumentos “usam” os seres humanos, que brinquedos “brincam” com as crianças, e que armas nos estimulam à luta. [...] Assim, em nossa vida com esses brinquedos, ferramentas, instrumentos e relíquias, desejando-os, colecionando-os, nós introduzimos em nossas personalidades todo o conjunto de valores, atitudes e sentimentos – na verdade a criatividade – daqueles que os inventaram, os usaram, os conhecem e os desejam e os deram a nós. Ao aprendermos a usar esses instrumentos nós estamos secretamente aprendendo a nos usar; enquanto controles, esses instrumentos mediam essa relação, eles objetificam nossas habilidades” (WAGNER, 1981, p.76-77 apud GONÇALVES, 2007, p. 26-27).

Ainda segundo Gonçalves esses dois pensamentos apontam de formas distintas para a função simbólica dos objetos materiais nos processos de formação de modalidades de autoconsciência individual e coletiva. A ideia é que sem os objetos não existiríamos ou pelo menos enquanto pessoas socialmente constituídas.

Neste sentido, será que poderíamos afirmar que a formação de museus e coleções seriam conseqüências, naturais e imediatas, inerentes a nossa própria existência enquanto seres humanos? Porém, não existe aqui, a intenção de responder

objetivamente a esta pergunta, deixemos apenas a semente do questionamento, que, certamente, poderá ser respondida mais claramente por meio de formulações teóricas desenvolvidas por estudiosos da área, como filósofos e psicólogos.

Após breves considerações a respeito do objeto material, possuidor de uma carga simbólica capaz de transformá-lo em um objeto de coleção e ou museu, pertencente a um novo patamar de existência, começamos, a seguir, a traçar e delinear os percursos históricos e as circunstâncias pelas quais as sociedades formam e criam coleções e museus.

De acordo com Pomian, não é difícil encontrar objetos mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas e submetidos a uma proteção especial e destinados ao olhar, eles se acumulavam nas tumbas e nos templos, nos palácios dos reis e nas casas de particulares, conforme abordamos a seguir.

Ainda segundo Pomian, o costume de enterrar os mortos com os objetos que lhes pertenciam parece ter sido extremamente difundido. Os relatórios de escavações e os catálogos de exposição oferecem diversas informações sobre os tipos de mobiliário e decorações ali presentes. Neste sentido, o autor pondera duas situações que estão intrinsecamente ligadas ao tema discutido: a primeira está relacionada às medidas de preservação contra as pilhagens ali praticadas, ou seja, contra a reutilização terrena daquilo que foi destinado a ficar ali para sempre e a segunda, o fato dos objetos ali serem depositados com o objetivo também de serem olhados, porém, por aqueles que se encontravam do outro lado.

Pomian destaca também a importância dos antigos templos das Musas, dentre eles o mais famoso, o Museu de Alexandria, para a história das coleções e dos museus. Segundo o autor, existem semelhanças entre os templos dos gregos e dos romanos e os nossos museus. Certamente, era nos templos que se acumulavam e expunham as oferendas. *O objecto oferecido ao deus e recebido por ele segundo os ritos torna-se hieron ou sacrum, e participa da majestade e da inviolabilidade dos deuses. Subtraí-lo, deslocá-lo ou desviá-lo do seu uso ou apenas tocá-lo são actos sacrílegos (POMIAN, 1984, p. 56).* Neste caso, não podemos, certamente, falar de uso, a partir do momento que entram no mundo sagrado, passam a um campo rigorosamente oposto ao das atividades utilitárias. Uma vez oferecidos aos deuses deveriam ficar ali para a eternidade, serem protegidos e inventariados.

Ainda que se deteriorassem não eram eliminados de qualquer maneira. «Se eram de ouro ou de prata, procedia-se da seguinte maneira: um decreto do povo emanado por proposta do sacerdote ou do tesoureiro sagrado, em conformidade com um parecer do conselho, ordenava que as oferendas deterioradas fossem fundidas, para serem reduzidas a lingotes ou transformadas numa única oferenda; utilizavam-se da mesma maneira todos os restos de metal precioso. Os objectos de menor valor, se estorvavam ou se estavam partidos, eram retirados do templo e sepultados. A consagração tornava-os sagrados para sempre, por isso não deviam reentrar em circulação; para melhor os garantir contra qualquer uso profano, se não estivessem já partidos eram-no muitas vezes. É assim que foram formados aqueles amontoados de terracotas ou de bronzes encontrados na vizinhança de certos santuários, em Tegeia, em Cnido, em Olímpia, por exemplo» [Homolle 1892, pasim; cf. também Thédenat 1896] (POMIAN, 1984, p. 57).

No entanto, Pomian, nos aponta que acontecia a transformação desses tesouros acumulados nos templos, sob a forma de oferendas, em moedas, ou seja, havia o retorno desses objetos ao circuito das atividades econômicas. Mesmo que em teoria os templos deveriam ser intocáveis, até em tempos de guerra, os saques aconteciam e as riquezas dos inimigos eram apoderadas, inclusive dos gregos, apesar de serem considerados atos de sacrilégio.

Conforme Pomian, os objetos retirados dos circuitos econômicos acumulavam-se não apenas nos templos, mas também nas residências particulares, daqueles que detinham o poder. Formavam verdadeiros tesouros que eram guardados com muito cuidado e, em geral, não eram acessíveis e sua exposição era reservada aos grandes eventos e cerimônias. Em Roma, generais desfilavam seus troféus retirados dos inimigos durante as campanhas vitoriosas e após serem exibidos, certos objetos eram oferecidos aos templos. Desta forma, segundo o autor, os despojos parecem estar na origem nas coleções particulares em Roma. E a figura do colecionador, possuidor de características próprias, atinge papel fundamental nesta dinâmica: detinham total desprezo pela utilidade dos objetos recolhidos e desejos por infinitas disputas pelas maiores ofertas em que participavam, colocando em jogo não apenas a fortuna de cada um, mas a própria dignidade.

Já as relíquias, ou melhor, os objetos que se acreditavam ter estado em contato com deuses ou heróis, ou apenas serem vestígios de grandes acontecimentos do passado mítico ou simplesmente longínquo, segundo Pomian, eram bastante conhecidas em Roma e na Grécia. Porém, segundo o autor, foi o cristianismo, com a difusão do culto aos santos, o grande responsável por levar o acúmulo de relíquias ao seu apogeu. Para fundar um estabelecimento religioso, era necessário não apenas dotá-lo de terras, mas também de relíquias que, uma vez entradas em uma igreja ou

em uma abadia, não poderiam sair mais, a não ser que fossem roubadas ou, excepcionalmente, oferecidas a uma personalidade poderosa.

Ainda de acordo com o pensamento do autor trabalhado acima, além das ofertas e dos despojos, voltemos a falar sobre o acúmulo de objetos que aconteciam nas residências particulares dos detentores de poder. Esses verdadeiros tesouros não eram formados apenas por presentes e troféus, existia uma gama variada de objetos, como pinturas e esculturas.

Todavia, para saber qual o conteúdo das residências reais e principescas antes da época moderna, examinar-se-ão alguns inventários medievais que permitem ter uma ideia bastante precisa. O que, em primeiro lugar, ressalta mais nestes inventários é que a maior parte dos objectos inventariados têm um uso: uso cerimonial no caso de regalia, anéis, cintos; uso religioso quando se trata de cruzes, crucifixos, imagens, reliquários, altares, cálices, báculos, mitras, pluviais; enfim, uso simplesmente profano quando se trata de baixelas, facas, coberturas de assentos, etc. Aqui e ali encontram-se algumas curiosidades naturais e instrumentos diversos: astrolábios, mapas-mundo. Pareceria pois que se trata de objectos que não estão excluídos do circuito das actividades económicas, utilitárias. Antes de estabelecer em que medida esta impressão é justificada, convém salientar dois factos que incitam prudência. O primeiro é o número dos objectos: no inventário de Carlos V, rei de França, encontram-se três mil novecentos e seis. Um número tão elevado indica que nem todos os objectos podiam estar a uso simultaneamente: na sua maior parte, não serviam portanto para nada, por muito grande que fosse a corte. Por outro lado, um grande número destes objectos são de metal precioso (ouro, prata, e decorados com pedras: safiras, rubis, onixes, ametistas, esmeraldas, diamantes, pérolas) [Labarte 1897]. Também por esta razão parece ser de excluir que a maior parte destes objectos fosse de uso quotidiano (POMIAN, 1984, p. 60-61).

Porém, segundo Pomian, a inserção nas atividades econômicas não se faz apenas pelo uso, mas também pela recolha de objetos com a finalidade de acumular riquezas. Conforme a necessidade, segundo o autor, sem dúvidas recorriam a esses tesouros principescos.

Ainda de acordo com Pomian, essas coleções diferem em quase todos os aspectos das formadas na contemporaneidade: não são dos mesmos locais, os objetos não possuem o mesmo caráter e a mesma origem, os visitantes e espectadores não são os mesmos, nem se comportam da mesma maneira, entre outros. Porém, em cada caso, encontramos um conjunto de objetos que satisfaz, com certas reservas, os critérios impostos pela definição de coleção.

Mas assimilar uns aos outros conjuntos de objectos tão evidentemente heterogêneos não significa comportar-se como aquele louco, levado à cena por Júlio Cortázar, que por todo o lado via colecções? Um escritório, dizia ele, não é senão uma colecção de

funcionários; uma escola, uma coleção de alunos; uma caserna, uma coleção de soldados; uma prisão, uma coleção de detidos. O significado desta anedota é que uma aproximação de instituições que parecem díspares só pode ser legitimada na condição de ter sido fundada não numa semelhança externa, mas numa homologia de funções (POMIAN, 1984, p. 62).

Aprofundando o tema, destacamos o pensamento de Marlene Suano (1986, p. 7-96), onde, para ela, estudar museus em nossa sociedade gera, conseqüentemente, uma preocupação evidente em conhecer e analisar o fenômeno do colecionismo. Formar coleções é, sem dúvida alguma, tão antiga quanto o homem e, contudo, sempre apresentou diversos significados, de acordo com o contexto inserido. A coleção acaba retratando a realidade de um determinado período histórico-social e também do homem que coletou e transformou em “coleção”.

Suano relata que a arqueologia é capaz de nos mostrar a existência de espetaculares coleções, como a descoberta de objetos em propriedade dos faraós e imperadores do mundo antigo. Eram coleções que formavam verdadeiras “reservas econômicas”. A Ilíada, de Homero, faz várias menções a essas coleções-tesouros.

A autora destaca, complementando o que já foi dito anteriormente, que os romanos foram os grandes colecionadores da antiguidade, acumulando em Roma objetos conquistados através de guerras em diversos continentes. Tais coleções tinham como propósito, além da simples demonstração de “gosto” e riqueza, ilustrar a força e o poderio dos inimigos conquistados.

Ainda em Suano, verificamos que o colecionismo mudou de face durante a Idade Média. Nessa época o encanto pelo tesouro era traduzido pela intocabilidade. O Cristianismo pregava o desprendimento de bens materiais considerados supérfluos, facilitando assim, o acúmulo de riquezas nas igrejas e o aumento de seu poderio econômico e político. Foi apenas no final da Idade Média que alguns príncipes das cidades republicanas italianas começaram a se mostrar pela formação de tesouros privados, datando assim, do século XIV, as principais coleções principescas que se tem notícias e que chegaram até nós, integralmente ou não, transformadas em museus.

Dentre as primeiras as mais notáveis foram as do doge de Veneza, as dos duques de Borgonha, na França, e as do duque de Berry, que enchia seus dezessete castelos com manuscritos, pedras preciosas, relíquias várias, entre as quais um suposto anel de noivado de São José e um dente de leite da Virgem Maria (SUANO, 1986, p. 14).

Em Suano, verificamos também que essas coleções, até o século XVI, eram formadas por manuscritos, livros, gemas, mapas, instrumentos astronômicos e

musicais, peles, especiarias, etc. Já nos séculos XV e XVI a divulgação de certos manuscritos gregos e romanos nas mãos dos árabes e a revelação de objetos romanos durante escavações na Itália, acabaram por despertar a atenção para a Antiguidade, principalmente para a arte, filosofia e literatura.

Neste período, durante o Renascimento, Suano nos informa que objetos gregos e romanos passaram a chamar a atenção e o interesse dos colecionadores. Os séculos XV e XVI também foram palco de importantes criações de obras de arte, principalmente na pintura, escultura e arquitetura. Eram coleções símbolo do poderio econômico e político das famílias principescas.

Deste período proliferaram-se os chamados Gabinetes de Curiosidade e as coleções científicas, mais conhecidas como museus.

Para Helga Possas (2005, p. 151-162), os gabinetes de curiosidades europeus traduziam a preocupação com a memória. Os homens sabedores de sua incapacidade de guardar na memória toda a maravilha da criação divina e da ação do homem acabavam por criar esses tipos de espaços. Os gabinetes, a princípio, mostravam esse caráter enciclopedista, na tentativa de se ter perto tudo o que existia nos lugares mais longínquos e desconhecidos. O ato de colecionar mostrava-se em compreensão de tudo o que existia no mundo.

Com o tempo, essas coleções vão virando sinônimo de poder e de destaque social, ancorando-se cada vez mais no caráter científico, sem, no entanto, perder de vista a mola propulsora de tais ajustamentos: tentar decifrar o mistério da criação, possuir aquilo que configurava-se, até então, inalcançável. A ponte entre o “visível e o invisível”, como bem descreveu K. Pomian. Para este autor, não importa numa coleção o objeto em si, mas antes de tudo a função que ele representa ao incorporar-se a um conjunto de objetos (POSSAS, 2005, p. 151-152).

Segundo Possas, essa visão levava os gabinetes de curiosidades para além do caráter enciclopedista que sempre tentaram lhe impor. Eles surgiram como lugar de memória por natureza (não uma memória enciclopedista, mas uma memória que amplia a sensação de poder, de conhecimento, de pertencimento).

Possas usa o pensamento de Adalgisa Lugli, no qual separa as coleções dos gabinetes dos séculos XVI e XVII em dois grandes eixos: o *Naturalia* (maior número de exemplares) e o *Mirabilia*. Do primeiro, fazem parte exemplares dos três reinos (mineral, vegetal e animal) e do segundo, os objetos produtos da ação humana (*Artificialia*) e os objetos e atividades exóticos que remetem a lugares e povos desconhecidos, geralmente vendidos a colecionadores e ou presenteados por

viajantes. Segundo a autora, a existência destes dois mundos, é a tentativa de se articular o novo com a tradição.

Na maioria das vezes, os gabinetes eram privados, embora pudessem ser visitados mediante carta de apresentação. Porém, observa Possas, existiam aqueles de caráter secreto, pertencentes normalmente a nobres e famílias importantes, como, por exemplo, o gabinete de Rodolfo II, Imperador do Reino da Hungria e da Bohemia, que acabou dando origem, mais tarde, ao Museu Imperial de Viena.

Ainda de acordo com Possas, a constituição dos museus está intimamente ligada ao ato do colecionismo. Nos gabinetes de curiosidades os exemplares não obedeciam a um método organizacional, tudo acontecia de forma aleatória, respeitando-se somente os dois eixos já mencionados acima, *Naturalia e Mirabilia*. O número de exemplares determinava o status e o poderio dos seus proprietários. Porém, ao longo do século XVII, essa dimensão assume novos sentidos, já não bastava mais apenas possuir. É, a partir de então, que pequenos processos de investigação e organização começam a surgir, marcando o processo de transição entre os gabinetes de curiosidades e as coleções mais específicas, destinadas ao estudo de espécimes e culturas distintas que assombravam os europeus desde o início das Grandes Navegações e da chegada ao Novo Mundo.

Para Possas, o crescimento gradativo dessas coleções de investigação e estudo fez com que se gerasse a necessidade de criação de novos lugares capazes de receber esses novos conhecimentos. E, para que esses estudos alcançassem o sucesso, era necessária a ordenação, a classificação e um local mais adequado à conservação. Muitos dos antigos colecionadores tornaram-se especialistas em zoologia, botânica e tantos outros pertencentes ao mundo da chamada história natural, servindo para a legitimação dos “novos” cientistas.

Ainda seguindo as conclusões de Possas, a intensificação dos estudos na área da História Natural fez com que os cientistas da época percebessem que o conhecimento dos seres e sua classificação os colocavam em uma situação diferente da anterior, ou seja, eles saíam da posição de meros espectadores da natureza para a de agentes “intervenientes do processo”.

Foi então, neste momento, que os museus passavam a ser reconhecidos como instituições de pesquisa, existindo por si sós ou vinculados a centros como universidades ou escolas superiores (maior parte dos casos subsidiados pelo governo ou pelos detentores de riqueza e poder). Foi também o período que começavam a

serem divulgadas novas tecnologias de coleções e estudos, principalmente, por meio de artigos, palestras, comunicações e viagens destes pesquisadores nos meios acadêmicos.

Possas ainda completa dizendo que, as coleções incorporaram de vez o caráter científico, ou seja, destinados à elaboração do conhecimento, baseados em observações, pesquisas e construções teóricas. Durante os séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento das ciências, encontrava-se vinculados aos museus de história natural, em constante crescimento e desenvolvimento e com coleções especializadas. Já durante o século XVIII, com a gradual abertura dos museus ao público, começava a propagação do conhecimento produzido e, conseqüentemente, a divulgação da ciência.

A tradição ainda era incorporada nas coleções como ponto de preservação do sagrado, da mística divina. Ainda se buscava compreender a criação de Deus e controlá-la através do conhecimento. No entanto, vislumbramos o início de uma nova época: a necessidade de fazer com que esse conhecimento fosse mais divulgado, atingisse um público maior do que aquele restrito aos letrados e cientistas. Fazer saber que o homem detinha o conhecimento e começava a desvendar o mistério da criação, tornou-se essencial e o público legitimava a ação. Assim como a coroação dos reis na Idade Média necessitava de audiência para ser confirmada e reconhecida, o controle do conhecimento deveria ser percebido por um número cada vez maior de pessoas. Desta forma, o status também se legitimava, demarcando a fronteira entre o homem de ciência e o público leigo (POSSAS, 2005, p. 159-160).

Destaquemos aqui a diferença entre “coleções abertas ao público” e o verdadeiro significado de uma “instituição a serviço do público”. Ao estudarmos coleções e museus ao longo do tempo percebemos claramente que as finalidades e os objetivos eram muito díspares.

Voltando ao pensamento de Suano (1986), na modernidade, foi o papado que não escapara do colecionismo do período, abrindo pela primeira vez suas coleções ao público em 1471. Por conseqüências da Reforma e da Contra-Reforma Católica, destacamos a importância das congregações religiosas, dentre elas a Companhia de Jesus, fundada pelo espanhol Inácio de Loyola, que tinham como principal arma o ensino e a transmissão da cultura, em prol da defesa e preservação da sociedade cristã, destacando-se como medidas as seguintes criações: Biblioteca Ambrosiana e Academia de Belas Artes, em 1601, por Federico Borromeo (Arcebispo de Milão). Na Academia, Borromeo reuniu intocáveis obras de arte e fez daquilo que chamava seu museum particular, um centro didático para a produção artística. Este era então um

exemplo de museu visitável, porém, somente a um grupo seletivo, principalmente por artistas. Esses museus e outros com as mesmas características também serviam como “receituários” da estética aprovada pela Igreja.

A seguir, aprofundando e dando continuidade aos debates em torno de Museu, analisamos também o pensamento de Suano (1986) e voltamos cronologicamente na história, para abordarmos as origens do termo: é de senso comum dizer que a instituição “museu” teve origem na Grécia Antiga, porém, embora mantendo o nome, assumiu diversas características ao longo do tempo.

O *Mouseion*, de acordo com a autora mencionada acima, ou casa das musas, na Grécia, era uma espécie de confluência de templo e instituição de pesquisa, orientada, principalmente, para o saber filosófico. Na mitologia grega, as musas, filhas de Zeus com Mnemosine (divindade da memória), eram as donas absolutas da memória e possuíam excelentes capacidades criativas, além de dons para a dança, música e narrativa. O *Mouseion* era um lugar privilegiado onde predominava a tranquilidade e o equilíbrio, e onde os homens poderiam relaxar e se dedicar às artes e às ciências.

Segundo Suano, foi durante a dinastia dos Ptolomeus, no Egito do século II *antes de Cristo*, que Alexandria formou o seu grande *Mouseion*, caracterizado pelo saber enciclopédico, em que predominava a preocupação pelo ensino de todo o conhecimento existente, em vários campos (religião, filosofia, mitologia, zoologia, geografia, etc).

Através desta questão, Suano ainda nos explica que foi por esse motivo que a ideia de compilação exaustiva, quase completa, sobre um tema ficou ligada à palavra “museu”, desconsiderando até mesmo as instalações físicas. Assim diversos temas eram publicados com o nome de “museu”.

Assim foi com o Museum Metallicum, publicado por volta de 1600 pelo naturalista e colecionador Aldovrando de Bologna e do qual se dizia conter todo o conhecimento da época sobre metais. No século XVIII publicou-se, em Frankfurt, Alemanha, o Museum Museorum (que era um elenco de especiarias) e, em Londres, o Poetical Museum (coletânea de canções e poesias). E o Museum Britannicum, folheto publicado em 1791, nada mais era que compilações sobre “assuntos elegantes para conversação” e “coisas curiosas, pitorescas e raras”, segundo sua própria apresentação (SUANO, 1986, p. 11).

Após os iniciais desdobramentos sobre coleções e os museus, conseqüentemente, formados a partir desta prática, analisamos, a seguir, as origens

dos primeiros museus abertos, mesmo que parcialmente, ao público, aproximando-se um pouco mais, neste sentido, do entendimento atual sobre a definição de museu.

De acordo com Suano, em 1683, em Oxford, na Inglaterra, inaugurava-se o primeiro museu público europeu, o *Ashmolean Museum*. Teve origem através da doação da coleção de John Tradescian a Elias Ashmole, com a recomendação específica de que este a transformasse em museu na Universidade de Oxford. Porém, este é mais um exemplo de como as visitas ainda eram bastante restritas.

Seguindo com o pensamento de Suano, percebemos que já no final do século XVII existiam galerias reais abertas à visita, como a Galeria de Apolo, no Palácio do Louvre (Paris), abertas desde 1681 a visita de estudantes e artistas. Mas, foi a política econômica dos séculos XVI-XVIII, que permitiu uma postura cultural e educacional responsável, principalmente, pela ampliação do acesso às grandes coleções.

A importação de obras de arte era vista como escoamento de riquezas perfeitamente evitável caso os artistas nacionais produzissem de forma a contentar o mercado interno. Era necessário, portanto, propiciar-lhes oportunidades de convívio com as obras de arte das coleções reais e criarem-se academias de arte que servissem ao aprendizado e ao crescimento artístico. De fato, por volta de 1730, um ministro dinamarquês, Struensee, chegava a afirmar textualmente que a “Academia de Arte é útil ao Estado e às finanças reais porque forma artistas que serão menos caros que os estrangeiros” (SUANO, 1986, p. 25-26).

Consequentemente, a autora nos informa, que a permissão para visitar as “galerias”, os “gabinetes”, as “guardarobas” e mesmo os “museus” começavam a aparecer em toda a Europa. Mas, novamente, ainda com restrições a visitas indiscriminadas.

Para Suano, foi somente o movimento revolucionário do final do século XVIII que se abriu definitivamente o acesso às grandes coleções, tornando-as, definitivamente, públicas. Neste período, o museu atendia perfeitamente as necessidades da burguesia. Em 1792 foi aprovada a criação de quatro museus de objetivos claramente políticos e a serviço da classe dominante: Museu do Louvre, Museu dos Monumentos, Museu de História Natural e Museu de Artes e Ofícios. Ainda dentro desta cena de movimentação social destacamos no final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a inauguração daqueles que junto com o Louvre, formam os mais importantes museus da Europa: Belvedere de Viena (1783), Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdam (1808), Museu do Prado, em Madri (1819), Altes Museum, em Berlim (1810) e Museu do Hermitage, em Leningrado (1852).

Contudo, a Igreja ainda continuava atenta à importância da instituição Museu, transformando o primeiro *antiquarium* de 1471 em Museu Capitolino (constituído oficialmente em 1733 e aberto ao público em 1734).

A autora acima ainda nos esclarece que além das coleções principescas transformadas em museus na Itália e na França e dos museus já mencionados, podemos citar outros poucos que merecem destaque, como: Gliptoteca Ny Carlsberg (Museu mais importante da Dinamarca) e Museu Britânico, em Londres.

Os museus europeus da época, embora, abertos ao público, apresentavam dificuldades de acesso e restrições às suas coleções, além de não possuírem uma adequada organização, disponibilização e divulgação das informações, tornando-os caóticos e verdadeiros acumuladores de objetos, no sentido mais pejorativo da palavra.

Porém, ainda de acordo com Suano, nem todos os museus públicos da época possuíam histórias iguais. Nos Estados Unidos, onde a maioria dos museus já nasceu como instituição voltada ao público e onde a população tinha acesso apenas mediante a um pequeno pagamento, a situação foi bastante diferente. Destacamos alguns: Museu Peale (grande responsável por importantes inovações no campo da educação, como a de exibir animais em imitações de seus habitats naturais), Museu Charleston, na Carolina do Sul (mais antigo do país) e Museu de Salem. Nos Estados Unidos os laços dos museus com a comunidade eram bem mais fortes.

Já na América do Sul, Suano aponta o Museu Nacional / UFRJ, do Rio de Janeiro, como um dos mais antigos museus (1818). Mais tarde, o continente contava com outros: Museu de História Natural de Buenos Aires e Museu Nacional de Bogotá, os dois de 1823. No Brasil, especificamente, a Escola Real e o Museu Real foram criados nos moldes europeus, porém, de forma mais modesta.

Para o acervo inicial da Escola Real, D. João VI doou os quadros que trouxera em sua bagagem quando deixara Portugal às pressas, fugindo de Napoleão, em 1808. Já o Museu Real, ou Museu Nacional, nossa primeira instituição científica -, hoje o maior museu do país, teve por núcleo uma pequena coleção de história natural, antes da criação do museu, como “Casa dos Pássaros” (SUANO, 1986, p. 33).

De acordo com Possas (2005, p.161), embora tardiamente, comparando-se ao que tinha acontecido na Europa, à ligação entre coleções especializadas, museus, produção e divulgação de conhecimento, também teve lugar no Brasil.

Apesar de haver a divulgação desse conhecimento através de artigos, revistas e livros, o público destes escritos era elitizado: os

que sabiam ler e tinha acesso aos eventos do restrito círculo científico-cultural, representavam parcela inexpressiva da população brasileira. No entanto, esse público composto pela comunidade científica em geral e também por aqueles que se aproximavam do poder e do Imperador teve contato com os museus e suas coleções, fazendo parte do processo de divulgação da ciência no Brasil (POSSAS, 2005, p. 161).

Foi a partir do século XIX que o Brasil vivenciou o surgimento dos primeiros museus e produziu efetivamente seus primeiros conhecimentos.

Em fins do século XIX, Suano destaca o surgimento de outros importantes museus brasileiros: Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paraense Emílio Goeldi (criado como Sociedade Filomática em 1866 e oficializado em 1871), Museu Paulista (também conhecido como Museu do Ipiranga – 1892) e Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894). Os demais foram criados principalmente nos anos 30 e 40, sempre através de iniciativas oficiais, já outros, foram criados pela simples assinatura de decretos, como a série de cerca de vinte museus “históricos e pedagógicos” do Estado de São Paulo (Suano, 1986).

De acordo com o pensamento da autora citada acima, tiramos a conclusão de que a formação de coleções e museus, ao longo da história, passou por múltiplas ideias e conceitos, nem sempre compreendidos perfeitamente. E é somente a partir da segunda metade do século XIX que o museu começará a sofrer consideráveis alterações, até chegarem aos modelos conhecidos atualmente.

Para Suano, sempre houve preocupação, por parte dos segmentos mais variados de nossa sociedade, com a preservação de nosso passado e sua preservação. A autora alerta ainda que não devemos confundir essa “preservação do passado” com a manutenção de características especiais de determinada época. Trata-se de lidarmos com a manutenção e preservação de testemunhos materiais de certa época que nos remeta a uma reflexão crítica e analítica de um específico fato / acontecimento.

Porém, ainda segundo Suano, a modernidade vem tornando economicamente inviável uma grande variedade desses testemunhos, que acabam passando por grandes períodos de abandono e esquecimento, vivenciando, geralmente, em seguida, o período da “revalorização”, onde consideráveis esforços por parte da sociedade, representados por órgãos preservacionistas, são empregados de modo a tentar salvaguardar esses testemunhos, esquecidos por eles mesmos em um passado não tão distante e quem nem sempre dão certo.

E assim, criam-se movimentos preservacionistas responsáveis por tentar preservar importantes testemunhos que compõem a história da sociedade.

Desde as primeiras manifestações, percebemos que o ato de criar e formar coleções e museus está diretamente ligado a noção de pertencimento e lembrança. Pois é, principalmente, através de seus objetos materiais que o homem se comunica com o mundo, estabelece sua identidade e perpetua sua história.

Vale ressaltar que o objetivo aqui não foi o de discutir a história de criação dos vários museus e coleções espalhados pelo mundo, desde suas antigas concepções até a contemporaneidade, nem mesmo os pertencentes ao Brasil. Coube-nos, como já explicitado anteriormente, apenas realizar uma breve avaliação sobre os antecedentes históricos pelos quais são formados e criados, em seus questionamentos mais amplos.

Destacamos também que os conceitos de coleção e museu são variáveis no tempo e no espaço, portanto, diversificadas definições e funções são encontradas de acordo com o significado de sua época, seja a de contemplação, templo de saber, representante nacional, etc.

Apresentamos, a seguir, as concepções mais contemporâneas em torno da definição de Museu e dos termos a ele associados, bem como, a importância da Museologia, enquanto disciplina acadêmica científica, responsável pela gestão desses conhecimentos.

1.2 Museologia e Museus: uma intrincada relação

A seguir, abordamos os questionamentos em torno do conceito de Museologia, bem como, do de Museus à luz da referida disciplina. Com isso, ao analisarmos e definirmos o papel da Museologia na gestão de coleções museológicas foi de fundamental importância avaliarmos sua relação com os museus. Para tanto, discutimos a Museologia enquanto campo legítimo, previamente reconhecido e autorizado a lidar com debates envolvendo *Museus*, *Coleções*, *Patrimônios*, *Memória*, *Identidade e Preservação* dentro do espaço Museu.

Começamos com um pensamento sobre a Museologia, de acordo com Tereza Scheiner¹ (2005):

[...] um fascinante exercício intelectual, que nos permite uma aproximação organizada a diferentes sistemas de pensamento, na tentativa de contribuir para o amadurecimento teórico do campo. Mas é também um exercício difícil, considerando que a linguagem museológica ainda não se encontra devidamente estruturada (SCHEINER, 2005).

Segundo Scheiner (2012), a consolidação e o desenvolvimento disciplinar dependem, necessariamente, da continuada revisão de seus fundamentos e premissas, e de uma perspectiva crítica sempre renovada sobre a sua produção.

Como veremos, mais a frente, a Museologia passou por esse momento de consolidação e revisão de suas bases estruturais até chegar ao patamar de uma disciplina acadêmica reconhecida cientificamente.

Apontemos, primeiramente, uma visão sobre fatos importantes que marcaram a evolução e afirmação da Museologia com o contexto sociocultural em que estamos inseridos, ou seja, o brasileiro. *Enquanto a década de 20 foi destacada por movimentos intelectuais a favor de uma valorização de uma cultura nacional, durante a década de 30, essa “cultura nacional” passou a ser entendida como a valorização dos “traços autênticos do país” (SCHEINER, 1988).* A década de 30 também ficou marcada pela criação do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, primeiro grande passo para o desenvolvimento e fortalecimento da área no país.

O curso de 1922 não chegou a ser implantado, mas serviu de base para a estruturação do futuro Curso de Museus, criado dez anos depois do Museu Histórico Nacional pelo Decreto nº. 21.129, de 7 de março de 1932. Segundo Barroso (1946, p. 3), este curso estava “destinado a ser fonte de ensinamento e cultura, de devoção à história da Pátria e seminário de formação e aperfeiçoamento de funcionários técnicos”, sendo o mesmo voltado especificamente para a formação de funcionários públicos que iriam ocupar funções em museus nacionais. (RANGEL, Márcio, 2012, p. 106).

Concebido para oferecer uma formação técnica enfatizava os conteúdos que permitissem aos egressos a possibilidade de identificar, classificar e conservar os diferentes tipos de objetos que formavam as coleções dos museus nacionais. Em sua disciplina “Técnicas de Museus”, Barroso sintetizou um conjunto de temas que considerava estrutural para o desenvolvimento dos mais diferentes tipos de museus. Todos estes assuntos foram organizados e sistematizados em uma publicação de dois volumes chamada “Introdução à Técnica de Museus”. O primeiro volume é relacionado ao processamento técnico de acervos e o segundo, direcionado aos

¹ Referências não paginadas associadas ao nome da autora ao longo do texto.

estudos das coleções que formavam o acervo do Museu Histórico Nacional (Barroso, 1946 apud RANGEL, 2012, p. 106).

A ideia inicial de museu estava associada a um “estabelecimento criado pelo Poder Público” e o profissional de museu seria “um conservador de objetos e ideias” (Scheiner, 1988). Neste sentido, a Museologia era vista mais como um trabalho de caráter prático do que uma disciplina científica.

Regina Real, durante a década de 50, apresenta uma concepção de Museologia, como Ciência Nova, até então não trabalhada. A autora nos explica que a definição de Museologia, enquanto Ciência da Organização dos Museus é perfeita e bem delimitada, abordando tudo aquilo que poderíamos sugerir como Ciência.

Ainda durante a década de 50, no Seminário Regional da UNESCO (Rio de Janeiro, 1958) sobre a função educativa dos museus, a Museologia foi definida como ramo do conhecimento ligado ao estudo dos objetivos e organização de museus.

As décadas seguintes também foram importantes para a Museologia brasileira. Nos anos 60, destacamos a criação da Associação Brasileira de Museologia (1963). Na década de 70, durante a ditadura militar, o investimento na cultura pelo governo, com a instituição de vários museus e centros culturais, além da criação de cursos de graduação no Rio de Janeiro e na Bahia e de pós-graduação em São Paulo. Já os anos 80, foram marcados pela *revitalização e dinamização da ação cultural dos museus (SCHEINER, 1988)*, onde foram introduzidas e valorizadas atividades educativas e programas de ação comunitária. Apontamos ainda a criação do Programa Nacional de Museus e do Sistema Nacional de Museus e, por último, a regulamentação, em 1984, da profissão de Museólogo.

Partindo para uma discussão mais global, Scheiner (2012) afirma que a Museologia vem apresentando, nos últimos anos, um sistemático e consistente desenvolvimento como campo disciplinar. Somando-se aos primeiros debates de 1940 e 1950 às contribuições teóricas realizadas nos anos 1960 por autores como Rivière, Kinard, Jahn, Gluzinski, Nestupny, Vázquez e Stránský encontramos condições fundamentais para a elaboração, por exemplo, de emblemáticos documentos para a área, como as definições de “museu” do International Council of Museums (ICOM) e a Carta de Santiago (1972).

A seguir, em nível de comparação, três definições de museus, realizadas em épocas e contextos diferentes, pelo Conselho Internacional de Museus e pelo Estatuto

de Museus: uma da década de 50 e as outras dos primeiros anos do Século XXI, mais amplas e de acordo com a nova realidade dos museus na contemporaneidade.

Museu é um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras, conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários (ICOM, 1956).

Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu meio ambiente para fins de educação, estudo e lazer (ICOM, 2007).

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009).

Como podemos perceber as definições de 2007 e 2009 reafirmam o compromisso do museu com a sociedade e seu desenvolvimento, além de ampliar suas missões e objetivos, como a valorização e promoção do patrimônio imaterial (intangível). Essas constantes revisões possibilitam um maior diálogo entre os diversos profissionais envolvidos na dinâmica museológica, auxiliando-os em suas práticas profissionais.

Voltando a Scheiner (2012), percebemos que os anos de 1980 foram decisivos para a trajetória da Museologia, com a publicação dos *Museological Working Papers* (MuWoP), organizados pelo sueco Vinos Sofka, que escreveu a todos os comitês internacionais e nacionais do ICOM solicitando definições para a área, e a criação do *ICOFOM Study Series* (ISS), a primeira série documental dedicada à teoria da Museologia.

Ainda de acordo com Scheiner, esses questionamentos ligados a realidade da Museologia enquanto campo do conhecimento alargaram e incrementaram as discussões entre profissionais de museus e facilitaram sua inserção no mundo acadêmico. Aliado a isto, encontramos a expansão dos debates em torno da função social dos museus, levando ao surgimento da chamada Nova Museologia, que, embora, tenha se voltado desde o primeiro momento para a prática profissional, fundamentava-se nas ideias desses mesmos teóricos citados anteriormente.

As discussões classificavam a Museologia enquanto uma ciência em desenvolvimento e que tinha o desejo de se tornar uma disciplina aceita e respeitada

pelo mundo acadêmico. A seguir, analisamos o pensamento de alguns autores essenciais para a compreensão deste contexto.

Jiri Neustupný² (primeiro estudioso a discutir a Museologia enquanto disciplina acadêmica), em seu trabalho publicado no MuWoP nº 1 (1980, p. 28-29), nos lembra que antes de considerarmos o caráter da Museologia como uma disciplina, é necessário esclarecermos o significado e o uso de alguns termos frequentemente empregados como sinônimos ou substitutos para Museologia. Por um longo período, o termo Museografia apareceu na literatura sobre museus em um sentido que também incluía o que nos referimos como Museologia. Onde, para ele, o termo Museografia, estaria relacionado a relatórios anuais sobre o trabalho dos museus, artigos de pesquisa sobre museus de área particular, relatórios sobre os procedimentos de aquisição de material de museu, conservação ou restauração de coleções, catalogação, planejamento e exposição, assim como, atividades administrativas e técnicas de museus. E, Museologia, como teoria e metodologia de trabalho no Museu.

Tais observações nos mostram que o campo passava por uma afirmação de identidade, onde suas bases necessitavam ser definitivamente definidas para o seu desenvolvimento e crescimento.

Apesar das referências apontarem Neustupný como o primeiro a discutir Museologia enquanto disciplina acadêmica, como citado anteriormente, Scheiner (2012) nos lembra que, ainda em 1945, Gustavo Barroso, já se referia a Museologia como estudo acadêmico, considerando-a como 'o estudo científico de tudo o que se refere aos museus' e também, como Neustupný, diferenciando Museologia de Museografia.

Como mencionado, muitos pensadores da área analisavam o caráter da Museologia (teoria ou prática?) e para Neustupný não foi diferente. Para ele, o conhecimento dos profissionais ligados ao trabalho de organização do museu, acabava por negar a Museologia enquanto uma disciplina teórica, mas a aceitavam enquanto um trabalho prático.

Já Anna Gregorová (1980, p. 19-21), abordava a Museologia como uma nova disciplina científica, ainda em fase de construção, considerando como foco de estudo as relações específicas do homem com a realidade.

² Foi diretor do Centro de Educação em Museologia e Professor de Pré-História e Museologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de Charles, Praga, Tchecoslováquia.

Apesar desta indefinição, Neustupný, já colocava na época, que os novos profissionais de museus já pareciam estar mais propensos aos debates teóricos do que as atividades práticas propriamente ditas. Isto, muito por conta, do trabalho interdisciplinar que era vivenciado nos museus e por influência de outras disciplinas como a sociologia, a antropologia, a história, que estavam em desenvolvimento.

Neustupný ainda argumenta que a estrutura institucional desta atividade pode mudar no futuro, e as coleções, mantidas atualmente nos museus, podem ser transferidas para outras instituições, tais como institutos de pesquisa especializada. Esta possibilidade, no entanto, é improvável que altere a natureza característica dos processos de tais coleções. Museus, de uma forma ou de outra, irão permanecer e com eles a Museologia.

Já para Judith Spielbauer (MuWoP nº 2 – 1981, p. 273-282) não possuíamos ainda, um consenso com os profissionais quanto à essência, intenção e direção apropriada da disciplina. E se de fato a Museologia é uma ciência, isso deve ocorrer na base de uma firme, válida e independente teoria e metodologia, tanto no museu quanto na universidade. A autora nos afirma ainda que a teoria nos permite ver a relevância na observação, a identidade no fato e o significado nas inter-relações e que cada ciência tem uma perspectiva única que é exercida. Então, se a Museologia é uma ciência, pode somente operar como uma ciência social, devido à natureza tangível das coleções de museus. Sua existência e significância podem somente ser encontradas dentro do reino do comportamento social humano.

Em 1990, Waldisa Rússio Guarnieri aponta a Museologia como uma ciência nova, em processo, e define fato museal: *a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade a qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação esta que se apresenta “num cenário institucionalizado, o museu”* (GUARNIERI, 1990).

O museu, enquanto fato museal, possui existência própria e uma “força coercitiva”, distinguindo-se dos demais fenômenos sociais, construído na interface entre o individual e o coletivo, sendo de estudo específico do campo Museologia. Rússio Guarnieri, com este conceito, inova com uma nova percepção de Museu (CARVALHO Luciana, 2011, p. 152).

Segundo Peter Van Mench (1992), foi Zbynek Zbyslav Stránský quem, apoiado nas ideias de Neustupný, tomou um importante passo em direção a uma concepção sintético-teórica em Museologia.

A partir da década de 1950 um grupo de especialistas passa a estudar de maneira mais sistemática as bases científicas e filosóficas da Museologia, trabalho este que resultou numa série de definições que foram responsáveis pela estruturação do campo. Alguns destes especialistas reivindicaram para a Museologia o status de ciência aplicada. (Scheiner, 2005).

Os documentos iniciais do MuWoP não conseguiram lidar efetivamente com o estabelecimento de diferentes perspectivas entre Museologia enquanto ciência e Museologia enquanto trabalho prático de museus. Mas foram suficientes para reunir o pensamento dos principais estudiosos da área e o ponto de partida para a afirmação e evolução de uma identidade museológica.

As ideias de autores como Neustupný e Spielbauer, assim como as de outros tantos, foram de extrema importância não só para a época em que foram produzidas, mas também para o desenvolvimento e a consolidação do pensamento museológico até os dias de hoje.

Ao final dos anos 1980, já se confirmava a existência de uma teoria da Museologia e definia-se para ela um lugar de fala no universo acadêmico. A investigação sobre a existência de metodologias próprias do campo e a análise dos limites e das interfaces com outros campos disciplinares (como a Filosofia, os Estudos Culturais, a Ciência Política e a Ciência da Informação) fortaleceram ainda mais a Museologia – definida, a partir de então, como uma disciplina de caráter transdisciplinar, dedicada ao estudo da relação específica entre o Humano e o Real, tendo como objeto de estudo o fenômeno Museu (SCHEINER, 2012).

Scheiner também nos explica que, neste momento, passou-se também a considerar outro objeto de estudo para a Museologia: a “musealidade”, compreendida até então, como um valor documental específico do objeto. Percebida, ao final dos anos 1980, como um “aspecto específico da realidade”.

Em 1999, a mesma autora citada acima, define Musealidade como um valor atribuído a certas “dobras” do Real a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória.

Os conceitos de Musealidade e Musealização serão analisados de forma mais específica ao final desta seção e ao longo da dissertação.

Scheiner também analisa que, de acordo com o novo contexto gerado, nasce o Grupo de Trabalho em Teoria Museológica para a América Latina e o Caribe – ICOFOM-LAM, o primeiro e mais importante grupo de estudos teóricos sobre

Museologia da América Latina, responsável pela produção sistemática de teoria museológica em português e em espanhol.

Voltado para a consolidação da Museologia como campo disciplinar, mas sem esquecer a análise crítica das relações entre sociedade e prática museológica na região, coube ao ICOFOM-LAM desenvolver, desde o início de seus trabalhos (1991-1992), um conjunto de reflexões que muito tem contribuído para implementar e fortalecer os estudos no campo da Museologia. Incluem-se aí os debates sobre a evolução das ideias de 'museu' e de 'patrimônio' na história do conhecimento, bem como a análise transversal dos conceitos que delas se originam. Fazem-se ainda presentes nessa produção questões estratégicas para a Museologia, tais como: a importância do estudo dos termos e conceitos para a consolidação do campo; a tendência às abordagens multiculturais; a preferência pela aproximação holista à Museologia e ao Patrimônio; a defesa do turismo sustentável; a ênfase no papel dos museus como instâncias vivenciais, que contribuem para a formação de indivíduos na plenitude de seu potencial; o interesse pelos projetos comunitários; a constante chamada das autoridades à ação (SCHEINER, 2006 apud SCHEINER, 2012).

Ainda de acordo com Scheiner, devido aos trabalhos produzidos pelo ICOFOM-LAM, durante a década de 1990, intensificou-se a contribuição de teóricos vindos da América Latina na produção de Teoria sobre a Museologia. Já no final dessa década, já se falava em ideias relacionadas a “*museu como fenômeno*” e Museologia como disciplina responsável pelo estudo do museu, das suas diferentes relações e interfaces com o Real.

Perceber o Real de forma holista pode ser o ponto de partida para uma nova interpretação dos fenômenos socioculturais. Pois se não existe separação entre o indivíduo e o mundo, entre o Ser do Homem e o Real, já não é mais possível pensar esse Real enquanto Natureza, Ideia, Deus, História ou Capital, ele a tudo atravessa. Nesta perspectiva, o Homem já não é mais indivíduo, mas uma “dobra do Real”, um modo da substância, uma extensão do Universo, ainda que individuada. E dado que o movimento é absoluto, constitutivo do real, as coisas se constituem na relação - e na compreensão plena de que o que existe é o que é. A lógica holista completa, assim, no pensamento ocidental, uma nova percepção do Real, já presente em Einstein, Freud e Jung: a do real como complexidade, movimento e relatividade. Aqui, tempo, espaço e matéria já não estão no centro das coisas, pois o que está no centro é a relação (SCHEINER, 1998, p. 84-93).

Permite também compreender, de modo definitivo, que o museu tradicional não é o único possível, e que existem outras dimensões do Museu. E que o Museu deve ser pensado agora já não mais como coisa única (portanto, estática), mas como fenômeno, e portanto coisa dinâmica, independente de um local e de um tempo específicos, podendo estar simultaneamente em muitos lugares, sob as mais diversas formas e manifestações (SCHEINER, 1998, p. 84-93).

Em 1999, Scheiner (2012) nos explica que a Museologia já era plenamente entendida como um campo disciplinar, definida na sua interface interdisciplinar.

Os estudos evoluíram para a investigação dos cruzamentos entre a Museologia e as novas tecnologias; para a análise das interfaces com o patrimônio, em todas as suas representações; e para a investigação dos significados do termo 'museu'. (Scheiner, 2012).

Podemos afirmar que ao falarmos sobre a gestão de museus e patrimônios e suas diversas relações, estamos, inevitavelmente, nos remetendo a uma coordenação de uma ciência maior, ou seja, a Museologia. Uma disciplina embasada teoricamente e respaldada academicamente.

A produção sobre Teoria Museológica passou, definitivamente, a fazer parte do conteúdo programático das principais universidades que desenvolvem projetos de pesquisa no campo da cultura e do patrimônio.

A seguir, mais algumas definições de Museologia, de importantes teóricos da área, que tanto contribuíram para o fortalecimento do campo em questão, segundo informações de Bruno Brulon Soares e Luciana Carvalho, disponíveis no site da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO³):

Anna Gregorová (antiga Checoslováquia) define a Museologia como “uma nova disciplina científica que estuda as relações específicas do homem com a realidade”.

André Desvallées (França) pensa, inicialmente, o Museu e a Museologia sob um ponto de vista tradicional, mas, a partir da década de 80, passa a privilegiar o Museu em seu caráter de fenômeno (detalhado a seguir) e os novos paradigmas sociais, se tornando um dos principais representantes da chamada Nova Museologia. E, assim como Stránský e Gregorová, define a Museologia como a ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade.

Ivo Maroëvic (antiga Iugoslávia), assim como tantos outros autores, também define a Museologia como uma disciplina científica. Trata do estudo da musealidade através da “*musealia*”, que segundo ele (1997), consiste na quantidade variável de informações e mensagens oriundas dos documentos da realidade museal, além de analisar questionamentos ligados a teoria e a prática no museu.

³ Disponível em: <http://www4.unirio.br/museologia/escolademuseologia/algumasvisoes.htm>. Acesso em 29 jun. 2013.

Mathilde Bellaigue (França), afirma que a Museologia não é ciência do museu, mas define como seu objeto de estudo, a relação científica do Homem com o Real, em sua totalidade: A Teoria Museológica é, então, formada a partir da prática museal, cujo laboratório é o Museu, tendo o Real, como seu material de experimentação.

Stránský (antiga Checoslováquia) focaliza o estudo da Museologia no fenômeno Museu, baseado em teorias filosóficas.

Para Tereza Scheiner (Brasil), a Museologia enquanto campo do conhecimento organizado no final do século XX deve ser estudada a partir das bases filosóficas e científicas da contemporaneidade. Scheiner também afirma que a Museologia deve ser compreendida como o estudo e a análise do fenômeno Museu, enquanto representação social nos diferentes espaços e tempos.

Museu, museologia - Problemas de terminologia e de categorias integram também a museologia geral. A noção inexata, a observação voltada para o ponto de vista prático, institucional e funcional afastam de se exprimir a substância da coisa. “Assim, o objeto, por exemplo, da estética não pode ser o edifício ou uma instituição que colecionem e exponha obras artísticas, mas sim a relação específica estética do homem com a realidade, o museu, igualmente, não pode constituir o objeto da museologia” (BARAÇAL, Anáido, 2008, p. 30).

A breve análise desta trajetória da Museologia enquanto disciplina, nos leva a entender que apesar de ter como seu objeto de estudo a relação do homem com a realidade, ela não deixa de ter sua história vinculada ao mundo dos museus. E, para tanto, é indispensável, tecermos alguns comentários a respeito dessa relação.

Analisamos, a seguir, um termo importante, amplamente difundido e debatido e de fundamental importância para a compreensão do desenvolvimento desse campo museológico em questão, que é o conceito de Museu Integral.

Em 1972, realizava-se em Santiago, Chile, uma mesa-redonda voltada para a reflexão do papel dos museus na América Latina. De acordo com Hughes de Varine-Bohan (1988), houve uma tomada de consciência, por parte dos profissionais ali presentes, de que não conheciam as cidades onde habitavam e trabalhavam.

A partir deste momento, surgem debates ligados ao desenvolvimento sociocultural da região e a real necessidade de participação e envolvimento do museu para a elevação da qualidade de vida e obtenção de melhores condições para o futuro. São discutidos temas como: problemas do meio rural, do meio urbano, do aperfeiçoamento técnico-científico e da educação permanente.

Para tanto, também discutem a importância da participação comunitária, que ela seja capaz de entender seus problemas e propor soluções, achando nos museus, o meio ideal para isto.

Percebemos que, durante o evento da Mesa Redonda de Santiago do Chile, passou a ser evidenciado o caráter social da Museologia, esta, que na altura dos acontecimentos, já era reconhecida como um campo legítimo do conhecimento e pertencente à área das Ciências Sociais.

Essa conjuntura foi responsável pelo surgimento de algumas definições e conceitos importantes para o entendimento da área museológica, como, por exemplo, Museologia de ação e o chamado Museu Integral.

De acordo com a definição de Museu Integral, a instituição museológica passa a ser entendida como veículo de mudança social e um instrumento para o desenvolvimento sustentável, destinada a proporcionar a comunidade em que está inserida, uma visão em conjunto de seu meio natural e cultural. O museu passa então a incentivar a participação da comunidade, agora consciente de seu espaço na sociedade e capaz de reconhecer e valorizar seu patrimônio, mantendo, assim, sua identidade cultural.

Hoje, o Museu é percebido pelos teóricos como um fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação esta a que denominaremos "musealidade". A musealidade é um valor atribuído a certas "dobras" do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como 'Museu' poderá também mudar, no tempo e no espaço (SHEINER, 1999: texto não publicado).

Quanto à Museologia, pode ser entendida hoje como o campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do Museu enquanto representação da sociedade humana, no tempo e no espaço. Abrange o estudo das múltiplas relações existentes entre o humano e o Real, representadas sob diferentes formas de museus: museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; museus virtuais/digitais. Como disciplina acadêmica, tem metodologias específicas de trabalho, relativas à coleta, preservação, documentação e comunicação do patrimônio da Humanidade. Possui ainda uma terminologia específica, ora em desenvolvimento, que permite o trabalho integrado com outras áreas do conhecimento, tanto na teoria como na prática (SHEINER, 1999: texto não publicado).

Analisando as definições de Museus e Museologia apresentadas ao longo do texto, percebemos que até hoje, profissionais da área, analisam e discutem questões relativas a esses conceitos e que a discussão, provavelmente, atingirá no futuro patamares até então inimagináveis.

Como pudemos perceber também, houve uma mudança significativa no conceito de museu e sua participação na sociedade e, com isso, a transformação gradual do papel da Museologia diante do novo cenário sociocultural encontrado e da necessidade de adaptação perante a complexidade e o alargamento de termos a ela associados, como as questões ligadas ao patrimônio, a identidade e a memória. A evolução do pensamento museológico no decorrer das últimas décadas nos dá a possibilidade de abordar o fenômeno do patrimônio cultural, de interpretá-lo e conservá-lo de uma forma totalmente inédita.

A seguir, abordamos alguns termos importantes e fundamentais, como, musealidade, museália e musealização, necessários ao entendimento da ação da Museologia dentro do espaço Museu. Sem eles, não há possibilidade de percebermos as diversas relações ocorridas dentro deste espaço, como, homem - objeto – informação / mundo visível – mundo invisível, que legitimam a área em questão.

Segundo Maroevic (1997⁴), a noção de “musealidade” abrange a maior parte das qualidades imateriais dos objetos ou dos conjuntos do patrimônio cultural, ou mesmo dos objetos de museu, no sentido mais estrito.

A musealidade é a característica de um objeto material que, inserido numa realidade, documenta outra realidade: no tempo presente é um documento do passado, no museu é um documento do mundo real, dentro de um espaço é um documento de outras relações espaciais. Assim, objetos de um determinado tempo e lugar podem documentar diferentes sociedades, ao ser testemunhos do seu desenvolvimento. Objetos de um lugar determinado podem documentar o tempo de sua origem ou o passo do tempo e do lugar a que pertenceu, ou algum outro momento do tempo de principal importância e do qual subsistem apenas tênues referenciais. Musealidade é o valor não material ou o significado de um objeto que nos dá o motivo de sua musealização (Maroevic, 1993, 96-97). Musealização é o processo que permite aos objetos viver dentro de um contexto museológico. (MAROEVIC, 1997).

A partir do reconhecimento da musealidade (valor atribuído), damos início ao processo de musealização (transferência de um objeto do “mundo” em um objeto de museu, naquilo que Maroevic denomina de Museália, onde cada objeto passa a ter outra identidade, além da original). Musealização é antes de tudo um ato de valoração.

⁴ Não paginado.

Souza (2008, p. 23) menciona que para Chagas (2003), a musealização tem início com a seleção, resultado da análise de um olhar especializado (olhar museológico) sobre as coisas. Uma atitude crítica, que parte do necessário distanciamento para a análise do conjunto de bens culturais e naturais. Etapa esta que junto com a proteção e a exposição fazem parte do conjunto de práticas sociais relacionadas ao museu.

O objeto de museu (museália) é uma soma de significados e a Museologia tem a ver com a pesquisa, o descobrimento e a leitura da Musealidade (ou significação) escondida em, ou em conexão com os objetos (MAROEVIC, 1997).

Como a memória é, de fato, o armazenamento de significações, isto significa que a musealidade, em todo o processo de identificação, contribui para o descobrimento da dimensão da memória do patrimônio cultural tangível.

Ainda de acordo com Maroevic, a musealidade encaminha a memória para o diálogo de seus componentes à sociedade humana, em cada tempo concreto. Neste contexto, não influenciará a redução da memória, mas fortalecerá seu papel na identificação de significados de um determinado objeto. A musealidade dirigirá a descoberta de estímulos para associações e conotações. Promoverá uma compreensão total dos valores do patrimônio, porque esta é a única medida que pode ser comunicada às pessoas de todas as gerações.

A memória está também ligada a um contexto. Os objetos musealizados perdem geralmente o seu contexto histórico primário ou original (seu contexto vivente preserva-se apenas na documentação e na abordagem conceitual daqueles que são capazes de imaginar este conceito. Seu contexto museal é completamente artificial. Adaptou-se a fim de prover ao original certas novas conotações, que são fruto de diversas abordagens especulativas, onde tudo é possível se existe um quadro capaz de completar o conceito (MAROEVIC, 1997).

Maroevic ainda completa dizendo que, as identidades de um objeto, tal como foram formuladas por Van Mensch em 1988, vem determinando as diversas maneiras como podemos analisar um objeto de museu. Suas distintas e complexas formas também podem ser aplicadas, por exemplo, ao patrimônio *in situ*.

Além dos termos analisados anteriormente, não podemos, da mesma forma, deixar de falar sobre os aspectos em torno do conceito de identidade, que tanto permeia o mundo dos Museus (um dos pilares do Museu Integral, por exemplo) e da Museologia.

Começamos, então, com uma definição de identidade elaborada por Varine-Bohan: *tal como carteiras de identidade ou passaportes, a identidade cultural é uma coisa útil, às vezes até vital, a ser mostrada àquelas pessoas, organizações, grupos que detém o poder real – que, em outras palavras, são “superiores”* (VARINE-BOHAN, 1986, p. 33-40).

Varine-Bohan ainda completa dizendo que teme afirmar que a necessidade de demonstrar identidade cultural é, em si mesma, o sintoma de “complexo de inferioridade”.

Defender esta identidade, o direito à existência de um indivíduo, uma comunidade, uma sociedade e até mesmo uma nação, torna-se assim uma medida defensiva, tornada necessária pela própria agressão que foi – e que ainda é, de certa forma, imposta aos marginalizados, aos oprimidos, aos exploradores e até mesmo aos grupos dizimados (como algumas tribos de índio da Amazônia brasileira) (VARINE-BOHAN, 1986, p. 33-40).

A promoção da identidade cultural pode manter e até reforçar o complexo de inferioridade, mas sem de nenhum modo compensá-lo. E, para tanto, os museus podem e devem atuar de modo a defender essas identidades: podem ser os melhores cartões de visitas possíveis.

Spielbauer, na década de 80 (1986, p. 273-282), define identidade como sendo comportamentos partilhados e estruturados, expectativas e crenças, bem como produtos tangíveis, que formam uma combinação única de atributos associados a um grupo específico de pessoas.

Para o indivíduo, a identidade é a percepção de que ele está se relacionando com o mundo cultural e natural e a sensação simultânea de pertencimento. É a afirmação de um lugar e posição no mundo. Enfim, é a aceitação e o compartilhamento de direitos, responsabilidades, comportamentos, crenças, expectativas e símbolos comuns. Neste contexto, nada melhor que os museus para servirem de centro de referência para o apoio e reconhecimento das identidades.

Spielbauer também analisa que enquanto os elementos de identidade são percebidos geralmente internamente, alguns elementos precisam ser visualmente aparentes, conseguidos através da utilização de símbolos, como: objetos, rituais, decorações, adornos, comportamentos, linguagem, direitos, responsabilidades, entre outras possibilidades.

Podemos, assim, afirmar que o conceito museu é utilizado como um dos elementos em que a identidade tem sido utilizada para representar valores (Spielbauer, 1986, p. 273-282).

Porém, temos que ter muita cautela com essa imagem que o museu pretende transmitir. Pois, demasiadas vezes, ao tentar reforçar sua auto-imagem, a instituição museu, como grupo representativo, tem atuado ou pode ter atuado a custa de outros grupos sociais, tanto no processo de apreensão quanto no de interpretação. E, isto, tem tido incalculável efeito para a compreensão do indivíduo sobre si e sua identidade.

O interesse pela identidade e, conseqüentemente, pelo passado, se reflete na criação de lugares de memórias, locais de rememoração, como, museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, que buscam evitar o esquecimento e focar uma noção de continuidade e pertença.

O museu deixa de ser uma instituição, um local onde estão preservadas algumas coleções, para tornar-se uma atitude, a representação de um comportamento em meio à fragmentação do mundo contemporâneo (LENA VANIA PINHEIRO, 2004, p. 173).

Identidade, representada e interpretada na forma de exposições museológicas, por exemplo, deve ser abordada de modo a respeitar toda a sua complexidade inerente a sua própria definição. Para tanto, a cada grupo social, deve ser dada a oportunidade de se expressar honestamente, de forma que seja significativa e importante para si, enquanto, é, ao mesmo tempo, compreensível para os outros.

Há portanto uma forte consciência de que o Brasil a ser representado é menos uma totalidade já concluída, composta por valores transcendentais e heróis nacionais do que um processo contingente de construção com base em fragmentos de sociedade e de cultura, representações do cotidiano de diversos grupos e categorias sociais situados no espaço e no tempo histórico. Mas, além dessa variação diacrônica e sincrônica nos conteúdos da representação da nação nos museus brasileiros, é preciso enfatizar que a variação também é perceptível nas modalidades mesmas de entendimento da linguagem museográfica. Não é absolutamente irrelevante assinalar que o que está no coração mesmo desses processos de representação no espaço dos museus é o fato de ali se desenrolar uma linguagem específica que é articulada por meio de espaços, imagens e objetos materiais, e que não traduz de modo transparente uma linguagem de conceitos (...) (GONÇALVES, José Reginaldo, 2007, p. 99-100).

Segundo Gonçalves (2007, p. 82-100), não basta dizer que os museus representam identidades nacionais, identidades étnicas, religiosas, entre outras. É

preciso responder por que essas representações feitas por meio de objetos materiais continuam a exercer sua magia e despertar fascínio sobre as pessoas.

Uma sugestão é que os objetos materiais, ao contrário do que pensamos usualmente, não se restringem à função de suportes de significados. Nesse sentido, os espaços dos museus, assim como os objetos materiais que abrigam, não são apenas instrumentos de representação ou de “invenção” da nação ou de quaisquer outras categorias. Estas representações são na verdade vividas como fatos, não como ficções. E os objetos materiais, especialmente os objetos de museu, desempenham função estratégica nesse processo. Os objetos contemplados nas exposições históricas ou etnográficas são percebidos como metonímias de realidades distantes no espaço ou no tempo, estabelecendo com estas uma relação de continuidade sensível. E nesse sentido desempenham um papel ativo, ao imprimir realidade, materialidade e visibilidade a categorias abstratamente formuladas, mediando o visível e o invisível (Pomian, 1987). (GONÇALVES, 2007, p. 100).

Segundo Varine-Bohan (1986, p. 33-40), para contrabalançar o objetivo da identidade cultural, do ponto de vista da ofensiva, nada melhor que a iniciativa comunitária. A sociedade deve criar maneiras de se adaptar as formas de se viver diante das novas circunstâncias encontradas; mostrando força e aptidão para enfrentar os desafios.

Para isto, o museu deve tornar-se um agente ativo de desenvolvimento geral, e isto porque ele é um símbolo e um repositório da identidade cultural (VARINE-BOHAN, 1986, p. 33-40).

Ainda de acordo com Varine-Bohan, podemos identificar quatro diferentes funções para este novo museu: ser um banco de dados sobre objetos; atuar como observatório de mudanças; tornar-se um laboratório, um workshop, um local de encontro e oferecer uma vitrine do presente estado da comunidade. Além disto, deverá atuar em três direções: ação, capacitação e investigação.

Não há intenção aqui de fazer uma análise complexa sobre cada tipologia de museu, nossa finalidade foi apenas apontar um panorama geral sobre a trajetória da Museologia enquanto campo científico responsável pela gestão dos Museus.

Após análise sobre as trajetórias da Museologia⁵, passando por sua afirmação como campo do conhecimento e sua indispensável ligação com o mundo dos Museus, chegamos a algumas conclusões importantes ao desenvolvimento profissional teórico-prático na atualidade: não existe teoria sem prática e vice-versa; não tem sentido falarmos que existe um método ou uma tipologia de museus melhor ou superior a

⁵ De acordo com uma das linhas vigentes do pensamento museológico.

outro; o museu clássico ou tradicional não se encontra em oposição ao novo museu; não existe uma Nova Museologia em detrimento de uma antiga e ultrapassada Museologia; o objeto de estudo da Museologia não é o Museu; Museus devem sempre estar direcionados ao desenvolvimento sociocultural do meio em que estão inseridos; Museologia não é atividade empírica e sim científica. São apenas formas diferentes de conceber e pensar o conceito museu de acordo com a realidade espacial e temporal encontrada.

A seguir, analisaremos mais profundamente a relação dos Museus e da Museologia com os conceitos de Memória, Identidade, Patrimônio e Preservação, implícitos na compreensão da dinâmica que os envolve.

1.3 Patrimônios e seus desdobramentos

Os debates em torno dos conceitos de Museologia e Museu, assim como dos termos a eles associados, como *Coleção*, *Memória*, *Identidade*, *Patrimônio* e *Preservação* aparecem ao longo da dissertação e, mais especificamente, ao decorrer deste primeiro capítulo, como um todo, já que são conceitos que se entrelaçam e se complementam entre si.

Como já brevemente citado anteriormente, os artefatos materiais, portadores de carga simbólica, passam por processo de escolha e valoração que os elevam a status de objetos de museus e patrimônios a serem preservados. Para tanto, discutimos a seguir, aspectos ligados a esses questionamentos, levando em consideração a multiplicidade de visões em torno do conceito de patrimônio.

Vale destacar que, o objetivo da presente seção de capítulo, é delinear e destacar algumas visões gerais sobre o conceito de patrimônio, sem deixar de apresentar e/ou aprofundar os termos a ele vinculados, conforme mencionado anteriormente.

Começamos, com uma definição de patrimônio difundida pela UNESCO: “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras

gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade”.

O patrimônio pode atingir diversas feições, podendo ser: nacional, regional, material, imaterial, cultural, natural, entre outros. Ele também possui diversas aplicações e depende do contexto sociocultural que se refere.

José Reginaldo Gonçalves, em uma comunicação apresentada na mesa-redonda denominada “Patrimônios emergentes e novos desafios: do genético ao intangível”, realizada em Caxambu, 2002, fez a seguinte definição de Patrimônio:

“Patrimônio” está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos e financeiros, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente e oportuna formulação no Brasil. Parece não haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (GONÇALVES, 2003, p. 21).

Gonçalves coloca que estamos diante de uma categoria de pensamento de extrema importância para a vida social e mental de qualquer grupo humano, analisando ainda, que sua importância vai muito além das modernas sociedades ocidentais.

Relacionando ao que foi dito na primeira seção de capítulo, onde realizamos uma breve analogia entre coleções e museus, Gonçalves, durante a mesma comunicação comentada acima, nos explica que a categoria “colecionamento” traduz, de certo modo, o processo de formação de patrimônios.

Sabemos que esses, em seu sentido moderno, podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, apropriados e expostos por determinados grupos sociais. Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um patrimônio (CLIFFORD, 1985; POMIAN, 1997) (GONÇALVES, 2003, p. 22).

Porém, o próprio Gonçalves avalia que nem todas as sociedades humanas constituem patrimônios com o propósito de acumular e reter os bens que são reunidos. Muitas sociedades têm com o objetivo de acumular, a redistribuição, ou até mesmo, a simples destruição.

O importante é focar na possibilidade de transitar analiticamente com essa categoria entre diversos mundos sociais e culturais (GONÇALVES, 2003, p. 22).

É possível transitar de uma a outra cultura com a categoria patrimônio, desde que possamos perceber as diversas dimensões semânticas que ela assume e não naturalizemos nossas representações a seu respeito. Em contextos sociais e culturais não-modernos, ela coincide com categorias mágicas, tais como mana e outras, e define-se de modo amplo, com fronteiras imprecisas e com o poder especial de estender-se e propagar-se continuamente (GONÇALVES, 2003, p. 23).

Gonçalves ainda comenta que a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. Para tanto, ele cita o exemplo da literatura etnográfica, onde os bens materiais não são classificados como objetos separados de seus proprietários.

Regina Abreu (2007, p. 263-285) também analisa cuidadosamente questões ligadas ao patrimônio, onde para ela: a noção de patrimônio, com a qual trabalhamos atualmente, está diretamente relacionada a uma percepção linear de tempo. É importante destacar que essa noção foi pensada na conjuntura da sociedade ocidental moderna e que está diretamente ligada a uma noção de herança particular e que não fará sentido em qualquer contexto. Entretanto, também é importante enfatizar *que a noção de patrimônio é uma noção dinâmica, de modo que diferentes significados vão justapondo-se no embate entre políticas de lembranças e de esquecimentos.*

Patrimônio, na verdade, é o reflexo daquilo que a sociedade elegeu e valorou, através de seus representantes devidamente legitimados, para a sua apresentação e afirmação diante do outro. Porém, como toda regra possui exceções, nem sempre, essa escolha é o retrato fiel de uma determinada época ou contexto social. Daí a necessidade do aprofundamento constante das discussões em torno de aspectos antropológicos e sociológicos ligados a esses questionamentos.

Formar coleções, criar museus e constituir patrimônios, independentemente dos motivos e circunstâncias, nos levam, inevitavelmente, a crer que as coisas e a vida não são infinitas e que, precisamos de certa maneira, registrar nossa existência. E essa presença pode ser através da materialidade ou imaterialidade.

Para Andreas Huyssen (2000), é certo que o mundo está sendo musealizado e que os indivíduos fazem parte desse processo. Mas essa necessidade seria, na verdade, uma intensa tentativa de se evitar o esquecimento, através de estratégias de rememoração pública e privada, que denotam um *desejo de nos ancorar em um mundo caracterizado por uma crescente instabilidade do tempo e pelo fraturamento do espaço vivido (HUYSSSEN, 2000, p. 20)*. Estamos sempre em busca de garantir alguma continuidade dentro da compressão real do espaço-tempo em que vivemos. [...] *quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira*

confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto (HUYSSSEN, 2000, p. 32).

Se o desejo de eternidade está na origem da experiência humana da temporalidade, é na relação entre a percepção do efêmero e o desejo do eterno que poderemos reconhecer as articulações de pensamento que teriam dado origem à ideia de patrimônio (SOUZA, 2008, p.11 apud SCHEINER, 2004).

Scheiner (2006) então esclarece que o conceito de Patrimônio nos leva a ideia de valor, o que, conseqüentemente, nos remete ao seu caráter de signo, constituído a partir de percepções identitárias, fortemente vinculado ao sentimento de pertencimento.

Abreu (2007, p. 266) cita o pensamento de Nora (1986), onde a manifestação da noção de patrimônio com o sentido que conhecemos hoje – *enquanto um bem coletivo, um legado ou uma herança artística e cultural por meio dos quais um grupo social pode se reconhecer enquanto tal* – foi lenta e progressiva. Na França, no período posterior à Revolução Francesa, o significado da noção de patrimônio difundiu-se pela primeira vez, quando a população, tomada pelo sentimento revolucionário, destruiu os vestígios do Antigo Regime (propuseram, inclusive, a destruição de bibliotecas públicas).

Para Abreu, foi neste momento, que a perda significativa que se processava, começava a alertar o interesse de intelectuais. Delineava-se, assim, a oposição entre patrimônio e vandalismo, desencadeando uma mobilização protecionista de obras consideradas imprescindíveis para a nação. A ideia de Patrimônio Nacional começava a ser desenhada. Visando conter o fanatismo provocado pelos ânimos revolucionários, promulgaram alguns decretos em defesa do patrimônio público.

Ainda segundo Abreu, o exemplo da França, tomou a extensão de um movimento que se verificaria por toda a moderna sociedade ocidental. O significado da noção de patrimônio estaria, a partir de então, indissolúvelmente relacionado à formação dos Estados Nacionais. As nações passaram a construir e conceber seus próprios patrimônios: bibliotecas, museus, monumentos, obras de arte e todo um acervo capaz de expressá-las e de objetificá-las.

Como assinalou Pierre Nora, para sociedades sem memória era preciso que fossem criados os lugares de memória. O Patrimônio Nacional é o lugar de memória por excelência uma vez que não apenas é capaz de expressar e sediar a Memória Nacional, mas sobretudo, de objetificá-la, materializá-la em prédios, edifícios, monumentos que podem ser olhados, visitados, percorridos. O Patrimônio Nacional consegue a proeza de estancar um tempo veloz

e referenciar os indivíduos sobre as lembranças heróicas das nações modernas e sobre suas próprias lembranças (ABREU, 2007)⁶

Somente no século XX, o Brasil começou a discutir a temática e a inseri-la na pauta dos debates das elites políticas e intelectuais do momento, que até então só estavam preocupadas com projetos de modernização das cidades e não com questões ligadas a salvaguarda do patrimônio nacional.

Para Abreu, mesmo que esta temática permaneça por vezes restrita à compreensão e a ação de certas ações específicas, mesmo que ela não atinja a sociedade como um todo, a mentalidade do patrimônio existe. A grande maioria da população entende, por exemplo, que é necessário preservar as igrejas barrocas de Ouro Preto ou as chamadas cidades históricas.

Independentemente do grau de instrução ou nível social, complementando o pensamento de Abreu, todos os indivíduos tem a perfeita noção do que realmente devem preservar e transmitir aos seus descendentes como parte do registro de sua história. E esse processo envolve escolhas, com a valoração de uma determinada coisa e/ou situação em detrimento de outras, metodologias de preservação e divulgação, ou seja, as mesmas etapas a serem cumpridas na elevação de um determinado Bem a categoria de patrimônio.

Na sociedade moderna, a transferência de conhecimentos é um processo que concerne às escolas e universidades e, de forma particular, aos museus. Os diferentes grupos fazem uso desse serviço de variadas maneiras, de acordo com suas bagagens sociais e culturais. Cabe ressaltar que o vínculo existente entre o patrimônio e os diversificados grupos sociais tem relação direta com o grau de participação desses grupos em sua criação.

Em termos sociológicos, o patrimônio pode ser interpretado como a solidariedade que une aos que compartilham uma quantidade de bens e costumes que o caracterizam. Esta definição encobre o fato de que os usuários do patrimônio dito cultural podem pertencer a diferentes segmentos da sociedade. Todos os bens que vem sendo acumulados através da história, nos diversos países, não pertencem nem são acessíveis a cada um, embora assim se considere em teoria (ECHEVERRIA, Alfonso, 1993).

⁶ Comunicação apresentada originalmente no Simpósio ANT.21 “Patrimônios culturais e identidades em contextos transnacionais: uma visão comparativa”, coordenado por Gonçalves, Jose Reginaldo S. (UFRJ) e Abreu, Regina (UNIRIO), no âmbito do 52º Congresso Internacional de Americanistas - Povos e Culturas das Américas: diálogos entre globalidade e localidade.

E, a Museologia é a área do conhecimento indicada para administrar a relação entre os conceitos apresentados em todas as suas dimensões, dentro e/ou fora do espaço Museu.

Seja na busca e reafirmação da identidade cultural; seja para salvaguardar nosso patrimônio integral e conscientizar a sociedade para a importância deste fato; seja para não deixar que a memória social se apague; seja para fornecer os meios à sociedade para que esta se conscientize da importância das suas ações dentro do processo histórico, a Museologia possui um inegável senso prático. (RANGEL, Márcio, 1999, p. 117).

Como já visto anteriormente, a noção de patrimônio está indiscutivelmente ligada ao sentimento de pertencimento e apropriação, fazendo com que esse *Bem* seja um representante da identidade coletiva. Porém, não precisa ser unanimemente reconhecido por todos para representar sócio - culturalmente uma determinada sociedade. Mas, é de extrema importância, que faça parte das preocupações pessoais de cada indivíduo, não se restringindo apenas as decisões e ações de órgãos superiores.

Os Museus (instituições democráticas que estão a serviço do desenvolvimento sociocultural das comunidades em que estão inseridos), enquanto representantes de identidades individuais e/ou coletivas, como já comentado anteriormente em outra seção, devem ter a preocupação de não distorcer ou privilegiar determinadas identidades em detrimento de outras. Mas, parece que essa missão não é tão simples assim, pois, conforme esclarece Diana Farjalla Correia Lima (2008), o preconceito e a exclusão ainda permanecem vivos em nossa sociedade.

Em relação à reafirmação da identidade cultural pela diversidade, Lima (1998) afirma que o debate deste tema – ou como a autora disse, “a abordagem que defende a legitimação das diferenças que identificam o heterogêneo e os seus símbolos” - não é recente, porém permanece em pauta de discussão enquanto o preconceito e a exclusão tiverem ativos. (CARVALHO, Luciana, 2008, p. 84).

Situações discriminatórias, na maioria das vezes, partem, justamente, de determinadas camadas socioculturais mais suscetíveis e que, ao invés, de se posicionarem de forma decisiva e confiante, agem de modo a privilegiar o conformismo ao negar sua identidade em prol de algo teoricamente “estabelecido”, homogeneizado.

Os museus podem e devem se posicionar de modo a esclarecer e clarear conflitos desta natureza, que, de certa forma, permanecerem as margens das discussões, dificultarão a valorização e afirmação da pluralidade cultural.

Percebemos que ao estudarmos questões relacionadas ao mundo dos museus e dos patrimônios, proporcionamos o conhecimento de diferenciadas possibilidades em relação à compreensão da memória social, através da qual se constroem e se reconstróem as identidades de grupos, de sociedades, de nações e de povos.

De acordo com Marta Anico (2005⁷), o interesse crescente pelo passado produziu um fenômeno conhecido como *boom* da memória, que se traduziu na criação de *lugares de memória* (NORA, 2001) ou *teatros da memória* (SAMUEL, 1994), já mencionados anteriormente. São locais de recordação e conhecimento do passado, que incluem monumentos, museus, arquivos e bibliotecas, efemérides e comemorações, bem como, outras formas de patrimonialização de referências culturais.

Ainda de acordo com Anico, a valorização social crescente do patrimônio, tendência do próprio alargamento do conceito, conduziu ao desenvolvimento de múltiplas ações no sentido de resgate e proteção patrimonial. Essas medidas preservacionistas estariam voltadas para a conservação das identidades e dos referentes culturais, centradas em discursos que visariam não somente o presente, mas também as necessidades futuras.

As teorias mais recentes sobre o patrimônio procuram analisar a questão da autenticidade e o modo como às noções do passado tem sido transformadas por um sistema econômico e cultural global.

Assim, e neste novo cenário global, ou "glocal", a capacidade de reinterpretção cultural é vista como uma modalidade de adaptação ou hibridação que liberta as comunidades do peso de uma versão essencialista da identidade cultural. Os objectos patrimoniais assumem, neste contexto, particular relevância enquanto representações de um passado que procuram enfatizar uma noção de continuidade, coesão e pertença, do mesmo modo que operam como elementos de mediação de uma memória referente a um local e a um tempo que, perante a impossibilidade de ser recuperado é, assim, recriado no presente, pelo que se pode afirmar que "aquilo que simbolizam, representam e contêm no presente é, em alguns casos, altamente eclético [...], o que os torna particularmente úteis na apropriação do passado e na projecção de reivindicações políticas futuras". (LOVELL, 1998, p. 16) (ANICO, 2005).

Segundo Abreu, os museus, terrenos privilegiados para a definição e exposição dos referentes culturais patrimonializados, basearam durante séculos a sua atividade numa aura de autenticidade histórica e cultural dos objetos que colecionavam e exibiam.

⁷ Não paginado.

Museus e patrimônios configuram-se como um legado da modernidade que procuram uma nova legitimação institucional no presente.

Para Abreu, tanto o conceito de patrimônio como o conceito antropológico de cultura vem passando por diferentes segmentos sociais. A ideia de que as culturas devem ser valorizadas em suas particularidades tornou visível, no final do século XX, por exemplo, uma pluralidade de grupos e de interesses até então não valorizados. Ceramistas, capoeiristas, jongueiros, artesãos, xilogravuristas, enfim, artistas dos mais variados segmentos, além de grupos religiosos, associações comunitárias diversas, grupos indígenas, entre outros, vem entrando no debate do patrimônio cultural de maneira firme e decisiva.

Ainda de acordo com Abreu, com o início da contemporaneidade, percebemos claramente que o campo do Patrimônio Cultural apresenta-se como uma área de conflitos e de interesses contraditórios. Hoje, as contendas não são mais as mesmas que nortearam o século XX. Podemos assinalar pelo menos duas mudanças significativas: a organização da sociedade civil e a afirmação do conceito antropológico de cultura com a consequente naturalização e ampliação da noção de diversidade cultural.

Paralelamente, novos conceitos e debates, como os questionamentos ligados a biodiversidade e a biotecnologia, vêm abrindo novas possibilidades a área do patrimônio até então não pensadas. Hoje podemos falar em patrimônio genético, patrimônio científico, com a mesma naturalidade que pensamos e falamos em um patrimônio histórico e artístico.

Concluimos as definições em torno do conceito de patrimônio, com uma definição de Scheiner:

[...] uma poderosa construção sígnica, constituída e instituída a partir de percepções identitárias e integralmente vinculada ao sentimento de pertença – a partir do qual se reflete em todos os jogos da memória e se expressa em todas as representações sociais. 'Patrimônio' é portanto um conceito polissêmico, que pode estar vinculado tanto ao conjunto de elementos possuídos pelo indivíduo, na esfera pessoal, como ao conjunto de signos reconhecidos como 'bens', por uma ou mais coletividades. Impregnado de um sentido econômico, expressa as relações que cada grupo social estabelece com a natureza ou com sua produção cultural – estando diretamente influenciado pelas maneiras sob as quais cada sociedade compreende Natureza e Cultura. (SCHEINER, 2003).

Como pudemos perceber, o conceito de patrimônio é bem amplo, e, pelo o que tudo indica, continuará sendo expandido continuamente. Atualmente podemos falar

de patrimônio material, patrimônio imaterial, patrimônio natural, patrimônio global, patrimônio científico, entre outras possibilidades, sem descaracterizá-lo. E, a Museologia, como já dito anteriormente, é a área do conhecimento capaz de transitar harmoniosamente entre todas essas possibilidades.

É nítido que os termos e conceitos citados e analisados ao longo do presente capítulo, se entrelaçam formando uma teia de ligações inseparáveis. Portanto, a seguir, dando continuidade a essas definições, abordamos os questionamentos em torno da Memória.

Mas afinal, o que é a memória?

É um processo de associações mentais que se origina de um sistema de relações entre nossa própria percepção e imagens, fatos, fenômenos e/ou experiências vividos. Este processo é fortemente vinculado ao presente (o indivíduo percebe o passado através do presente); permanente e contínuo (a cada momento, retemos na memória imagens e impressões que serão, um dia, utilizadas); e inconsciente, ainda que nem sempre involuntário. É o processo de memória que identifica o homem como gerador de cultura, e que oferece os parâmetros utilizados pela espécie humana no seu caminho civilizatório (SCHEINER, 1997).

Scheiner (1997) citando Bergson nos lembra *que estamos sempre cercados de imagens, que agem e reagem umas sobre as outras em todas as suas partes elementares, segundo leis constantes da natureza*. Neste sentido, uma imagem se destaca sobre todas as demais: o nosso corpo. É através do corpo que nos relacionamos com o mundo (mundo interior, mundo exterior).

Scheiner nos explica que a percepção do corpo, e conseqüentemente, dos sentidos a ele associado, é o primeiro contato do ser humano com a noção de patrimônio, ou seja, nosso corpo é nosso maior patrimônio.

Ainda de acordo com Scheiner, o conhecimento do real começa, portanto, pela consciência, por uma percepção muito particular que cada indivíduo possui do mundo exterior. *Não existe percepção que não esteja impregnada de lembranças, que não tenha uma certa duração, e que não exija um esforço da memória.*

Segundo Paul Ricoeur (1996, p. 11), a memória permanece, em última instância, como única guardiã de algo que "efetivamente ocorreu no tempo".

Levando em conta a disposição temporal, a memória se aproxima da história pela sua "ambição de veracidade". Visando, portanto, a uma melhor apreensão e compreensão das relações passado, presente e futuro. Os recentes estudos

franceses, nesta área, atestam a impossibilidade de uma separação, até então admitida, entre a memória e a história.

Scheiner também cita que Bergson crê numa memória pura, individual, feita de imagens e possível de encontrar quando isolamos nossa consciência individual do social. Para ele, *lembrar-se é voltar às costas ao presente e à exterioridade social, para mergulhar na interioridade, a fim de buscar um passado vivido.*

Já Kessel (2007⁸), afirma que a memória coletiva tem uma importante função de contribuir para o sentimento de pertinência a um grupo de passado comum, que compartilha memórias.

E é, justamente, este sentimento de pertença e compartilhamento de determinados aspectos culturais, materiais e ou imateriais, que caracterizam a criação ou invenção de patrimônios.

Scheiner (1997) cita Halbwachs que diz que recordamos o passado por meio de um ato de inteligência, um ato puramente social.

Toda memória individual se particulariza por seu ponto de vista sobre a memória coletiva: a sociedade é, portanto, a origem da memória individual (SCHEINER, 1997). Esta memória individual aparece sob a forma de uma “memória dos outros”, ou mesmo pela experiência do “reforço de nossas lembranças pelo Outro”.

De acordo com Scheiner, para Namer (1987), a memória se dá, então, a partir de uma experiência simbólica do Outro. “Reconhecer é colocar-se no lugar de um Outro interiorizado”. Quando memorizamos, dialogamos com um Outro. Portanto, para Scheiner (1997), a vivência da memória é social.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, Michael, 1992).

Para Pollak (1992, p. 200-212), os elementos formadores da memória, individual ou coletiva são em primeiro lugar os acontecimentos vividos pessoalmente e em segundo lugar, os acontecimentos "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos presenciados por um grupo ou pela coletividade a qual a pessoa se sente pertencida.

⁸ Não paginado.

São fatos dos quais a pessoa nem sempre presenciou, mas, que, no inconsciente, tomaram uma grande dimensão.

Se formos mais a diante esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. De fato - e eu gostaria de remeter aí ao livro de Philippe Joutard sobre os camisards -, podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (POLLAK, 1992).

Para o mesmo autor citado acima, a memória também é constituída de *peessoas, personagens*, que podem ser avaliadas usando o mesmo esquema apresentado anteriormente. Pessoas conhecidas ao decorrer da vida, “freqüentadas por tabela”, indiretamente, que mesmo distantes, se tornam quase conhecidas e até mesmo personagens que não viveram no mesmo espaço-tempo da pessoa, mas que adquirem certa familiaridade, como, por exemplo, personagens históricos, também constituem a memória.

E, ainda segundo Pollak, além dos acontecimentos e das personagens, a memória, também é constituída de lugares. Lugares de memória, lugares ligados a uma determinada lembrança, sem necessariamente um apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar especial vivenciado na infância ou em determinada fase da vida, mas que permaneceram como um registro forte, independentemente da data exata do acontecido. Já na memória pública, pode haver os lugares que apóiam essa memória, como os monumentos.

Baseando-se no pensamento do autor, podemos sem sobra de dúvida, assim como afirmado por Nora, definir os museus como “lugares de memória”, lugares legítimos para esse tipo de representação, em que podemos encontrar ao mesmo tempo a memória individual conjugada com a memória coletiva.

Scheiner (1997) afirma que se acreditamos verdadeiramente em uma memória social, é possível acreditarmos também em uma memória múltipla (diferentes manifestações de memória). Cada memória teria sua própria lógica. Haveria, assim, uma memória sábia (em oposição a uma memória popular), uma memória dominante e uma memória dominada. Mas se adotarmos a abordagem historiográfica, identificaremos uma sucessão de memórias sociais no tempo e no espaço.

Sempre cultural e sempre social, a memória não é coletiva “a não ser quando é dominante ou ao menos importante para um número expressivo de indivíduos, na sociedade global ou nacional”. Ainda que tenha a característica de memória de grupo, ela pode estender-se para além do espaço e do tempo desses mesmos grupos, renovando-se através de correntes de pensamento social (SCHEINER, 1997).

A experiência da memória coletiva é também uma experiência concreta, afetiva: a memória coletiva é uma memória vivida e certa, ela nos liga à experiência da significação compartilhada, ela nos traz um sentimento de coesão dos espaços e dos tempos numa ordem de significações. Ela faz-se mais importante por completar o sentido de nossa lembrança individual (SCHEINER, 1997).

Para Myrian Sepúlveda dos Santos (1989), a memória é muitas vezes descrita como a simples capacidade de lembrar o passado. Contudo, segundo a autora, os conceitos de memória são diversos e ainda continuam contrapondo-se uns aos outros, uma vez que a relação entre "indivíduo", "sociedade" e "tempo" continua a ser compreendida de diferentes maneiras.

À medida em que tanto o conceito de indivíduo quanto o conceito de tempo passam a ser relativizados de forma mais radical, a tentativa de fazer da memória um objeto de análise--seja como experiência individual, seja como tradição cultural--é colocada em questão. A memória vai representar não a ida ao passado, mas exclusivamente a presença deste no presente através dilemas éticos e morais. A ênfase em uma consciência histórica, que propunha simultaneamente a explicação universal de eventos e intenções, e a impossibilidade de transcender e objetificar a realidade, alcança um impasse onde quaisquer explicações de eventos e intenções são colocadas em questão. (SANTOS, 1989, p. 147).

Segundo Santos, alguns pensadores se referem à memória não apenas como uma simples reminiscência do passado, mas como "tradição", ou seja, como a permanência de fatos do passado de que não sabemos e que manifestamos através de desejos, sentimentos, atitudes, hábitos, entre outros.

Neste sentido, ela não é apenas construída socialmente, mas é também um aspecto fundamental na construção da sociedade. Desta forma, amnésia não representa apenas esquecimento, isto é, a incapacidade de reconstruir aspectos do passado em detrimentos de outros, mas a incapacidade de viver experiências verdadeiras que seriam transmitidas entre passado e presente. (SANTOS, 1989, p. 156).

E são de acordo com esses aspectos que os museus se constituem como apropriados lugares de memória a serviço do desenvolvimento da sociedade em que estão inseridos, propiciando, através de suas linguagens específicas, essas “experiências verdadeiras”.

Esses “lugares de memória”, onde se cruzam as diversas formas de memórias, como as familiares e pessoais, podem ser, como analisou Nora, lugares materiais ou não materiais, onde se apresentam as memórias de uma nação, por exemplo: um monumento, um palácio, uma imagem, um sabor. Reconstrói-se, assim, a representação que um povo faz de si mesmo.

Portanto, como visto, não existe a possibilidade de falarmos sobre Museologia, Museus, coleções, objetos, patrimônios, preservação, sem entendermos, minimamente, os conceitos de identidade e memória.

Segundo Ivo Maroevic (1997⁹), os objetos e conjuntos patrimoniais podem deteriorar-se como uma consequência de sua própria vida, mas esta é também uma das formas através das quais se acumulam as características que constituem a memória. Por tal motivo, a transferência de um objeto para a realidade museal ou o estabelecimento de um contexto museológico para o objeto ou para os conjuntos patrimoniais *in situ* é uma das formas para sua preservação. Isto implica na criação de premissas para a conservação desta parte do significado que se acumulou dentro ou em torno do objeto. Mas também significa a ruptura com a continuidade social e a vida ativa do objeto como já analisado anteriormente de acordo com o pensamento de Krzysztof Pomian (1984, p. 51-86).

De acordo com Maroevic, os objetos ou conjuntos patrimoniais selecionados adquirem outros significados, e ser ou estar separados de seu contexto, anulam os campos semânticos nos quais estes objetos haviam estado inseridos. Este é o preço a pagar para a preservação dos objetos e para tornar possível que permaneçam como testemunhos do tempo em que surgiram.

Ainda para Maroevic, a preservação da memória é um aspecto particular da preservação do patrimônio, seja no museu ou *in situ*. Está contida no conceito de preservação do patrimônio cultural, pois, além de testemunho, a memória é uma das razões fundamentais dessa preservação. Pressupõe uma identificação cuidadosa do que constitui a memória nos objetos patrimoniais.

O conceito "patrimônio cultural", nos últimos anos, adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, se avançou para uma compreensão do patrimônio como o conjunto de bens culturais, referentes às identidades coletivas. Desta forma,

⁹ Não paginado.

paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos, sítios arqueológicos, paleontológicos, entre outros, passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional.

Não tem sentido falarmos de bens culturais, patrimônios culturais, sem falarmos de seus referentes sociais, ou seja, das identidades que representam. Eles só existem se fizerem sentido a um determinado grupo social, que os identificam e os valoram como tais. Destacamos aqui a importância de medidas educacionais, tão discutidas e difundidas no meio patrimonial, como sendo fundamentais para a valorização e preservação do patrimônio em todas as camadas sociais e culturais.

O patrimônio cultural de uma região, nação ou da humanidade não tem uma existência a priori, em si mesma; ele é uma construção que requer escolhas e estas, por sua vez, vinculam-se a valores. Valores artísticos, históricos, paisagísticos, etnográficos, culturais, entre outros. Enfim, valores que vão intercambiando-se na importância e prioridade que lhes é dada. E, sendo a preservação do patrimônio cultural uma construção que envolve atores sociais, os pressupostos que a ancoram, ou seja, a noção sobre valores são variáveis no tempo e no espaço.

O homem, enquanto ser em constante transformação, tem o dever consigo mesmo, com a sociedade de seu tempo e com as gerações futuras, de tomar atitudes conscientes que visem à preservação dos patrimônios que lhes representem sócio culturalmente.

Segundo Carlos Lemos (1981), para podermos preservar as características de uma sociedade, teremos, obrigatoriamente, que mantermos as características mínimas de sobrevivência, todas elas ligadas ao meio ambiente em que estão inseridas e ao saber. Para o autor, a proteção do bem cultural não deve ser entendida somente como objeto de estudo para cientistas e historiadores, mas como a preservação necessária para a manutenção das raízes de cada civilização. A preservação dos bens culturais é a forma mais eloqüente e autêntica de transmissão das maneiras de pensar, agir e sentir das antigas gerações às atuais gerações.

O monumento, o sítio e o objeto trazem em si todo um emaranhado de realizações humanas, como: características familiares, valores religiosos e morais, organizações políticas e econômicas, entre outras. Não há como contestarmos o valor social do patrimônio cultural (Lemos, 1981) e, tampouco, a importância de sua preservação.

Porém, em relação à preservação, Mário Chagas (2003, p. 97), reforça um pensamento já citado anteriormente, onde para ele, a simples preservação de um conjunto de bens (tangíveis ou intangíveis) não constitui por si só um patrimônio. É necessário que tanto o remetente quanto o destinatário dessa prática social reconheçam e agreguem valores a esse mesmo conjunto de bens, que poderá ser transmitido de uma geração para outra (perspectiva diacrônica), como também poderá ser partilhado numa mesma geração (perspectiva sincrônica).

Mesmo que algumas práticas vinculadas ao poder público alimentem-se de uma visão restritiva, que considera o patrimônio cultural um conjunto de bens móveis e imóveis, nos últimos anos, os conceitos de valor histórico e artístico, de patrimônio, bem cultural, memória e identidade vêm sendo gradual e sistematicamente ampliados, gerando, assim, novas possibilidades de interpretação.

Somando-se aos conhecidos critérios de valoração, destacamos alguns pontos abordados atualmente: patrimônio enquanto processo; aspectos intangíveis desta produção; ênfase às identidades e ao conhecimento tradicional; custódia coletiva dos bens patrimoniais; defesa do seu usufruto por todas as camadas sociais e uso do patrimônio para fins turísticos e / ou como garantia do desenvolvimento sustentado.

Hoje, circula a ideia, como também já comentado anteriormente, de patrimônio cultural enquanto processo de identificação coletiva no qual a representação e os valores socioculturais são fundamentais no processo de averiguação dos vínculos existentes entre a população e o patrimônio em questão (material e imaterial).

Essa visão contemporânea em torno do conceito de patrimônio e termos associados, como também já mencionados anteriormente, incide novos valores ao papel do museu enquanto lugar de memória e veículo de representação social.

Para Scheiner (1988), o museu deixa de ser uma instituição, um local onde estão preservadas algumas coleções, para tornar-se uma atitude, a representação de um comportamento em meio à fragmentação do mundo contemporâneo.

Os espaços museológicos passam a serem tidos como lugares de representação do Outro, pois é através do Outro que todo indivíduo se reconhece e que toda sociedade se identifica a si mesma (SCHEINER, 1998, p. 40-49). Para ECO (1989), apresentado em Scheiner (1988), se o mesmo permanece voltado sobre si mesmo, não há pensamento possível; não há, tampouco civilização. Nas palavras de Scheiner:

Em sua função de espelho, de que maneira o Museu poderá ser o Outro? O Museu será um espelho que traduz, simultaneamente, o outro lado do Mesmo (o reflexo) e a face do Outro em outro tempo, em outro lugar (a representação). Mas nem sempre é um espelho fiel: na medida em que cria um tempo e um espaço próprios, tende a construir uma realidade simbólica, um tecido de representações simbólicas do Real. E, como qualquer coisa construída, essa malha simbólica já será em si mesma metáfora, e não o reflexo “absoluto do Real” (SCHEINER, 1998, p. 40-49).

Porém, a prática tem se mostrado muito diferente do apontado na teoria, no que se refere aos aspectos ligados ao patrimônio e a sua preservação, especialmente no Brasil, e, para isto, apontamos algumas conclusões de Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 213-224): enquanto insistirmos nos atuais procedimentos de seleção de bens culturais, com atitudes fechadas e altamente centralizadoras, dificilmente o universo do patrimônio será representativo da diversidade cultural; apesar dos últimos debates sobre suas especificidades e limites, o instituto do tombamento, continua sendo praticamente o único recurso realmente eficaz para a proteção de bens culturais; se persistirem os critérios tradicionais de valoração, que dão ênfase aos aspectos formais e à dimensão estética dos bens, dificilmente o patrimônio brasileiro atingirá uma dimensão social mais ampla e referir a diversidade e dinâmica da cultura brasileira como um todo.

E, conseqüentemente, isto se reflete no mundo dos museus. Tornando-os, assim, muitas vezes, espelhos refletores de imagens vultuosas e conflitantes. Memórias e identidades precisam representar a sociedade como um todo e não somente a pequenos grupos elitizados e detentores de falsas realidades.

Patrimônio, como brevemente visto, é um conceito dinâmico, político, em constante difusão e compreensão, que envolve valores e exige a presença direta de variados setores sociais. Referir-se a ele, é ampliar conceitos e preconceitos, é entender toda a dinâmica a sua volta, englobando aspectos naturais e culturais.

O intuito deste capítulo, reafirmando o já mencionado, foi traçar um paralelo geral e breve sobre os aspectos ligados ao mundo dos Museus e da Museologia, bem como, aos termos e conceitos a eles associados. A seguir, especificamos e direcionamos as discussões de acordo com as necessidades do tema proposto, como a análise das características essenciais dos chamados museus científicos universitários e do patrimônio fossilífero.

CAPÍTULO 2

Museus e Coleções Científicas Paleontológicas Universitárias

2. Museus e Coleções Científicas Paleontológicas Universitárias

A partir do presente capítulo, e após avaliarmos aspectos e considerações gerais que permeiam o mundo dos museus e das coleções, concentramos os debates em uma tipologia específica de museus. No primeiro momento, abordamos os questionamentos ligados aos museus científicos universitários de forma ampla, analisando suas definições, objetivos, missões, competências e desafios, para em um segundo momento, delimitarmos ainda mais nosso objeto de estudo, ou seja, focalizarmos nas especificidades envolvendo Coleções Paleontológicas, com a análise de conceitos básicos e fundamentais ao seu entendimento, como: Geociências, Geodiversidade, Paleontologia, Patrimônio Natural, Fóssil, Preservação e Musealização.

2.1 Museus Científicos Universitários: definições, objetivos, missões, competências e desafios

Museus científicos de caráter universitário constituem uma tipologia específica de museus, possuidores de características, objetivos, desafios e metodologias de trabalho próprias a sua natureza. Portanto, a seguir, visando a sua melhor compreensão, analisamos alguns questionamentos específicos, como: quais as definições, objetivos, missões, competências e desafios desses museus? São instituições que devem formar e preservar suas coleções exclusivamente para o atendimento da comunidade científica local ou, assim como qualquer outro museu, devem servir ao desenvolvimento da sociedade como um todo? Possuem caráter temporário, no sentido de atenderem apenas as necessidades diretas e imediatas da pesquisa científica universitária, havendo assim, uma inconstância na existência e divulgação de seus bens ao longo do tempo ou, carecem também, assim como instituições afins, dos mesmos mecanismos de preservação e comunicação de seus conteúdos patrimoniais? Quais caminhos devemos seguir, preservá-los, mantendo-os a partir da essência e dos objetivos das instituições museológicas, levando em conta suas particularidades, ou permitirmos que sua característica universitária, de ensino, extensão e pesquisa seja sobreposta e evidenciada, aceitando assim, por exemplo,

que análises científicas sejam praticadas indiscriminadamente, colocando, muitas vezes, sua preservação e perpetuação em risco? Nossas preocupações devem estar voltadas a adequada preservação de um Patrimônio, legalmente, reconhecido como pertencentes à nação ou devem ser direcionados ao desenvolvimento acadêmico local? Qual o papel e a responsabilidade dos atores envolvidos nesta dinâmica? O que são instituições *fiéis depositárias* de coleções científicas, quais situações elas se enquadram? Ou seja, interrogações que demonstram claramente a complexidade das discussões em torno do tema analisado.

Tais questionamentos, conforme perceberemos a seguir, são extremamente complexos e de difícil resolução. Se por um lado devemos perpetuar esse patrimônio, preservando-o dentro das mais rígidas normas de preservação, como em qualquer segmento do patrimônio, por outro, devemos garantir amplas condições de investigação e produção de conhecimento. Caso contrário, os conceitos de preservação e perpetuação não teriam sentido. Porém, o nível de complexidade se torna maior, quando lidamos com conceitos, dinâmicas e objetivos vindos de diferentes áreas.

A seguir, abordamos, primeiramente, algumas considerações a respeito do contexto histórico de formação e criação de museus universitários, para depois, analisarmos as especificidades tipológicas.

Fernando Gil (2005, p. 33-52), pesquisador português e antigo diretor do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, nos esclarece que a existência de coleções ligadas ao ensino e a pesquisa vem de muito longe, desde o Século XVII pelo menos, sobretudo nos domínios da História Natural e da Medicina.

Neste último caso, essas coleções estavam estreitamente ligadas aos Theatrus Anatomicus que começaram a surgir na Itália e na Holanda, a partir dos finais do séc. XVI no ensino da Medicina. Uma sugestiva reprodução de um desses teatros anatómicos pode ser hoje admirada no Boerhaave Museum da cidade holandesa de Leiden, cuja designação lhe foi dada em homenagem ao grande médico e cientista com o mesmo nome que viveu de 1668 a 1738 e foi um dos mais reputados professores europeus de medicina, no século XVIII, fundador da moderna observação clínica dos doentes e das suas práticas naquela matéria (GIL, 2005, p. 41).

Segundo Gil, essas coleções começaram a ser formadas com o objetivo de servirem de auxílio às aulas, ligadas a instituições geralmente de caráter universitário, mas não constituíam propriamente museus, se levarmos em conta as definições destes.

Gil também nos aponta outra origem para o surgimento das coleções dos museus universitários, estas estariam situadas nas “coleções de curiosidades”, que tiveram seu ponto de partida no Renascimento, cuja primeira iniciativa provavelmente tenha sido tomada em Florença pelos Médicis. No entanto, conforme já apresentado no capítulo anterior, admite-se que o primeiro museu universitário e também o primeiro museu moderno aberto ao público em 1683, tenha sido o Ashmolean Museum, criado a partir da coleção doada pelo colecionador Elias Ashmole à Universidade de Oxford.

Ainda segundo Gil, o desenvolvimento dos museus universitários, partindo dos de História Natural, caracterizou-se a partir da segunda metade do século XVIII e, principalmente, no XIX, dando origem a importantes galerias.

Na realidade, as coleções reunidas passaram de “Gabinete de Curiosidades” a coleções indispensáveis para os estudos de taxonomia e sistemática, cujo interesse aumentava à medida que iam descobrindo novas espécies nos mundo até então inexplorados. Esse interesse científico (que também era político e econômico) deu origem a numerosas expedições da iniciativa de diversos países [...] (GIL, 2005, p. 42).

No decorrer do século XIX e na primeira metade do XX, as coleções dos museus de História Natural, ainda de acordo com Gil, começaram paulatinamente a ser enriquecidas e depois reconhecidas por três grupos de interesses diferentes (pesquisadores, estudantes e público em geral), fazendo com que surgissem, não de forma coincidente, três tipos de coleções no mesmo museu (sobretudo aos ligados a uma universidade): as destinadas ao grande público; as voltadas ao ensino e as científicas, tão completas quanto as possibilidades de um museu.

Com o desenvolvimento das ciências geológicas e biológicas, cujos fundamentos físico-químicos têm sido progressivamente aprofundados, a investigação científica nestes domínios foi-se afastando progressivamente daquilo que podemos designar por “objecto museológico”, centrando-se cada vez mais no átomo e na molécula, tornando, na opinião de diversos especialistas, os Museus de História Natural organismos obsoletos no que respeita ao ensino e à investigação (GIL, 2005, p. 43).

Porém, o próprio autor aponta essa afirmação, descrita acima, como sendo exagerada. Continuam a ser de extrema importância essas coleções de estudo para o ensino e o desenvolvimento destas ciências.

De modo análogo o estudo de certas disciplinas das ciências geológicas, como a mineralogia e a petrologia, necessitam da observação e manuseamento, pelos estudantes, de exemplares de minerais e de rochas. E, não esqueçamos que, para além de sua importância no ensino e na investigação, os Museus de História Natural têm um papel cada vez mais importante na divulgação do

conhecimento da Natureza e sensibilização para sua observação, estudo e proteção (GIL, 2005, p. 44).

Em Martha Marandino (2009, p. 1-12) também encontramos referências sobre a importância dessas coleções na educação e popularização da ciência para a população de modo geral.

A seguir, definições e particularidades dos museus universitários, de acordo com a visão de autores especializados e documentos autorizados e reconhecidos pela comunidade científica da área em questão.

A Declaracion de Salamanca Sobre El Patrimonio Historico-Cultural de Las Universidades voltada às instituições européias e a Carta de Intención De Los Museos Universitarios de Argentina, voltada à realidade daquele país são um desses documentos importantes para a conceituação e significação dos museus pertencentes aos meios universitários. Apesar de serem documentos direcionados a realidades diferentes, não deixam de ter seu reconhecimento e importância para a comunidade internacional na busca de parâmetros e delimitações comuns.

De acordo com a Declaracion de Salamanca podemos tirar as seguintes definições e conclusões: as universidades são depositárias de primeira ordem do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de um país; o patrimônio universitário, rico e completo, é constituído por bens móveis e imóveis, arquivos, bibliotecas, edifícios, objetos artísticos, jardins e árvores históricas, conjuntos urbanísticos e paisagísticos e coleções móveis; este patrimônio que se mantém vivo e ativo encontra-se diretamente envolvido nas atividades de docência, aprendizado, investigação e gestão, característicos da vida acadêmica e que contribuem para a dinâmica econômica e social dos entornos em que estão inseridos; a sensibilização para esses patrimônios irão ajudar as universidades a lidar com as mudanças que enfrentam atualmente sobre sua missão de ensino, aprendizagem e geração de novos conhecimentos frente a uma sociedade em rápida transformação; as mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, nas universidades, com a multiplicação da comunidade acadêmica, trouxeram a tona a pressão sobre a salvaguarda do patrimônio universitário, que se encontrava em perigo de dano e necessitava de políticas urgentes a sua proteção; as universidades devem estar comprometidas com o estudo, proteção, restauração e divulgação destes patrimônios, em seu conhecimento e valorização por toda a sociedade; as universidades estão comprometidas também com a formação e manutenção de novos patrimônios, incorporando-os ao acervo comum para o serviço e desfrute das gerações futuras.

Já a Carta de Intención De Los Museos Universitarios de Argentina, trazem as seguintes considerações: o patrimônio universitário é representativo da história dos povos e seu entorno e constituem uma alternativa para o reconhecimento de identidades institucionais para a reflexão crítica a cerca da relação dessas identidades com os processos políticos, sociais e culturais do país; os museus universitários dão conta de paradigmas e práticas de investigação e docência levadas a diante pelas universidades; os museus universitários vêm contribuindo na construção do conhecimento para a sua democratização e popularização; nos últimos anos, os museus universitários vêm definindo seu perfil, reconhecendo seu valor, sua singularidade e a importância da preservação de seu patrimônio; existem recomendações nacionais e internacionais que reconhecem, valorizam e apóiam a existência e o desenvolvimento de museus universitários; os museus pertencentes às universidades possuem uma rica experiência e põem em prática programas de divulgação e comunicação que promovem responsabilidades baseadas no conhecimento; é reconhecido que os museus universitários constituem espaços de educação não formal que trabalham concomitantes com a educação formal; são vistas como relevantes as experiências de mostras itinerantes, que permitem socializar o patrimônio em comunidades afastadas e pequenas e que carecem de outras opções semelhantes; as autoridades universitárias devem incrementar seu apoio acadêmico, técnico e econômico em seus museus e dependências, bem como proporcionar a profissionalização de seu pessoal, mediante capacitação contínua, formal e não formal.

Outro documento importante é o ensaio apresentado no I Simpósio sobre Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais, onde pudemos perceber que estes museus nem sempre nasceram no âmbito das atividades acadêmicas. Algumas vezes as universidades receberam instituições inteiras, outras, receberam como herança, coleções que impulsionaram a formação de museus ou até mesmo através de departamentos e institutos que geraram processos museológicos.

De acordo com Adriana Mortara Almeida (2001, p. 10-47), os museus universitários podem ser formados de várias maneiras: pela aquisição de coleções particulares, doações, compras, transferência de tutela de uma instituição museológica já constituída para o âmbito da universidade, coletas, pesquisas de campo, entre outras diversas possibilidades.

Segundo o ensaio comentado anteriormente é extremamente difícil delimitarmos e traçarmos o perfil dos museus universitários brasileiros, pois encontramos uma variedade de formas e conteúdos muito grandes, além de uma estrutura organizacional muito diferenciada de uma instituição para outra.

Dispersos de norte a sul do país, inseridos nas capitais ou nas cidades do interior, protegidos pelo campus universitário ou localizados nos centros urbanos, os mais de 100 museus desta natureza têm sob sua responsabilidade, desde questões de abrangência universal e nacional, até aspectos do microcosmo de uma área do conhecimento, passando por problemas regionais e impasses científicos (Ensaio apresentado no I Simpósio sobre Museologia na Universidade Federal de Minas Gerais – no âmbito da mesa redonda – Pesquisa, Ensino e Extensão nos Museus Universitários, Belo Horizonte (Brasil), 1997).

Apesar das grandes diferenças, segundo o ensaio, o que os une é a *cumplicidade com o ensino, a pesquisa e a extensão*. E é, justamente neste sentido, que as possibilidades de propostas conjuntas se constituem. Porém, não podemos deixar de lado as características inerentes aos processos museais, pois mesmo através de todas as transformações conceituais, técnicas e tecnológicas presentes na contemporaneidade, tais instituições ainda possuem como cerne de discussão central a articulação entre a salvaguarda e a comunicação de seus referentes patrimoniais.

Durante o Simpósio também foi destacada a importância das universidades para os museus e vice versa. A inserção de atividades ligadas ao ensino, pesquisa e extensão, contribui para o fortalecimento dos museus e, por outro lado, o museu também tem toda potencialidade de desenvolver as três funções básicas com sabedoria e competência.

Foi reconhecido também, durante o ensaio analisado acima, a importância do ensino das ciências e das artes no âmbito das atividades museológicas, abrindo novas dimensões e possibilidades a educação universitária. Assim como as coleções, fontes de informações são fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento.

Neste sentido, compreendemos nitidamente a importância de uma instituição para a outra. Cada uma se fortalece com as definições e objetivos da outra, como se a existência de uma estivesse necessariamente vinculada à existência da outra. Uma análise exagerada e utópica, já que ambas são instituições historicamente e culturalmente independentes, mas que em tese nos faz pensar e refletir sobre o papel de cada uma delas diante da sociedade.

Apesar dessa aparente integração, ainda de acordo com o referido Simpósio, nem sempre os museus têm uma boa aceitação no meio acadêmico: ausência de instalações adequadas, não reconhecimento de atividades científicas desenvolvidas pelos museus, falta de estrutura organizacional, falta de reconhecimento profissional, entre outras, abordadas mais adiante.

Porém, um fato relacionado a esses museus e também analisado no ensaio de 1997, não requer dúvidas: a parcela de responsabilidade dos museus universitários no desenvolvimento sociocultural da sociedade em que estão inseridos.

Segundo Alice Semedo (2005, p. 265-281), tanto o museu quanto a universidade não se constituem em territórios sagrados. Ambas são instituições centrais de discussão pública, que têm levado a importantes reflexões sobre os seus papéis, objetivos e responsabilidades, tornando-as agora parceiras diante o desenvolvimento sociocultural da comunidade em que estão inseridas. E essa transformação está relacionada a era da globalização e da sociedade do conhecimento que exigem sistemas educativos cada vez mais competitivos e adequados as novas exigências. Porém, apesar dessa competição, não devemos nos afastar das práticas relacionadas ao desenvolvimento local e regional.

Continuando com os questionamentos apresentados acima, a mesma autora pondera: qual relação com o crescimento da sociedade do conhecimento e a missão das universidades tem os museus em geral e mais especificamente os universitários? Para Semedo, assim como ocorre com outras instituições, o museu também passa por uma crise de “posicionalidade”, revendo a cada dia seus princípios e missões, que agora envolvem novos debates, como *democratização, cidadania e relevância*. E que melhor lugar para explorar a interdisciplinaridade e os novos desafios que não os museus?

E quando juntamos esses dois universos, museus e universidades, parece que o debate se torna mais extenso e complexo ainda. Por um lado a especialização constante dos saberes e das disciplinas e por outro, instituições de caráter cada vez mais interdisciplinar. Como chegar a um ponto de equilíbrio nesta relação sem que haja conflitos?

Para Semedo, como é amplamente conhecida, a maior parte das atividades universitárias, permanece compartimentada no âmbito restrito disciplinar, o que acaba refletindo também a postura de seus museus. Cria-se, então, um verdadeiro contrassenso em relação às definições de Museologia que é vista normalmente como uma

área interdisciplinar por natureza e que mobiliza muitos saberes na sua permanente função de *re-construção*.

Outro aspecto se torna altamente relevante nessa intrincada relação envolvendo museus e universidades, segundo Almeida (2001, p. 10-47): a necessidade de acesso a objetos e coleções no ensino e na pesquisa universitária.

Tal necessidade já seria suficiente para justificar a formação e a preservação de museus universitários, porém, se de um lado essa é uma de suas funções básicas, por outro, também é o ponto central de discordâncias em relação a sua gestão pelo âmbito da Museologia, já que envolvem questionamentos ligados diretamente a sua área de conhecimento, como preservação, disponibilização, acesso e uso de coleções, objetivos e missões do museu, muitas vezes vistas de formas diferenciadas pelos cientistas envolvidos.

De acordo com Almeida, principalmente, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a maioria dos autores afirma a importância dos museus universitários estarem voltados quase que exclusivamente para o atendimento da comunidade universitária, relegando para um segundo plano os outros públicos. Neste sentido, para estes museus, não restam dúvidas quanto aos seus objetivos, servirem ao ensino da graduação e da pós-graduação.

De fato, esta realidade é praticamente unânime dentro dos museus universitários brasileiros. Porém, sem de forma alguma querer atribuir valores e julgamentos antecipados, perguntamo-nos apenas se esta prática pode ser empregada indiscriminadamente dentro de qualquer museu desta natureza. Portanto, como seus agentes, principalmente, os profissionais de Museologia, devem agir nesta situação? Planejem-se e dediquem-se apenas as necessidades acadêmicas ou ampliem-se para atender a comunidade como um todo?

E são justamente através desses debates que conseguimos imaginar os primeiros motivos para essa complexa relação, levando-nos a formular algumas importantes interrogações, como: coleções desta natureza devem estar à disposição da sociedade como um todo ou apenas da comunidade acadêmica inserida? Museus universitários devem ser altamente especializados ou devem se abrir a interdisciplinaridade como é comum nas instituições museológicas de modo geral? Devem possuir caráter temporário, de modo a atender as necessidades acadêmicas momentâneas ou resguardarem-se o máximo possível para o aproveitamento de atuais e futuras gerações? Inúmeros são os questionamentos, que discutiremos no

próximo capítulo, sobre as particularidades do Museu da Geodiversidade, de modo a comparar teoria e prática.

Após nos perguntarmos, principalmente, sobre a missão dos museus universitários, encontramos, analisando mais profundamente o pensamento de Almeida que não estávamos totalmente errados:

A ampliação dos programas para outros públicos não é uma unanimidade, mas há casos exemplares, como o Museu da Universidade de Philadelphia, Pennsylvania. O museu, dedicado à arqueologia e à antropologia, possui coleções de valor internacional trazidas de diversas expedições e desenvolve programas para os mais diversos públicos (ALMEIDA, 2001, p. 32).

Almeida também nos relembra que as universidades, de modo geral, possuem coleções que podem estar ou não sendo utilizadas para o ensino e que não necessariamente constituem um museu.

Nestes casos específicos, comentados acima, admitimos a existência de coleções voltadas exclusivamente ao atendimento da comunidade acadêmica, já que, encontram-se muito distantes das definições clássicas de museus e cumprem adequadamente seus objetivos.

Semedo (2005, p. 265-281) também aponta com um dos principais desafios dessa relação o surgimento de novas perspectivas direcionadas à educação, principalmente em relação à chamada educação científica.

Ao abrirmos qualquer de um de nossos jornais diários em qualquer dia, o mais certo é depararmo-nos com uma série de notícias que afetam o nosso mundo e nossa forma de viver e que se relacionam com a ciência de uma forma ou outra: epi-pandemias, bombas de fósforo branco, reprodução genética, alterações climáticas são apenas alguns dos temas desta semana. Se é verdade que temos assistido ao surgimento de algumas revistas/colunas jornalísticas de divulgação científica e de alguns programas televisivos fortemente participados por cientistas das nossas universidades ou, até mesmo, séries de ficção em que os cientistas são protagonistas e que se destinam “ao público em geral”, incongruentemente, esta proximidade tem sido acompanhada por uma crescente iliteracia científica e tecnológica de que também nos vão dando constantemente notícia (SEMEDO, 2005, p. 270).

Neste sentido, tanto a universidade quanto o museu devem responder às essas novas necessidades e expectativas que emergem com a demanda da sociedade do conhecimento. Para isto, Semedo destaca a importância da universidade na educação científica e técnica e dos museus, principalmente, através de suas exposições, na divulgação natural da cultura e da ciência. Ambos são espaços destinados a discussão e ao diálogo, mas também palco de confrontações e experimentações. E se essa é

uma missão básica de qualquer museu, será que os meus universitários carregariam, então, uma dupla responsabilidade?

Penso que sim. Se esta é uma necessidade real e urgente para todos os museus mais será para os museus curadores de colecções constituídas, na sua maioria, a partir do desenvolvimento de experiências e investigação ou de objectos que apoiavam/apóiam o ensino das diversas disciplinas. Todos reconhecemos o valor dos museus como fontes de imaginação, inspiração e aprendizagem ao longo da vida, sendo suas colecções um recurso excepcional que permite a criação de contextos de aprendizagem performativa; quer dizer, que se apóiam na experiência e que têm em conta a experiência. Para além disso a sociedade de informação e a “divisão digital” criou mudanças fundamentais que reclamam acções concretas por todos os níveis de serviço público. Estas acções têm que refletir mudanças nos padrões de comunicação e das diferentes formas de aprendizagem. Para além das parcerias óbvias com o sector de educação formal muitas outras se podem estabelecer tendo em vista estes objectivos. As clivagens existentes remetem-nos para as questões de acessibilidade em relação às quais os museus de ciências físicas e tecnológicas, em particular, têm papel a desempenhar na exploração da ciência e no apoio à aprendizagem ao longo da vida. Por outro lado, aprender não faz parte só do desenvolvimento de novas capacidades e aptidões e da vantagem económica que as sociedades devem cultivar. Aprender é igualmente central para a forma como desenvolvem novas formas de auto-governança. Quaisquer que sejam as novas formas de cidadania e de envolvimento democrático das comunidades nas decisões que afectam a nossa sociedade, estas formas dependem de noções radicais de informação, debate, diálogo, comunicação (SEMEDO, 2005, p. 271-272).

Porém, ainda de acordo com Semedo, os museus universitários necessitam passar por algumas mudanças para que essas missões sejam atendidas. A primeira gira em torno da alteração da centralidade das questões relativas à cultura museológica de investigação e gestão de suas colecções. O foco agora terá que ser equilibrado de acordo com as complexas questões sociais e culturais dos públicos na sua procura de relevância, exigindo maior envolvimento e pró - atividade dos atores envolvidos. E, para tanto, presumi-se um exercício de alargamento daquilo que consideramos serem públicos de museus universitários. Isto, para que, em um segundo momento, os museus possam melhor refletir sobre seus programas de comunicação, mais especificamente sobre suas exposições.

E sobre exposições museológicas, mais especificamente as ligadas aos museus científicos, Semedo nos explica que o modelo baseado numa *epistemologia do objeto e a celebração do Progresso e dos feitos da ciência* é, altamente criticado e ultrapassado. Esta visão atinge seu auge em meados do Século XIX, em um momento em que o Ocidente presenciava o desenvolvimento do conhecimento sem antes

imaginado *acerca do universo material, que resultava de uma extensa e sistemática investigação, experimentação, exploração e teorização que tinha lugar, principalmente no seio das universidades (SEMEDO, 2005, p. 273)*. Pretendia-se, exaustivamente, explicar os mistérios da criação, através da observação e da experimentação.

As exposições realizadas nestes museus tinham por objetivo, segundo a autora, a visibilidade para um novo grupo de conhecimentos, voltadas para narrativas evolucionistas que, no conjunto das suas inter-relações, buscavam uma tentativa de apresentar uma ordem totalizadora do mundo.

Assim, este modelo tende a apresentar exposições de pendor celebrativo com sistemas de informação fechados que utilizam vocabulários especializados e exibem os princípios científicos como verdades absolutas e contemplativas, na medida em que se apóiam na epistemologia do objecto e no poder que lhe atribuem (SEMEDO, 2005, p. 273).

Semedo ainda analisa criticamente as exposições de carácter exclusivamente didático, onde, em seu ponto de vista, se presume visitantes altamente pacíficos e o museu como responsável por injetar doses de ciências. Neste contexto, os visitantes são tidos como meras massas de manobra cabendo-lhes apenas a instrução a qualquer custo.

Alguns museus na tentativa de minimizar o quadro apresentado acima utilizam em suas exposições, atividades interativas, mesmo deixando muitas vezes o objeto para um segundo plano. Apesar de serem encaradas como atitudes modernizadoras e eficientes, não chegam a alterar a tipologia do museu em questão. *Ainda se configura o museu-templo que expõe os produtos da ciência como meros “troféus” na marcha para o Progresso (SEMEDO, 2005, p. 274)*. Centros de ciências tentam, de modo geral, a ultrapassar esses embates e promover a educação científica.

Após breves considerações, através do pensamento de Semedo, sobre as especificidades das exposições científicas¹⁰, permitimo-nos realizar alguns também sucintos comentários: assim como não existe uma tipologia de museus melhor ou mais adequada do que a outra, como já mencionado no capítulo anterior, não existe uma linguagem de exposição mais eficiente do que a outra, são apenas visões diferentes de pensar e agir no espaço museu; devemos ter cuidado, principalmente devido ao alargamento do conceito museu, com os chamados centros culturais e espaços

¹⁰ Cabe ressaltar que não serão analisadas mais profundamente as características das chamadas linguagens expositivas utilizadas em museus, por fugirem dos objetivos do presente trabalho.

interativos, pois, mesmo com atividades expositivas, nem todos podem ser classificados como instituições museológicas; a ciência pode e deve ser apresentada em exposições de museus de todas as tipologias e não somente em espaços destinados exclusivamente a este fim.

Através de Ana Delicado (2004, p. 1-17), damos continuidade às discussões em torno dos chamados museus científicos, representados essencialmente em dois tipos de museus: os museus de ciência e os museus de ciências naturais. Instituições estas que sofreram importantes transformações ao longo do tempo, demonstrando elevado crescimento e dinamismo. Públicos, privados, universitários ou de qualquer outra natureza, os museus científicos encontram-se espalhados por todo o país, cumprindo diversificadas funções e atendendo as variadas necessidades de seus públicos.

Segundo Delicado¹¹, os museus científicos são assim divididos: museus de ciência e tecnologia (relativos a uma ou mais ciências exatas ou tecnológicas, como física, astronomia, química, matemática, ciências médicas, além dos planetários e dos centros de ciências); museus de história natural e ciências naturais (destinados à exibição de temas ligados a uma ou várias disciplinas como a geologia, biologia, botânica, paleontologia, ecologia); Zoológicos, jardins botânicos e aquários (espaços museológicos com exposição de espécimes vivos).

De acordo com Delicado, inclui-se nesta categoria, além das funções básicas relativas aos objetivos e missões comuns aos museus, já mencionadas no capítulo anterior, às especificidades próprias inerentes a estes tipos de instituições. Para tanto, são consideradas sete funções principais: promoção da cultura científica, investigação, apoio ao ensino, serviços à comunidade, salvaguarda do patrimônio, educação ambiental e reforço da identidade (local e ou institucional).

Valem aqui, por sua indiscutível importância e ligação com o desenvolvimento do tema da presente dissertação, algumas considerações mais profundas sobre as características dos chamados museus de história natural e ciências naturais.

Primeiramente a definição de 2004 do Conselho Internacional de Museus (ICOM) para Museus de História Natural:

Museu, no âmbito da História Natural. Sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos; instituições que conservam coleções de espécimes vivos – vegetais e animais, como Jardins Botânicos e

¹¹ De acordo com a classificação proposta pela UNESCO na preparação *Statistical Yearbook*.

Zoológicos, aquários e vivários; os Centros Científicos e os Planetários; as Reservas Naturais; Instituições e Organizações que têm pesquisas em matéria de conservação, educação, formação, documentação e outros temas relacionados aos Museus e Museologia; outras Instituições a critério do Icom (ICOM, 2004).

Segundo Inga Veitenheimer-Mendes, Marta Fábian & Maria Silva (s/d, p. 189-209) a visão atual para os Museus de História Natural é a de um Banco de Dados da Biodiversidade local, regional, nacional e internacional, passada e atual, que visa o conhecimento, a preservação e a qualidade da vida no Planeta. Tais museus formam coleções únicas e irreproduzíveis, uma vez que suas amostras são altamente individualizadas e específicas da história dos ecossistemas analisados, no espaço e no tempo.

De acordo com a breve definição acima, podemos imaginar a importância dessas coleções científicas para o estudo da biodiversidade, de interesse da humanidade, através de seus bancos de dados. E, segundo as mesmas autoras, possuem valor inestimável devido:

- *dados que permitem conhecimentos biogeográficos de populações naturais;*
- *registro documental da ocorrência de espécies, modificação de sua área de distribuição ou de sua extinção;*
- *base para estudos taxonômicos, genéticos, epidemiológicos, entre outros;*
- *ferramenta importante para estudos de conservação;*
- *base de dados para o planejamento e desenvolvimento de futuras pesquisas na área ambiental;*
- *base para a educação ambiental no seu sentido mais abrangente e para o incremento do turismo;*
- *subsídio para definição de políticas e tomada de decisões relativas ao uso e manejo de áreas naturais.*

(VEITENHEIMER-MENDES, FÁBIAN & SILVA s/d, p. 201-202).

Ainda de acordo com as autoras mencionadas acima, tradicionalmente, coleções da biodiversidade nos Museus de História Natural, são classificadas da seguinte maneira:

- **Zoológicas** *que correspondem a conjuntos de animais preservados ou vivos ou produtos da atividade animal (ninhos, pegadas...) amostrados, geralmente, em ambientes naturais e preparados especialmente para que permaneçam em condições de estudo por centenas de anos. Coleções de invertebrados e de vertebrados são exemplos de coleções preservadas; jardins zoológicos são exemplos de coleções de animais vivos. No passado, as coleções zoológicas, conforme se constata no histórico dos Museus de História Natural, os espécimes mais raros eram destinados à exposição pública, visando exibir o espólio de terras exóticas. Hoje, as espécies raras e comuns*

são igualmente elementos importantes destas coleções uma vez que representam a diversidade biológica de uma região ou de ecossistemas específicos;

• **botânicas** que correspondem a conjuntos de plantas ou amostras preservadas ou vivas. Os herbários, as carpotecas, as xilotecas, as palinotecas são exemplos de coleções preservadas; os jardins botânicos, os arboretos e os bancos de germoplasma são exemplos de coleções vivas;

• **paleontológicas** que correspondem a conjuntos de peças fósseis – vestígio ou resto petrificado ou endurecido de seres vivos que habitaram a Terra antes do Holoceno e que se conservaram em depósitos sedimentares da crosta terrestre sem perder as características essenciais – de animais e plantas que revelam a história evolutiva destes grupos. Em exposições de museus tanto podem ser utilizadas peças originais como moldes (contra-moldes). Neste último caso, visa-se principalmente a preservação das peças originais, que são únicas e, na maior parte das vezes, sem possibilidade de reposição.

(VEITENHEIMER-MENDES, FÁBIAN & SILVA s/d, p. 205).

Percebemos e reafirmamos que os museus científicos universitários cumprem diversificadas funções e objetivos, de acordo com os tipos de museus e realidades encontradas (sociais, econômicas, políticas, educacionais, culturais). Uma combinação com múltiplas visões e facetas, repletos de personagens, expectativas e dinâmicas, tornando-os, cada vez mais, desafiadores para aqueles que com eles lidam.

Imediatamente Gil (2005, p. 33-52) nos mostra que os museus universitários não estão limitados aos modelos científicos. Qualquer instituição, que possua motivação e condições propícias, poderá criar seu próprio museu. Porém, ainda verificamos que, apesar da grande variedade tipológica disponível, muitas universidades detentoras de importantes patrimônios ainda não constituíram seus museus.

Verificamos também outros importantes aspectos presentes nas ações das universidades diante de seus patrimônios. São comportamentos heterogêneos vindos de uma mesma instituição e que tratam de forma diferenciada a gestão de seus representantes patrimoniais. Enquanto, por exemplo, uma determinada coleção passa por tratamentos adequados a sua preservação e comunicação, outras sofrem o abandono, o descaso e em certas vezes a despreocupação com sua integridade e perpetuidade. Atitudes estas que mostram à falta de organização institucional e interesses diversos perante a salvaguarda de *Bens* em comum, que, por variados motivos (políticos, econômicos, culturais, sociais), elegem um determinado grupo em detrimento de outro.

Voltando ao pensamento de Gil, também temos que considerar as universidades que possuem importantes e consideráveis coleções e que têm o nome de museu, mas se quer atendem minimamente as designações do mesmo. É claro, segundo o autor, que esses tipos de equívocos não são exclusivos dos museus universitários, eles acontecem em qualquer lugar.

Gil também nos alerta para a crescente desvalorização dessas instituições pertencentes ao mundo universitário, mas também nos mostra um dado positivo, a existência de importantes iniciativas que visam inverter essa situação.

Atualmente no Brasil e muito devido às conseqüências do Estatuto de Museus¹² de 2009, os museus universitários, pelo menos os pertencentes às instituições federais, vêm passando por uma reestruturação no quadro funcional, com o advento de novos profissionais concursados da área de Museologia, carentes ou insuficientes há anos. Mesmo ainda necessitando de reformas estruturais e organizacionais sérias que dependem na maioria das vezes de atitudes políticas e econômicas, podemos considerar esse fato como o primeiro passo para a reformulação desses espaços.

Ainda sobre essas iniciativas que objetivam a reestruturação desses museus, Gil cita duas merecedoras de atenção pelo significado que se revestem:

Assim, em 16 de Abril de 2000, representantes de algumas antigas e prestigiadas universidades européias – Amsterdam, Humbolt Berlin, Bologna, Cambridge, Groningen, Halle-Wittemberg, Leipzig, Oxford, Pavia, Uppsala, Utrech e o Royal College of Surgeons of England – acordaram um texto – a Declaração de Halle intitulado “Patrimônio acadêmico e universidades: Responsabilidade e acesso ao público”. O conteúdo deste texto, embora sucinto, é bem revelador da tomada de consciência que se vem observando, do importante papel dos museus universitários e, por essa facto, permito-me reproduzi-lo aqui:

As universidades devem ter consciência da importância do seu papel cultural. As coleções e os museus universitários proporcionam ocasiões particulares de realizar experiências e participar na vida da universidade. Estas colecções servem como recursos activos para o ensino e investigação, bem como constituem arquivos históricos únicos e insubstituíveis. Em particular, as colecções das mais antigas universidades européias são testemunhos do papel desempenhado pela universidade na definição e na interpretação da nossa identidade cultural. Valorizando e desenvolvendo este patrimônio acadêmico comum às nossas instituições testemunham o seu empenho numa utilização continua destes recursos para público alargado (GIL, 2005, p. 45-46).

¹² Lei 11.904 de 14 de janeiro de 2009.

A outra grande iniciativa, de acordo com o autor trabalhado acima, foi à criação do ICOM de um subcomitê denominado UMAC (*University Museums and Collections*), dedicado aos museus universitários. Dando assim o reconhecimento e a visibilidade sobre a importância e a natureza específica desses museus de maneira internacional.

Gil aponta que na realidade, os museus universitários, como tais, têm características específicas que faz com que atravessem *transversalmente a tipologia museológica* (GIL, 2005, p. 46). Uma especificidade que provém da união entre museus e universidades e da participação ativa de seus atores nas atividades culturais, incluindo obviamente as científicas.

Essa alta especificidade já citada algumas vezes ao longo da dissertação é que faz com que os museus universitários sejam únicos e complexos, repletos de dúvidas e incertezas e que tanto inquieta os atores envolvidos em sua dinâmica. Museus científicos universitários, uma tipologia mais delimitada ainda, pois lida com outros questionamentos ligados diretamente ao campo científico. E unir categorias com definições e objetivos tão particulares como museus, universidades e ciências, parece cada vez mais dificultar a junção da teoria com a prática dentro desses espaços.

Em Gil também constatamos a preocupação, por parte dos museus (incluindo universitários) e do subcomitê do ICOM, o CIMUSET¹³ (com a organização de conferências específicas sobre o tema), em preservar o chamado *patrimônio intangível*. E sobre esses museus segue o seguinte comentário:

No que respeita aos museus de ciências e técnicas ele está presente nas explicações oferecidas aos visitantes sobre o interesse e alcance da descoberta científica e suas aplicações: quer através da explicação da origem, do modo de funcionamento, aplicação e, eventualmente, evolução dos equipamentos históricos exibidos; quer por meio dos módulos ditos "interactivos" existentes não apenas nos chamados "Centros de Ciência" (os quais constituem o essencial da sua existência), mas também em outras instituições com caráter mais abrangente no que à museologia das ciências respeita, É a preocupação com o patrimônio intangível e sua explicação que faz com que os museus de ciência e técnica não sejam pouco mais que exibições de equipamentos, cuja compreensão e interesse é só o sensível para os iniciados (GIL, 2005, p. 48).

Ainda de acordo com o pensamento de Gil, o museu universitário deve possuir algumas características: estar integrado a uma universidade, de preferência com uma estrutura administrativa independente de outros setores e departamentos, sem deixar de manter obviamente a colaboração cultural com os atores envolvidos na dinâmica do

¹³ Comitê Internacional de Museus e Coleções de Ciência e Tecnologia.

museu; ter a preocupação de pesquisar, conservar e divulgar as coleções; ter como um dos grandes objetivos construir a “face pública” da universidade para a comunidade em geral, chamando a atenção da sociedade para a importância do trabalho que é ali desenvolvido, como a investigação, o ensino e a ação cultural; constituir o melhor meio para a divulgação de atividades científicas especificamente para jovens pré universitários e culturais para a população de modo geral; ter o dever de preservar seu patrimônio histórico-artístico, *facilitando a fruição pelo grande público e favorecendo o seu estudo pelos especialistas da própria universidade ou exteriores a ela* e ser distinto de seus congêneres subordinados a outros organismos, pelo fato de possuir todas as suas atividades voltadas para a prática universitária, *dando origem a uma instituição híbrida que projecta a universidade nas populações que não a frequentam – incluindo na sua qualidade de vida – bem como nos jovens que nela pretendem ingressar.*

Como pudemos perceber ao longo dos autores trabalhados e reafirmado através de Gil, os museus universitários devem estar voltados também ao aproveitamento e desenvolvimento da população que não faz parte da estrutura universitária e não apenas atender a demanda científico-pedagógica da comunidade acadêmica inserida. Demonstrando assim, que apesar de toda a sua especificidade, o museu, independentemente de ser universitário ou não, possui como pilar básico o serviço a comunidade como um todo.

E, para encerrarmos o pensamento de Gil, apresentamos algumas considerações necessárias, não menos importantes a compreensão de suas particularidades, sobre o perfil da direção de um museu universitário:

Penso que ele/a deve ser escolhido/a entre os professores/as da universidade que tem a tutela do museu, ligados de algum modo às áreas científicas por ele cultivadas, como, aliás, tem acontecido entre nós. Mas esta condição, embora necessária está longe de ser suficiente. Na realidade, um/a director/a de museu deve estar plenamente consciente das tarefas e responsabilidades que lhe cabem para que a instituição que dirige cumpra o papel de salvaguarda do patrimônio histórico-científico e histórico-artístico que lhe está confiado, não só pelo seu interesse em si próprio, como pela utilização que dele deve fazer, num contexto universitário, na promoção da cultura, no seu sentido mais amplo. Apesar de poder dispor de colaboradores científicos e museologicamente qualificados em número suficiente – o que, entre nós, nunca acontece – o/a director/a de um museu universitário deve assumir-se como tal, supervisionando todas as áreas de actividade aí existentes, mesmo, que para isso, tenha e abdicar de uma boa parte das outras tarefas universitárias que, até então tenha exercido: seja reduzindo substancialmente a sua carga lectiva (o que nos Estatutos do Museu

de Ciência da Universidade de Lisboa está previsto), bem como a sua actividade de investigação na área científica que exercia originalmente (substituindo-a, no todo ou em parte, pela pesquisa na área museológica), seja libertando-se de quaisquer actividades administrativas exteriores ao museu. Previamente, ou logo no período inicial da sua nomeação como director/a, deverá adquirir a formação e a sensibilização museológica necessárias às suas funções através do estudo, da frequência de cursos e seminários, de contactos informais com outros museólogos, por ventura mais experientes, por visitas a outros museus nacionais e, sobretudo estrangeiros, numa palavra, aperfeiçoar e valorizar os seus conhecimentos e sensibilidade que, potencialmente, já possuía ao aceitar tão espinhosa – e, com frequência – tão mal compreendida tarefa... sobretudo pelos seus pares universitários e pela tutela. De facto à dose de entusiasmo e energia que necessita para o desempenho de suas funções, é-lhe exigida grande paciência e determinação para ultrapassar o mal disfarçado alheamento com que colegas e tutela encaram “os seus” museus (GIL, 2005, p. 51).

Apesar do autor trabalhado ser português e referir-se especificamente aos exemplos vivenciados naquele país, podemos perceber que os problemas e as situações enfrentadas pelos museus universitários brasileiros não fogem muito a essa realidade. Pouca compreensão sobre as características especiais desses museus; falta de uma estrutura organizacional e profissional adequada ao seu funcionamento; pouca visibilidade social; falta de prestígio profissional aos membros envolvidos; falta de comunicação de suas coleções com a sociedade em geral; dependência dos departamentos acadêmicos; dificuldades econômicas e políticas referentes à estrutura universitária; falta de planejamentos que envolvam a competência dos Museus e da Museologia e distorções sobre a alçada profissional de cada área do conhecimento envolvida, são algumas dessas dificuldades encontradas e que tanto se aproximam, de modo geral, ao caso português.

Outra semelhança é o fato dos museus universitários brasileiros, em sua grande maioria, também serem dirigidos por professores das instituições a que pertencem, mais especificamente ligados aos departamentos responsáveis pelo saberes científicos em questão. Se partimos do ponto que museus possuem caráter híbrido, já apresentado anteriormente, ou seja, instituições interdisciplinares por natureza, será muito inadequado sugerirmos em determinadas situações a direção dessas instituições por museólogos? Uma pergunta polêmica e sem sobra de dúvida com múltiplas respostas. Não há intenção de respondê-la aqui até porque existem situações diferenciadas de acordo com a realidade de cada instituição. Deixando claro apenas que tal questionamento é referente às questões administrativas e técnicas ligadas ao mundo dos museus e não a curadoria específica de determinada disciplina, que, indiscutivelmente, deverá ser dirigida por profissionais especializados.

Também, de modo geral, nos museus brasileiros e mais especificamente nos museus responsáveis pela curadoria de coleções científicas, ocorre muito frequentemente a confusão e a inversão dos papéis de cada ator envolvido em suas estruturas organizacionais e funcionais. Usando como ponto de apoio a Lei número 7.287 de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de museólogo e o exemplo eficaz de um estatuto de regulamentação interno de uma instituição museológica brasileira envolvida na gestão desses tipos de coleções, analisamos, a seguir, a exata atribuição de cada cargo, evitando assim, interpretações controversas.

Segundo a Lei mencionada acima de 1984, ao museólogo compete:

I – ensinar a matéria Museologia, nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas a, prescrições legais;

II – planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos Museus e de instituições afins;

III – executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;

IV – solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento, específico;

V – coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;

VI – planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;

VII – promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;

VIII – definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções;

IX – informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;

X – dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de museologia nas instituições governamentais da administração direta e indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade;

XI – prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia;

XII – realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade;

XIII – orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoa das áreas de Museologia e Museografia, como atividades de extensão;

XIV – orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar.

(BRASIL, 1984).

Apesar das recomendações legais, descritas acima, não podemos nos esquecer que tal lei foi formulada de acordo com as realidades e necessidades dos museus históricos e artísticos, o que acaba nos levando a alguns questionamentos quanto a aplicabilidade irrestrita de todos os itens quando museus de outras tipologias, como os científicos, são trabalhados. Portanto, sabemos, claramente, por exemplo, que o ato de coletar não compete aos profissionais de Museologia vinculados as coleções científicas altamente especializadas e sim a esses profissionais específicos ligados diretamente a área do conhecimento em questão.

De acordo com o documento denominado “*Normas Gerais de Uso e Gerenciamento das Coleções Científicas do Museu Emílio Goeldi*” de 15 de julho de 1999, mais determinadamente através do subitem designado “*Da Administração das Coleções Científicas*”, analisamos, através da experiência de uma das mais antigas e importantes instituições do país, a atribuição e a competência de cada profissional pertencente à estrutura do museu de acordo com suas características.

Segundo o referido documento, cada coleção científica deverá ser administrada por um curador e, conforme suas necessidades e dimensões, por um ou mais “Assistente de Curadoria”, além de profissionais auxiliares denominados “Técnicos em Acervo”. É ainda necessária a formação de um “Conselho de Curadoria” que deverá ser convocado sempre que houver necessidade e interesse de se discutir questionamentos extraordinários ligados às coleções.

O Curador, ainda de acordo com o documento, é o administrador específico de cada coleção e responde por ela junto a direção de sua coordenação. E deve ser um especialista do campo da referida coleção. Sua escolha deverá ser realizada pelo “Conselho Departamental” e aprovado pela Direção. São suas atribuições:

- *determinar a melhor maneira de organizar e conservar o acervo e os dados a ele vinculados;*
- *providenciar, na medida do possível, a identificação do material incorporado à Coleção;*
- *gerir a política de crescimento da Coleção;*
- *elaborar um orçamento anual para a Coleção;*
- *autorizar visitas e acesso à Coleção;*
- *decidir sobre empréstimos de material;*
- *manter controle sobre entrada e saída de material da Coleção;*
- *decidir sobre alienação de material, exceto nos casos remetidos ao Conselho de Curadoria;*
- *manter intercâmbio com outras instituições; e*

– responder, de modo geral, sobre a Coleção.

(Normas Gerais de Uso e Gerenciamento das Coleções Científicas do Museu Emílio Goeldi, 1999, p. 2).

O documento analisado determina ainda que o “Assistente de Curadoria” é aquele responsável pela supervisão e manutenção, com o apoio e auxílio do corpo técnico, das atividades diárias envolvendo a curadoria de cada Coleção, e responde por isto junto ao Curador. Deve ser um técnico de nível superior e com experiência na curadoria da coleção em questão.

– zelar pela boa conservação do acervo, detectando e resolvendo problemas de manutenção e armazenamento;

– gerenciar as atividades rotineiras de curadoria;

– identificar ou ajudar na identificação do material incorporado à Coleção, quando solicitado pelo Curador;

– processar material novo a ser incorporado à Coleção;

– manter atualizada a documentação referente ao material da Coleção;

– atender visitantes autorizados pelo Curador;

– cuidar da documentação de entrada e saída de material da Coleção;

– manter-se sempre atualizado em práticas de preservação em sua área; e

– cumprir, de modo geral, as orientações do Curador em atividades referentes à Coleção.

(Normas Gerais de Uso e Gerenciamento das Coleções Científicas do Museu Emílio Goeldi, 1999, p. 2).

E, ainda segundo o mesmo documento, o “Técnico em Acervo” deve trabalhar sob a coordenação do Curador e do Assistente de Curadoria. Deve ser um profissional com segundo grau completo e ter recebido treinamento adequado às atividades referentes à coleção. Deve ser responsável por realizar tarefas básicas voltadas à manutenção e documentação da coleção e cumprir outras atividades direcionadas pelo Curador e/ou pelo Assistente de Curadoria.

Conforme já mencionado anteriormente, o Museu deve possuir também o chamado “Conselho de Curadoria”, que deverá ter caráter consultivo e ser presidido por um representante da Diretoria, além de ser formado por um ou dois Curadores de cada coordenação detentoras de coleções científicas. Pode ser convocado pela Diretoria, pelos Conselhos Departamentais e/ou pelo(s) Curador(es). De acordo com o documento, é de sua competência:

– opinar sobre qualquer assunto referente a uma Coleção sobre o qual não tivesse havido consenso na Coordenação correspondente;

- *opinar sobre a alienação de material das Coleções;*
- *opinar sobre questões emergenciais que afetem uma ou mais Coleções Científicas;*
- *opinar sobre os casos não previstos neste documento.*

(Normas Gerais de Uso e Gerenciamento das Coleções Científicas do Museu Emílio Goeldi, 1999, p. 3).

Através da análise do referido documento, mesmo sendo direcionada a regulamentação interna de uma determinada instituição, podemos tirar, por sua tradição e referência na área, como base para a estrutura funcional de outras instituições semelhantes, algumas conclusões: a existência de um conselho de curadoria é de extrema importância para a adequada gestão dessas coleções, dividindo responsabilidades e ações em diferentes pontos de vista; não existe uma recomendação relacionada à formação da direção da instituição, ou seja, o Curador, profissional portador de conhecimento específico, não obrigatoriamente necessita assumir a direção do Museu, abrindo-se assim, a oportunidade para outros profissionais, como os museólogos; apesar das atribuições dos cargos serem muito claras, de conhecimento de todas as instituições, muitas delas que trabalham com esses tipos de coleções, como os museus científicos universitários, ainda precisam delimitar na sua prática profissional a real competência de cada cargo; o documento apesar de ser elaborado por uma instituição de caráter museológico que trabalha com a curadoria de coleções científicas, assim também como ocorre em outras similares, não menciona em nenhuma das atribuições apresentadas, a função que deverá ser exercida fundamentalmente por um profissional da Museologia, apenas orienta que a função denominada “Assistente de Curadoria” deva ser exercida por um profissional de nível superior; o alargamento das competências, na maioria esmagadora das situações, não é produtor, pois acaba tirando o foco, o interesse e a especialização do trabalho a ser desenvolvido; entre outros problemas gerados pela simples falta de delimitação da alçada de cada profissional envolvido.

Por último, vale destacar a responsabilidade das instituições diante a salvaguarda de seu patrimônio científico. A instituição deve ser capaz de garantir condições adequadas a sua manutenção, como a disponibilização de recursos e equipes especializadas e altamente familiarizadas com o trabalho a ser desenvolvido, além de seguir rigorosamente a ética profissional.

E, quanto à ética profissional, valem algumas importantes e fundamentais considerações indispensáveis à gestão dessas coleções, segundo Veitenheimer-

Mendes, Fábio & Sliiva (s/d, p. 189-209): coletas e outras formas de aquisição de material devem seguir rigorosamente a legislação vigente; o curador deve estar atento à origem do material a ser adquirido, tendo o dever de comunicar qualquer irregularidade; a amostragem de exemplares efetuada por pesquisadores não poderá em espécie alguma colocar em risco as populações que estiverem sendo amostradas; todo inventário de biodiversidade que exija coleta de exemplares deve obrigatoriamente estar vinculado a uma coleção científica, para evitar a perda de dados e a certeza de que a preservação da biodiversidade depende de todos e não está restrita a esfera governamental.

De modo geral, pudemos traçar o perfil dos chamados museus científicos universitários, já demasiadamente apresentados como sendo pertencentes a uma tipologia museológica complexa e altamente específica, e que lida com situações e questionamentos inerentes a instituições com definições e estatutos bem definidos, gerando, dependendo da realidade, relações altamente positivas e até mesmo negativas, devido à existência de pontos de vista divergentes. Instituições estas, que por todas as suas particularidades, em muitos casos, possuem mais semelhanças com os centros de pesquisa do que com os espaços museológicos.

A experiência profissional nos leva a admitir que não existe uma regra fixa e delimitada quando o assunto é o museu universitário. Antes de agregarmos valores e egermos uma atitude profissional mais adequada ou não do que a outra, independentemente da área do conhecimento, é necessário avaliarmos a realidade de cada museu, e admitirmos que cada um possui suas próprias características e necessidades. Para tanto, elegemos como estudo de caso, abordado no capítulo seguinte, as peculiaridades das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um espaço destinado ao debate da teoria às necessidades da prática profissional.

Antes de encerrarmos a presente seção de capítulo, vale a pena mencionar que não encontramos, nos autores e documentos pesquisados, referências sobre o possível caráter temporário dos museus universitários, conforme interrogativa mencionada inicialmente.

A seguir, ainda nos desdobramentos do presente capítulo, conforme já mencionado, delimitamos ainda mais nosso objeto de estudo, concentrando-nos nos debates em torno da preservação do patrimônio fossilífero dentro do espaço museu. Porém, sem ainda focalizarmos na especificidade de uma determinada instituição.

2.2 Geociências e Paleontologia na Formação de Coleções Paleontológicas e Preservação do Patrimônio Fossilífero no espaço Museu

A partir deste momento, analisamos as características básicas e específicas das chamadas coleções paleontológicas e, conseqüentemente, das pioneiras e principais medidas e instituições responsáveis pela salvaguarda destas referidas coleções, como os museus, foco da dissertação. Para tanto, trabalhamos com os conceitos maiores a elas associadas, que fundamentam tais questionamentos e nos permitem compreender a dinâmica de formação dessas coleções como, *Geociências, Geodiversidade, Geologia, Paleontologia, Fóssil, Coleções Paleontológicas, Museus e Patrimônio Fossilífero*¹⁴.

Trabalhar com coleções paleontológicas é poder testemunhar mais de perto a história de evolução do Planeta Terra, através do conhecimento de sua biodiversidade e geodiversidade ao longo do tempo. E nada melhor que os museus, enquanto instituições historicamente autorizadas e reconhecidas, para preservarem este rico e importante patrimônio, incontestavelmente de interesse de todos.

Neste contexto, apresentamos a contribuição das Geociências e da Paleontologia, através de seu objeto de estudo, o fóssil, na formação e divulgação de coleções geológicas/paleontológicas, bem como, a participação das instituições museológicas nesta dinâmica.

Segundo Virginio Mantesso-Neto (s/d¹⁵), algumas alterações na mentalidade moderna são, particularmente, relevantes ao estudo das Geociências. Entre as mais importantes, a consciência de que a Humanidade é parte integrante do Sistema da Terra; a confirmação de que qualquer ação, menor que seja, atinge o conjunto; a caracterização indiscutível do Homem enquanto agente geológico e a aceitação inevitável da finitude dos recursos naturais. Para tanto, desenvolveram-se definições e conceitos que vêm aumentando sua importância para a comunidade geocientífica, entre eles:

Geodiversidade: variedade de paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos, etc.; muitos desses itens constituem a base da vida na Terra;

¹⁴ Conjunto de *bens* fósseis, valorado e elevado a categoria de patrimônio.

¹⁵ Não paginado.

Geoconservação: fruição, uso consciente e proteção dos recursos da geodiversidade.

Geoturismo: atividade turística respeitadora dos princípios da auto-sustentabilidade, onde a informação geológica, adequadamente transmitida, tem papel preponderante.

Patrimônio Geológico: parcela especial da Geodiversidade, materializada nos geossítios (afloramentos com características especiais), que merece proteção para as gerações futuras.

Geoparque: área definida, à qual se aplica um plano de desenvolvimento baseado na visita a geossítios e outros atrativos. Nela continuam ocorrendo as atividades normais de economia.

(MANTESSO-NETO, S/D)

O entendimento de tais conceitos torna-se necessário para o perfeito desenvolvimento das características próprias do tema apresentado. Contudo, visando atender aos objetivos da dissertação, não são abordados mais profundamente aspectos ligados a Geoconservação, Geoturismo e Geoparques, já que nossa intenção é abordar a salvaguarda desse patrimônio dentro do espaço Museu.

Voltando as definições iniciadas acima e ainda de acordo com o pensamento de Mantesso-Neto, geodiversidade é um termo empregado recentemente e que começou a ser utilizado por geólogos e geomorfólogos na década de 90, para descrever a variedade do meio abiótico (Gray, 2004). Já no novo século, o mesmo autor cita o pensamento de Stanley (2000) que a descreve como a variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são o suporte para a vida na Terra.

Já em relação ao patrimônio geológico, Elízaga Munõz (1988) o descreve, de acordo com Mantesso-Neto, como:

[...] georrecurso culturais, que são recursos não-renováveis de índole cultural, que contribuem para o reconhecimento e interpretação dos processos geológicos que modelaram o Planeta Terra e que podem ser caracterizados de acordo com seu valor (científico, didático), pela sua utilidade (científica, pedagógica, museológica, turística) e pela relevância (local, regional, nacional e internacional) (MANTESSO-NETO, V. apud MUNÕZ, 1988).

Através das definições acima já começamos a perceber a importância desse patrimônio e a necessidade de sua adequada preservação para a compreensão da vida e dos fenômenos naturais pertencentes à Memória da Terra, contribuindo assim, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de pesquisas e atitudes ligadas a valorização da ocupação do homem no Planeta, sejam elas econômicas, tecnológicas, climáticas, geográficas, sociais, históricas, biológicas, geológicas, etc.

Questionamentos envolvendo a salvaguarda do patrimônio geológico são muito complexos e amplos, pois englobam também outros aspectos como, legislação vigente; existência de áreas protegidas por determinadas instituições governamentais; conflitos de interesse, como preservação x exploração; domínio de diferentes áreas do conhecimento, entre outras particularidades.

De acordo com Mantesso-Neto, no Brasil, a maior iniciativa de proteção do patrimônio geológico vem da SIGEP – Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos, que possui vários sítios catalogados em sua base.

De modo a centralizar ainda mais as discussões e partindo das definições de geodiversidade e patrimônio geológico, nos concentramos, a partir de agora, nas especificidades envolvendo a Paleontologia e a preservação do patrimônio fóssilífero.

De acordo com Dermeval do Carmo, Ismar de Souza Carvalho, Rodrigo Santucci & Michelly da Silva (2010, p. 67-84), desde a Idade Antiga, os fósseis têm contribuído para estimular a compreensão da natureza. Atribuía-se, geralmente, a sua origem, a um fenômeno sobrenatural, porém, os gregos já os reconheciam como restos de organismos. Hoje, o termo fóssil engloba os restos e vestígios de organismos preservados em sistemas naturais, como, rochas, sedimentos, gelo e âmbar.

A Paleontologia, área do conhecimento responsável pelo estudo do fóssil, consolidou-se, segundo Rita Tardin Cassab (2010, p. 3-11), como ciência, somente no início do século XIX, época em que se organizavam as primeiras sociedades científicas paleontológicas que divulgavam através de publicações, os resultados de suas pesquisas.

A vida na Terra surgiu há aproximadamente 3,8 bilhões de anos e, desde então, restos de animais e vegetais ou evidências de suas atividades ficaram preservadas nas rochas e outros materiais como o gelo, o âmbar e o asfalto. Estes restos e evidências são denominados de Fósseis e constituem o objeto de estudo da Paleontologia (CASSAB, 2010, p. 3).

Segundo Cassab, falar em fósseis significa falar também em migração de continentes, mudanças climáticas, extinções em massas e modificações ocorridas na flora e na fauna ao longo do tempo geológico. E falar em Paleontologia não significa mais falar em uma ciência fechada, restrita aos cientistas e as universidades, ela é agora vista como sendo de interesse de todos.

A Paleontologia, de acordo com Cassab, fundamenta-se em outras duas ciências: a Biologia e a Geologia. O paleontólogo busca na Biologia subsídios para compreender os fósseis, já que eles são restos de organismos vivos. Já a Paleontologia fornece a Biologia uma dimensão do tempo em que os grandes ecossistemas atuais se estabeleceram e também informações a respeito das teorias evolutivas. A Geologia provê ferramentas para a datação e ordenação das sequências sedimentares, contribuindo para o detalhamento da coluna cronogeológica e para a identificação de alterações ocorridas no planeta ao longo do tempo geológico.

Para Cassab, os principais objetivos da Paleontologia são:

- *fornecer dados para o conhecimento da evolução biológica dos seres vivos através do tempo;*
- *estimar a datação relativa das camadas, pelo grau de evolução ou pela ocorrência de diversos grupos de plantas e animais fósseis. A sucessão das camadas de rochas e seu conteúdo fóssil está resumida na coluna cronoestratigráfica, onde os grandes grupos e sistemas estão arranjados em sequência, com as rochas mais antigas na base e mais novas no topo;*
- *reconstituir o ambiente em que o fóssil viveu, contribuindo para a paleografia e paleoclimatologia;*
- *auxiliar na reconstituição da história geológica da Terra, através do estudo das sucessões faunísticas e florísticas preservadas nas rochas. A distribuição das espécies nos diversos ecossistemas durante o passado geológico torna possível a identificação da sequência de eventos na história da Terra, que muitas vezes ocorre em escala global;*
- *identificar as rochas em que podem ocorrer substâncias minerais e combustíveis, como o fosfato, carvão e o petróleo, servindo de apoio à Geologia Econômica.*

(CASSAB, 2010, p. 4).

Ainda de acordo com Cassab, a Paleontologia pode ser estudada através de duas abordagens. Uma mais descritiva, que objetiva a identificação do fóssil, sua reconstituição e suas relações filogenéticas, visando o estabelecimento de correlações cronoestratigráficas e interpretações paleoambientais. E outra, chamada Paleobiologia, que dá mais ênfase à identificação das leis que atuam em fenômenos como a origem da vida, a formação e estruturação da biosfera, as extinções, pesquisando a influência dos paleoambientes nos processos de evolução dos organismos.

Os paleontólogos sempre se voltaram para determinados direcionamentos de estudo, o que de certa forma acabaram contribuindo para a caracterização e organização das coleções paleontológicas musealizadas ou não, entre elas:

Paleobotânica, Paleontologia de Invertebrados, Paleontologia de Vertebrados, Micropaleontologia e Paleoicnologia.

Segundo Cassab, a Paleobotânica é responsável pelo estudo de plantas fósseis de modo geral. Na grande maioria das vezes é preservada apenas uma parte da planta, o que acaba acarretando novas especializações, como o estudo só da planta, só do caule, entre outras diversas possibilidades.

Os invertebrados fósseis (biválvios, gastrópodes, braquiópodes, equinóides e conchostráceos, por exemplo, são grupos bem representados no território brasileiro), possibilitam estabelecer correlações cronoestratigráficas¹⁶ de bacias distantes e são utilizados para delimitar províncias paleobiogeográficas¹⁷, devido à boa dispersão de suas larvas, como é o caso dos moluscos (Cassab, 2010, p. 4).

Boa parte da comunidade paleontológica vem se dedicando ao estudo dos vertebrados fósseis que, além de suas pesquisas tradicionais, vem, devido ao grande interesse da população leiga, se voltando também à divulgação científica. São desses grupos os grandes achados de dinossauros e mamíferos, que tanto atraem e intrigam a população de modo geral.

Ainda de acordo com a autora trabalhada acima, a Micropaleontologia, desenvolveu-se devido às necessidades da indústria do petróleo, por serem excelentes *elementos para a correlação e datação das camadas, devido à sua extensa variabilidade morfológica, grande abundância nas rochas sedimentares e rápida*

¹⁶ De acordo com o Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR, Unidade Cronoestratigráfica é: Conjunto de estratos que constituem uma unidade, por conter as rochas formadas durante determinado intervalo de tempo geológico. As unidades cronoestratigráficas estão limitadas por superfícies isócronas. A categoria e a magnitude relativas das unidades na hierarquia cronoestratigráfica são funções da duração do intervalo de tempo representado por suas rochas e da espessura do conjunto de estratos que as formam. As unidades são Eonotema, Eratema, Sistema, Série, Andar e Cronozona. Conjunto de estratos que constituem uma unidade, por conter as rochas formadas durante determinado intervalo de tempo geológico. As unidades cronoestratigráficas estão limitadas por superfícies isócronas. A categoria e a magnitude relativas das unidades na hierarquia cronoestratigráfica são funções da duração do intervalo de tempo representado por suas rochas e da espessura do conjunto de estratos que as formam. As unidades são Eonotema, Eratema, Sistema, Série, Andar e Cronozona. Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/glossario/conteudo.php?conteudo=U>. Acesso em: 06 abr 2014.

¹⁷ A Paleobiogeografia é um dos ramos da Paleontologia que trata da distribuição de grupos de organismos representados exclusivamente por fósseis e que vem ao encontro da Biogeografia, pois utiliza-se de vários conceitos desta ciência. A Paleobiogeografia é um dos ramos da Paleontologia que trata da distribuição de grupos de organismos representados exclusivamente por fósseis e que vem ao encontro da Biogeografia, pois utiliza-se de vários conceitos desta ciência. Disponível em: <http://biogeografia-ufsm.blogspot.com.br/2010/06/paleobiogeografia-e-importancia-dos.html>. Acesso em: 05 abr 2014.

evolução (CASSAB, 2010, p. 4). Os microfósseis podem ser partes diminutas de organismos, como polens e esporos vegetais, carapaças, dentes de peixes, espículas de esponjas, etc.

Já a Paleocnologia, estuda os icnofósseis, que segundo definição de Cassab, são estruturas biogênicas resultantes da atividade dos seres vivos. São marcas como pegadas, pistas, escavações, perfurações, marcas de repouso, mostrando o comportamento do organismo durante a vida.

Após breve apresentação dos principais grupos pesquisados pelos profissionais da área e, conseqüentemente, grupos formadores de coleções paleontológicas, abordamos, a seguir, alguns fenômenos responsáveis pela preservação desses fósseis.

A fossilização de um organismo resulta da ação de um conjunto de processos físicos, químicos e biológicos que atuam no ambiente deposicional. Têm mais chances de serem preservados aqueles organismos que possuem partes biomineralizadas por carbonatos, fosfatos, silicatos ou constituídas por materiais orgânicos resistentes, como a quitina e a celulose. Mesmo assim ocorrem no registro geológico muitas preservações excepcionais de partes moles.

Após a morte dos organismos, no ciclo natural da vida, as partes moles entram em processo de decomposição devido à ação das bactérias e as partes duras ficam sujeitas às condições ambientais, culminando com sua destruição total. A fossilização representa a quebra deste ciclo e portanto deve ser sempre vista como um fenômeno excepcional. No decorrer do tempo geológico, apenas uma percentagem ínfima das espécies que um dia habitaram a biosfera terrestre preservou-se nas rochas. Muitas espécies surgiram e desapareceram sem deixar vestígios, existindo portanto muitos hiatos no registro paleontológico.

Vários fatores atuam na preservação dos indivíduos e favorecem a fossilização. O soterramento rápido após a morte, a ausência de decomposição bacteriológica, a composição química e estrutural do esqueleto, o modo de vida, as condições químicas que imperam no meio, são alguns desses fatores, cujo somatório determinará o modo de fossilização.

Mesmo depois dos fósseis já estarem formados, outros fatores concorrem para a sua destruição nas rochas, como águas percolantes, agentes erosivos, vulcanismo, eventos tectônicos e metamorfismo. As rochas onde os fósseis são encontrados indicam as condições que prevaleceram no ambiente onde esses organismos viviam ou para qual seus restos foram transportados.

(CASSAB, 2010, p. 4-5).

Os fósseis, ainda de acordo com Cassab, podem ser preservados de diferentes maneiras, de acordo com as substâncias químicas e fatores presentes após a morte do organismo. Podemos reunir em dois grandes grupos, os tipos de fossilização: restos (preservação de alguma parte do organismo) e vestígios (evidências indiretas

do organismo ou de suas atividades). Os restos, na grande maioria das vezes, consistem na preservação de partes mais resistentes, como, conchas, ossos e dentes, denominadas partes duras. Com a evolução do conhecimento, a cada dia têm-se descoberto a existência de partes moles preservadas, como vísceras, músculos, peles e vasos sanguíneos, que têm contribuído para uma análise fisiológica mais completa dos organismos, mas ainda sendo considerados eventos extraordinários. Já os vestígios não preservam os animais ou vegetais que deram origem aos fósseis. Vestígios das atividades vitais e organismos são freqüentes no registro sedimentar e sua presença nos sedimentos contribui para análises paleoambientais. Esses fósseis são denominados de icnofósseis. Podemos encontrar pistas, tubos e sulcos produzidos por animais invertebrados e testemunhos de outras atividades biológicas como nutrição e reprodução (coprólitos – excrementos fossilizados, gastrólitos – interpretados como pedrinhas que aves e alguns répteis têm no aparelho digestivo para auxiliar a digestão e ovos, são exemplos dessas atividades e que dificilmente nos levam a reconhecer os autores que produziram tais vestígios, já que, de modo geral, não são fossilizados).

Cassab ainda nos lembra de algumas informações básicas e fundamentais no estudo dos fósseis: somente os restos ou vestígios de organismos com mais de 11.000 anos são considerados fósseis; abaixo desse tempo são denominados subfósseis (a literatura nos narra alguns exemplos, como um bisão preservado em turfeira e um homem mumificado, em depósitos de caverna. Nestes casos são encaixados também os *sambaquis*, acúmulos de conchas, ossos e carvão resultantes da atividade humana). *Este tempo, calculado pela última glaciação, é a duração estimada para a época geológica em curso: o Holoceno ou Recente (CASSAB, 2010, p. 9)* e não é imprescindível que o organismo fossilizado seja um ser em extinção (muitos vegetais e animais que vivem nos dias de hoje também são encontrados nos registros fossilíferos).

Para Rosemarie Rohn (2010, p. 79-91), considerando que a evolução ocorreu numa ordem bem definida, de forma irreversível, os fósseis constituem um importante instrumento para a distinção entre as rochas mais antigas e as mais recentes. A Escala de Tempo Geológico, em constante aperfeiçoamento, é fundamentada neste preceito. A Estratigrafia é, então, um ramo da Geologia que utiliza dados da Paleontologia para determinar a idade relativa das rochas, objetivando conhecer sua distribuição espacial.

Ainda segundo Rohn, a grande maioria dos fósseis, é encontrada em rochas sedimentares, formadas, portanto, em bacias sedimentares. Essas bacias podem ser de diversos tipos, dependendo da natureza de acumulação e preservação dos sedimentos. No Brasil, essas podem ser classificadas em interiores e marginais. As interiores (ou intracratônicas) são caracterizadas por rochas sedimentares acumuladas durante longos intervalos de tempo sobre grandes extensões do continente (também existem bacias interiores com pequenas dimensões e depósitos normalmente mais jovens). Já as marginais são relacionadas à separação da América do Sul e África do antigo continente Gondwana iniciado há cerca de 100 milhões de anos. No Brasil, existem amplos registros fósseis das duas bacias.

Diversos são os fatores para a preservação desses organismos milenares, e como vimos, a fossilização é um fator excepcional, tornando-os, portanto, mensageiros de valor extraordinário para a narração da história de evolução do nosso Planeta. Portanto, são considerados, incontestavelmente, patrimônio de todos.

Após considerações sobre a importância da Paleontologia no estudo dos fósseis, analisamos alguns fatores que geraram a formação de coleções desta natureza e sua consequente preservação no espaço Museu.

Segundo Fernanda Magalhães Pinto (2009), as primeiras coleções de fósseis formadas no Brasil surgiram devido ao desenvolvimento das Ciências no país durante o século XIX.

Foram pensadas e projetadas de acordo com os modelos científicos europeus e dotavam de atuação bastante independente e isolada dos demais centros de pesquisas científicas estabelecidos no Brasil, adotando como modelos as doutrinas evolucionistas e darwinistas sociais (PINTO, 2009, p. 25).

Pesquisadores e naturalistas vindos de toda parte do mundo, principalmente, da Europa e dos Estados Unidos, de acordo com Pinto, vinham ao Brasil com o objetivo de promoverem coletas para as suas coleções. E, como no momento, ainda não se tinha estabelecido um interesse de construção de uma produção científica puramente nacional, tais coleções ainda não eram centro das preocupações de instâncias governamentais locais.

Neste momento, segundo considerações de Pinto, podemos observar alguns exemplos de instituições que integravam o quadro das Ciências no Brasil até meados do século XIX: a Imprensa Régia, a Biblioteca Nacional, o Real Horto e o Museu Real (mais tarde, Museu Nacional), como resultados do processo de institucionalização do

ensino no Brasil; a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro, cujo encargo foi à criação de uma história e memória para a nação brasileira, provocando de vez a separação ideológica entre colônia e metrópole e o Museu Nacional e o Museu Paraense de História Natural e Etnográfica (hoje, Museu Paraense Emílio Goeldi) que, mais tarde, entre os anos de 1870 e 1930, tornaram-se importantes centros de pesquisa no âmbito dos estudos etnográficos e das Ciências Naturais.

A história das Geociências e da Paleontologia, mais especificamente, está intrinsecamente ligada a essa conjuntura e a construção de coleções museológicas. Podemos mencionar vários motivos para a formação, incremento e divulgação dessas coleções encontradas em território nacional, ao longo do tempo, mas nem sempre preservadas nos museus brasileiros. Neste sentido, destacamos a contribuição de viajantes, expedições, comissões e instituições que se dedicaram as atividades de coleta de nosso patrimônio e depois o transferia, na grande maioria das vezes, para seus países de origem para ser pesquisado e preservado. A seguir, dando continuidade e apoiando-se no pensamento de Cassab (2010, p. 13-18) e abordando a visão de Lopes (1988), analisamos mais profundamente essas contribuições.

De acordo com Cassab, até pelo menos metade do Século XIX, os achados fossilíferos eram apenas notificados de sua existência e quase sempre referiam-se a grandes ossadas (mamíferos do quaternário) localizadas em escavações para a construção de poços d'água e semelhantes. Destaca-se neste contexto a carta de João da Sylva Feijoo, de 11 de dezembro de 1800, relatando a existência de peixes fósseis na Bacia do Araripe (até hoje preservados no Museu da Academia de Ciências de Lisboa). A literatura nos mostra que o primeiro trabalho a mencionar a existência de fósseis data de 1817.

Os viajantes também contribuíram significativamente para esta dinâmica, segundo Cassab. As publicações dos relatórios de viagens dos cientistas europeus, empreendedores de longas expedições e formadores de importantes coleções, interessados na natureza da América do Sul, constituem os primeiros e mais significativos trabalhos sobre os fósseis brasileiros. Vale ressaltar que essas coleções foram enviadas aos países de origem dos viajantes para estudo, devido à falta de uma política de fiscalização.

Entre os primeiros naturalistas europeus destacaram-se Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius. De 1817 a 1820 eles realizaram uma grande viagem, pelo país publicando suas

observações no livro *Reise in Brasilien* (1823), que contém informações sobre Geologia e Paleontologia de algumas áreas visitadas. Nesta publicação aparece figurado pela primeira vez um peixe fóssil da Bacia do Araripe e um osso de mamífero pleistocênico.

Outra grande viagem foi feita em 1841 pelo botânico inglês George Gardner. Em visita ao interior do Nordeste coletou peixes fósseis no Ceará, estudados e datados como cretáceos por Louis Agassiz, mais tarde professor de Harvard.

Os trabalhos do cientista dinamarquês Peter Wilhelm Lund foram de grande importância. Ele radicou-se no país dedicando-se ao estudo da fauna de mamíferos pleistocênicos das grutas calcárias da bacia do Rio das Velhas, em Minas Gerais. Entre 1836 e 1844, organizou uma vasta coleção de fósseis desta localidade, descrevendo mais de uma centena de novas espécies e publicando cerca de 30 trabalhos. Grande parte do material estudado está hoje depositado em Copenhague. Pela sua dedicação e pelo pioneirismo de seus trabalhos, foi denominado Pai da Paleontologia Brasileira.

Na segunda metade do século XIX, foram os ingleses que mais se interessaram pelo estudo dos fósseis brasileiros. Samuel Allport (1860) organizou uma coleção paleontológica com material proveniente das vizinhanças da cidade de Salvador, cujos peixes foram estudados por Paul G. Egerton, os moluscos por John Morris e os conchostráceos por Rupert Jones, todos especialistas do Museu Britânico. Em 1869, W. Carruthers descreveu restos vegetais das camadas de carvão do Rio Grande do Sul. Joseph Mawson (1886 a 1913) e Arthur Smith Woodward (1887 a 1939) estudaram vertebrados do Cretáceo da Bahia. Este último, destacado cientista da época, deixou cerca de 15 trabalhos publicados sobre vertebrados fósseis brasileiros, a maioria a respeito de peixes.

(CASSAB, 2010, p. 14).

Um novo impulso as pesquisas geológicas e paleontológicas no Brasil, foi dado pela realização de três grandes e importantes expedições dominadas pelos cientistas norte-americanos, de acordo com Cassab.

Para a autora, a primeira foi a Expedição Thayer, realizada em 1865 e chefiada por Louis Agassiz, que explorou o vale do Rio Amazonas e parte da costa atlântica. Participou desta expedição o geólogo canadense Charles Frederick Hartt, que mais tarde dedicaria grande parte de seus estudos à Geologia e Paleontologia do Brasil. Por iniciativa própria, retornou em 1867, com o objetivo de complementar as investigações anteriores. Publicou o resultado de suas pesquisas na obra *Geology and Physical Geography of Brazil*, em 1870, com informações sobre fósseis de várias localidades do Brasil. Depois, duas novas expedições geológicas foram realizadas, em 1870 e 1871 – as Expedições Morgan, ambas chefiadas por Hartt:

Concentraram seus interesses na geologia da Amazônia, reconhecendo terrenos paleozóicos e cretáceos no Pará. Tomou parte nestas expedições o geólogo norte-americano Orville Adalbert

Derby, que se radicou no Brasil, dedicando-se a diversas atividades de cunho geológico e paleontológico (CASSAB, 2010, p. 14-15).

Como vimos, os viajantes e suas expedições contribuíram significativamente para o desenvolvimento da Geologia e Paleontologia do Brasil, porém, infelizmente, grande parte dessas coleções não está preservada nos museus brasileiros, já que os fósseis, em sua maioria, conforme abordado anteriormente, eram enviados aos países de origem de seus pesquisadores para estudo e preservação.

A formação e a preservação dessas coleções estão associadas à história dos museus. Para tanto, não podemos deixar de mencionar a grande contribuição dos principais museus do país, para a salvaguarda, divulgação e fortalecimento desse conhecimento, como o Museu Nacional / UFRJ, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu de Ciências da Terra e o Museu da Geodiversidade / UFRJ.

O Museu Real, hoje Museu Nacional, criado, em 1818, por D. João VI, passou a ser um dos principais guardiões de fósseis encontrados no país, formando, preservando e divulgando um importante patrimônio fossilífero. Tal fato deu-se, principalmente, a criação do governo, em 1875, da primeira instituição de caráter geológico, a Comissão Geológica do Império, com o objetivo, segundo Cassab, de intensificar as pesquisas na área e promover o conhecimento do solo brasileiro para fins de ocupação e exploração econômica do país e seu posterior fechamento, após vários trabalhos de campo, depositando o material coletado junto às coleções do Museu Nacional, na Seção de Geologia e Mineralogia.

Para Maria Margaret Lopes (1988, p. 26-37), os museus, no Brasil, foram às instituições pioneiras nas pesquisas geológicas. E, o Museu Nacional, criado nos moldes do Museu Britânico, foi o primeiro museu do país a incorporar, desde o início, aspectos do conhecimento geológico. Na época de instalação do Museu Real, a autora menciona Lacerda (1905) sobre o aproveitamento de uma importante coleção mineralógica com mais de três mil amostras classificadas pelo alemão Werner (considerado pai da geologia moderna), constituindo-se no núcleo inicial de formação do museu.

Em Lopes também verificamos que, nesta época, as pesquisas ligadas as ciências naturais estavam longe de serem consideradas sistemáticas no Brasil. O Estado brasileiro limitava-se a apoiar algumas das viagens particulares dos naturalistas europeus, com objetivos que caminhavam longe da divulgação do

conhecimento científico que, na verdade, não passavam de estratégias para a divulgação de uma monarquia culta e a exaltação das riquezas naturais do país.

Neste sentido, ainda de acordo com Lopes, destacamos a importância dos museus no processo de institucionalização das ciências no Brasil que, consideradas órgãos de pesquisa, antecederam em muitos anos a criação das primeiras universidades no país.

Os museus, neste momento, exerciam múltiplas e importantes atividades ligadas à produção e divulgação do conhecimento, sendo consideradas instituições fundamentais ao apoio e desenvolvimento da pesquisa científica.

Lopes, então, destaca a importância do Museu Nacional nesta dinâmica e nos alerta sobre o fato dele ser considerado o primeiro instituto de pesquisa em ciências naturais no Brasil e o primeiro órgão nacional a se encarregar legalmente da Geologia no país. Devido a sua grande contribuição para o desenvolvimento da área e durante mais de 50 anos foi visto como uma das únicas organizações oficiais comprometidas com a pesquisa geológica no país. Vários foram os trabalhos de pesquisa resultantes desse empenho, destacando-se aí, a elevada participação de seus pesquisadores, nacionais e estrangeiros, para o desenvolvimento das ciências mineralógicas e petrográficas do Brasil.

Continuando a análise do desenvolvimento da referida área no país e de acordo com Cassab (2010, p. 13-18), verificamos, a criação, em 1904, da Comissão de Estudos das Minas de Carvão do Brasil, com o objetivo de pesquisar os depósitos de carvão no sul do país. O geólogo norte-americano Israel C. White, designado chefe da Comissão, contribuiu, significativamente, para os avanços desses estudos, ao encerrar suas atividades com a publicação de um longo e inovador relatório sobre as características das áreas investigadas.

Os avanços sobre os conhecimentos do carvão despertaram interesses para outras áreas da Geologia, motivando, em 1907, a criação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil que, segundo a mesma autora, foi o grande responsável pelo desenvolvimento das ciências geológicas no país. Foram realizados diversos trabalhos de campo e, como resultado, a coleta de muitos materiais e a possibilidade do desenvolvimento de pesquisas sistemáticas na área e a publicação dos resultados. Seu grande objetivo era realizar pesquisas para o aproveitamento dos recursos naturais que pudessem servir de base para projetos de obras públicas, inclusive no combate as secas. Dentre as suas atividades, a manutenção de um laboratório e um

museu, que pudesse ajudar na divulgação dos conhecimentos produzidos pela área. Porém, ainda continuava-se com a remissão de fósseis para pesquisas no exterior, o que acabou culminado na publicação de algumas monografias, consideradas clássicas para a Paleontologia brasileira: a de *John M. Clarke*, em 1913, “*Fósseis Devonianos do Paraná*” e as de *Carlota J. Maury*, “*Fósseis Terciários do Brasil*”, “*O Cretáceo da Parahyba*” e “*O Cretáceo de Sergipe*”, respectivamente em 1924, 1930 e 1936 (CASSAB, 2010, p. 16).

Em 1934, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil sofre uma reorganização administrativa e transforma-se no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), mas ainda subordinado ao Ministério da Agricultura. Vale ressaltar que, segundo Cassab, nesta nova organização constava-se oficialmente uma Seção de Paleontologia. Já em 1960, com a criação do Ministério de Minas e Energia, o DNPM passa a integrar este novo ministério. Em 1969, o prédio (atual Museu de Ciências da Terra) passa para o patrimônio do atual Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e hoje, além de abrigar o Museu de Ciência da Terra, cujas coleções são frutos dos trabalhos realizados por várias gerações de geocientistas ligados ao Serviço Geológico e mais tarde ao DNPM, recebe diversas áreas técnicas do CPRM.

O Rio de Janeiro, por ter sido a capital do Império e, posteriormente, da República, não é a toa que abriga as três maiores Coleções de Paleontologia do país, a do Museu Nacional / UFRJ, a do DNPM e a do Museu da Geodiversidade / UFRJ (organizado recentemente enquanto instituição museológica, mas a Universidade é guardiã, por décadas, de uma importante e rica coleção pertencente a sua história, através, principalmente, da criação do Curso de Geologia e do Instituto de Geociências, conforme veremos no capítulo posterior). Com o desenvolvimento do país, outras instituições que trabalham com Paleontologia também surgiram, como o Museu Paraense Emilio Goeldi, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e o Museu Paulista.

O Museu Paraense Emílio Goeldi, criado em 1871 e regulamentado pela Lei Nº 713 de 12 de abril de 1872, teve grande importância para a história das Geociências no país. Foi responsável por significativas publicações, com trabalhos na área de Geologia, Paleontologia, Estratigrafia, Mineralogia, Geografia, Antropologia e Etnografia. Um dos setores mais importantes do Museu, segundo Pinto (2009), compreende justamente a área das Geociências, que durante o Século XX acompanhou as fases ativas e inativas do local. E foi a partir de 1955 que expressivos

projetos na área de Geologia / Paleontologia mais especificamente foram desenvolvidos, devido à contribuição de geólogos e paleontólogos do Museu Nacional e do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).

Segundo Lopes, a história do Museu Emílio Goeldi não é diferente de outras instituições similares. Contratemplos, falta de verbas e falta de interesse de seus administradores, eram situações comuns e rotineiras. O setor de Geologia, que já chegou a ser um de seus principais setores, e o próprio Museu, como um todo, passaram por várias discontinuidades ao longo da história. Desde a sua fundação, a instituição contou com importantes e pioneiros estudos na área da Geologia, conforme mencionado acima. Em 1891, data de sua reinauguração e sob a direção de Goeldi (1894 a 1907), o museu ganha uma nova estrutura de trabalho, passando a contar com uma das normas mais exigentes de organização de museus científicos do mundo. A partir de então, o Museu torna-se uma das principais instituições voltadas aos debates da História Natural.

Já o Museu Paulista, mais conhecido como Museu do Ipiranga, criado em 1894, pela iniciativa de Orville Derby, ainda segundo Lopes, esboçou um plano para coordenar e desenvolver junto com a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, atividades ligadas, principalmente, a Geologia, Mineralogia e Botânica. O Museu Paulista também contribuiu significativamente para o desenvolvimento das pesquisas em ciências naturais, notadamente na área da Paleontologia.

Sobre o Museu da Geodiversidade / UFRJ, possuidor do terceiro maior acervo de Paleontologia do país, ficando atrás somente do Museu Nacional / UFRJ e do DNPM, foi analisado mais detalhadamente suas especificidades (processos de formação e gestão) no próximo capítulo.

Como vimos, essas instituições foram de extrema importância para o desenvolvimento das ciências naturais no Brasil, principalmente devido à inexistência de universidades nesta época. E, só não se fortaleceram ainda mais, devido aos já conhecidos problemas: falta de verbas, discontinuidades administrativas, corpo de funcionários reduzido, falta de fiscalização a respeito do destino dado pelos pesquisadores estrangeiros ao material coletado em suas pesquisas, entre outros.

Esses museus desempenharam bem a função que lhes cabia na época, a de serem centros de pesquisa e divulgadores de conhecimento que, ainda de acordo com Lopes, neste momento, já não guardavam qualquer vínculo mais estreito com as atividades regulares de ensino, a não ser pela organização de conferências e cursos

eventuais oferecidos por especialistas voltados a públicos extremamente específicos. Em relação à divulgação do conhecimento, o Museu Nacional também foi considerado o pioneiro, principalmente através da publicação de suas produções científicas.

A partir do início do século XX e com a criação de novas instituições técnico-científicas, os museus de história natural continuaram suas pesquisas e divulgações na área da Geologia, mas foram paulatinamente perdendo seu caráter de instituições únicas e ou prioritárias, transformando-se nos tradicionais repositórios. Característica esta que se mantém até os dias de hoje, muitas vezes encarada de forma pejorativa, ao classificarem essas instituições como simples depositárias de coleções (estendida aos museus de modo geral).

Após a Segunda Guerra Mundial, segundo Cassab (2010, p. 13-18), houve outro momento importante de expansão para a Paleontologia. Devido ao grande crescimento da indústria nacional, aumentou-se a demanda por geólogos, incentivando a criação de várias escolas de Geologia pelo país e, conseqüentemente, a formação de novos profissionais de Paleontologia, que atuavam na difusão do conhecimento e criação de novos núcleos de trabalho. A expansão da indústria do petróleo também contribuiu para o desenvolvimento do campo em questão, proporcionando avanços nos estudos sobre estratigrafias das bacias sedimentares brasileiras e introduzindo novos métodos de trabalho.

E, neste sentido, conforme abordado no próximo capítulo, destacamos a importância da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com seu curso e departamento de Geologia e o Instituto de Geociências para o desenvolvimento e fortalecimento da área em questão e criação do Museu da Geodiversidade, responsável pela organização e preservação de uma das mais importantes coleções paleontológicas do Brasil.

Para Cassab, depois da criação da Petrobrás, em 1953, a exploração do petróleo é reformulada, dando prioridade às pesquisas da parte continental das bacias sedimentares. Pesquisadores estrangeiros são contratados para iniciarem trabalhos na área da Micropaleontologia e reorganizam-se os antigos núcleos do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), criado em 1938, com o objetivo de intensificar as pesquisas geológicas sobre combustível fóssil. Cria-se, então, um importante centro de pesquisas avançadas, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento da Paleontologia no Brasil.

Após considerações sobre a importância dos fósseis, sobre a área da ciência responsável por sua análise e identificação e sobre as primeiras iniciativas de formação e divulgação de coleções paleontológicas e conhecimentos em Geociências no Brasil, trabalhamos, a seguir, com as especificidades envolvendo a salvaguarda desse patrimônio dentro do espaço Museu (*ex situ*).

Como vimos, durante o primeiro capítulo, pudemos analisar e debater mais detalhadamente questões gerais ligadas a formação de coleções, museus e patrimônios ao longo do tempo. Para tanto, apresentamos de forma direcionada, considerações ligadas à salvaguarda do patrimônio fossilífero.

De forma breve, relembremos um dos principais pilares envolvendo o conceito de patrimônio: todo *bem* material e ou imaterial, considerado patrimônio, passou, necessariamente, por um processo de valoração e reconhecimento diante de um determinado grupo social que o elevou como tal. Esses *bens* são portadores de mensagens simbólicas que os ligam entre o mundo visível e o invisível, conforme Krzysztof Pomian (1984, p. 51-86). E é, justamente, através da presença dessa memória simbólica que podemos, através dos fósseis, contar a história de formação e evolução do Planeta Terra.

Partindo da visão de que os fósseis podem ser analisados segundo a ótica da representação, segundo Pinto (2009, p. 17-18), o que então podemos pensar da representação do real pelo fóssil? Ou seja, que informações ele representa? De acordo com Mathilde Bellaigue (1992), o objeto pode ser intérprete, símbolo, mensagem e ainda possuir um valor, uma significação e um potencial de ligações contextuais.

Pinto então nos mostra que os fósseis poderiam ser preservados justamente através desse prisma, ou seja, não poderíamos pensá-lo como representantes de *eventos gerados pela própria natureza, bem como o elo entre o sítio paleontológico, as coleções científicas, os museus e os catálogos, locais específicos de produção de saberes, numa grande rede do conhecimento em Geociências?* (PINTO, 2009, p. 18). Segundo a mesma autora, certamente sim.

E nesta mesma ótica de pensamento ainda podemos expandir a compreensão desse potencial de ligações contextuais através da comparação da noção de valor, empregadas nas atividades desenvolvidas por profissionais responsáveis pela preservação desses patrimônios longe de suas áreas naturais e o trabalho do paleontólogo em suas expedições. Ambos são, incontestavelmente, aproximados,

justamente, por essa necessidade de atribuir valores em suas dinâmicas de trabalho. Os profissionais de coleções e museus, através de escolhas conscientes e a preservação inevitável de um determinado *bem* em detrimento de outro e o paleontólogo, diante de suas seleções, ainda em campo, de seus objetos de estudo e preservação.

Demonstrada a sua importância para a preservação da história do Planeta, incontestavelmente, valorado e elevado como patrimônio de todos, os fósseis, segundo Mário Chagas (1996, p. 90), são testemunhos da cultura e do meio ambiente e interessam à Museologia enquanto suportes de informações e representações de memória. E é neste sentido que se justifica sua preservação, pesquisa e exposição.

A seguir, e ainda parte da presente seção de capítulo, abordamos as características determinantes de um objeto ao entrar no mundo do museu, onde, através de processos e metodologias específicas, perdem e ganham significados, dependendo de seus contextos, passando por constantes processos de re-significações dentro deste novo mundo. Para tanto, e dando continuidade as especificidades do tema, analisamos o processo de musealização dessas coleções geocientíficas / paleontológicas.

2.2.1 Musealização de Coleções Geocientíficas/Paleontológicas

Como vimos, o objeto de estudo da Paleontologia, o fóssil, pode ser preservado e valorado de diferentes maneiras, através de atitudes e metodologias *in situ*, preservando-o junto ao seu local de origem e mantendo suas características naturais, como através dos procedimentos de Geoconservação, conforme apresentado anteriormente, ou através da preservação *ex situ*, onde há um deslocamento desse local de origem para um espaço legalmente autorizado, como é o caso dos museus.

Nesta seção, damos continuidade aos questionamentos já abordados, brevemente, ao longo do primeiro capítulo, as particularidades especiais de um objeto ao ingressar no meio museológico, assumindo novo status e ganhando a função de documento, cujo processo ou processos denominamos musealização. Deste modo, nos atemos à preservação desse patrimônio *ex situ*.

Ao ser designado documento, o objeto tem seu caráter informacional destacado, reforçando assim, a sua principal função, ou seja, a de intermediar ligações essenciais entre a matéria, a informação e o homem.

Em virtude de seu caráter multidisciplinar, o processo de musealização é de difícil apreensão em sua totalidade. Sua dimensão informacional, entretanto, é enfatizada por inúmeros autores, entre os quais Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, 111), para quem o eixo da musealização é o “processo de transformação do objeto em documento”, e Ivo Maroevic (1998, 74), que associa o amadurecimento teórico da disciplina Museologia ao reconhecimento do valor informativo do objeto e, conseqüentemente, ao seu estatuto de documento (LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus & LOUREIRO, José Mauro Matheus 2013, p. 2).

Portanto, reflexões e compreensões sobre a natureza do objeto musealizado, envolvem o conhecimento em torno do conceito documento, para a qual abordamos abaixo.

De acordo com Loureiro & Loureiro (2013), o termo documento, historicamente, foi associado ao testemunho escrito, de acordo com preceitos positivistas. Entretanto, esse pensamento fora questionado a partir de 1929 pelos historiadores da Escola dos *Annales*. Já na década de 1960, Samaran (apud Le Goff 2003, 531) afirma que “não há história sem documentos”, acrescentando, porém, que o termo “documento” deveria ser compreendido “no sentido mais amplo” (LOUREIRO & LOUREIRO, 2013, p. 2).

A noção de documento, conforme explicitado acima, passou por uma expansão ao longo da história, sendo a ela incorporadas não somente a idéia de testemunho através da escrita, mas também por meio da ilustração, do som, da imagem, e de tantas outras possibilidades.

Visto como um objeto concreto, o documento seria o meio pelo qual “a informação, o conteúdo, ganham forma no plano comunicacional” e simultaneamente “o suporte que possibilita sua circulação” (LOUREIRO & LOUREIRO, 2013, p. 3).

Segundo os autores trabalhados acima, as bases para as reflexões sobre a noção de documento estão em Paul Otlet, que admitiu “suportes outros que não o papel e unidades de informação menores que o livro” e Suzane Briet que, posteriormente, incluiria os seres vivos.

Para Otlet, a noção de documento aplica-se a tudo aquilo que for passível de “guarda e preservação, pois é representante de alguma ação humana ou de algum detalhe da natureza” (Smit 2008). Michael Buckland (1991) enfatiza o uso por Otlet da expressão “unidade documentária” como “termo genérico para denotar coisas

informativas”, incluindo, ao lado de textos, objetos naturais, artefatos e “objetos portadores de vestígios de atividades humanas”. Embora não tenha explorado a noção de documento em sua totalidade, Otlet promoveu uma considerável ampliação ao considerar todo e qualquer objeto produzido pelo homem, ou seja, dotado de uma “intencionalidade para um determinado uso (Rabello 2009, 178-179) (LOUREIRO & LOUREIRO, 2013, p. 3).

Os objetos de museu, ainda segundo os mesmos autores, são especificamente incluídos por Otlet (1934), sendo classificados em “cinco grandes espécies”, que compreenderiam: os objetos naturais; os objetos artificiais criados pelos homens de acordo com suas necessidades; os objetos portadores de traços humanos, repletos de significados e que servem à interpretação; os objetos demonstrativos, criados também pelos homens, mas utilizados para representar e demonstrar noções e os objetos de arte.

Autores com Otlet e Suzanne Briet estenderam consideravelmente a noção de documento, atribuindo-lhe novos significados e possibilidades, o que acabou abrindo precedentes para admiti-lo como informações presentes em diferentes tipos de suporte.

Enfatizando que a definição oficial de documento emanada da Union Française des Organismes de Documentation - “toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova” – teria sido posta em cheque por linguistas e filósofos, Briet redefine documento como “todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com os fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”, acrescentando:

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos em um Zôo (Briet 1951, 7, tradução nossa).

(LOUREIRO & LOUREIRO, 2013, p. 3).

Ainda de acordo com Loureiro & Loureiro, após as definições fundamentais de documento, estabelecidas por seus pioneiros, as discussões são retomadas por Jean Meyriat, que o define como “um objeto que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável, ressaltando a intercessão de duas noções inseparáveis: uma de natureza material (o objeto que dá suporte) e outra conceitual (a informação)”.

Neste sentido, consideramos os fósseis documentos, à medida que são suportes materiais de informações necessárias ao entendimento da história de evolução do nosso Planeta.

Após breves apontamentos sobre o conceito de documento, intrinsecamente ligado ao processo de preservação do objeto no museu, analisamos as características determinantes do chamado processo de musealização.

A palavra teria sido introduzida na Museologia por Zbynek Stránský. Segundo Loureiro & Loureiro (2013) e de acordo com a citação de Anaído Baraçal (2008, p.64), Stránský teria assumido ele mesmo a autoria do termo, *inicialmente trabalhado por ele e por Wilhen Enennbach, no início dos anos 70, junto com a palavra musealidade, como um processo de adquirir musealidade.*

De acordo com Peter Van Mensch (1992), Stránský, inicialmente, teria identificado como campo de interesse da Museologia o reconhecimento do objeto enquanto fonte primária de conhecimento, porém, anos mais tarde, o próprio autor afirmaria que o objetivo da disciplina seria “perceber e identificar documentos que, em diferentes aspectos representem certos valores sociais”. Mensch, então, assegura que esse valor documentário corresponderia à idéia de musealidade.

Conforme Klaus Schreiner (1980,39), Stránský define o museu como uma “instituição documentária que acumula, preserva e comunica testemunhos autênticos da realidade objetiva”. Identificada como o objeto de estudo da Museologia, a musealidade, por sua vez, é definida como o “valor documentário específico dos objetos concretos e perceptíveis da natureza e sociedade, o valor de evidência autêntica da realidade” (LOUREIRO & LOUREIRO, 2013, p. 6).

Loureiro & Loureiro apontam também que anos mais tarde, Stránský afirmaria que a natureza do objeto de museu viria de “certa relação entre homem e realidade” à qual denomina “musealidade”. Depois, Stránský ainda definiria “musealidade” como “o caráter museal das coisas”.

Já Ivo Maroëvic¹⁸ (1997), reforçando o que foi apresentado no primeiro capítulo, trata do estudo da musealidade através da “*musealia*”, que segundo ele, consiste na quantidade variável de informações e mensagens oriundas dos documentos da realidade museal.

Os objetos de museu (museália), voltando ao pensamento de Loureiro & Loureiro, são ontologicamente coincidentes aos objetos em geral, porém, possuem, do ponto de vista semântico, uma nova função, a de serem testemunhos autênticos, documentos e ou evidências de fatos naturais e sociais. E, ainda de acordo com os autores, ao definirmos ou tentarmos definir o processo de musealização, a partir de

¹⁸ Não paginado.

uma perspectiva informacional, é necessário reconhecermos a irregularidade de seu contorno e identificarmos os problemas a que se remete.

Conforme vimos, os conceitos de musealidade e musealização, assim como, a definição do objeto de estudo da Museologia, sofreram adaptações ao longo do tempo, de acordo com o contexto e a realidade de cada autor. Portanto, compreendemos os motivos de tais contornos irregulares na definição de musealização, apontados pelos autores acima.

Para Mário Chagas (2003), também já apresentado no capítulo anterior, a musealização tem início com a seleção, resultado da análise de um olhar especializado (olhar museológico) sobre as coisas. Uma atitude crítica, que parte do necessário distanciamento para a análise do conjunto de bens culturais e naturais. Etapa esta que junto com a proteção e a exposição fazem parte do conjunto de práticas sociais relacionadas ao museu.

A musealização é admitida, de forma ampla, como uma estratégia de preservação, física e informacional, e que engloba, necessariamente, a atribuição de valores e a existência do caráter seletivo. Portanto, podemos afirmar que musealizar é selecionar. Selecionar um *bem* em detrimento, inevitavelmente, de outro, para compor coleções museológicas. Neste sentido, consideramos tal ato como a primeira etapa do processo de musealização. Contudo, essa ação do homem acaba removendo o objeto de seu contexto original criando espaços artificiais.

A musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO, 2011, p. 2-3 apud LOUREIRO & LOUREIRO, 2013, p. 6).

Ainda utilizando o pensamento de Loureiro & Loureiro, a ação de transformar objetos cotidianos em documentos, é um ato essencialmente intencional, e contribui para a criação de uma categoria temporária e circunstancial de documentos. Neste sentido, o documento é visto como uma representação, um signo.

O objeto musealizado é o responsável por levar para dentro do espaço museu referências de outros tempos, épocas, circunstâncias e significados, servindo de elo

entre a matéria e a informação, ou como queria Krzysztof Pomian (1984), entre o mundo visível e o mundo invisível.

O ato da musealização é definido também, de acordo com o pensamento de Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro (2007¹⁹), como *o conjunto de ações caracterizadas pela separação/deslocamento do contexto original e privação das funções de uso de alguns objetos, que passariam a desempenhar a função de documentos.*

Já nas Geociências, mais especificamente na Paleontologia, o processo de musealização de suas coleções científicas, representada pelo fóssil, nos garante a *preservação não só dos exemplares/espécimes fossilíferos, mas de todo um conjunto de informações geopaleontológicas: bacia sedimentar, formação geológica, estratigrafia, sítio fossilífero de procedência* (PINTO, Fernanda Magalhães, 2009, p. 12).

A permanência de um exemplar paleontológico no museu garante não só sua preservação in loco, mas também, por meio de sua representação, a preservação de seu local de proveniência. A informação *ex situ* depende dos elementos coletados em *in situ*, conforme Pinto:

Uma vez que os exemplares fósseis são retirados de seus locais de origem - os sítios fossilíferos -, e que ali integram todo um sistema estratigráfico (camadas geológicas) passível de análise in situ, sofrem alteração na leitura que se pode realizar a partir deles. Retirado do seu "todo" estratigráfico, sua leitura é feita por outras vias e passa a depender das informações (dados) obtidas do local de proveniência (PINTO, 2009, p. 13).

Desta forma, Loureiro (2007) também afirma que o museu, através de suas coleções e especialmente por meio de suas exposições, consegue garantir visibilidade a realidades dispersas no tempo e ou no espaço, portanto, naturalmente invisíveis.

A preservação do objeto no museu, em especial o fóssil, não garante a manutenção da integralidade de fatos e características particulares do meio de onde foram coletados, mas assegura uma teia de significados e relações tamanhas, que nos dão condições de sermos remetidos a determinadas épocas e espaços, bem como, compreendermos a existência de fenômenos e situações peculiares pertencentes ao objeto que preservamos.

¹⁹ Não paginado.

A seguir, dando continuidade as metodologias de preservação do patrimônio fossilífero, abordamos, mais diretamente, a legislação de proteção específica a sua salvaguarda.

2.3 Legislação de Proteção do Patrimônio Fossilífero Brasileiro *ex situ*

A presente seção de capítulo tem por objetivo identificar e analisar os organismos e os mecanismos de defesa legal (Leis, Decretos-Leis, Decretos, Constituições, Portarias, etc) do patrimônio fossilífero, bem como, verificar o seu processo de legitimação enquanto patrimônio no Brasil. De modo a atender o recorte da presente dissertação, conforme já mencionado anteriormente, focalizamos nas particularidades da proteção *ex situ*, a preservação do fóssil longe de seu local de origem. No primeiro momento, abordamos as principais medidas legislativas de proteção a esse patrimônio, ao longo do tempo, já, em um segundo momento, avaliamos as especificidades das instituições legalmente autorizadas a preservar tais patrimônios musealizados. Estabelecendo assim, condições básicas de existência para as declaradas instituições de caráter museológico.

No Brasil, podemos encontrar fósseis em distintas regiões, com idades, características e estado de preservação diferentes. Grande parte desse patrimônio, ainda encontra-se em seu local de origem, nos chamados jazigos fossilíferos, que são os locais de nascimento dos fósseis, tidos como testemunhos de importantes acontecimentos na história de evolução do Planeta Terra. Portanto, tanto esses locais originais quanto os fósseis já removidos, necessitam de medidas legais que garantam sua preservação para atuais e futuras gerações.

Podemos verificar que desde o Decreto-Lei Nº 25 de 1937, o Decreto-Lei Nº 4.146 de 1942 e a Constituição de 1946 (artigos 174 e 175), a proteção aos monumentos naturais, aos depósitos fossilíferos mais especificamente (já considerados *bens* da União) e a promoção de institutos de pesquisas, já apareciam na legislação brasileira.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como

os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 1937).

Após sugestão do paleontólogo Lewllyn Ivor Price, na época, funcionário do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM)²⁰, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, sensibiliza-se com as questões envolvendo a preservação do patrimônio fossilífero e assina o Decreto-Lei Nº 4.146 de 1942.

Artigo 1º - os depósitos fossilíferos são propriedade da Nação, e, como tais, a extração de espécimes fósseis depende de autorização prévia e fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Independem dessa autorização e fiscalização as explorações de depósitos fossilíferos feitas por museus nacionais e estaduais, e estabelecimentos oficiais congêneres, devendo, nesse caso, haver prévia comunicação ao Departamento Nacional da Produção Mineral.

(BRASIL, 1942).

Constituição Brasileira de 1946:

Art 174 - O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único - A lei promoverá a criação de institutos de pesquisas, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior.

Art 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público.

(BRASIL, 1946).

Podemos verificar, através dos exemplos de 1937 e 1946, preocupações ainda muito genéricas, em relação à proteção dos acervos fossilíferos, mas já o interesse, por parte do governo, na preservação do patrimônio natural como um todo do país.

Em 1967, segundo Aline Rocha (2009, p. 45), com a elaboração de uma nova constituição, mais uma vez é destacada, no artigo 172, a proteção dos monumentos e das paisagens naturais, assim como, dos sítios arqueológicos, que pela primeira vez são mencionados. Porém, ainda segundo a autora citada, a definição de monumento é ainda muito vaga, destacando-se apenas que todos os bens citados na constituição fazem parte do patrimônio cultural brasileiro.

Art 172 – O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único – Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os

²⁰ Contextualizado ao longo da presente seção de capítulo.

monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas (BRASIL, 1967b).

Ainda de acordo com Rocha, no ano de 1967, foi elaborado também um novo Código Brasileiro de Mineração, através do Decreto-Lei Nº 227, com a função de regulamentar a extração mineral de toda a espécie, inclusive os fósseis. Contudo, tal código não conseguiu dar conta de casos mais específicos, como o dos fósseis destinados a museus, mencionando apenas que exceções deveriam ser regidas por leis específicas, leis estas inexistentes até hoje no país.

A Constituição de 1969, apesar de ter sido substituída pela Constituição de 1988, determinava também a proteção aos monumentos e as paisagens naturais: *“sob proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”*.

Através do Decreto Nº 72.312 de 1973, foi promulgada a Recomendação de Paris, estabelecendo medidas que proíbem e impedem à importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais, seguindo as determinações da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Paris, novembro de 1970).

ARTIGO 1º

Para os fins da presente Convenção, a expressão “bens culturais” significa quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a história, a literatura, a arte ou a ciência, e que pertençam às seguintes categorias:

a) as coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia e anatomia, e objetos de interesse paleontológico.

(Brasil, 1973).

Através da Lei Nº 7.347 de 1985, disciplina-se a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, dentre eles os jazigos fossilíferos, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico.

Em relação à proteção específica do patrimônio fossilífero, podemos verificar que somente a partir da Constituição de 1988 é que os fósseis começam a ser mais evidenciados como *bens* da União. Destaca-se também, nesta Constituição, a responsabilidade do Estado na defesa do patrimônio natural e a ênfase ao patrimônio paleontológico enquanto parte do patrimônio cultural brasileiro.

Artigo 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vieram a ser atribuídos;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

(BRASIL, 1988).

Neste caso, podemos considerar os jazigos fossilíferos como *bens* da União. Como vimos, o Decreto-Lei Nº 4.146 de 1942, já considerava os fósseis *bens* da União. Porém, segundo a Sociedade Brasileira de Paleontologia, a descrição do fóssil como o registro de vida do passado que se preservou graças a um processo de mineralização, é enquadrada somente no inciso IX e/ou X do artigo 20 da Constituição de 1988.

Artigo 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

Artigo 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar corretamente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Artigo 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

(BRASIL, 1988).

O Decreto Nº 98.830 de 1990 sujeita as atividades de estrangeiros (pessoa natural ou jurídica) sobre os dados e materiais científicos coletados no Brasil ao controle do Ministério da Ciência e Tecnologia, a qual tem o dever de fiscalizar todas as etapas do processo.

Art. 1º Estão sujeitas as normas deste Decreto, as atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa

e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, sem prejuízo ao disposto no art. 10.

Parágrafo único. Este Decreto não se aplica às coletas ou pesquisas incluídas no monopólio da União.

Art. 2º Compete ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) avaliar e autorizar, sob as condições que estabelecer, as atividades referidas no artigo anterior, bem assim supervisionar sua fiscalização e analisar seus resultados.

Art. 3º As atividades referidas no art. 1º somente serão autorizadas desde que haja a coparticipação e a co-responsabilidade de instituição brasileira de elevado e reconhecido conceito técnico-científico, no campo de pesquisa correlacionado com o trabalho a ser desenvolvido, segundo a avaliação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Art. 9º A remessa para o exterior de qualquer material coletado, ainda que reproduzido através de fotografias, filmes ou gravações, só poderá ser efetuada após prévia autorização do MCT e desde que assegurada, pelo interessado, sua utilização em atividades exclusivamente de estudos, pesquisas e difusão com a observância no disposto no parágrafo único, do art. 4º.

Art. 10. A utilização do material coletado para fins comerciais, inclusive a sua cessão a terceiros, dependerá de acordo prévio a ser firmado pelos interessados com o MCT, respeitados os direitos de propriedade, nos termos da legislação brasileira em vigor.

(BRASIL, 1990).

Através do decreto acima, podemos perceber a intenção do governo em restringir, entre outros, o envio de material, levado no passado muitas vezes de forma indiscriminada, sem as devidas autorizações, aos países de origem de pesquisadores e ou instituições, como resultado de suas atividades de pesquisa e que hoje povoam coleções e museus no exterior, conforme mencionado na seção anterior, ou até mesmo utilizando-o para fins de comercialização.

Conforme já citado ao longo da dissertação, e de acordo novamente com o Decreto-Lei Nº 4.146 de 1942, os depósitos fossilíferos são designados *bens*, de interesse de todos. Visando a salvaguarda de seus patrimônios, a União, o Estado e o Município, consideram, de acordo com os artigos 163 e 180 do Código Penal, crime, a comercialização e a receptação desses patrimônios. Neste sentido, podemos incluir nestes artigos, o acervo fossilífero.

Artigo 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.

Parágrafo Único - se o crime é cometido: ...

III - contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.

Artigo 180 do Código Penal: Receptação

Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que saber ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.

(Brasil, 1940).

Já segundo a Lei 8.176 de 1991, voltando às penalidades aos infratores, *constitui crime contra o patrimônio produzir bens ou explorar matéria-prima pertencentes à União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo.* Ainda prevê pena de detenção, de um a cinco anos, e multas em caso de desacordos.

O fóssil, como patrimônio da União, de acordo com o inciso 1º da Lei mencionada acima (*Incorre na mesma pena aquele que, sem autorização legal, adquirir, transportar, industrializar, tiver consigo, consumir ou comercializar produtos ou matéria-prima, obtidos na forma prevista no caput deste artigo*) e sem a autorização legal do Departamento Nacional de Produção Mineral é considerado um bem inegociável. Portanto, todas as atividades ligadas a coleta, aquisição, transporte, entre outras, devem estar devidamente autorizadas pelos órgãos competentes, caso contrário, seus responsáveis sofrerão as penas criminais cabíveis.

A Portaria do Ministério de Minas e Energia de 1995, de acordo com a Sociedade Brasileira de Paleontologia, estabelece como competência do Departamento Nacional de Produção Mineral, a proteção e fiscalização do patrimônio fóssilífero e a preservação da memória geológica como um todo.

Ao Serviço de Proteção Mineral compete:

V – Preservar, proteger, pesquisar e difundir o acervo técnico-científico que constitui a memória geológica do País, em especial os monumentos, os sítios geológicos, os depósitos fóssilíferos, os museus de minerais, rochas, fósseis e materiais relacionados;

VI – Exercer o controle e a fiscalização dos depósitos fóssilíferos bem como da exportação de materiais geológicos, mineralógicos e paleontológicos conforme dispõe a legislação pertinente;

VII – Ampliar a realização de estudos específicos objetivando a proteção e preservação dos jazimentos fóssilíferos e de outros monumentos geológicos, bem como criar meios e condições de organização e conservação do acervo das litotecas da Autarquia.

(BRASIL, 1995).

Já o Projeto de Lei Nº 245 de 1996 que *dispõe sobre a proteção ao patrimônio fóssilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal,* estabelece, entre outras providências, regras ao acesso a esse patrimônio.

Art. 4º A pesquisa e coleta de material fóssil em território brasileiro deverão ser previamente autorizadas pela autoridade competente,

aplicando-se a legislação federal sobre coleta de dados e materiais científicos por estrangeiros e devendo da documentação exigida constar, no mínimo:

I - identificação circunstanciada da área que será objeto do trabalho para o qual é solicitada a autorização;

II - descrição dos métodos, técnicas e instrumentos a serem utilizados;

III - indicação do destino do material coletado e explicitação dos objetivos do trabalho;

IV - identificação dos requerentes, bem como comprovantes de sua qualificação profissional.

Parágrafo único. As instituições de ensino superior e pesquisa brasileiras estão dispensadas dessas exigências, devendo apresentar anualmente, à autoridade competente, relatório sobre suas atividades em sítios fossilíferos.

Art. 5º Fica proibida a transferência de fósseis para o exterior, nos termos do art. 10 desta Lei, exceto quando se destinarem a museus ou instituições de ensino e pesquisa reconhecidos pelos respectivos governos nacionais e cuja idoneidade científica e ética seja atestada pelas entidades representativas da comunidade científica brasileira dos ramos da Paleontologia ou da Geologia, observadas as seguintes condições:

I - co-participação, por meio de acordo de cooperação técnica e científica, na coleta e classificação do material a ser transferido, de museus ou instituições de ensino superior e pesquisa brasileiros, cuja idoneidade científica e ética seja atestada pelas entidades nacionais representativas da comunidade científica dos ramos da Paleontologia ou da Geologia;

II - triagem prévia, por parte da instituição brasileira coparticipante, do material coletado a ser transferido, devendo ser retidos necessariamente os holótipos e sítipos e exemplares de parátipos e lectótipos;

Parágrafo único. Os fósseis retidos na forma do inciso II deste artigo ficarão depositados nas instituições brasileiras coparticipantes ou em instituições públicas brasileiras de ensino ou pesquisa federais, estaduais ou municipais.

Art. 6º Exemplares de fósseis existentes em instituições particulares de ensino e pesquisa no país são considerados parte do patrimônio público, nos termos do art. 1º desta Lei e, como tal, devem ser objeto de comunicação à autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de encerramento de atividades ou quaisquer alterações nas finalidades das instituições de que trata o caput, os exemplares de fósseis lá existentes deverão ser encaminhados a instituições públicas de ensino superior ou pesquisa federais, estaduais ou municipais.

Art. 7º A realização de obras potencialmente causadoras de impacto nos sítios fossilíferos e a exploração de rochas, por meio de lavras mecanizadas ou manuais, deverão ser autorizadas e acompanhadas pela autoridade competente, nos termos desta Lei e das legislações ambiental e de mineração pertinentes.

§ 1º A obra ou lavra poderá ser embargada se prejudicar o patrimônio fossilífero, a critério da autoridade competente;

§ 2º É obrigatória a comunicação à autoridade competente municipal, estadual ou federal, de descoberta de depósito fossilífero.

(BRASIL, 1996).

Como pudemos perceber o Projeto de Lei acima estabelece normas de acesso ao patrimônio fossilífero, instituindo regras relacionadas à pesquisa, a coleta e o destino de material paleontológico presente em território brasileiro, bem como impondo exigências mínimas a serem seguidas por instituições consideradas fiéis depositárias estrangeiras, como os museus e os centros de pesquisa, ao receberem tais materiais. Compreendemos também os casos específicos das instituições de nível superior e de pesquisa brasileiras que, diferentemente das estrangeiras, só necessitam apresentar um relatório anual de suas atividades sobre os sítios fossilíferos. Relatórios estes que devem, obrigatoriamente, serem preservados junto ao acervo de cada instituição, pois, além de garantirem a idoneidade da coleta e da instituição receptora, ajudam a contar a história de formação e preservação de tais acervos.

A Lei Nº 9.605 de 1998 é mais um meio legal de proteção ao patrimônio natural, garantindo entre outras, a preservação das características locais originais, prevendo sanções penais e administrativas para crimes ambientais.

Seção III – Da Poluição e outros Crimes Ambientais.

Artigo 55 – Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

Pena: detenção, de 6(seis) meses a 1(um) ano, e multa.

Artigo 63 – Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena: reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Artigo 64 – Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena: detenção, de 6 (seis) meses a 1(um) ano, e multa.

(BRASIL, 1998).

O Projeto de Lei Nº 1.859/1999 voltava-se, especificamente, a proteção do patrimônio fossilífero, nos termos do artigo 1º, em conformidade com o artigo 216, inciso V, da Constituição Federal, que determina como patrimônio cultural os *conjuntos*

urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O Projeto de Lei citado acima declarava como crime a comercialização de fósseis e previa sanções penais e administrativas aos infratores. Entretanto, segundo Dermeval Carmo, Ismar de Souza Carvalho, Rodrigo Santucci & Michelly da Silva (2010), tal Projeto de Lei foi arquivado na Mesa Diretora da Câmara dos deputados, em 2004, sendo considerado inconstitucional porque partiu do Legislativo quando a competência para legislar sobre esse tema é de exclusividade do Poder Executivo.

Outra Lei de importância para a salvaguarda de tal patrimônio é a 9.985 de 2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e *prevê dentre as modalidades de conservação o Monumento Natural que, de acordo com seus artigos 8º e 12º, constitui uma unidade de proteção integral que visa à proteção de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica (CARMO, CARVALHO, SANTUCCI & SILVA, 2010, p. 564).*

Voltando a competência do DNPM na proteção ao patrimônio geológico como um todo brasileiro, analisamos a Portaria Nº 385 de 2003, que revogou a Portaria Nº 42 de 1995, do Ministério de Minas e Energia (MME), e passou a regular o regimento Interno de tal Departamento, destacando-se:

Art. 1º

O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem como finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e legislação que os complementam, competindo-lhe em especial:

I - promover a outorga, ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;

II - coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;

III - acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;

IV - formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;

V - fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;

VI - fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;

VII - baixar normas, em caráter complementar, e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;

VIII - implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral necessárias ao planejamento governamental;

IX - baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal;

X - fomentar a pequena empresa de mineração;

XI - estabelecer as áreas e as condições para o exercício de garimpagem em forma individual ou associativa;

XII - participar de organizações nacionais e internacionais de caráter técnico e científico na área da sua competência; e

XIII - assegurar permanentemente a qualidade do serviço público no âmbito da sua competência e na forma da vigente legislação específica.

(BRASIL, 2003).

Portanto, a promulgação de tal Portaria, só reforçou a responsabilidade desse Departamento diante da preservação e gestão do patrimônio fossilífero no país.

Ultimamente considera-se de grande importância a cooperação científica internacional onde, de acordo com Carmo, Carvalho, Santucci e Silva (2010, p. 566), representa um avanço para o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural dos países, pois, confere, entre outras possibilidades, intercâmbio de experiências e aperfeiçoamento profissional. Contudo, tal cooperação depende de aprovação e autorização do Governo Brasileiro, por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

Para tanto, há a denominada Expedição Científica que representa toda “atividade de cooperação, envolvendo o intercâmbio entre instituições brasileiras e estrangeiras, por meio de projetos conjuntos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico”, sendo englobada nessa atividade a coleta de material científico realizada por estrangeiros no Brasil, assim como a remessa desse material ao exterior, “à exceção de material biodiverso, de competência do IBAMA” (CARMO, CARVALHO, SANTUCCI & SILVA, 2010, p. 566).

Para tanto, entende-se por material científico, segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os *dados materiais, espécimes*

biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e popular presente e passada, que se destinem ao estudo, difusão e pesquisa (CARMO, CARVALHO, SANTUCCI & SILVA, 2010, p. 566).

Atualmente, através da Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), encontramos uma das melhores iniciativas responsáveis pela preservação do patrimônio paleontológico no país. Tal comissão, segundo os autores mencionados acima, é composta por geocientistas que têm o objetivo de selecionar, descrever e organizar localidades ou áreas do Brasil onde seções geológicas e afloramentos fossilíferos representem importante feição natural, visando assim, o tombamento e, conseqüentemente, a proteção desse patrimônio.

Ainda de acordo com os autores acima, o Brasil é signatário do PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO – WORLD HERITAGE -, que se refere à Convenção Internacional para a proteção de sítios culturais e naturais. Segundo essa convenção, as nações participantes reconhecem-se responsáveis pela conservação de bens de valor universal e excepcional, localizados dentro de seus territórios, preservando-os para as atuais e futuras gerações.

Vale destacar que, no Brasil, enquanto leis federais mais voltadas às particularidades da preservação do patrimônio fossilífero não são criadas e sancionadas, os Estados brasileiros vêm desenvolvendo suas próprias soluções, instituindo suas leis de acordo com as suas características locais. Um exemplo disso é a Lei Estadual Nº 11.738/02 de 2001, sancionada em 2002 pelo Governador do Rio Grande do Sul, Sr. Olívio Dutra, que protege os sítios paleontológicos desse Estado, além de regular a coleta, o transporte e a guarda de fósseis.

A análise dos principais e mais representativos dispositivos legais de proteção ao patrimônio fossilífero brasileiro, nos mostra que ainda necessitamos evoluir e muito no que concerne a elaboração de medidas mais direcionadas ao fóssil, ressaltando, principalmente, o seu caráter patrimonial, já que, a grande maioria destes dispositivos, não menciona diretamente esses acervos fossilíferos e ou paleontológicos em seus escritos. Percebemos também a necessidade de se estabelecer mais mecanismos que abranjam o território nacional como um todo, evitando assim, heterogeneidades dentro dos estados da federação quanto ao tema, além da criação de meios legais de defesa e preservação desse patrimônio fora de seu local de origem, como nos museus e nos centros de pesquisa.

O exame da legislação específica, apesar das lacunas mencionadas, nos permitiu também, principalmente, reforçar a importância desse patrimônio para a Memória da Humanidade, demonstrando assim, não ser um assunto de interesse apenas de pequenos e seletos grupos.

A seguir, conforme mencionado no início da presente seção, analisamos as características especiais e os critérios legais para que uma instituição, responsável pela gestão de coleções, possa ser considerada Museu, conceitualmente falando.

2.3.1 Instituições Museológicas e a Gestão de Patrimônios

O Museu, conforme apresentado no primeiro capítulo, possui definições e características próprias que devem ser respeitadas de modo a garantir sua legitimidade enquanto instituição responsável pela salvaguarda do patrimônio de uma nação. Para tanto, apresentamos considerações legais a respeito dos preceitos e normas mínimas exigidos a uma instituição de caráter museológico a seu pleno funcionamento e gestão.

Reafirmando o que já foi apresentado no primeiro capítulo, repetimos aqui uma das definições de Museu. De acordo com o Estatuto de Museus, Lei Nº 11.904 de 2009:

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único. Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional

(BRASIL, 2009).

De acordo com a definição acima, podemos confirmar a importância dos museus na preservação do patrimônio de um país, destacando também, a sua responsabilidade diante do desenvolvimento sociocultural da comunidade em que estão inseridos. Neste sentido, independentemente de sua especificidade, museus através de suas coleções, devidamente musealizadas, ajudam a construir uma teia de ligações inseparáveis da realidade social, cultural, política, econômica em que se encontram. Portanto, falar em museu é falar de responsabilidade e engajamento social.

Trabalhar diretamente com coleções científicas dentro do espaço Museu, não significa, apesar de todas as suas particularidades, seguir padrões diferentes dos já amplamente conhecidos ao funcionamento de instituições museológicas. Deixamos claro que, para efeito da presente dissertação e do Estatuto citado acima, não abordaremos questionamentos ligados as coleções científicas visitáveis, que seguem definições e debates diferentes dos espaços museais.

§ 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.

Art. 6º Esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente.

(BRASIL, 2009).

De acordo com o referido Estatuto, a criação de museus é livre, desde que seus programas atendam aos preceitos estabelecidos pela Lei Nº 7.287 de 1984 (regulamentação da profissão de Museólogo), já apresentada ao longo do presente capítulo.

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

(BRASIL, 2009).

Ainda segundo o Estatuto de Museus, todo museu deverá seguir, obrigatoriamente, um plano museológico, respeitando suas especializações.

Art. 20. Compete à direção dos museus assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades.

(BRASIL, 2009).

Através da Portaria Normativa Nº 1, de 5 de julho de 2006, que dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, podemos tirar como referência para a análise desses planos a serem implementados por qualquer instituição Museológica.

O Plano Museológico é o responsável por definir as diretrizes internas de gestão de uma instituição museológica, administrativamente e tecnicamente, bem como estabelecer seu relacionamento com o público, através da declaração de seus objetivos e missões.

Art. 1º Instituir parâmetros gerais de organização da gestão das instituições museológicas do IPHAN, compreendendo o Plano Museológico como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento.

Parágrafo único. Por seu caráter político, técnico e administrativo, o Plano Museológico é instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade.

Art. 2º O Plano Museológico trata de estabelecer a missão e os programas do museu, as suas diretrizes de funcionamento e as orientações necessárias para o desenvolvimento de projetos e atividades específicos.

(BRASIL, 2006).

Para tanto, segundo a referida Portaria, foram estabelecidos Programas especiais voltados a atender a essa demanda interna institucional, destacando-se: Programas para gestão política, técnica e administrativa do museu; de gestão do quadro funcional; de acervos, de exposições e atividades técnico-educativas; financiamento e fomento de recursos, conservação arquitetônica e divulgação. Devido

ao seu caráter interdisciplinar, os Programas devem contar com a participação de toda equipe pertencente ao Museu. Devendo também, passar por periódicas revisões (mínimo de três e máximo de cinco anos).

Art. 8º A elaboração e a revisão do Plano Museológico devem estar em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Museus, instituída pelo Ministério da Cultura.

(BRASIL, 2006).

Voltando ao Estatuto de Museus de 2009, identificamos mais uma vez a responsabilidade dos museus diante a salvaguarda de seus patrimônios, devendo assim, estabelecerem políticas adequadas de conservação e segurança de seus acervos.

Ainda de acordo com o Estatuto, o estudo e a pesquisa fundamentam todas as ações desenvolvidas em todas as áreas do Museu. Políticas de aquisição e descartes, por exemplo, devem seguir rigorosamente essas metodologias.

Segundo o referido documento, os museus devem garantir também dinâmicas educativas e culturais voltadas à maior participação comunitária. Não podem esquecer, principalmente, que ações de comunicação constituem formas de se fazer conhecer o *bem cultural* preservado pelo museu.

Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente.

(BRASIL, 2009).

Quanto à política de acervos, ainda de acordo com o Estatuto, é importante destacar as ações direcionadas a aquisição e descarte de acervos, bem como destacar a estrutura documental pertencente ao Museu.

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§ 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

(BRASIL, 2009).

Vale à pena destacar que, recentemente, a partir do Decreto Nº 8.124 do dia 17/10/2013, a referida Lei 11.904/2009, que define o Estatuto de Museus, e a Lei 11.906/2009, que institui a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) são regulamentadas. Com o objetivo de preservar o patrimônio cultural musealizado ou passível de musealização, o decreto afirma as medidas a serem seguidas pelas instituições museológicas e confere ao IBRAM ações de fiscalização. Neste sentido, visa-se garantir um padrão na gestão e a possibilidade dos museus cumprirem sua função social.

Através da análise de dois documentos importantes e recentes para a história da gestão dos Museus, pudemos perceber claramente as condições básicas para uma instituição, possuidora de coleções, científicas ou não, ser considerada Museu.

Vimos também que, independentemente de sua tipologia, coleções pertencentes a Museus, devem ser guiadas pela legislação específica de instituições museológicas. Caso contrário, tornam-se instituições totalmente equivocadas e enfraquecidas, completamente alheias ao mundo a que pensavam pertencer.

Não podemos deixar de mencionar que nem todas as coleções fazem parte de instituições museológicas, neste caso, dependendo de suas particularidades, enquadrar-se-ão na legislação compatível. Tal fato ocorre muito com coleções

científicas pertencentes, principalmente, aos centros de pesquisa, o que acaba gerando, na grande maioria das vezes, discordâncias de pensamentos, quando da presença de tais coleções no mundo dos museus.

Ainda dentro deste contexto, destacamos também a Medida Provisória Nº 2.186-16/2001 que proporcionou o efetivo cumprimento e controle do acesso ao Patrimônio Genético brasileiro, presentes, além dos espaços museológicos, nestes centros e institutos de pesquisa. Dentre as finalidades de tal Medida, destacamos o credenciamento e a conseqüente autorização desses espaços, museológicos ou não, enquanto *instituições fiéis depositárias* de coleções científicas biológicas, que têm como objetivo conservar o material testemunho (subamostras) recebido, garantindo a correta identificação taxonômica e o acesso restrito a esse Patrimônio Genético.

Instituição fiel depositária é toda instituição credenciada junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), ou seja, o termo fiel depositário vincula-se, necessariamente, a preservação do Patrimônio Genético. E, segundo a Medida Provisória citada acima, temos a seguinte definição desse patrimônio:

Informação de origem genética, contida em amostras do todo ou de parte de espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, na forma de moléculas e substâncias provenientes do metabolismo destes seres vivos e de extratos obtidos destes organismos vivos ou mortos, encontrados em condições in situ, inclusive domesticados, ou mantidos em condições ex situ, desde que coletados in situ no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva (BRASIL, 2001).

Portanto, de acordo com as breves definições apontadas anteriormente e levando em consideração o recorte da presente dissertação, não aprofundaremos os debates em torno das chamadas instituições fiéis depositárias, por estarem, conforme apresentado, ligadas diretamente a salvaguarda do Patrimônio Genético, fugindo, neste sentido, das características propostas na formação e preservação de coleções paleontológicas, foco do atual estudo. Em resumo, apesar da grande complexidade e discussão em torno do tema, segundo especialistas da área, como o Professor Doutor Ismar Carvalho, Geólogo e Paleontólogo, Diretor do Instituto de Geociências e do Museu da Geodiversidade, ambos pertencentes à Universidade Federal do Rio de Janeiro, mesmo que em alguns casos especiais de fossilização, como no gelo, tenhamos condições de ter acesso ao material genético do organismo preservado, esse é ainda um processo restrito e inexistente no Brasil. Neste caso, coleções paleontológicas não são classificadas enquanto parte do Patrimônio Genético brasileiro, isentando assim, segundo o Prof. Carvalho, instituições portadoras desse

tipo de acervo, de autorizações e credenciamentos especiais enquanto fiéis depositárias.

A seguir, dando continuidade aos debates iniciados nestes dois primeiros capítulos, direcionamos os questionamentos a um estudo de caso, ou seja, a análise da formação e gestão das Coleções Paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 3

**Preservação das coleções paleontológicas
pertencentes ao Museu da Geodiversidade /
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

3. Preservação das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A partir do presente capítulo e após abordarmos questionamentos essenciais para o perfeito entendimento do estudo de caso proposto, nos dedicamos às particularidades envolvendo a preservação das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste sentido, assuntos analisados nos capítulos anteriores como, museus, coleções museológicas, patrimônios, memória, identidade, preservação, museus universitários científicos, patrimônio fossilífero, entre outros, servem de base teórica para a compreensão do exemplo prático. Para tanto, é fundamental discutirmos os processos de formação e curadoria, através da visão museológica, de tais coleções, ou seja, debatermos as ações e as estratégias adotadas que visam a sua adequada preservação.

Porém, antes de iniciarmos as seções do capítulo, vale à pena relembrarmos e complementarmos alguns aspectos básicos e característicos dos chamados museus universitários, ou seja, tipologia do Museu da Geodiversidade e que servem de base para o entendimento dos processos de formação e curadoria ali encontrados e aqui propostos. São museus criados, geralmente, a partir de coleções formadas para auxiliarem as dinâmicas pedagógicas utilizadas em aulas práticas de determinadas Escolas e/ou Departamentos pertencentes à Universidade e vinculadas, normalmente, a figura de um professor / curador e/ou professores / curadores. Desta maneira, possuem a tendência de voltarem-se as necessidades de pequenos grupos especializados e terem sua existência e preservação dependentes da gestão de uma só pessoa e/ou limitado número de pessoas ligadas à história do local. Com isso, muitas dessas coleções, transformadas em museus, por não possuírem, principalmente, fortalecidos seus laços com a comunidade universitária e com a sociedade em que estão inseridas, e, geralmente, não terem suas bases legais bem definidas e em concordância com a legislação do setor museológico, acabam ficando enfraquecidas e, muitas vezes, deixadas de lado dentro da instituição quando, por exemplo, por qualquer motivo, há o afastamento de seu líder e/ou líderes.

Segundo Marta Lourenço (s/d, p. 258), os museus universitários encontram-se diretamente associados ao ensino e à pesquisa e as universidades, de modo geral,

não possuem mecanismos apropriados de preservação e patrimonialização de seus acervos. Já, de acordo com Alice Semedo (2005, p. 265-281), tais museus ainda necessitam passar por algumas mudanças para que seus objetivos e missões sejam cumpridos plenamente: a primeira gira em torno da alteração da centralidade das questões relativas à cultura museológica de investigação e gestão de suas coleções. Para a autora, o foco agora terá que ser equilibrado de acordo com as complexas questões sociais e culturais dos públicos na sua procura de relevância, exigindo maior envolvimento e pró - atividade dos atores envolvidos. E, para tanto, presume-se um exercício de alargamento daquilo que consideramos serem públicos de museus universitários. Isto, para que, em um segundo momento, os museus possam melhor refletir sobre seus programas e atividades. Sem contar nas características particulares dos museus científicos que, segundo Martha Marandino (2001, p. 1-12), parecem, cada vez mais, quererem ser vistos como meros centros de pesquisa e ciência, ou seja, afastando-se das denominações impostas pelo setor museológico.

Com isso, complementando a discussão iniciada acima, podemos afirmar que, apesar de importantes museus, conforme visto nos capítulos anteriores, terem sido criados a partir de relevantes coleções científicas, nem todas elas se enquadram nas denominações e definições de museus, já que possuem objetivos e missões bastante antagônicos. Para tanto, relembramos algumas dessas importantes definições e recomendações, de acordo com o Estatuto de Museus (Lei Nº 11.904/2009):

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Art. 6º Esta Lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis.

Parágrafo único. São consideradas coleções visitáveis os conjuntos de bens culturais conservados por uma pessoa física ou jurídica, que não apresentem as características previstas no art. 1º desta Lei, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente.

(BRASIL, 2009).

Portanto, coleções científicas que não se enquadrem na primeira definição acima, não podem ser pensadas e geridas enquanto instituições de caráter museológico, foco de nosso estudo e, vice-versa, ou seja, instituições museológicas não podem ser administradas da mesma forma que coleções científicas não musealizadas.

Vale a pena aqui também definir, bem como, reforçar a metodologia usada para o uso dos conceitos acervo e coleção ao longo da dissertação e mais especificamente neste capítulo. Segundo o Dicionário Aurélio, acervo significa *grande quantidade; porção, cúmulo, montão. / Conjunto de obras que fazem parte de um patrimônio: o quadro pertence ao acervo do museu e, coleção, como sendo a reunião de objetos da mesma natureza; reunião de objetos escolhidos por sua beleza, raridade, valor documentário ou preço: coleção de selos, coleção de quadros*. Neste sentido, conforme utilizado no Brasil, usamos o conceito de acervo para determinar o conjunto de coleções, ou seja, as referidas coleções paleontológicas (objetos da mesma natureza) pertencem ao acervo do Museu da Geodiversidade, assim como as coleções mineralógicas ou, a coleção de peixe, coleção de réptil, coleção de mamífero, etc, pertencem às coleções paleontológicas do Laboratório de Macrofósseis. Com isso, reunimos subcoleções da mesma natureza em apenas uma grande coleção, no caso, a paleontologia, que, conforme mencionado anteriormente, pertence ao acervo do MGeo.

Assim, partindo desses e outros questionamentos, muitos já abordados nos primeiros itens, é que o presente capítulo se fundamenta.

3.1 Processo de Formação

Antes de focarmos no recorte proposto, ou seja, no estudo sobre a preservação das referidas coleções paleontológicas, foi necessário e extremamente relevante abordarmos o histórico de criação não somente do Museu e de suas coleções, mas também da Universidade e de seu Curso de Geologia, responsáveis pela formação e administração do Museu. Para tanto, não poderíamos deixar de analisar a conjuntura social, econômica e política encontradas na ocasião de cada criação.

De acordo com Ismar de Souza Carvalho (2007, p. 30-37)²¹, foi através do Decreto Nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, que a Universidade Federal do Rio de Janeiro foi criada, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Com a Lei Nº 452, de 5 de julho de 1937, houve uma reorganização de sua estrutura que acabou

²¹ Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ.

alterando sua denominação para Universidade do Brasil. Sua feição atual foi conferida pela Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965.

Segundo Carvalho, em 1920, a Universidade constituía-se pela reunião da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito. Já em 1931, após a Revolução de 1930, novas unidades foram agregadas à instituição (Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola Nacional de Belas Artes e Instituto Nacional de Música). Com a reformulação da Lei de 1937, a Universidade deveria ser integrada por 15 Escolas ou Faculdades, entre elas a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola Nacional de Engenharia e a Escola Nacional de Minas e Metalurgia. A referida lei ainda previa a criação ou a incorporação de institutos, que deveriam cooperar com as atividades das Escolas mencionadas, como o Museu Nacional (referenciado no capítulo anterior). Porém, o Museu Nacional, só veio a ser incorporado, verdadeiramente, à Instituição, através do Decreto presidencial Nº 21.321, de 18 de julho de 1946, que acabou também aprovando o Estatuto da Universidade, reorganizando-a administrativamente. E é neste contexto, que veremos, a seguir, os fatores preponderantes para a criação dos Cursos de Geologia no país e mais diretamente na instituição pesquisada e futuramente do Museu da Geodiversidade pertencentes à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo Poliane Tardim (2011, p. 15-18), a realidade política-socio-econômica dominante nos anos 30 e 40 foi preponderante para levantar o debate acerca de uma política científica brasileira, principalmente, na ampliação de discussões sobre o ensino superior científico-tecnológico no Brasil. Neste período, com a disseminação da base industrial, tivemos, por exemplo, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1948, e, para as Geociências, mais especificamente, da Sociedade Brasileira de Geologia (SBG), em 1945, posteriormente renomeada Sociedade Brasileira de Geociências (SBGeo).

De acordo com Tardim, o crescimento industrial no país, durante a década de 50, provou a necessidade de se aprofundar as pesquisas sobre os recursos minerais presentes no território nacional. Com isso, em 1957, o então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira, anunciou a Campanha de Formação de Geólogos (CAGE), criando três cursos de Geologia no país: Ouro Preto, Porto Alegre e Recife. Posteriormente, é criado, em São Paulo, o primeiro curso regular, com quatro anos de

duração, de Geologia, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Em 1958, devido ao esforço de vários órgãos federais que recorreram a CAGE, alegando urgência no pedido, é criado o curso de Geologia do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, a Universidade da Bahia também cria o seu curso. Em 1960, já tínhamos a primeira turma formada no Brasil, todos absorvidos pelo mercado de trabalho, alguns pela Petrobrás, criada em 1953 no governo de Getúlio Vargas, outros pela Comissão Nacional de Energia-Nuclear (CNEN), além das indústrias particulares e do ensino universitário. Já em 1961, tínhamos a criação da primeira estatal de mineração do país, a Metais Gerais S.A. (METAMIG).

Voltando a Carvalho (2007, p. 30-37), o Curso de Geologia do Rio de Janeiro passou a integrar, em 1965, a Universidade do Brasil (UB) como Escola Nacional de Geologia. Com a Reforma Universitária de 1967, começou a fazer parte do atual Instituto de Geociências (IGEO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como um dos departamentos, assim como outros, oriundos da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da UB. Inicialmente, tal Instituto era composto por seis departamentos: Astronomia, Geografia, Geologia Geral, Geologia Econômica, Geologia de Engenharia e Meteorologia. No início dos anos 80, os departamentos de Geologia tornaram-se apenas um e, posteriormente, o de Astronomia deixou de constituir esta unidade.

De acordo com Tardim, a exploração dos recursos minerais brasileiros, foi fortemente impulsionada durante o período ditatorial, nas décadas de 60, 70 e 80. Isso porque os militares tinham um projeto de modernização nacional que priorizava as Ciências Naturais, destacando os recursos minerais e, conseqüentemente, a expansão dos Cursos de Geologia no país. Com os investimentos impulsionados, em 1969, é descoberto minério de ferro na Serra dos Carajás (Pará), o que acabou desencadeando a criação da Companhia de Recursos Minerais (CPRM), transformando-se, em 1995, em uma empresa pública, e recebendo a atribuição de Serviço Geológico do Brasil.

Logo após esse período, durante a redemocratização do país, segundo Tardim, a comunidade geocientífica amplia seus debates e questionamentos para além dos aspectos exclusivamente técnicos, havendo, neste sentido, importantes discussões e contribuições para a área no Brasil. Atualmente, diversos são os debates em torno dos recursos naturais, como a sua escassez e as possíveis conseqüências para a humanidade e as Ciências da Terra de modo geral.

Conforme vimos acima e no capítulo anterior, pudemos demonstrar a importância das Geociências e dos geocientistas no estudo de nosso Planeta. E é neste contexto, que destacamos a grande relevância da formação e preservação do Museu da Geodiversidade pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro para a salvaguarda de um patrimônio comum a todos.

A existência do Museu da Geodiversidade (MGeo), segundo informações da própria instituição, está intrinsecamente ligada a formação de um acervo histórico e científico que teve origem no início do século XIX, com a chegada da Família Real, em 1808, no Brasil. Com a transferência da corte portuguesa, o país herdou uma rica e importante coleção mineralógica trazida por D. João VI, a qual passou a fazer parte do *Gabinete Mineralógico da Academia Real*, criada em 1810. Em 1858, referida Academia, ora denominada *Academia Imperial Militar*, devido à proclamação da independência, acabou sendo dividida em *Escola Militar e Escola Central*. Sendo esta última, reduto da coleção mineralógica, transformada, em 1874, na *Escola Politécnica do Rio de Janeiro*, e chamada, em 1937, *Escola Nacional de Engenharia* pertencente à Universidade do Brasil. Portanto, a Universidade Federal do Rio de Janeiro é a guardiã desta rica coleção mineralógica até os dias atuais.

Ainda de acordo com informações da própria instituição, antes do Curso de Geologia fazer parte do Instituto de Geociências, na Ilha do Fundão, quando ainda ocupava as dependências do *Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS)*, foi fundado o *Museu da Mineralogia*, cujo acervo e mobiliário foram transferidos futuramente para o atual local e hoje compõem o Museu da Geodiversidade.

Voltando a criação do Instituto de Geociências e de seus distintos departamentos como o de Geologia, mencionados anteriormente, destacamos que foi a partir de então que todo o acervo reunido passou a ser de responsabilidade do referido Instituto.

Passados mais de quarenta anos desta época, como parte das comemorações do jubileu de ouro da criação do primeiro Curso de Geologia no Rio de Janeiro, foi criado, em 2007, o Museu da Geodiversidade, o primeiro do tema no Brasil, que inicialmente chamava-se Museu da Geologia, vinculado ao Departamento de Geologia, por ter sido idealizado por docentes deste Departamento, com o objetivo de preservar e comunicar todo o acervo reunido por discentes e docentes, através de suas atividades acadêmicas. No entanto, ainda segundo informações da instituição, logo teve seu nome alterado para Geodiversidade, por sempre ter possuído uma

proposta voltada à divulgação da compreensão de como seu deus a evolução da vida em nosso Planeta e a de como a geodiversidade contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico da história humana, passando a fazer parte diretamente da estrutura organizacional do Instituto de Geociências, ampliando assim, suas discussões. Além do mais, a intenção também sempre foi a de demonstrar a interligação entre os conceitos de geodiversidade e biodiversidade, não havendo, portanto, separações e ou evidências entre uma ou outra disciplina.

E, com isso, buscou entrelaçar as Ciências da Terra e as Ciências Humanas de modo a questionar o grau de responsabilidade do Homem no rumo que toma em sua vida e nas ações que pratica ao longo da sua existência. Existência essa que é individual, mas também coletiva, que é poética, mas também política (MGeo).

Atualmente, o acervo pertencente ao Museu da Geodiversidade, formado ao longo de mais de um século de história e constantemente atualizado, devido às ininterruptas atividades de campo desenvolvidas pela comunidade acadêmica, serve de base para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar. De modo geral, reúne aproximadamente vinte mil exemplares entre minerais, rochas, fósseis, icnofósseis (vestígios de atividades de organismos do passado, como excrementos, rastros, ovos e pegadas), documentos e objetos histórico-científicos, artefatos e reconstituições de animais extintos, sendo classificados, de acordo com o *Regimento Interno do Museu da Geodiversidade* (2010), nas seguintes coleções: *Coleção de Minerais; Coleção de Rochas; Coleção de Fósseis; Coleção de Icnofósseis; Coleção Didática; Coleção de Reconstituições; Coleção Arqueológica e Coleção Histórico-Científica.*

Vale destacar, ainda de acordo com o *Regimento Interno do Museu da Geodiversidade*, que as coleções que compõem o acervo do Museu caracterizam-se como coleções abertas, ou seja, podem ser acrescidas de novas amostras ou espécimes por meio de coleta, doação, compra ou legado.

Art. 5º – *A aceitabilidade de materiais doados ou legados ao Museu da Geodiversidade estará condicionada à decisão de uma Comissão de Aquisição e de Descarte de Acervo composta por docentes e/ou pesquisadores convidados a critério do Coordenador de Museologia, podendo os mesmos serem ou não os Consultores Científicos oficiais do Museu.*

Art. 6º – *A decisão sobre descarte de material já deteriorado ou sobre ingresso nas coleções de material coletado ficará a cargo da mesma comissão citada no Art. 5º e escolhida da mesma forma.*

(UFRJ, 2010, p. 3).

Alguns exemplares merecem grande destaque, tais como: os holótipos utilizados para descrição de novas espécies que ajudam a contar a história da evolução dos animais e vegetais ao longo do tempo; uma amostra de ferro bandado proveniente do Grupo Isua na Groenlândia, com aproximadamente 3,8 bilhões de anos, que constitui parte da evidência mais antiga de existência de vida no planeta Terra; e um fragmento do meteorito Uruaçu, encontrado no estado de Goiás nos anos de 1990. Os meteoritos são resquícios do processo de formação do sistema solar, com aproximadamente 4,6 bilhões de anos. Através deles, é possível datar a origem de formação da Terra e teorizar a respeito de eventos catastróficos ao longo dessa formação (MGeo).

O Museu da Geodiversidade em termos tipológicos é um museu universitário, onde a produção e a divulgação do conhecimento são evidenciadas, sendo responsável por auxiliar a universidade em sua missão de ensino, pesquisa e extensão, entre outras, de acordo com as características especiais dessa referida tipologia e das instituições museológicas já analisadas nos capítulos anteriores. Reafirmamos apenas a importância do compromisso fundamental de aproximação entre universidade / museu e sociedade, de modo a garantir a ampliação de seus diálogos e o cumprimento de seus objetivos e finalidades (abaixo discriminados, segundo informações da própria instituição). Apesar de jovem, o Museu vem, progressivamente, tentando cumprir seu papel de instituição museológica ligada a uma estrutura universitária, abrindo seus espaços ao debate e a divulgação acadêmico-científico e servindo a comunidade como um todo.

Os objetivos do Museu são:

- *Resgate do patrimônio geológico e paleontológico através da manutenção das coleções científicas do Departamento de Geologia – UFRJ;*
- *Demonstração da importância das geociências para as atividades econômicas e melhoria das condições de vida da população;*
- *Revitalização do espaço científico do Departamento de Geologia - IGEO-CCMN, com finalidade de desenvolvimento de atividades educacionais voltadas para o ensino das Ciências da Terra no Ciclo Fundamental e Médio;*
- *Reunião parcial e exposição do acervo científico de minerais e rochas do Departamento de Geologia – UFRJ no Museu de Geologia, o qual será composto pelas coleções de minerais, rochas, fósseis, minérios, materiais geotécnicos, lâminas petrográficas, lâminas palinológicas e de microfósseis, exemplos de materiais geotécnicos, rochas ornamentais, bem como mapas geológicos e objetos históricos de interesse para o estudo das ciências geológicas;*
- *Exposição do acervo à alunos da rede escolar do Ensino Fundamental e Médio municipal, estadual, federal e particular observem e examinem as coleções, propiciando aos mesmos a*

possibilidade de realizar trabalhos escolares, incentivando-os ao mesmo tempo o interesse pelas ciências geológicas;

- *Apresentação da história geológica e paleobiológica da Terra, sensibilizando o público na compreensão dos eventos geológicos, sua magnitude e implicações para as atividades humanas.*

(MGeo).

Capítulo II – Das Finalidades do Museu:

Art. 2º – *São finalidades do Museu da Geodiversidade:*

I – Interpretar, documentar, preservar, conservar, restaurar, expor e comunicar as coleções do Instituto de Geociências.

II – Viabilizar a compreensão de que o Planeta Terra está em constante evolução e que não há separação entre a vida e o substrato onde ela se desenvolve e o homem atua.

III – Estimular a preservação do patrimônio cultural e natural constituído pela Universidade Federal do Rio de Janeiro ao longo de sua existência, bem como estimular a importância de valorização das paisagens naturais como patrimônio;

IV – Realizar exposições para divulgação do conhecimento acadêmico das Geociências produzido e disseminado no âmbito universitário, demonstrando a sua importância para as atividades econômicas e para a melhoria das condições de vida da população (desenvolvimento sustentável);

V – Desenvolver atividades educativas voltadas para o ensino das Ciências da Terra na Educação Básica e na sociedade em geral, sensibilizando os participantes a compreender os eventos geológicos, sua magnitude e implicações para as atividades humanas.

VI – Apoiar os docentes e discentes do Instituto de Geociências e demais institutos interessados a conhecer e refletir sobre diferentes maneiras de processar o conhecimento acadêmico relativo às Ciências da Terra em espaços de educação não formal.

(UFRJ, 2010, p. 2).

De acordo com Aline Castro, Patrícia Greco, et al (2011, p. 829-841) desde a sua inauguração, o Museu da Geodiversidade procurou consolidar-se enquanto instituição museológica e uma de suas principais conquistas foi a formação de uma equipe interdisciplinar constituída, principalmente, por museólogos, restauradores, educadores, paleontólogos e geólogos. O segundo momento importante foi a sua contextualização e integração ao Plano Diretor UFRJ 2020, que tem por meta viabilizar o espaço da Cidade Universitária em um complexo para uso não apenas da comunidade acadêmica, mas da sociedade de modo geral.

Tomando partido nesse plano, o MGeo passou não só a tratar da compreensão do passado geológico da Terra e da valorização do

patrimônio geológico que nos foi legado, mas também do passado geológico e histórico da formação da Ilha do Fundão, através de uma parceria com o projeto “Caminhos Geológicos”, que mapeia os pontos de interesse geológico do estado do Rio de Janeiro.

Outra forma de valorização do espaço público em que está inserido foi a aprovação do projeto “O Jardim do Tempo Profundo”, que busca musealizar a parte externa do museu para projeção de mais um espaço dedicado a compreensão da importância das Geociências para uma transformação socioambiental, assim como a revitalização de uma área pouco aproveitada pela comunidade.

(CASTRO, GRECO, et al, 2011, p. 832).

Em suma, o Museu da Geodiversidade não garante apenas a preservação de seu patrimônio geológico, mas a possibilidade de revitalização e uso do espaço em que está inserido como um todo, garantindo assim, a viabilidade de um verdadeiro diálogo com a comunidade. Sendo assim, é nítida a relevância do Museu, tanto em termos científicos quanto em termos histórico-culturais.

Após abordarmos considerações sobre o histórico de criação da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Museu da Geodiversidade, focamos, a seguir, no processo de formação e especificidades das coleções paleontológicas pertencentes a esse Museu, foco de nosso estudo.

Apesar de ser um Museu fundado recentemente, 2007, conforme vimos acima e reinaugurado em setembro de 2011, após uma reestruturação de sua exposição, suas atuais coleções, também visto anteriormente, já se encontravam acondicionadas nas dependências da Universidade, independentemente da nomeação da instituição e da localização física deste acervo dentro deste espaço. E, assim como outras, as coleções paleontológicas, hoje vinculadas ao MGeo, fazem parte dessa história, a qual evidenciamos na presente dissertação.

Vale destacar que ainda hoje existem diversas coleções presentes no Instituto de Geociências da UFRJ, ligadas a temática proposta pelo Museu, que não interagem e desenvolvem as atividades executadas pelo mesmo. Sendo assim, somente as reservas técnicas (acervo não exposto) com Coleções de Paleontologia, mais especificamente as coleções de microfósseis e mais recentemente as de Mineralogia, contam com equipes museológicas dedicadas a suas gestões. E, conforme vimos anteriormente, o MGeo possui uma abrangência bastante ampla e complexa, e não prioriza uma disciplina ou um campo de pesquisa em detrimento de outro. Neste sentido, o Museu não deveria ter apenas estas reservas mencionadas como referência, mas sim a totalidade de coleções reunidas e depositadas nos diferentes laboratórios e departamentos do citado Instituto.

As coleções paleontológicas, preponderantemente macrofósseis, foco de nossa pesquisa, compreende mais de doze mil registros de fósseis, devidamente catalogados, oriundos de bacias intracratônicas e marginais do Proterozoico²² e Fanerozoico²³. Trata-se, segundo informações do Diretor do Instituto de Geociências e Diretor do Museu da Geodiversidade Professor Doutor Ismar Carvalho, de uma das mais importantes coleções científicas do país destinadas ao treinamento e qualificação de novos profissionais para atividades de pesquisa em bioestratigrafia²⁴, paleoecologia²⁵ e análise paleoambiental²⁶ e que constituem, junto com outras coleções, o acervo do Museu da Geodiversidade.

Tais coleções encontram-se organizadas em grupos taxonômicos²⁷, divididas entre Microfósseis, Paleoinvertebrados, Paleovertebrados e Paleobotânica e sua abundância temporal vai do Proterozoico ao Pleistoceno²⁸. Destaca-se, neste acervo,

²² Segundo o CPRM, o Proterozóico começou há 2,5 bilhões de anos e estendeu-se até 542 milhões de anos atrás. São dessa época rochas como as que formam o Gran Canyon, no Colorado (EUA). Foi uma fase de transição, em que o oxigênio se acumulou na litosfera, formando óxidos, principalmente de silício e ferro. As camadas de óxido de ferro formaram-se sobretudo em torno de 2,5 a 2 milhões de anos. Surgem os eucariontes e, um bilhão de anos atrás, muitos outros tipos de algas começaram a aparecer, incluindo algas verdes e vermelhas. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1094&sid=129>. Acesso em: 05 abr 2014.

²³ Segundo o CPRM, o Fanerozóico é o éon atual, iniciado há 542 milhões de anos. Fanerozóico significa vida visível, por ser o éon em que houve a grande explosão de vida no nosso planeta. Está dividido em três eras – Paleozóico, Mesozoico e Cenozoico - a maior facilidade de encontrar rochas e fósseis desse intervalo da história do planeta permite subdividi-las em vários períodos, bem caracterizados. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1094&sid=129>. Acesso em: 05 abr 2014.

²⁴ Chama-se BIOESTRATIGRAFIA, “a parte da estratigrafia que trata dos restos e evidências da vida passada nos estratos e da organização destes estratos em unidades baseadas em seu conteúdo fóssil. (GEI,1980). A Bioestratigrafia se ocupa na distribuição dos fósseis no registro estratigráfico e de sua subdivisão dos materiais estratificados em unidades bioestratigráficas. O objetivo básico da Bioestratigrafia é usar a informação acerca da evolução morfológica das espécies concretas para deste modo determinar sua distribuição paleobiogeográfica e estratigráfica. Disponível em: <http://dc306.4shared.com/doc/2uJkc-0z/preview.html>. Acesso em: 05 abr 2014.

²⁵ De acordo com Adriana Rossi (s/d), a Paleoeecologia é o ramo da Paleontologia que visa o entendimento das relações entre os organismos antigos e seus ambientes. Disponível em: <http://www.adrianarossi.com/paleoecologia.php>. Acesso em: 05 abr 2014.

²⁶ O clima de actualmente é muito diferente do que o de períodos anteriores. Reconstrução do paleoambientes refere-se às investigações que se comprometem à reconstrução do clima e vegetação de um determinado tempo e lugar. Disponível em: <http://espacogeologia.blogspot.com.br/2010/12/paleoambientes.html>. Acesso em 05 abr 2014.

²⁷ Taxonomia é a ciência que classifica os seres vivos.

²⁸ Segundo o Dicionário Online de Português, é a época geológica na história da Terra que, segundo muitos geólogos, começou há cerca de 1.750.000 anos e terminou aproximadamente

a grande quantidade de fósseis procedentes das seguintes bacias sedimentares: Araripe, Bauru, São Luís, São José de Itaboraí, Paraná, Parnaíba, Resende, Sousa, Sanfranciscana, São José de Belmonte, Taubaté e Potiguar. Deste acervo fazem parte materiais de extrema importância, como os holótipos²⁹ (exemplar único, designado ou indicado como espécime-tipo de um táxon nominal do grupo da espécie, por ocasião da publicação original) e os parátipos³⁰ (todo espécime de uma série-tipo além do holótipo).

As coleções de microfósseis, mesmo quantitativamente menores, ainda hoje, não integram o mesmo espaço físico e a mesma estrutura administrativa destinada à salvaguarda dessas coleções de macrofósseis, principalmente, através da visão museológica.

Segundo informações coletadas pessoalmente junto a Professora Doutora Cláudia Vilela pertencente ao quadro docente do Instituto de Geociências e responsável por um dos laboratórios possuidores de coleções micropaleontológicas da UFRJ, o Laboratório de Análise Micropaleontológica, as coleções ali presentes, como as de foraminíferos³¹, assim como as macropaleontológicas, também são coletas em diversas bacias marginais do Brasil e preservadas na instituição. Para compor tais coleções, são selecionados exemplares de espécies-tipo de cada região ou bacia, colocadas em bandejas porta-células e integradas as laminotecas de tais laboratórios. Porém, reforçando o que foi dito anteriormente, tais coleções não fazem parte das atividades propostas e executadas pela equipe do Museu.

Já as coleções paleontológicas pertencentes ao Laboratório de Macrofósseis³² e parte do acervo de Paleontologia do Museu da Geodiversidade / UFRJ são divididas

há dez mil anos. A época plistocena abrangeu um período chamado Idade do Gelo, quando várias camadas de gelo cobriram vastas regiões da Terra. Antropólogos crêem que o ser humano primitivo começou gradualmente a evoluir para a forma atual durante o Plistoceno. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/pleistoceno/>. Acesso em: 05 abr 2014.

²⁹ Disponível em: <http://www.conchasbrasil.org.br/materias/faq/faq3.asp>.

³⁰ Ibid.

³¹ Os foraminíferos são organismos unicelulares que se distinguem dentre os protozoários por possuírem uma rede de pseudópodos filamentosos e uma carapaça (chamada de testas) de composição e complexidade variáveis, na qual se aloja um citoplasma provido de um ou mais núcleos (Loeblich e Tappan 1978; Rocha 1972). Evidências paleontológicas indicam que os foraminíferos surgiram no início do Cambriano, mas estudos de filogenia molecular têm estimado a história evolutiva destes organismos em, pelo menos, 1 bilhão de anos (Langer 1999). Disponível em: <https://sites.google.com/site/gefufba/foraminiferos>. Acesso em: 06 abr 2014.

³² Segundo Adriana Rossi (s/d), macrofósseis são fósseis com dimensões iguais ou maiores do que 1 milímetro. São restos orgânicos que possuem tamanhos visíveis a olho nu. E são os

da seguinte maneira: Paleoinvertebrados: Graptozoário (Gr), Tentaculata (Te), Bryozoa (Br), Polychaeta (Po), Arachnida (Ac), Cnidária (Cn), Gastropoda (Gp), Cephalopoda (Cf), Bivalve (Bi), Trilobitomorpha (Tr), Crustácea (Cr), Icnofóssil Invertebrado (Ic), Brachiopoda (Bq), Insecta (Ins), Conchostrácea (Co), Echinodermata (Eq). Paleovertebrados: Peixe (P), Peixe dente P(d), Peixe escama P(e), Anfíbio (A), Ave (Av), Réptil (R), Réptil dente R(d), Icnofóssil Vertebrado (IcV), Mamífero (M) e Paleobotânica.

Vale destacar que o presente trabalho é baseado nas experiências e vivências da administração das coleções macropaleontológicas, geridas, atualmente, diferentemente das outras, totalmente voltadas as necessidades do MGeo e do pensamento museológico.

A seguir, abordamos os processos de formação dessas coleções paleontológicas pertencentes à estrutura administrativa e acadêmica da UFRJ. Para tanto, foi necessário também analisar os contextos envolvendo o ensino da Paleontologia dentro da instituição, ou seja, fator determinante para a constituição de tais coleções.

Segundo Carvalho (2007, p. 30-37), o ensino da Paleontologia dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro pode ser dividido em três momentos diferentes: o primeiro, ainda no contexto da Universidade do Brasil, onde era ministrado, até 1965, exclusivamente na Faculdade Nacional de Filosofia; o segundo, com a incorporação do Curso de Geologia criado pela CAGE à Universidade do Brasil, onde foram criadas condições para a ampliação do número de profissionais e disciplinas ligados a Paleontologia e o terceiro, com a Reforma Universitária de 1967 e a integração ao Instituto de Geociências, momento este de transformação do referido Instituto em uma *unidade de grande pluralidade nas ações de ensino e pesquisa*, aspecto reforçado pela implantação, em 1969, do setor de Paleontologia-Estratigrafia no Programa de Pós-Graduação em Geologia.

De acordo com Carvalho, durante o primeiro momento, instituída, em 1935, por decreto municipal e pelo prefeito Pedro Ernesto, através da ação de Anísio Teixeira,

fósseis mais conhecidos e divulgados nos meios científicos. Disponível em: <http://www.adrianarossi.com/paleoecologia.php>. Acesso em: 05 abr 2014.

foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), que durou pouco tempo, não ultrapassando quatro anos. Tal Universidade estava na base do projeto de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil e já se reconhecia na UDF a preocupação com o ensino da Paleontologia. Já a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil é criada no mesmo ano em que a UDF é extinta, passando a ser sua herdeira legal, e recebendo, em 1939, por meio de decreto presidencial, os cursos pertencentes à antiga Universidade. Na Universidade do Brasil, a análise de questionamentos paleontológicos era centrada na disciplina Paleontologia, ministrada na Faculdade Nacional de Filosofia, no curso de História Natural.

Durante o segundo momento, segundo Carvalho, paralelamente ao curso de História Natural da Faculdade Nacional de Filosofia ocorria à fundação da CAGE, já mencionado anteriormente, Campanha de Formação de Geólogos, no Rio de Janeiro, em 1958. Neste, ocorria também em sua grade, cadeiras de Paleontologia. Sua sede ficava no Departamento Nacional de Produção Mineral e suas atividades didáticas ministradas na Seção de Paleontologia do próprio DNPM, onde eram abordados os princípios da sistemática, de formação dos depósitos fossilíferos e principais grupos fósseis.

Em 1965, segundo Carvalho, há a transformação da CAGE em Escola Nacional de Geologia, integrando, então, o Curso de Geologia da Universidade do Brasil, com sua sede na Escola Nacional de Engenharia, no Largo de São Francisco. Neste momento cria-se um marco para a história do ensino da Paleontologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1973 a Escola Nacional de Geologia, sob a forma de Departamento de Geologia (já parte do Instituto de Geociências), é transferida para a UFRJ, na Cidade Universitária.

Inicialmente, observa-se que a disciplina Paleontologia, através da análise do Diário de Classe de 1965 de Paulo Erichsen de Oliveira demonstra um conteúdo programático amplo, envolvendo temas relacionados aos processos de fossilização, sistemática, paleobotânica e paleontologia de invertebrados. Todavia, a partir de então, o curso tomou nova dinâmica, estabelecendo uma grade curricular própria e atraindo estudantes de diferentes regiões do país (CARVALHO, 2007, p. 34).

No terceiro momento, ainda de acordo com considerações de Carvalho, durante a fase inicial da Graduação em Geologia, houve a atuação de importantes pesquisadores da área, como Ignácio Aureliano Brito que, a partir de 1968, deu início a um longo período de atividades, envolvendo ensino, pesquisa e administração no Instituto de Geociências. Já a partir da década de 70, com a criação de novas

disciplinas, como Micropaleontologia, Introdução à Geologia e Paleontologia e com a ampliação do número de discentes, outros professores tiveram papel fundamental para a formação de novos paleontólogos e desenvolvimento de pesquisas na área como, Maria Antonieta da Conceição Rodrigues, Maria da Glória Pires de Carvalho, Lélia Bonel Ribas. A partir da consolidação deste grupo formado por Ignácio Brito, foi possível, então, a construção de uma nova geração de profissionais (geólogos e biólogos) com uma concepção acadêmica voltada as especificidades da Paleontologia, bem como a formação de profissionais capacitados para o mercado de trabalho na indústria do petróleo. E, até o final dos anos 80, outros professores pesquisadores contribuíram com este grupo inicial, como Aristóteles de Moraes Rios-Netto, Cláudio Limeira Mello, Ismar de Souza Carvalho, Leonardo Fonseca Borghi de Almeida, Valéria Gallo da Silva e Ramsés Capilla. Neste período, novas disciplinas são criadas e oferecidas à graduação, como Paleontologia de Invertebrados, Introdução à Paleoecologia, Paleontologia de Vertebrados e Paleogeografia.

Destaca-se também nesta conjuntura, segundo considerações do autor trabalhado acima, a criação do Programa de Pós Graduação em Geologia:

Por solicitação do então Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Mal. Cordeiro de Farias, foi constituída uma comissão do CNPq, para assistir técnica e cientificamente os problemas provenientes dos escorregamentos na Cidade do Rio de Janeiro, em 1966 e 1967. A Comissão, presidida pelo Dr. Antonio Moreira Couceiro, presidente do CNPq, foi coordenada pelo Dr. Sylvio Fróes de Abreu e secretariada pelo Dr. Othon Henry Leonardos. Entre os seus resultados, surgiu a recomendação de se criar, no Rio de Janeiro, uma pós-graduação em Geologia de Engenharia, para o ensino e pesquisa sobre o tema. Em 1968, com o apoio do BNDE (hoje BNDES), o Curso entrou em funcionamento. E, já em 1969, por iniciativa de seus professores a Pós-Graduação foi estendida para outras duas áreas de concentração, Geologia Geral Estratigrafia-Paleontologia (Barroso, 1995 e informação pessoal, 2006) (CARVALHO, 2007, p. 35).

De acordo com o mesmo autor, no âmbito da Pós-Graduação, o ensino da Paleontologia como Especialização, iniciou em 1966, através do Curso de Paleontologia de Vertebrados, destacando a atuação dos professores Rubens da Silva Santos, Llewellyn Ivor Price e Carlos de Paula Couto. Em 1969, uma fase de grande importância para o desenvolvimento da Paleontologia e que dura até hoje, a implementação dos Cursos de Mestrado e Doutorado. As disciplinas oferecidas eram concentradas na área de Estratigrafia-Paleontologia e figurando entre os temas, como Micropaleontologia Estratigráfica, Paleontologia Geral do Brasil, Paleontologia Aplicada, Paleoecologia, Paleobotânica, Paleontologia de Invertebrados e

Vertebrados, entre outras, Métodos Curatoriais em Paleontologia. Mais tarde, em 1998, novas disciplinas são incluídas como Paleopalinologia, Icnologia, Bioestratigrafia e Paleoecologia na Exploração do Petróleo, Tafonomia, entre outras.

O corpo docente abrangia professores permanentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lotados no Instituto de Geociências, como Elmo da Silva Amador, Ignácio Aureliano Machado Brito, Maria Antonieta da Conceição Rodrigues e Marcus Aguiar Gorini e no Museu Nacional, Antônio Carlos Magalhães Macedo e Cândido Simões Ferreira. Também compunha o grupo de pioneiros no Programa de Pós-Graduação, Friedrich Wilhelm Sommer, então paleontólogo do Departamento Nacional da Produção Mineral. A partir de 1991, Benedicto Humberto Rodrigues Francisco (Museu Nacional), Diana Mussa (Museu Nacional), Maria da Glória Pires de Carvalho (IGEO-UFRJ) e Rodi Ávila Medeiros completam o quadro de professores permanentes. Como colaboradores, Adriano Ramos (Petrobrás), Diógenes de Almeida Campos (DNPM), Hernani Aquini Fernandes Chaves (UERJ), Hidelberto Ojeday Ojeda (Petrobrás), Paulo Tibana (Petrobrás), Renato Rodolfo Andreis (Universidade de Buenos Aires) e Maria Helena Hessel (UnB) atuaram no Programa de Pós-Graduação. Em 1992 dois novos pesquisadores passam a integrar o quadro de docentes: Sérgio Alex Kugland de Azevedo (Museu Nacional) e Jorge Carlos Della Fávera (UERJ).

Em 1996, a Pós-Graduação dá início a novas diretrizes no ensino e na pesquisa em Paleontologia, o que se reflete na composição de seu quadro docente permanente, formado essencialmente por professores lotados no Instituto de Geociências e no Museu Nacional. Desta fase são Antônio Carlos Sequeira Fernandes, Benedicto Humberto Rodrigues Francisco, Cândido Simões Ferreira, Diana Mussa e Vitor de Carvalho Klein oriundos do Museu Nacional. Do Instituto de Geociências temos Elmo da Silva Amador, Ignácio Aureliano Machado Brito, Ismar de Souza Carvalho e Josilda Rodrigues da Silva de Moura. Como colaboradores Ortrud-Monika Barth Schatzmayr (Fiocruz), Dimas Dias Brito (UNESP), Narendra Kumar Srivastava (UFRN), Reinaldo José Bertini (UNESP) e Sérgio Alex Kugland de Azevedo (Museu Nacional). Em 1998, num processo de grande dinâmica, novos docentes são integrados à equipe do programa de pós-graduação, Cláudio Limeira Mello, Lílian Paglarelli Bergqvist, Lina Maria Kneip, Maria Dolores Wanderley e Ronaldo Antonio Gonçalves.

No quadro atual as atividades diretamente relacionadas à Paleontologia ou à formação de novos paleontólogos são desenvolvidas por Antônio Carlos Sequeira Fernandes, Aristóteles de Moraes Rios-Netto, Cláudia Gutterres Vilela, Cláudio Limeira Mello, Ismar de Souza Carvalho, João Graciano Mendonça Filho, João Wagner de Alencar Castro, Leonardo Fonseca Borghi de Almeida, Lílian Paglarelli Bergqvist, Marcelo de Araújo Carvalho, Maria Dolores Wanderley e Vera Maria Medina da Fonseca. Como colaboradores na atividade de formação, quer a nível da graduação ou da pós-graduação e pesquisa, integram a equipe Cibele Schanke, Eduardo A. Koutsoukos, Márcia Barros, Maria Eugênia de Carvalho Marchesini Santos, Marise Sardenberg Salgado de Carvalho, Marília da Silva Pares Regali, Ortrud-Monika Barth Schatzmayr, Rita de Cassia Tardin Cassab, Rogério Loureiro Antunes e Valesca Portilla Eilert.

(CARVALHO, 2007, p. 35-36).

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, principalmente através de seu Departamento de Geologia pertencente ao Instituto de Geociências, por meio de suas atividades acadêmicas de campo, que envolvem tanto a Graduação como a Pós-Graduação, formou, ao longo de muitos anos e ainda continua formando, com a contribuição de grande parte dos professores citados acima, desde a antiga Universidade do Distrito Federal (UDF) essas tão significativas e representativas coleções paleontológicas, além das coleções de minerais e rochas pertencentes hoje em dia ao Museu da Geodiversidade e de uma importante biblioteca na área das Geociências.

Atualmente, o acervo de Macropaleontologia, centro de nossas observações e investigações, encontra-se organizado entre duas coleções maiores de referência: Coleção Ignácio Brito e Coleção do Departamento de Geologia da UFRJ. Cada uma destas Coleções possui suas devidas subcoleções, como as já citas anteriormente (exemplo: Coleção de Répteis, Coleção de Mamíferos, Coleção de Paleobotânica, Coleção de Icnofósseis Vertebrados, Coleção de Insetos, entre outras).

Segundo informações pessoais do Professor Carvalho, o material vindo da Faculdade de Filosofia foi parcialmente absorvido pela Coleção Ignácio Brito e todos os registros anteriores a 1967 foram formados diretamente na Faculdade de Filosofia. Devido ao fato desta coleção possuir tanto material fóssil quanto recente, tal Coleção foi subdividida em Fósseis e Recentes, recebendo a sigla (F) para Material Fóssil e (R) para Material Recente. Uma observação interessante é que a coleção de conchas do Recente ainda manteve o número da Faculdade de Filosofia. A Coleção Ignácio Brito foi formada a partir das atividades de campo desenvolvidas e coordenadas pelo Professor vinculado ao Instituto de Geociências, Ignácio Brito, cuja coleção é constituída, em sua grande maioria, por invertebrados, assunto de interesse e atuação do referido professor. O que era significativo a sua área de interesse era depositado nesta Coleção, o restante, encaminhado a outros centros e instituições de referência, como o Museu Nacional e o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). E assim foi por durante alguns anos até a sua morte, na década de 80.

Após a morte do Professor Ignácio Brito, ainda de acordo com informações do Professor Carvalho, e por iniciativa de um grupo formado tanto por docentes quanto por discentes vinculados ao Instituto de Geociências, interessados na preservação de uma maior variedade de fósseis e na criação de uma coleção que englobasse as atividades de todos e que não caracterizasse e privilegiasse o trabalho de um

determinado professor ou determinada área, começa a ser formada a Coleção do Departamento de Geologia da UFRJ (UFRJ – DG), deixando, desta maneira, de serem incorporados novos materiais a Coleção Ignácio Brito. Este momento também caracterizou a vontade de se criar uma coleção com caráter verdadeiramente institucional.

Da mesma forma que Ignácio Brito encaminhava material para outras instituições, antes mesmo da formação da Coleção do Departamento e logo no início dessa gradual transição, que ainda se encontrava nos primeiros passos, muitos professores e alunos do mesmo grupo citado anteriormente também direcionavam seus materiais de estudo e coleta a essas instituições. Porém, ainda de acordo com informações pessoais passadas pelo Professor Carvalho, um dos membros atuantes desse grupo e um dos principais colaboradores para a formação dessas referidas coleções, por motivos, principalmente, estratégicos e políticos, entre outros diversos, como para a afirmação de contratos e captação de fomentos de instituições nacionais e internacionais, o acesso ao material coletado passou a ser extremamente dificultado, gerando não apenas nesse grupo pertencente ao Instituto de Geociências e responsável pela formação dessas coleções paleontológicas, mas também em uma grande maioria de laboratórios e coleções pertencentes à Universidade, de variadas áreas de atuação, uma motivação de não mais enviarem a essas instituições tradicionais e teoricamente mais apropriadas a salvaguarda desses materiais³³, os objetos de suas pesquisas, criando assim, uma multiplicidade de coleções preservadas nos próprios locais de trabalho desses pesquisadores. Outro motivo citado pelo Professor Carvalho para a formação destas coleções fora dos referidos centros tradicionais, principalmente a partir dos anos 90, foi a real falta de interesse desses centros em receber muitos materiais que hoje formam as coleções pertencentes ao Museu da Geodiversidade e que ao longo do tempo e com o passar do desenvolvimento e avanço das pesquisas tornaram-se tão importantes quanto as coleções dessas instituições e referência para o estudo da Paleontologia e das Geociências de modo geral.

Hoje em dia, reafirmando o que já foi dito anteriormente, as coleções continuam crescendo, devido às ininterruptas atividades de campo desenvolvidas pela Graduação e Pós-Graduação e pela obrigatoriedade de todos os fósseis, adquiridos

³³ Neste caso, o Museu Nacional / UFRJ.

por meio de projetos ligados ao Instituto, terem que ser depositados nas dependências da instituição.

O processo de formação dessas coleções acabou sendo proporcionado pela conjuntura histórica envolvendo não apenas as especificidades internas da instituição analisada, mas do pensamento sobre a gestão da Ciência e do Conhecimento de maneira ampla e, que ainda hoje, estão longe de serem totalmente resolvidos, abrindo possibilidades para importantes e questionadores debates.

É importante também salientar que aqui não nos cabe aprovar ou desaprovar a atitude de uma ou outra determinada instituição em relação à administração e disponibilização de suas coleções, bem como, à formação de coleções paralelas aos centros tradicionais e depositários de coleções. Nosso papel foi apenas apontar o contexto histórico de formação das referidas coleções paleontológicas pesquisadas.

Em resumo, o atual acervo de Paleontologia pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro e vinculado a estrutura organizacional e administrativa do Museu da Geodiversidade, foi formado ao longo das três fases abordadas anteriormente, sendo incorporado e reincorporado de acordo com mudanças burocráticas e alterações de nome da instituição, além dos já abordados contextos históricos e políticos externos a ela e que tiveram participação fundamental para a formação destas coleções e criação do Museu. Por estar inserido em uma dinâmica de ensino universitário continua em constante formação e reorganização, o que lhe garante certa peculiaridade e complexidade, sentidos diretamente em sua preservação. E, conforme abordamos no capítulo anterior, na seção em que analisamos as especificidades dos chamados museus universitários, percebemos que a finalidade da instituição ao formar e preservar o Museu da Geodiversidade vem em concordância com os objetivos de tal tipologia museológica, ou seja, servir de base ao ensino, extensão e pesquisa. E, de fato, essa missão vindo sendo aperfeiçoada gradualmente e cumprida de modo satisfatório.

Como vimos, as coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade / UFRJ possuem o mesmo nível de importância e representação que as principais coleções da área, formadas e preservadas nos mais expressivos e significativos museus brasileiros, como o Museu Nacional, o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Paulista e o Museu de Ciências da Terra, que abriga a rica coleção vinda do DNPM. Neste sentido, relembro a Lei Nº 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus, bem como, o Decreto-Lei Nº 8.124/2013 que a regulamenta, o Museu da

Geodiversidade, vem adequando-se aos princípios norteadores e essenciais para sua existência enquanto instituição museológica³⁴.

§ 1º Consideram-se bens culturais passíveis de musealização os bens móveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

§ 2º Será declarado como de interesse público o acervo dos museus cuja proteção e valorização, pesquisa e acesso à sociedade representar um valor cultural de destacada importância para a Nação, respeitada a diversidade cultural, regional, étnica e lingüística do País.

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

(BRASIL, 2009).

Portanto, enquadrando-se na legislação vigente da área, o Museu da Geodiversidade, independentemente das dissidências burocráticas e administrativas da instituição a que pertencente, que acabaram formando coleções e criando museus setorizados, ou seja, longe de se seu principal e tradicional local de preservação, o Museu Nacional, possui os mesmos direitos e deveres que qualquer outra instituição, conforme princípios legais, de formar e preservar o seu patrimônio que, incontestavelmente, é de interesse de todos.

Percebemos também que, possuem, através da presente análise de seu processo de formação, as mesmas características e dificuldades descritas anteriormente sobre as particularidades dos museus universitários.

A seguir, dando continuidade ao presente estudo de caso e as particularidades citadas acima, focamos no processo de curadoria, através da visão museológica, destas coleções paleontológicas, mais especificamente ligadas ao Laboratório de Macrofósseis.

³⁴ Relembrando também que, de acordo com o Estatuto de Museus, a criação de museus é livre, desde que, seus programas atendam aos preceitos estabelecidos pela Lei Nº 7.287 de 1984, que regulamenta a profissão de museólogo (já apresenta anteriormente).

3.2 Curadoria Museológica

Antes de analisarmos o processo de curadoria propriamente dito, vale à pena relembrarmos, brevemente, aspectos legais de proteção ao patrimônio que trabalhamos: desde o Decreto-Lei Nº 25 de 1937, o Decreto-Lei Nº 4.146 de 1942 e a Constituição de 1946 (artigos 174 e 175), todos abordados na seção sobre legislação do capítulo anterior, a proteção aos *bens* naturais, assim como, a promoção de institutos de pesquisa, já figuravam na legislação brasileira. Porém, somente a partir da Constituição de 1988, é que os fósseis começam a ser mais evidenciados como *bens* da União, e a responsabilidade do Estado na defesa do patrimônio natural e a ênfase ao patrimônio paleontológico enquanto parte do patrimônio cultural brasileiro, são destacados.

Artigo 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vieram a ser atribuídos;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

(BRASIL, 1988).

Conforme vimos, através da análise dos capítulos anteriores, os fósseis, ou seja, nosso foco de estudo, por serem considerados legalmente patrimônio da União, devem ser preservados da melhor maneira possível, garantindo assim, entre outros, o entendimento da evolução da vida em nosso Planeta. Desta maneira, eles devem ser protegidos *in situ*, nos sítios originais, e/ou *ex situ*, nos locais reconhecidos e autorizados para tais fins, como os museus. Portanto, a presente seção de capítulo é destinada a análise das ações e estratégias de curadoria das referidas coleções paleontológicas dentro do espaço museu.

Para uma melhor compreensão do estudo de caso proposto, destacamos que a abordagem realizada leva em consideração dois aspectos: a descrição de questionamentos práticos, através da observação direta da pesquisadora, enquanto museóloga e funcionária do quadro permanente da instituição, sobre o objeto de estudo; e a análise teórica, através de conteúdos iniciados nos primeiros capítulos e os daqui especificamente trabalhados. Para tanto, foi necessário iniciarmos com a definição de curadoria.

A história dos museus testemunha, pelo menos há quatro séculos, o surgimento das atividades de curadoria em torno das ações de seleção, estudo, salvaguarda e comunicação das coleções e dos acervos (BRUNO, Maria Cristina Oliveira, 2008, p. 18).

De acordo com Bruno (2008, p. 17-25), o conceito de curadoria tem em suas bases as experiências dos gabinetes de curiosidades, dos antiquários renascentistas e dos primeiros grandes museus europeus surgidos a partir do Século XVII, conforme pudemos abordar ao decorrer do primeiro capítulo. E são justamente esses laços que nos desvela a história do colecionismo, das expedições, dos saques, dos processos de espoliação de patrimônios e também do surgimento de variadas áreas do conhecimento que se estruturam a partir do estudo das evidências materiais da natureza e da cultura. *Cabe sublinhar que a origem das ações curatoriais carrega em sua essência as atitudes de observar, coletar, tratar e guardar que, ao mesmo tempo, implicam em procedimentos de controlar, organizar e administrar (BRUNO, 2008, p. 18).*

Segundo Bruno, as referências em torno da história dos museus nos informam que, em sua origem, as ações de curadoria, dividiram-se em dois caminhos, ora aproximando-se, ora afastando-se. De um lado, os acervos de espécimes da natureza que necessitavam de procedimentos de cura de suas coleções e por outro, os acervos artísticos que exigiam procedimentos de manutenção de suas obras, impondo, neste sentido, atitudes diferenciadas e permitindo a grande variedade de instituições e especializações de museus, o surgimento de duas categorias distintas de profissionais de museus: o curador e o conservador. Tal perspectiva foi responsável pela separação inicial entre os perfis dos Museus de História Natural e os Museus de Arte, caracterizando o mundo dos museus até o Século XIX. Então, a grande questão museológica encontrada neste período foi a exportação desse trabalho curatorial como sendo essencial para a atuação dos museus.

Para Bruno, o conceito de curadoria surgiu influenciado pela importância da análise das evidências materiais da natureza e da cultura, mas também pela necessidade de manutenção de sua materialidade, de sua potencialidade enquanto suportes informacionais e de seus critérios de organização e salvaguarda. Em suas raízes mais profundas articulam-se os procedimentos de coleta, estudo, organização e preservação direcionados as particularidades de um campo do conhecimento.

Definir curadoria, a partir de um olhar permeado por noções museológicas, permite perceber a importância da cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural) que, uma vez articulados com os estudos essenciais relativos aos campos de conhecimento responsáveis pela coleta, identificação e interpretação das coleções e acervos, são fundamentais para o desenvolvimento dos museus e das instituições congêneres (BRUNO, 2008, p. 23).

De acordo com Maria Inez Cândido (2006, p. 34-45), a premissa básica de qualquer instituição museológica é realizar ações voltadas para a preservação, a investigação e a comunicação de seus bens culturais. Procedimentos estes, conforme o que também foi visto anteriormente que, em conjunto, compõem as medidas necessárias ao estabelecimento de um eficaz processo curatorial. A seguir, analisamos o desmembramento dessas ações.

Segundo Helena Ferrez (1994, p. 65-74), a função de preservar, *lato senso*, engloba as de coletar / adquirir, armazenar, documentar, conservar e restaurar. A função de comunicar envolve as exposições, as atividades educativas e outras formas de divulgação da informação. Já a pesquisa está presente, em níveis diferentes, em todas essas atividades.

Relembramos aqui, brevemente, os questionamentos já amplamente analisados nos capítulos anteriores, sobre o processo de musealização e que está intrinsecamente ligado às discussões aqui trabalhadas e a visão da Museologia na gestão de coleções no espaço Museu. O objeto, enquanto documento de uma determinada realidade, após entrar no novo mundo e perder e adquirir novos significados necessita passar por procedimentos especializados da área, que garantam a sua perfeita preservação, representação e comunicação. Portanto, procedimentos ligados a administração, conservação, documentação, divulgação, proteção, entre outros, são ações fundamentais na gestão de coleções museológicas.

É neste sentido que o exame do processo de curadoria das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade / UFRJ se apóia, ou seja, na análise desses procedimentos essenciais a sua gestão e, conseqüentemente, preservação, fundamentada na visão e contribuição da Museologia. Para tanto, destacamos que essa visão é essencialmente baseada na interdisciplinaridade, envolvendo e respeitando, necessariamente, a contribuição dos conteúdos específicos trabalhados pela instituição.

Quanto à Museologia, pode ser entendida hoje como o campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do Museu enquanto representação da sociedade humana, no tempo e no espaço.

Abrange o estudo das múltiplas relações existentes entre o humano e o Real, representadas sob diferentes formas de museus: museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; museus virtuais/digitais. Como disciplina acadêmica, tem metodologias específicas de trabalho, relativas à coleta, preservação, documentação e comunicação do patrimônio da Humanidade. Possui ainda uma terminologia específica, ora em desenvolvimento, que permite o trabalho integrado com outras áreas do conhecimento, tanto na teoria como na prática (SHEINER, 1999: texto não publicado).

Diana Farjalla Correia Lima (2008), conforme já mencionado anteriormente, aborda a interdisciplinaridade através da análise do termo “*conhecimento fronteiriço*”, destacando a categoria “objeto fronteiriço” (referindo-se aos espaços que detém a qualidade geradora, o “repositório”, entre eles os museus).

O repositório é terreno comum para exercício de campos diferentes no qual se desenvolvem comunidades híbridas. Espaço misto de interlocução, de ordem heterogênea, os objetos fronteiriços (entidades) são interpretados sob a perspectiva de estratégias que marcam zonas (de negociação) comuns da ação interdisciplinar (LIMA, 2008, p. 2).

Lima também aborda aspectos ligados a *aplicação*, que, segundo a autora, compreende-se como o exercício de determinada disciplina em outros campos do conhecimento, portanto, transitando fora do seu próprio domínio. Neste sentido, para Lima (2009, p. 181-200), a Museologia, quanto ao caráter formador, ostenta feição de “campo híbrido” por ser resultante do cruzamento de fronteiras disciplinares.

Podemos, então, através do que foi apresentado acima, considerar o fóssil, centro de nossas pesquisas, como sendo esse objeto fronteiriço que integra, dentro do espaço museu, conhecimentos múltiplos, envolvendo a Museologia, a Paleontologia, a Geologia, a Biologia, a Educação, entre outras.

Através do histórico de formação, abordado na seção anterior, das coleções pesquisadas, pudemos verificar que, independentemente, da criação do Museu da Geodiversidade, essas coleções já faziam parte da memória da Universidade. Portanto, por um longo período, até a entrada em 2009 da primeira profissional de Museologia para o quadro permanente da instituição, teve a sua gestão exercida somente pela visão das áreas específicas a temática das coleções. Após esta data e até o presente ano, mais três museólogas foram incorporadas a estrutura funcional, além de duas educadoras e duas restauradoras/preparadoras de coleções paleontológicas. As duas primeiras museólogas ainda chegaram a participar da curadoria de tais coleções, no entanto, logo foram direcionadas a tarefa mais urgente

e importante do momento, a reinauguração da exposição de longa duração, e continuam responsáveis até os dias de hoje pela administração da exposição e pela formulação de projetos que visam, entre outros, a captação de recursos e a divulgação do museu. As educadoras elaboram atividades voltadas à sociedade de modo geral, atendendo, principalmente, escolas e comunidades do entorno, concentrando suas propostas no espaço da exposição e fora da instituição, em feiras e eventos educativos. As restauradoras/preparadoras dividem-se entre o preparo do material fóssilífero e o trabalho diretamente ligado a preservação de tais coleções, pelo fato da preparação ser considerada parte integrante da curadoria. As outras duas museólogas são encarregadas da gestão das duas únicas reservas técnicas de referência hoje pertencentes ao Museu, conforme mencionado anteriormente, uma pela Paleontologia, mais especificamente pelo Laboratório de Macrofósseis (2012) e, recentemente, outra pela Mineralogia (2013). Portanto, coloço-me, neste momento, como a responsável, sob a direção do Professor Doutor Ismar de Souza Carvalho (Diretor do Instituto de Geociências, Diretor do Museu da Geodiversidade e Curador das Coleções Paleontológicas) pela administração dessas coleções paleontológicas, na qual, enquanto profissional e pesquisadora foi possível retirar relevantes observações e conclusões a respeito deste referido trabalho.

Segundo o *Regimento Interno do Museu da Geodiversidade (2010³⁵)*, a estrutura organizacional do Museu está assim dividida:

TITULO III – DA ORGANIZAÇÃO

Capitulo I – Da Estrutura Organizacional:

Art. 8º – São órgãos do Museu da Geodiversidade:

I – Diretoria;

II – Núcleo de Museologia;

II.I – Setor de Documentação.

II.II – Setor de Preservação, Conservação e Restauração.

II.III – Setor de Exposição.

III – Núcleo de Educação (Núcleo GeoEducAtivo);

IV – Núcleo de Treinamento e Capacitação de Pessoal;

³⁵ Vale destacar que, atualmente, tal *Regimento* encontra-se em reformulação.

V – Núcleo de Consultoria Científica.

Capítulo II – Da Diretoria:

Art. 9º – A Diretoria será composta por um Diretor eleito pelos integrantes dos Núcleos de Museologia, Educação, Treinamento e Capacitação de Pessoal e Consultoria Científica, numa reunião especialmente convocada para esse fim.

Art. 10º – O tempo de mandato será de 4 (quatro) anos, podendo haver reeleição.

Art. 11º – São funções da Diretoria:

I – Planejar, coordenar, dirigir e supervisionar as atividades do Museu da Geodiversidade;

II – Orientar o trabalho das equipes no sentido de estabelecer um diálogo contínuo e complementar entre todos os núcleos e setores;

III – Representar o Museu da Geodiversidade em reuniões e eventos de interesse do Museu, podendo delegar essa função a um dos integrantes de qualquer um dos núcleos caso não possa comparecer;

IV – Buscar auxílio, por meio de convênios, com instituições nacionais ou internacionais.

Capítulo III – Do Núcleo de Museologia:

Art. 12º – Os setores que compõem o Núcleo de Museologia são:

I – Setor de Documentação;

II – Setor de Preservação, Conservação e Restauração;

III – Setor de Exposição.

Art. 13º – O Núcleo de Museologia deverá ter como Coordenador sempre um museólogo. Os demais integrantes podem ter formação diversa, de acordo com a necessidade do Museu.

Art. 14º – São competências do Núcleo de Museologia:

I – Inventariar, classificar e catalogar o acervo que compõe o Museu da Geodiversidade, levando em consideração a adaptação dos parâmetros museológicos de documentação à especificidade do acervo;

II – Informatizar em base de dados própria e de instituições de interesse do Museu o acervo do Museu da Geodiversidade;

III – Acondicionar, preservar e conservar adequadamente os exemplares que compõem o acervo do Museu;

IV – Restaurar, com auxílio dos consultores científicos, as amostras que sofrerem qualquer avaria;

V – Convidar professores ou pesquisadores para compor a Comissão de Aquisição e Descarte de Acervo quando assim for necessário;

VI – Elaborar projetos para auxiliar no cumprimento das finalidades do Museu;

VII – Conceber, projetar e montar exposições direcionadas a diferentes públicos, a fim de cumprir as finalidades do Museu;

VIII – Decidir, em conjunto com o Diretor, sobre a viabilidade de empréstimo de material para exposições em outras instituições;

IX – Auxiliar na capacitação e orientação dos novos funcionários do Museu, assim como de bolsistas, estagiários e voluntários;

X – Desenvolver, em conjunto com o Núcleo de Educação, a identidade visual do Museu e os diferentes meios de comunicabilidade com o público;

XI – Elaborar e revisar o Plano Museológico a cada 3 (três) anos.

Capítulo IV – Do Núcleo de Educação (Núcleo GeoEducAtivo):

Art. 15º – O Núcleo de Educação deverá ter como Coordenador sempre um educador, podendo esta coordenação recair sobre mais de um educador, a critério da equipe que integra essa seção do Museu. Os demais integrantes podem ter formação diversa, de acordo com a necessidade da instituição.

Art. 16º – São competências do Núcleo de Educação:

I – Conceber, projetar e desenvolver atividades educativas que proporcionem a compreensão da história geológica e paleobiológica da Terra;

II – Desenvolver ações culturais, inclusive com produção de evento, para promoção do Museu da Geodiversidade;

III – Orientar os bolsistas, estagiários e voluntários da área de educação para adequado atendimento ao público e desenvolvimento da atividade educativa;

IV – Elaborar projetos para auxiliar no cumprimento da finalidade educativa do Museu;

V – Executar materiais educativos (cartilhas, livretos, jogos etc.) que estimulem o desenvolvimento pessoal, assim como a sociabilização dos participantes.

Capítulo V – Da Coordenação de Treinamento e Capacitação de Pessoal:

Art. 17º – O Núcleo de Treinamento e Capacitação de Pessoal deverá ter como Coordenador sempre um dos Consultores Científicos do Museu, podendo esta coordenação recair sobre mais de um deles, a critério da equipe que integra essa seção do Museu.

Art. 18º – É função do Núcleo de Treinamento e Capacitação de Pessoal qualificar os novos funcionários do Museu, assim como bolsistas, estagiários e voluntários.

Capítulo VI – Do Núcleo de Consultoria Científica:

Art. 19º – O Núcleo de Consultoria Científica será composto por docentes ou pesquisadores convidados a ocupar esse cargo, por tempo determinado ou indeterminado, a critério do Coordenador de Museologia, do Diretor e/ou do Coordenador de Educação.

Art. 20º – Haverá na equipe do Núcleo de Consultoria Científica tantos consultores quanto se fizerem necessários, a critério do Coordenador de Museologia, do Diretor e do Coordenador de Educação.

Art. 21º – São competências do Núcleo de Consultoria Científica:

I – Compor, quando convidados, a Comissão de Aquisição e Descarte de Acervo.

II – Assessorar o Núcleo de Museologia quanto à catalogação do acervo, restauração de amostras danificadas e concepção de exposições.

III – Assessorar o Núcleo de Educação a desenvolver os materiais e as atividades educativas.

(UFRJ, 2010, p. 4-7).

Foi a partir de 2009, então, em um processo lento e gradual, que não apenas a administração dessas coleções paleontológicas, mas do Museu como um todo, começa a sofrer uma importante transformação, havendo, neste sentido, a introdução de significativos e fundamentais conceitos diretamente relacionados à Museologia. O novo pensamento entra com a intenção de somar esforços, ainda mais pela nova condição assumida pela instituição, a de ser um espaço museológico, e não diminuir e ou excluir qualquer contribuição vinda de outra(s) disciplina(s) na gestão do Museu.

A presente pesquisa tem a intenção, principalmente, de demonstrar a necessidade e a relevância da contribuição de um trabalho consistente na área de Museologia para a administração e preservação de tais coleções paleontológicas, foco de nosso estudo. Reafirmando a natureza interdisciplinar do museu e da Museologia.

Partindo das competências do Núcleo de Museologia estabelecidas no Regimento Interno do Museu da Geodiversidade, abordadas anteriormente, bem como, das atribuições de cada ator envolvido e das especificidades do trabalho de curadoria de coleções pela visão museológica aliada às particularidades da gestão de coleções paleontológicas, analisamos, a seguir, de forma mais detalhada ações que juntas formam o processo de curadoria de tais coleções.³⁶ Para tanto, dividimos essas ações e/ou estratégias da seguinte maneira: *Conservação / Restauração; Documentação; Seleção / Aquisição / Descarte / Doação; Processamento Técnico; Pesquisa; Acesso / Disseminação; e Segurança.*

Porém, antes, chamamos a atenção para o conceito maior de preservação que, de certa forma, engloba todos os itens mencionados anteriormente e relembramos alguns aspectos legais vinculados ao mundo dos Museus. De acordo com o Estatuto de Museus de 2009, estes possuem os seguintes princípios fundamentais:

- I – a valorização da dignidade humana;*
 - II – a promoção da cidadania;*
 - III – o cumprimento da função social;*
 - IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;*
 - V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;*
 - VI – o intercâmbio institucional*
- (BRASIL, 2009)*

Baseando-nos nas competências mencionadas anteriormente, nestes princípios básicos e ainda, de acordo com o referido Estatuto, na obrigatoriedade, por parte de todos os museus, de implementação de um plano museológico (2006) respeitando suas especializações é que a nossa análise a seguir se fundamenta.

Art. 1º Instituir parâmetros gerais de organização da gestão das instituições museológicas do IPHAN, compreendendo o Plano Museológico como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento.

Parágrafo único. Por seu caráter político, técnico e administrativo, o Plano Museológico é instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do museu na sociedade.

Art. 2º O Plano Museológico trata de estabelecer a missão e os programas do museu, as suas diretrizes de funcionamento e as

³⁶ Relembrando aqui que essa análise é voltada as coleções pertencentes ao Laboratório de Macrofósseis, conforme já explicado anteriormente.

orientações necessárias para o desenvolvimento de projetos e atividades específicos.

(BRASIL, 2006).

Ainda relembrando considerações ligadas a implementação do Plano Museológico, destacamos seus aspectos básicos: planejamento de Programas para gestão política, técnica e administrativa do museu; gestão do quadro funcional; de acervos, exposições e atividades técnico-educativas; financiamento e fomento de recursos, conservação e divulgação. Devido ao seu caráter interdisciplinar, os Programas devem contar com a participação de toda equipe pertencente ao Museu. Devendo também, passar por periódicas revisões (mínimo de três e máximo de cinco anos). Neste sentido, é de responsabilidade das instituições museológicas desenvolverem e adaptarem seus Programas, bem como, munirem seu quadro funcional, de acordo com as recomendações da legislação vigente.

Portanto, de acordo com o Estatuto de Museus de 2009, confirmamos e destacamos mais uma vez, a responsabilidade dos museus e dos profissionais de museus, diante a salvaguarda de seus patrimônios, devendo assim, estabelecerem políticas adequadas de preservação de seus *bens*. Para tanto, a seguir, começamos a análise dessas medidas, todas previstas de acordo com a legislação vigente e competente da área em questão e das descrições em torno do conceito de curadoria de museus.

- **CONSERVAÇÃO**

A conservação do patrimônio cultural é uma ação definida, tomada para prevenir sua destruição e preservar sua integridade. Contudo, os objetos e conjuntos patrimoniais podem deteriorar-se como uma consequência de sua própria vida, o que lhes garantem acumular características especiais que constituem a sua memória. Por tal motivo, a transferência de um objeto para a realidade museal ou o estabelecimento de um contexto museológico para o objeto ou para os conjuntos patrimoniais *in situ* é uma das formas para sua conservação. Isto implica na criação de premissas para a conservação desta parte do significado que se acumulou dentro ou em torno do objeto. Mas também significa a ruptura com a continuidade social e a vida ativa do objeto.

Os objetos ou conjuntos patrimoniais selecionados adquirem outros significados, e ser ou estar separados de seu contexto, anulam os campos semânticos nos quais estes objetos haviam estado inseridos. Este é o preço a pagar para a preservação dos objetos e para tornar possível que permaneçam como testemunhos do tempo em que surgiram e da trajetória que percorreram.

A preservação da memória é um aspecto particular da preservação do patrimônio, seja fora de seu ambiente natural ou *in situ*. Está contida no conceito de preservação do patrimônio cultural, pois, além de testemunho, a memória é uma das razões fundamentais dessa preservação. Pressupõe uma identificação cuidadosa do que afinal constitui a memória nos objetos patrimoniais.

Portanto, conforme vemos abaixo, a preservação do patrimônio é uma das principais obrigações dos museus, prevista em lei (Estatuto de Museus):

Art. 21. Os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.

Parágrafo único. Os programas, as normas e os procedimentos de preservação, conservação e restauração serão elaborados por cada museu em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. Aplicar-se-á o regime de responsabilidade solidária às ações de preservação, conservação ou restauração que impliquem dano irreparável ou destruição de bens culturais dos museus, sendo punível a negligência.

(BRASIL, 2009).

O termo conservação é amplamente utilizado para designar uma ação ou atividade humana direta ou indireta em que pese o desejo e a necessidade de aumentar a expectativa de vida de algo (TARDIM, Poliane, 2011, p. 30).

Hoje em dia, instituições e profissionais da área, têm procurado guiar suas estratégias conservativas em torno de ações preventivas, que evitem e/ou retardem ao máximo, danos e intervenções que colocam em risco a salvaguarda do *bem*. Para tanto, usa-se o conceito de conservação preventiva, que pode ser definido como um conjunto de ações destinadas a mitigar as forças responsáveis pela deterioração e pela perda de significância dos *bens culturais*. A formulação de um plano de conservação preventiva é a concepção, coordenação e execução de um conjunto de estratégias sistemáticas organizadas no tempo e espaço, desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar com o consenso da comunidade a fim de preservar, resguardar e difundir a memória coletiva no presente e projetá-la para o futuro para reforçar a sua identidade cultural e elevar a qualidade de vida.

Neste sentido de preservação, a conservação dita preventiva, se torna mais adequada na salvaguarda de acervos. Prevenir ou estabilizar/interromper uma possível deterioração é mais adequado do que esperar que um dano se instale para depois removê-lo. A restauração é o último passo na conservação de um objeto. E, diferentemente do trabalho de restauração, a conservação preventiva não é invasiva, além de ser uma atividade técnica, na maioria das vezes, de baixo custo financeiro e de fácil implementação. Para tanto, as propostas direcionadas a preservação das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade, baseiam-se, principalmente, nas metodologias da conservação preventiva.

Conservação preventiva – todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas são realizada no contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente em um grupo de bens, seja qual for sua época ou condições. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.

Alguns exemplos de conservação preventiva incluem as medidas e ações necessárias para o registro, armazenamento, manuseio, embalagem e transporte, segurança, controle das condições ambientais (luz, umidade, poluição atmosférica e controle de pragas), planejamento de emergência, treinamento de pessoal, sensibilização do público, aprovação legal.

(ABRACOR, 2010, p. 3).

A investigação na área de conservação é complexa e infinita e acaba mesclando um pouco de cada área. A química, a física, a biologia e a climatologia são algumas dessas áreas envolvidas. Reafirmando o que foi abordado anteriormente, o conhecimento da composição material que constitui um objeto, os fatores intrínsecos e extrínsecos de deterioração, os materiais inadequados e adequados usados no acondicionamento, a importância da umidade relativa e da temperatura, o estudo do local e de seu entorno e suas vulnerabilidades, assim como, a educação e a conscientização da importância da preservação é no que o estudo sobre conservação de acervos se baseia.

Através da publicação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) de 1995 (p. 15-33) sobre a *Política de Preservação de Acervos Institucionais*, desenvolvida por diversos profissionais atuantes na área, pudemos observar alguns pontos importantes sobre a conservação de coleções: na preservação, a conservação deve ser considerada uma atitude prioritária; os trabalhos de conservação devem apenas ser executados por profissionais capacitados para tais fins; a conservação de uma determinada coleção não deve ser encarada como uma questão isolada, por ter

um caráter interdisciplinar, deve ser conduzida por profissionais de diferentes áreas; um bom programa de conservação envolve ação e manutenção, que devem ser pensados de forma integrada, considerando as características físico-químicas e estruturais do objeto, as condições ideais de armazenagem, processamento, consulta/pesquisa e exposição; ações de conservação devem considerar também recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis e tais ações jamais podem representar fatores risco ao bem cultural.

Ainda de acordo com a publicação citada anteriormente, damos continuidade às ações específicas para o desenvolvimento de um eficaz planejamento de conservação, envolvendo características do espaço físico, do acondicionamento e do mobiliário em que se pretende salvaguardar determinado *bem*. O espaço destinado a receber um único *bem* ou coleções inteiras, deve seguir normas rígidas quanto ao controle de sua umidade relativa, temperatura, iluminação, poluição, exposição e acondicionamento do material; padrões de temperatura e umidade devem ser estabelecidos respeitando a estabilização climática interna, de preservação do acervo e do conforto humano; todos os cuidados envolvendo os fatores mencionados devem ser repetidos durante o transporte; como os níveis de umidade e temperatura variam de acordo com o suporte de cada material, deve-se estabelecer médias quanto a esses valores para os locais de guarda misto, de acordo com o tipo de material e o ambiente, bem como os equipamentos disponíveis a sua periodicidade de manutenção; no controle da iluminação, tanto no material exposto quanto no material em reserva técnica, a intensidade dos raios luminosos deve ser considerada em função da conservação do objeto e do tipo de material; a iluminação direta deve ser evitada e medidas que reduzam os raios nocivos devem ser tomadas; o controle da entrada de poeira deve ser rigoroso, considerando o acesso das pessoas aos ambientes de guarda e exposição, os equipamentos disponíveis e a manutenção constante; vistorias do edifício devem estar no planejamento de cada instituição, evitando que problemas trazidos por poluentes e ataques biológicos contribuam para a degradação do acervo; o armazenamento deve levar em conta condições de segurança, como a localização do prédio, condições do seu entorno, a proximidade de organismos públicos (polícia, corpo de bombeiros), acesso das pessoas, transportes, etc; materiais de armazenagem e exposição, por estarem em contato com o acervo, devem possuir estabilidade química e/ou física; havendo necessidade de se elaborar elementos de montagem e proteção ao *bem*, deve-se utilizar procedimentos reversíveis e estáveis, que não o exponha a riscos; cada tipo de material exige um tipo

adequado de mobiliário; o acondicionamento deve considerar a natureza, a constituição e o formato do material, o estado de conservação, os fatores internos e externos de degradação e a qualidade dos invólucros e/ou suportes e os sistemas de armazenagem programados; critérios técnicos quanto às questões de limpeza, processamento técnico, manuseio, reprodução e utilização do *bem* devem considerar, prioritariamente, questões ligadas a conservação, privilegiando sempre a orientação e o treinamento dos profissionais envolvidos; normas técnicas devem ser criadas quanto ao deslocamento interno ou externo do *bem*; a realização do transporte e/ou empréstimo deve considerar a forma de acondicionamento/embalagem utilizada, o valor do *bem*, as condições de segurança e conservação do local para onde o material será deslocado, o trajeto a ser percorrido, os equipamentos e meios de transporte disponíveis, o manuseio do material, a necessidade de registro/documentação, supervisão e acompanhamento dessas ações e condições gerais de segurança para que todas essas medidas sejam cumpridas de modo adequado é de suma importância que todos os profissionais envolvidos participem das discussões e da definição dos critérios a serem estabelecidos.

Conforme pudemos perceber, mesmo abordadas brevemente, medidas de conservação podem ser consideradas como um dos fatores mais importantes na salvaguarda de coleções museológicas. Ações que devem ser planejadas e executadas de acordo com a especificidade do acervo em questão. A seguir, avaliamos as condições de conservação das coleções pesquisadas no presente estudo de caso.

Durante os eventos que conduzem à preservação de um organismo como fóssil, muitos são os elementos que atuam nesta transformação. Entendemos como tafonomia este conjunto de processos que originam o exemplar fóssil como o descobrimos no afloramento. Posteriormente, estarão sujeitos a toda uma série de processos relacionados ao intemperismo físico, químico e biológico, que tanto decompõem a rocha, como o próprio fóssil. A coleta de um fóssil, e sua posterior incorporação ao acervo de uma coleção, não é garantia para sua maior durabilidade. Há posteriormente à sua incorporação em uma coleção, um conjunto de fenômenos que podem designar genericamente como uma "Tafonomia nas Gavetas", também responsável pela decomposição do fóssil (CARVALHO, Ismar de Souza, 2010, p. 375).

O termo "Tafonomia nas Gavetas" pode soar estranho e diferente aos ouvidos museológicos, mas, na verdade, não representa nada de diferente do que os antigos fatores de deterioração mencionados anteriormente (temperatura, umidade, iluminação, manuseio, transporte, segurança, entre outros).

Coleções constituídas por fósseis, aparentemente, podem ser consideradas resistentes, e são, se comparamos com outras, como as de papel, pintura, madeira, tecido, fotografia, entre tantas outras que demandam um esforço enorme a sua conservação. Porém, é um erro acharmos que tais coleções não necessitam de um controle mais específico e de um planejamento adequado a sua conservação. Dependendo da composição da rocha e do tipo de organismo ali preservado, além dos já discutidos fatores externos de deterioração, como o seu local de guarda, de exposição, de manuseio, de transporte, etc, o fóssil, pode se tornar também um material muito vulnerável. E, principalmente, por ser considerado patrimônio de todos, questão discutida ao longo do capítulo anterior, deve ser preservado respeitando-se os padrões mais elevados de conservação, disponibilizando-o assim, ao desenvolvimento não somente das atuais gerações, mas também das futuras.

Voltando a Carvalho (2010, p. 373-383), a partir da incorporação do fóssil a uma coleção, a sua deterioração tem quase sempre uma direta relação com a natureza da matriz rochosa em que está inserido, ou com sua composição mineralógica. Climas quentes e úmidos são extremamente agressivos, pois aceleram as reações químicas e facilitam a colonização de superfícies expostas por fungos. Desta forma, materiais carbonáticos³⁷ são muito susceptíveis a agressão por soluções ácidas. Poeira e poluentes são geralmente os grandes responsáveis por fenômenos corrosivos, daí a importância de se controlar e ou impedir totalmente a entrada desses agentes. A combinação entre elementos orgânicos, tais como os palinófitos³⁸, e alta taxa de umidade, está sujeita a servir de substrato nutritivo para bactérias e fungos. *O aspecto gerado é o de um tufo de filamentos ("lâminas cabeludas") que destroem progressivamente as estruturas anatômicas do fóssil (CARVALHO, 2010, p. 375). Já*

³⁷ Segundo o Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR, rochas carbonatadas ou calcárias são rochas constituídas por calcita (carbonato de cálcio) e/ou dolomita (carbonato de cálcio e magnésio). Podem ainda conter impurezas como matéria orgânica, silicatos, fosfatos, sulfetos, sulfatos, óxidos e outros. Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>. Acesso em: 06 abr 2014.

³⁸ Pólen e Esporos ou Palinófitos. O pólen (ou os grãos de pólen) é o conjunto de minúsculos grãos produzidos pelas flores das plantas do grupo das Angiospermas (ou pelas pinhas masculinas das Gimnospermas). São elementos reprodutores masculinos (ou microgametófitos) onde se encontram os gametas que vão fecundar os óvulos, para transformar em frutos e sementes. Esporos são unidades de dispersão das plantas formadas por via assexual, como os que se formam por meiose nos esporângios das samambaias e outros fetos, nos musgos e nos fungos. A palinologia é o estudo morfológico dos grãos de pólen e esporos, suas aplicações e modo de dispersão. Disponível em: http://www.ufrgs.br/paleodigital/Polens_e_esporos.html. Acesso em: 06 abr 2014.

em condições muito secas, o processo de desidratação em rochas ricas em matéria orgânica, como os folhelhos, conduz ao ressecamento, a fissura, e ao descamamento.

Como vimos, o processo de conservação de fósseis é bem complexo e amplo, pois demanda uma análise individual de todos os tipos de suportes encontrados (rochas) e de todos os tipos de materiais fossilíferos ali preservados. Assim como em outras áreas, demanda conhecimento interdisciplinar e um conjunto de estratégias bem definido. A seguir, outras análises de acordo com as particularidades encontradas:

A presença de materiais muito higroscópicos na rocha matriz, como por exemplo, gipsita, anidrita e carnalita, e a posterior migração de sais advindos da decomposição destes minerais em condições de elevada umidade ambiental, é outro dos fatores de risco para os fósseis. Em rochas com alto conteúdo de carbono orgânico, a presença de sulfetos e sulfatos também é responsável pela geração de películas esbranquiçadas tais como as observadas em mesossaurídeos da Formação Irati (Permiano, Bacia do Paraná) (CARVALHO, 2010, p. 375).

Segundo Carvalho, a preservação de âmbar³⁹ também é delicada. Luz forte, aquecimento e o próprio ar, após longos períodos de exposição, podem destruir a sua superfície, causando escurecimento e um retículo de finas fraturas. O âmbar também pode tornar-se escuro com o tempo e ficar oxidado se ficar muito tempo exposto ao ar. Pode haver também uma considerável variação na intensidade da cor. Para tanto, é aconselhável acondicionar material fossilífero preservado em âmbar em ambientes escuros e aclimatados e em recipientes fechados. As etiquetas que estiverem em contato com o âmbar devem ser confeccionadas em papel estável. Outra recomendação é a imersão de amostras importantes em resinas sintéticas ou naturais.

Existem algumas situações específicas na conservação de determinados materiais fossilíferos que se tornam verdadeiros desafios a curadoria dessas coleções, como o exemplo que se segue:

No estudo de vegetais terrestres primitivos do Siluro-Devoniano, Wellman et alii (1996) apresentam um problema novo no âmbito da curadoria: a impossibilidade de integridade física do fóssil em função do mérito do estudo. Os vegetais terrestres do Siluro-Devoniano são formas normalmente pequenas (1-2 cm) fossilizadas como compressões incarbonizadas. Há também formas preservadas tridimensionalmente. Para o estudo desses fósseis é utilizada a técnica de maceração, com posterior ataque químico para dissolução do material inorgânico. O resíduo (fósseis) é então separado e montado em stubs para observação ao microscópio eletrônico de varredura (MEV) e microscópio eletrônico de transmissão (MET).

³⁹ Resina fóssil, produzida pela seiva das árvores.

Durante o estudo, as amostras progressivamente “dissecadas” para a análise das diferentes estruturas anatômicas. Tal situação resulta numa progressiva destruição do exemplar, restando apenas um documento fotográfico. Além disso, há um limite temporal de estocagem dos fósseis, os quais após isolados tornam-se ressecados e extremamente frágeis, fraturando-se sob efeito de pequenas vibrações. Num intervalo de cinco anos, os fósseis apresentavam profundas alterações, a ponto de não reconhecimento da espécie à qual originalmente haviam sido atribuídos. Adicionalmente, o tempo de vida dos espécimens fica condicionado ao adesivo utilizado nos stubs, que dificultam a remoção, fraturando os exemplares ou conduzindo os mesmo a afundarem no adesivo (CARVALHO, 2010, p. 376-377).

Este foi apenas um exemplo de perda de material fóssil após pesquisas específicas a sua análise. Na curadoria das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade / UFRJ, acontecem muitos casos similares, como a perda de pequenos dentes e escamas investigados em microscópios de varredura, por exemplo, que, em alguns casos, simplesmente desaparecem / evaporam, materiais que são cortados e transferidos apequenas lâminas para um melhor estudo, entre outros, que colocam em risco a salvaguarda destes materiais e a sua conseqüente perpetuidade.

Em Carvalho, há recomendações quanto aos melhores procedimentos a se tomar em relação ao exemplo narrado acima, como os registros fotográficos e documentais desses materiais, que devem ser preservados junto à coleção, mantendo assim, informações aos próximos pesquisadores que não terão mais acesso ao material físico, entre outras similares.

Essa é uma das questões mais problemáticas envolvendo a curadoria das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade, segundo informações coletadas diretamente pela observação da pesquisadora. Pelo fato do Museu estar inserido em uma instituição universitária e até hoje ainda haver desconfianças sobre o pertencimento destas coleções (reserva técnica com material não exposto) na estrutura do Museu, muitos entraves envolvendo, principalmente, a sua preservação e a sua divulgação ainda acontecem. Atitudes dessa natureza que geram perdas e danos ao material pertencente ao acervo são tomadas sem que haja uma autorização e/ou consulta a equipe responsável pela curadoria e medidas como a documentação prévia do material simplesmente não existem. O registro fóssil preservado por sua importância científica e parte da história da coleção a que pertenceu por durante certo tempo, acaba desaparecendo em frações de segundos, por falta de um pensamento, não de todos, mas ainda de uma parcela considerável da comunidade acadêmica

(discentes e docentes), envolvendo questões relacionadas diretamente ao mundo dos museus, das coleções e dos patrimônios. O pensamento dominante, principalmente, por parte dos usuários dessas coleções (público mais especializado em relação ao setor expositivo do Museu) é o da disponibilização total dessas coleções apenas aos pesquisadores ali presentes e atuais (dentro e fora da instituição), ou seja, a percepção é que não existe uma preocupação nitidamente preservacionista e patrimonialista, como a conservação para o aproveitamento de futuras gerações (especializadas e não especializadas).

Um pensamento controverso em relação ao posicionamento do Museu da Geodiversidade como um todo, estabelecido, inclusive, em seu regimento interno, já abordado anteriormente. Neste sentido, nos parece que tais atitudes deveriam estar voltadas somente ao setor expositivo, encarado, ainda por muitos, como única atividade do Museu.

Seguindo com as observações da prática profissional, vale ressaltar mais uma vez que, esse tipo de pensamento, não é total, existindo grupos e de grande expressão dentro da Universidade que pensam e agem de forma diferente. Porém, a presença de uma equipe especializada em preservação de acervos museológicos e diretamente voltada à curadoria dessas coleções, diferentemente do que vinha acontecendo até então, vem alterando, lentamente e gradualmente, a postura dessa parte da comunidade acadêmica. Havendo, neste sentido, uma aceitação um pouco maior da importância desse tipo de trabalho e da compreensão da dimensão das coleções pesquisadas.

Esse tipo de problema enfrentado acontece muito pelas características peculiares de sua tipologia (museu científico universitário) e são extremamente comuns, não sendo exclusividade do Museu da Geodiversidade. A inclusão de preceitos museológicos, não somente com a introdução de processamentos técnicos específicos (conservação, documentação, investigação, comunicação), mas de um modo particular de pensar a salvaguarda dessas coleções, juntamente com a contribuição desse saber específico, ou seja, a Paleontologia, é que fazem ser eficaz o trabalho de curadoria dessas coleções.

Voltando a questão particular do uso de material fóssilífero em investigações que podem vir danificar e até mesmo perder o material analisado e outras situações que também põem em risco a salvaguarda dessas coleções, deixamos claro que a postura da Museologia não é impedir e/ou dificultar o desenvolvimento das pesquisas

e o avanço da ciência. Um objeto de coleção ou mais especificamente um fóssil, sem identificação ou sem informação, perde totalmente o sentido de preservação dentro de uma coleção. A contribuição é no sentido de se transmitir cautela, respeito às especificidades de cada peça, de cada coleção, levando em conta o nível de importância e raridade, de modo a protegê-la da melhor maneira possível. Algumas coleções, por exemplo, possuem muitos exemplares repetidos que são, inclusive, separados em coleções didáticas e para doações que podem servir para investigações mais profundas e complexas. Em outros casos, mesmo que não haja essa separação, certas investigações podem ser realizadas em exemplares de menor importância e/ou representatividade. Outra situação que também deve ser evitada é a substituição de um determinado material, tombado na coleção científica e já referenciado em publicações e demais trabalhos, por outro de menor importância, como se um substituísse a história do outro, sem ao menos haver referência ao fato. O acesso a holótipos, por exemplo, deve possuir uma política de controle maior, limitando mais os seus usos e preservando-os em estruturas diferenciadas, como através da implantação de armários-tipos, ou seja, espaços onde são preservados de forma mais rigorosa os espécimes de maior importância de uma coleção, havendo nesses locais, bloqueio total contra roubos, vandalismos e sinistros diversos. Empréstimos a particulares e instituições devem ser concedidos com máxima cautela expôs prazos de devolução, verificados e cobrados com rigor. Essas situações apresentadas são apenas alguns exemplos de como a curadoria das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade ainda precisa evoluir para que tenha total êxito na sua proposta de salvaguarda. É uma atitude que não depende apenas da equipe que lida diretamente com a curadoria, mas de todos os atores envolvidos.

Um fator interessante a se pensar é que apesar de estarem inseridas em uma estrutura universitária, onde a pesquisa, a extensão e o ensino são fatores preponderantes, e onde o auxílio à comunidade acadêmica é considerado como um dos objetivos de maior expressão, segundo definições básicas de museus universitários, tais coleções, por toda a sua importância e trajetória já abordadas e, principalmente, por serem consideradas patrimônio de todos, merecem a mesma atenção e rigor quanto a sua salvaguarda que qualquer outra coleção preservada fora dos meios universitários e nos mais tradicionais museus (lembrando aqui que o próprio Museu Nacional pertence a estrutura da mesma Universidade a que o Museu da Geodiversidade está vinculado e, que, independentemente, do histórico de formação de cada um, ambos são considerados guardiões oficiais de importantes e significativas

coleções). Caso contrário, qual seria a necessidade de incluir essas coleções em uma estrutura museológica, qual a contribuição dos museólogos e dos outros profissionais envolvidos em sua preservação? Para tanto, reafirmamos aqui a importância do desenvolvimento do primeiro capítulo para o entendimento da dissertação como um todo, onde questionamentos como esses possam ser refletidos a partir do que ali foi abordado.

Após relevantes reflexões, voltamos às particularidades de conservação desses materiais fossilíferos. Condições climáticas de países tropicais sempre representaram fortes preocupações quanto à preservação da grande maioria dos acervos museológicos. E, o fóssil, de acordo com Carvalho (2010), não está livre dessas preocupações. Situações em que há a combinação de altos índices de umidade relativa e temperatura (levando em conta a conservação de acervos mistos, pois não existem muitos estudos sobre a conservação específica de coleções paleontológicas, principalmente, por parte de conservadores de museus, estabelecem-se padrões de umidade em torno de 40 a 70% e temperatura entre 18 e 22º) criam-se condições favoráveis a proliferação de microorganismos danosos a conservação dos materiais. Outro fator importante é a instabilidade desses valores, assim descrita nas publicações sobre conservação de acervos museológicos, como nos manuais *da Universidade de São Paulo (USP) (Museologia, Roteiros Práticos 5 e 9 (2004 e 2005))* em que a oscilação destes valores é altamente condenada. Tal fato ocorre muito em locais onde, por motivos diversos, dentre eles a falta de verbas, não há um controle, por tempo integral, desses índices, havendo, por exemplo, certa manutenção ao longo do dia, quando a instituição está aberta, e à noite, finais de semana e feriados, um desligamento desses sistemas, como dos aparelhos de ar condicionado e de outros tipos de ventilação, etc. Porém, em conservação de acervos, não há meios termos, e essa situação é extremamente danosa, tornando-se mais prejudicial à preservação do material do que se nenhuma atitude fosse tomada. Contudo, medidas simples podem solucionar essa questão, como através da programação controlada de ventilação mecânica, onde há um planejamento de abertura e fechamento de portas e janelas, em determinadas horas do dia, associadas ao uso de ventiladores postos de maneira estratégica, de forma a permitir a perfeita circulação do ar, e evitar assim, a proliferação de fungos e bactérias.

Outras medidas importantes, também descritas nos referidos manuais de conservação, reforçando o que já foi apresentado anteriormente, são os cuidados com a higienização, o acondicionamento, o manuseio, o transporte, o acesso e a

segurança de modo geral, voltados à proteção de cada objeto pertencente às coleções. Vale à pena destacar também que ações conscientes e programadas como, limitar o número de pessoas nas salas de coleções e exposição; instalar cortinas ou persianas que impeçam a entrada de luz solar, evitando o aumento da temperatura e da radiação direta; controlar a umidade relativa em pequenos volumes de ar, criando microambientes; acondicionar o acervo em caixas, recipientes e mobiliários específicos; controlar a iminência de raios ultravioletas nas salas de acervo e diretamente sobre o objeto, mantendo uma baixa iluminação e indireta; utilizar lâmpadas especiais e não incandescentes; instalar filtros contra a poeira e poluentes em janelas e aparelhos de ar condicionado; instalar aparelhos como umidificadores e desumidificadores, de acordo com a característica local; não jogar água e produtos químicos para a limpeza das salas que contenham acervos; não fumar, não comer e não acumular lixo nessas salas; manter uma política constante de higienização do acervo e do prédio; controlar a infestação de pragas no acervo, no mobiliário e nos prédios; podem evitar e/ou retardar e muito a deterioração das coleções.

Outra estratégia adotada na conservação de material fossilífero é a replicagem de originais, visando a sua preservação e o uso em atividades acadêmicas e de difusão científica. São cópias fiéis feitas a partir desses originais pertencentes à coleção científica. Tal estratégia, de modo geral, é bem adequada à preservação dessas coleções, porém, não existe possibilidade operacional, nem há intenção, de se replicar todo um acervo.

A elaboração de um diagnóstico constitui o primeiro passo para a preparação de um planejamento eficaz voltado a salvaguarda de qualquer acervo através das metodologias de conservação preventiva. Para tanto, a seguir, seguem algumas considerações específicas sobre o estado de conservação das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade:

Voltando as observações da pesquisadora, percebemos que, as três salas que abrigam as coleções paleontológicas (material em reserva técnica, não exposto), ainda não possuem um sistema adequado de controle ambiental, de temperatura, umidade e luminosidade e ainda funcionam com o sistema liga/desliga dos aparelhos de ar condicionado (ligados durante o dia e, em algumas salas, somente quando há uso e, à noite, finais de semana e feriados desligados). Aparelhos para o controle ambiental, como termômetros, termógrafos, termohigrógrafos e outros mais modernos que aferem de modo digital a temperatura e a umidade, bem como suas variações, ainda

não são utilizados. Há um controle de pragas no prédio como um todo, mas faltam medidas direcionadas ou pelo menos mais constantes, voltadas às salas de coleções, pois é comum a presença de insetos e pequenos répteis, como lagartixas, pelos ambientes. Há também indícios de traças e brocas, principalmente, pela presença de pós característicos e pelo estado das antigas fichas de guarda encontradas (pequenas fichas com as informações individuais colocadas próximas a cada objeto), aparentando terem sido mordidas e/ou roídas. Salas de acervo são divididas com salas de trabalho, o que torna prejudicial à conservação das coleções e a saúde da equipe técnica (funcionários, bolsistas e estagiários). As salas não possuem extintores de incêndio, havendo apenas nos corredores. Quanto à segurança, apesar de ser parte obrigatória de um planejamento eficaz de conservação preventiva e estar intrinsecamente ligada ao assunto, deixamos para analisar em um item separado mais a frente.

Em relação à armazenagem e ao acondicionamento do acervo, encontramos as seguintes condições: as coleções são dispostas em móveis de madeira, arquivos e estantes de ferro em estado de conservação regular a ruim. Não há controle contra pragas no mobiliário de madeira, nem um controle dos suportes vindos de outros lugares, como caixas de madeira e as estantes de ferro, por receberem materiais muito grandes e pesados, acabam ficando abaulados e com pouca resistência, além de alguns estarem enferrujados. O acondicionamento individual de cada fóssil é feito através da utilização de caixas feitas em papel kraft, material extremamente ácido e recipientes menores de acrílico. As caixas de kraft encontram-se em estado de conservação ruim, apresentam manchas de acidificação e sujidades de modo geral, além de estarem quebradiças e frágeis. Alguns exemplares pesados ficam diretamente nas estantes ou sobre almofadas de espuma.

Sobre o estado de conservação das coleções, observadas diretamente, podemos afirmar que, devido a sua grande diversidade, tanto de suporte (rochas) quanto de material fossilífero preservado, apresentam também condições diversas, portanto, encontramos exemplares bem preservados e da mesma forma, mal preservados. Os maiores problemas detectados são: sujidades diversas; danos por manuseios mal executados; descamações de algumas superfícies frágeis fossilizadas; partes faltantes; rachaduras diversas, muitas vezes ocasionadas na própria atividade

de campo⁴⁰; manchas de fungos; acondicionamentos errados, como o envolvimento de alguns exemplares em plásticos filmes, propiciando a criação de micro-climas e a infestação por fungos e bactérias e registros mal localizados afetando a identificação da informação⁴¹. Situações que podem ser resolvidas com o planejamento e a execução de ações voltadas à conservação preventiva de acervos, conforme analisadas ao longo do presente capítulo.

Conforme já apresentado anteriormente, a formação da equipe responsável pela curadoria dessas coleções é recente e ainda não completou dois anos com a presença de todos os membros. Sob a direção do Professor Doutor Ismar de Souza Carvalho, a equipe é composta por uma museóloga e duas restauradoras/preparadoras de fósseis, além de bolsistas e estagiários de diferentes áreas, como Museologia, Geologia, Engenharia do Petróleo, Bacharelado em Ciências da Matemática e da Terra e Geografia. Grande parte desses estagiários exerce função voluntária, o que dificulta a integração e a execução das tarefas planejadas, já que a grande maioria disponibiliza poucas horas de trabalho ao longo da semana e muitas vezes acaba desistindo. Neste sentido, como o trabalho de curadoria de coleções paleontológicas é bem amplo e diversificado, pois envolve além das já conhecidas metodologias de preservação, como conservação, documentação, investigação e comunicação, o trabalho específico de preparação⁴² (coordenado e executado pelas

⁴⁰ Nestes e em outros casos, tais situações devem ser evidenciadas, documentadas e preservadas como parte da história do objeto.

⁴¹ O registro de material fossilífero, o lastro, como é chamado, consiste na aplicação de uma camada de tinta a óleo branca sobre o objeto, obrigatoriamente em uma área que não atrapalhe a leitura do fóssil ali preservado, para depois, com o uso de tinta nanquim preta, ser escrito o número (registro) que o identifica como parte de determinada coleção e também da instituição.

⁴² A partir da coleta dos fósseis em campo há um conjunto de procedimentos até sua guarda. Após a chegada ao Museu, o material passa por uma triagem e é separado entre coleção científica (materiais de maior relevância e representatividade), coleção didática (materiais destinados às atividades de sala de aula) e doação. Após esta etapa, uma grande parte desse material, a ser incorporado, principalmente, na coleção científica, passa, primeiramente, pelos mecanismos de preparação, que é o processo de remoção do sedimento ou rocha (matriz) que envolve os fósseis, objetivando assim, a exposição de seus detalhes anatômicos. Técnica esta altamente delicada que envolve diretamente a preservação das informações que deverão ser analisadas. A preparação pode ser mecânica e/ou química. Na preparação mecânica são utilizadas algumas ferramentas específicas como canetas pneumáticas, talhadeiras e instrumentos odontológicos, onde o objetivo é ir retirando, paulatinamente, camadas de sedimentos e sujidades, de modo a revelar o material fossilífero ali preservado. Já na preparação química, utiliza-se produtos como ácido acético, ácido fórmico e peróxido de hidrogênio que promovem uma dissolução do material rochoso onde está o fóssil para a sua avaliação. Após tais procedimentos, o fóssil está apto a entrar na coleção, onde, através de técnicas específicas, será adequadamente preservado e disponibilizado para pesquisa e acesso de modo geral.

restauradoras/preparadoras, mas que acaba envolvendo a equipe como um todo, principalmente, pela dinâmica estabelecida, ou seja, a equipe ser considerada responsável pela curadoria como um todo), acaba dificultando a especialização e o foco de cada área apresentada. Portanto, a equipe, que é formada por uma única museóloga e duas restauradoras que têm a principal tarefa a preparação dos fósseis, é responsável ao mesmo tempo pela conservação; documentação; pesquisa; comunicação; divulgação, representando as coleções paleontológicas, por exemplo, em feiras e eventos educativos; montagem de exposições temporárias; elaboração de projetos que envolvam a reserva técnica e o laboratório; atendimento e auxílio ao pesquisador; orientação a estagiários e bolsistas; estratégias de segurança do acervo, entre outras, torna-se insuficiente para o planejamento e execução de todas as demandas encontradas.

Ainda sobre o número de pessoas envolvidas na equipe de trabalho e a função de cada um, vale a pena aqui, abordar algumas medidas importantes, lembrando relevantes considerações analisadas no capítulo anterior, sobre o exemplo de estrutura organizacional de uma das mais significativas instituições guardiãs de coleções científicas do Brasil, o Museu Paraense Emílio Goeldi. Conforme pudemos perceber, a equipe não conta diretamente com um profissional da área da Paleontologia⁴³, que pudesse se dedicar exclusivamente, junto com as outras profissionais, a curadoria dessas coleções, respondendo assim, mais rapidamente, assuntos ligados a especificidade do tema trabalhado, ajudando na identificação do material, na elaboração de pesquisas e atividades acadêmicas, entre outras. Da mesma forma, a equipe também não possui profissionais assistentes administrativos (cargos de ensino médio) que pudessem ajudar na elaboração e execução de atividades burocráticas, como compras de materiais, atendimento a pesquisadores, implementação de bolsas de estagiários, entre outras tantas possibilidades. Além da importância da presença de funcionários que pudessem especializar as atividades, como um conservador e um documentalista ou cientista da informação, por exemplo. E, por último, destacamos também a necessidade de uma equipe de apoio e/ou manutenção que estivesse não só a disposição do grupo responsável pela curadoria dessas coleções paleontológicas, mas do Museu da Geodiversidade como um todo, e que pudesse contribuir na execução de trabalhos gerais, como, por exemplo, na

⁴³ É importante ressaltar que apesar de não possui um profissional exclusivo de Paleontologia, assuntos desta natureza, são resolvidos diretamente com os professores especializados da área, como o Professor Doutor Ismar de Souza Carvalho. A recomendação é para que haja otimização das atividades desenvolvidas no dia-a-dia.

movimentação do acervo dentro e fora da instituição (deslocamento de materiais pesados dentro da própria reserva técnica e destinados a feiras e exposições educativas), no auxílio a atividades de extensão e divulgação que demandassem serviços de tais naturezas que, hoje, ficam, na maioria das vezes, na dependência de alunos voluntários.

Complementando a discussão, através da análise de questionamentos teóricos e práticos, do exemplo mencionado anteriormente sobre a estrutura organizacional do museu paraense e de documentos legais, especificamos e reforçamos, a seguir, mais algumas dessas competências.

Em relação às atribuições do curador⁴⁴ especializado em coleções que envolvem fauna, flora e exemplares paleontológicos, de acordo com Inga Veitenheimer-Mendes, Marta Fábian & Maria Cristina da Silva (s/d, 189-209), podemos assim definir:

O curador é o responsável pela organização e manutenção do acervo, assim como pelos empréstimos, trocas ou doações, seguindo a política e as regras institucionais. Portanto, o curador deve fazer parte do corpo técnico permanente de pesquisadores, compatível com o patrimônio a ele confiado. A instituição poderá ter um único curador para todas as coleções ou vários curadores, sendo cada um responsável por uma ou mais coleções. Ao curador compete, ainda, a busca de recursos que garantam a manutenção, ampliação e modernização das coleções, assim como indicar os exemplares ou peças que poderão ser utilizados em exposições permanentes, temporárias ou itinerantes (VEITENHEIMER-MENDES, FÁBIAN & SILVA, s/d, p. 203-204).

A curadoria, de modo geral, deve ser exercida por um profissional especializado na disciplina e/ou conteúdo abordado por uma coleção em particular e/ou Museu como um todo. Em relação ao nosso estudo de caso, essa função é designada ao diretor do Museu que também é doutor em Paleontologia.

O Assistente em curadoria, segundo o exemplo paraense mencionado anteriormente, deve ser um técnico de nível superior e ter experiência com o acervo em questão. Porém, não há uma recomendação clara para que essa função tenha que ser exercida preferencialmente por um Museólogo. Contudo, de acordo com a definição de suas atribuições e o local de exercício de suas funções, ou seja, o espaço Museu, e por todas as discussões já apontadas ao longo da dissertação, inclusive legais, consideramos ser, de extrema importância, que esse posto seja exercido por um profissional da área de Museologia com a devida experiência e/ou treinamento

⁴⁴ Ver mais competências do curador no capítulo 2; seção 2.1.

adequado. E, conforme vimos, o Museu da Geodiversidade, tentando adequar-se, gradualmente, as recomendações legais do setor, incluiu, recentemente, profissionais da área museológica em seu quadro de funcionários permanentes.

- zelar pela boa conservação do acervo, detectando e resolvendo problemas de manutenção e armazenamento;*
- gerenciar as atividades rotineiras de curadoria;*
- identificar ou ajudar na identificação do material incorporado à Coleção, quando solicitado pelo Curador;*
- processar material novo a ser incorporado à Coleção;*
- manter atualizada a documentação referente ao material da Coleção;*
- atender visitantes autorizados pelo Curador;*
- cuidar da documentação de entrada e saída de material da Coleção;*
- manter-se sempre atualizado em práticas de preservação em sua área; e*
- cumprir, de modo geral, as orientações do Curador em atividades referentes à Coleção.*

(Normas Gerais de Uso e Gerenciamento das Coleções Científicas do Museu Emílio Goeldi, 1999, p. 2).

Por tanto, de acordo com a Lei 7.287 de 18 de dezembro de 1984, regulamentada pelo Decreto Nº 91.775 de 15 de outubro de 1985, são competências do Museólogo:

- I - ensinar Museologia nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;*
- II - planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins;*
- III - executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;*
- IV - solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico;*
- V - coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;*
- VI - planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;*
- VII - promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;*
- VIII - definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções;*
- IX - informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;*

X - dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da administração pública direta e indireta, bem assim em órgãos particulares de idêntica finalidade;

XI - prestar serviços de consultoria e assessoramento na área de Museologia;

XII - realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem assim sua autenticidade.

XIII - orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas habilitadas nas áreas de Museologia e Museografia, como atividade de extensão;

XIV - orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, fazendo-se nelas representar.

Art 4º Para o provimento e exercício de cargos, empregos e funções técnicas de Museologia na administração pública direta e indireta e nas empresas privadas, é obrigatória a condição de museólogo, nos termos definidos na Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

Art 5º A condição de museólogo não dispensa a prestação de concurso, quando exigido para provimento do cargo, emprego ou função e será comprovada para a prática dos atos de assinatura de contrato, termos de posse, inscrição em concursos, pagamento de tributos devidos pelo exercício da profissão e desenho de quaisquer funções a ela inerentes.

(BRASIL, 1984).

E, mais uma vez, destacamos a recomendação do Estatuto de Museu:

Art. 7º A criação de museus por qualquer entidade é livre, independentemente do regime jurídico, nos termos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º A elaboração de planos, programas e projetos museológicos, visando à criação, à fusão ou à manutenção dos museus, deve estar em consonância com a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.

(BRASIL, 2009).

Já, o “Técnico em Acervo”, deve trabalhar sob a coordenação do Curador e do Assistente de Curadoria. Deve ser um profissional com segundo grau completo e ter recebido treinamento adequado às atividades referentes à coleção. Deve ser responsável por realizar tarefas básicas voltadas à manutenção e documentação da coleção e cumprir outras atividades direcionadas pelo Curador e/ou pelo Assistente de Curadoria. No entanto, a equipe de trabalho das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade, não conta com esse tipo de profissional e a função de restaurador/preparador de fósseis é, muitas vezes, confundida com esse cargo. Porém, ressaltamos que a competência de um preparador de fósseis é extremamente especializada e direcionada, conforme definição abaixo:

Examinar as condições da peça para determinar a natureza da restauração requerida e outros fatores. Reconstituir e retocar as

partes danificadas, esmaecidas ou manchadas, atendo-se de seus conhecimentos técnicos. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade (UFRJ, 2010).

Analisando as atribuições dos atores envolvidos na dinâmica de gestão das referidas coleções paleontológicas, por meio dos autores e documentos trabalhados ao longo da dissertação, percebemos, claramente, que as competências ainda não estão bem delimitadas, principalmente, pela falta de profissionais pertencentes ao quadro permanente da instituição, o que acaba gerando, em muitas vezes, na equipe como um todo, dispersão e descentralização das atividades a serem executadas. Neste sentido, o trabalho exercido pelo assistente de curadoria (de preferência o Museólogo) acaba sendo confundido com o de curador e muitas vezes com o de técnico em acervos e até mesmo com o de restaurador/preparador, entre outras possibilidades, fugindo assim, das atribuições e competências estabelecidas nos documentos legais, o que finda prejudicando o desenvolvimento técnico-científico das tarefas a serem executadas e suas devidas especializações.

Dando continuidade aos debates suscitados anteriormente e voltando ao diagnóstico do estado de conservação dessas coleções paleontológicas, ressaltamos que essa mesma equipe de trabalho, há menos de dois anos, apesar de todos os problemas ainda detectados, encontrou uma coleção com muitas dificuldades de organização e desaparecimento de muitos de seus exemplares, como através de empréstimos mal coordenados e sem documentação, o que gerou, logo de início, uma mobilização total dos esforços. Após tais problemas serem minimizados, outros questionamentos foram debatidos, como a necessidade de adaptação dos espaços para a melhor conservação dos materiais e o planejamento, como um todo, de um eficaz sistema de preservação; a organização e readequação das estruturas informacionais, como a reformulação das fichas catalográficas e a necessidade de criação de uma base de dados (*repositório de informações*); melhoras as atividades de comunicação e divulgação das coleções em questão, entre outras. E, com este pensamento, a primeira vitória, a contemplação de um projeto patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) destinado a reformulação de reservas técnicas. Com isso, haverá (a partir do final de 2013, no máximo, início de 2014) a substituição total ou quase total⁴⁵ do mobiliário utilizado até então por compactadores deslizantes, acondicionando assim, grande parte ou até mesmo a totalidade do acervo e ainda sobrando espaço para futuros crescimentos.

⁴⁵ Caso haja necessidade, algumas coleções de maior formato e peso ficarão acondicionadas em outra sala.

Com o projeto, também será possível a troca de todos os suportes de acondicionamento, como as referidas caixas de papel Kraft, que serão substituídas por caixas especiais, com mais resistência e toque de alcalinidade, que apesar de não haver observações e comprovações científicas quanto à deterioração por migração desses materiais ácidos ao fóssil, a neutralidade ou a alcalinidade, já que no Brasil não existem materiais totalmente neutros, garantem mais resistência e longevidade ao material. Também serão utilizados materiais modernos de acondicionamento como o *Foam (espuma especial para embalagens e muito utilizado em conservação de acervos museológicos)* que será moldado de acordo com as dimensões de cada fóssil dentro de seu devido suporte. Com a movimentação do acervo, será realizada, simultaneamente, a higienização dos fósseis, com trinchas e banhos, dependendo da especificidade e o estado de conservação de cada um e a implementação de um importante campo informacional, ausente até hoje na ficha catalográfica, a localização física do objeto dentro da coleção (analisados mais detalhadamente dentro do item sobre Documentação). Através do projeto, muitas medidas, envolvendo não só a conservação poderão ser pensadas e executadas de modo a garantir as melhores condições de salvaguarda para este importante e rico acervo.

Art. 19. Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários. (BRASIL, 2009).

Já em relação à restauração, afirmamos que esta deve ser de caráter excepcional e a conservação considerada sempre a primeira opção. Para tanto, segundo a publicação do Museu de Astronomia de Ciências Afins (1995), alguns critérios devem ser estabelecidos: sempre haver consulta prévia da documentação do *bem cultural* e de seu estado de conservação; ser realizada por profissionais capacitados e treinados para tal fim; dar prioridade aos tratamentos de estabilização e consolidação, a fim de restituir a sua “funcionalidade”, quando estiver interrompido por um problema estrutural e/ou estético; respeitar os princípios éticos, considerando aspectos como, integridade histórica, estética e física do *bem cultural*, estabilidade dos materiais, conhecimentos técnicos compatíveis com o tratamento e consciência dos limites da profissão; a restauração deve ser realizada até o limite de intervenção necessário à preservação do bem cultural, entre outros.

A restauração de material fossilífero ocorre na mesma linha tênue que a preparação, sendo consideradas quase que a mesma atividade, embora, conceitualmente, haja diferenças. No Museu da Geodiversidade, essa função é

realizada pela equipe da curadoria de coleções paleontológicas, conforme já abordado anteriormente, e coordenada pelas funcionárias restauradoras/preparadoras de fósseis. Vale à pena ressaltar que não existem muitos estudos sobre as especificidades dessa prática nesses tipos de coleções.

A seguir, dando continuidade as ações de curadoria, e como parte integrante da noção de preservação, analisamos os questionamentos em torno do conceito de *documentação e informação em acervos museológicos*.

• DOCUMENTAÇÃO

A partir da visão de notáveis pesquisadores da área da Ciência da Informação, analisamos a importância de instituições museológicas possuírem eficazes sistemas de documentação para a adequada salvaguarda de seus acervos. A contribuição teórica nos permite traçar um panorama geral sobre a qualidade da informação gerada nesses espaços. Que, somente através de um eficiente controle, poderemos alcançar resultados satisfatórios que atendam tanto as necessidades organizacionais internas quanto as externas (sociais, no sentido de consumo da informação).

Porém, antes de avançarmos nas discussões teóricas e observações práticas, enfatizamos as recomendações estabelecidas pelo Estatuto de Museus (2009) que norteiam os debates a seguir:

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

§ 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais.

§ 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência.

Art. 40. Os inventários museológicos e outros registros que identifiquem bens culturais, elaborados por museus públicos e privados, são considerados patrimônio arquivístico de interesse nacional e devem ser conservados nas respectivas instalações dos museus, de modo a evitar destruição, perda ou deterioração.

Parágrafo único. No caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora.

Art. 41. A proteção dos bens culturais dos museus se completa pelo inventário nacional, sem prejuízo de outras formas de proteção concorrentes.

§ 1º Entende-se por inventário nacional a inserção de dados sistematizada e atualizada periodicamente sobre os bens culturais existentes em cada museu, objetivando a sua identificação e proteção.

§ 2º O inventário nacional dos bens dos museus não terá implicações na propriedade, posse ou outro direito real.

§ 3º O inventário nacional dos bens culturais dos museus será coordenado pela União.

§ 4º Para efeito da integridade do inventário nacional, os museus responsabilizar-se-ão pela inserção dos dados sobre seus bens culturais.

(BRASIL, 2009).

Para Maria Inez Cândido (2006, p. 34-45), partindo do pressuposto que objetos museológicos (objetos-testemunho / objetos-documento) são suportes de informação, o principal desafio de um museu é preservar o objeto e a possibilidade de informação que ele contém e que o qualifica como documento. Ainda de acordo com a autora e reafirmando o conceito de documento, já analisado no capítulo anterior, ela nos lembra que os objetos só se tornam documentos quando são interrogados de diversas formas e que todos os objetos são suportes de informações intrínsecas e extrínsecas que necessitam ser investigadas. Então, para a autora, como parte integrante dos mecanismos de preservação do Patrimônio Cultural, os museus têm o papel de criar métodos especiais que permitam o levantamento e o acesso as essas informações das quais os objetos museológicos são suportes, estabelecendo a mediação entre o indivíduo e o acervo preservado.

O objeto de museu, conforme abordado no primeiro capítulo, além de ser carregado de significados e informações, também é fonte de valor simbólico e veículo informacional. Características estas que o evidenciam enquanto representante autorizado de um determinado fato/situação ocorrido no tempo e no espaço.

A Museologia, campo do conhecimento compreendido sob forma cultural de espaço regionalizado da produção simbólica, zona particularizada no domínio específico da realidade social, refere-se às “manifestações das práticas e representações culturais”. Identifica-se aos campos de significações da cultura que se apresentam conjugando mensagens e bens (simbólicos) socialmente ambientados e transmitidos. Estes, por sua vez, são reconhecidos como “instrumentos de conhecimento e de construção do mundo dos objetos; igualmente, aos de comunicação; e também aos de legitimação do poder”. Nesta configuração, os campos se organizam como espaços para o exercício do poder simbólico (LIMA, 2009, p. 181).

Em âmbito museológico, segundo Lima (2008), a função comunicação encontra paralelo no processo de Transferência da Informação, área da Ciência da Informação. Pinheiro analisa a relação interdisciplinar entre essas duas áreas do conhecimento:

Independentemente de contestações da prática profissional, há indícios de convergências teóricas entre Ciência da Informação e Museologia que se manifestam de diferentes formas: em abordagens, aplicações, aspectos técnicos ou operacionais, acadêmicos e tecnológicos (PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro, 2012, p. 12).

Neste momento, vale à pena lembrar a interdisciplinaridade da Museologia, assunto também já abordado ao longo da dissertação, principalmente, através dos conceitos *de conhecimento fronteira e objeto fronteira* designados por Lima (2008). Portanto, para Lima (2009, p. 181-200), o espaço da Museologia, quanto ao caráter formador, ostenta feição de “campo híbrido” por ser resultante do cruzamento de fronteiras disciplinares.

De acordo com José Mauro Matheus Loureiro (2008, p. 23-29), a documentação no âmbito da Museologia tem início a partir de uma integração de todas as áreas do conhecimento ali presentes. A análise, ponto crucial para qualquer sistema de documentação, requer sempre subsídios dessas áreas. A criação, a inserção de dados em sistemas de recuperação da informação, os contextos e estudos históricos, sociais e culturais, as diversas leituras possíveis de um objeto musealizado, entre outros, sempre exigem a participação permanente de uma equipe multidisciplinar destinada à atualização permanente da documentação. Essa integração e constante atualização é que garantirem o aprimoramento do acesso público à informação e aos variados conhecimentos gerados pela instituição museológica.

A essencialidade da Documentação nas conceituações e ações museológicas pode ser mais bem aquilatada quando nos detemos na investigação das diferentes características que contribuem para a construção dessas totalidades a que denominamos museus, que se configuram a partir da interação objetiva de planos categorias distintos. Assim, nos horizontes museológicos, é válido enfatizar concomitantemente a memória, a comunicação, a educação; podemos privilegiar, também, aportes relacionados ao patrimônio, à nação, à identidade sem que com isso sua “natureza” seja arranhada. Isto porque o museu tem a capacidade de agenciar essas instâncias, interpretando-se e tomando-se produtos de suas estratégias na esfera da transferência da informação (LOUREIRO, 2008, p. 26).

Através destas discussões sobre a documentação museológica e, principalmente, sobre a confluência entre fronteiras, que começamos a analisar mais diretamente a função informacional dos objetos museológicos. Helena Ferrez (1994, p.

65-74) aponta justamente que ao enfocarmos os museus a partir de suas funções, constatamos que são instituições estritamente ligadas à informação de que são portadores os objetos e espécimes de suas coleções. Como veículos de informação, têm na conservação e na documentação as bases para se transformarem em fontes para a pesquisa científica e para a comunicação que, por sua vez, geram e disseminam novas informações. A autora completa ainda dizendo que os objetos possuem uma estrutura informativa e são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas.

As informações intrínsecas são as deduzidas do próprio objeto, através da análise das suas propriedades físicas.

As extrínsecas, denominadas por Mensch (1987) de informações documental e contextual, são aquelas obtidas de outras fontes que não o objeto e que só muito recentemente vêm recebendo mais atenção por parte dos encarregados de administrar coleções museológicas. Elas nos permitem conhecer os contextos nos quais os objetos existiram, funcionaram e adquiriram significados e geralmente são fornecidos quando da entrada dos objetos no museu e/ou através das fontes bibliográficas e documentais existentes

(FERREZ, 1994, p. 66).

Quanto às categorias de informação, a serem indicadas pelo próprio objeto ou por outras fontes, Ferrez cita Peter Van Mensch (1987, 1990) que distingue três matrizes dimensionais para a abordagem dos objetos museológicos como portadores de informações necessárias para ações de preservação, pesquisa e comunicação, as quais redimensionam o papel da documentação dentro dos museus. São elas: *Propriedades físicas dos objetos (descrição física); Função e significado (interpretação) e História.*

Ainda para Ferrez, a maior dificuldade encontrada vem das informações extrínsecas que devem ser identificadas, isto porque, na maioria das vezes, tais informações já mais foram registradas, sejam através de fontes informacionais ou iconográficas.

Assim sendo, o potencial de um objeto de museu como bem cultural se estabelece a partir do somatório de informações a qual ele é portador. Porém, é de extrema importância destacar, que tendo informações intrínsecas e extrínsecas, o objeto só se torna um bem cultural quando o indivíduo / coletividade assim o reconhece (Cândido, 2006, p. 36).

Cândido ainda faz referências sobre a nova carga informacional que o objeto adquire após entrar nos espaços museológicos, tema também já discutido ao longo do

segundo capítulo durante a seção sobre aspectos de musealização. A autora, complementando o que já foi dito, também define, segundo sua visão, o que é documentação museológica:

Por outro lado, ao ser incorporado a um museu, o objeto continua sua história de vida, estando sujeito permanentemente a transformações de toda a espécie, em particular de morfologia, função e sentido, as quais devem ser sistematicamente documentadas e agregadas à sua trajetória. Referimo-nos a registros de intervenções, novos conteúdos obtidos por meio de pesquisas sobre o acervo, participação em mostras, entre outras, exigindo uma permanente atualização das informações.

[...] podemos afirmar que a documentação de acervos museológicos é procedimento essencial dentro de um museu, representando o conjunto de informações sobre os objetos por meio da palavra (documentação textual) e da imagem (documentação iconográfica). Trata-se, ao mesmo tempo, de um sistema de recuperação capaz de transformar acervos em fontes de pesquisas científica e/ou em agentes de transmissão de conhecimento, o que exige a aplicação de conceitos e técnicas próprios, além de algumas convenções, visando à padronização de conteúdos e linguagens.

(CÂNDIDO, 2006, p. 36).

Diante da problemática que cerca a questão informacional dos objetos de museus, abordamos então, de acordo com o pensamento de Ferrez (1994, p.65-74), a grande complexidade que envolve um sistema eficiente de documentação museológica, que equivale aos denominados sistemas de recuperação da informação, na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. E, de modo a facilitar a compreensão, a referida autora elabora um esquema, dividido em:

Objetivos (conservar os itens da coleção; maximizar o acesso aos itens e maximizar o uso da informação contido nos itens); **Função** (estabelecer contato efetivo entre as fontes de informação (itens) e os usuários, isto é, fazer com que estes, através de informações relevantes, transformem suas estruturas cognitivas ou conjuntos de conhecimento acumulado); **Componentes:** Entradas (seleção e aquisição); Organização e controle (registro; número de identificação / marcação; armazenagem / localização; classificação / catalogação; indexação) e Saídas (recuperação e disseminação) (FERREZ, 1994, p. 68).

Ferrez nos esclarece que, o profissional responsável por tal função, o museólogo, exerce o papel intermediário entre o indivíduo e o acervo museológico, e tem como tarefas básicas: armazenar informações sobre os objetos; completar as informações através da literatura e de outras fontes existentes e torná-las acessíveis aos usuários de modo geral (pesquisadores internos ou não, especialistas ou não).

Ferrez também pondera que além de toda a complexidade envolvida em qualquer sistema de informação, os específicos para coleções museológicas

(documentação museológica), ainda apresentam problemas comuns às instituições museológicas de forma geral. Entre alguns destes problemas, destaca: a complexa estrutura informativa dos objetos; equipes diminutas e a falta de pessoal especializado diante da variedade de coleções e a dificuldade técnica dos sistemas de armazenamento e recuperação da informação.

Ainda de acordo com o pensamento de Ferrez, para obtermos um eficiente sistema de Documentação Museológica, precisamos ter controle e cuidado com: entrada e saída de objetos, registro, catalogação, indexação, classificação, entre outros; e conclui, identificando que, a entrada de dados, além de clara, precisa e normalizada, deve ter sua terminologia controlada.

O controle da terminologia, na medida em que assegura sua consistência, impede que as informações relevantes sejam perdidas porque vários termos foram usados para designar uma mesma coisa. Ela se dá através de vocabulários controlados que variam desde simples listas autorizadas de termos até instrumentos mais sofisticados como os “tesouros” (FERREZ, 1994, p. 71).

Lima (2010) também aborda a importância da clareza informacional e comunicacional para a disseminação da produção científica museológica. Trabalha com terminologia especializada (Linguagem de Especialidade ou Linguagem Profissional), utilizada tanto no plano conceitual quanto no plano prático, reconhecendo-a como um Patrimônio que o campo detém.

Constituindo uma forma cultural a linguagem dos especialistas permite ser qualificada, ao modo do entendimento dado por Pierre Bourdieu (1986, p. 105), na categoria de “bem simbólico” e, ao mesmo tempo, representando um “capital cultural” (LIMA, 2010, p. 1).

Para Lima (2010), o domínio de um código cultural (linguagem) referente a uma determinada área do conhecimento, é um elemento de unificação entre os pares, por emprestar “sentido e valor” às inter-relações das comunidades.

O poder simbólico, conforme explica Pierre Bourdieu (1989), é um sistema de poder que delimita (protege) o conhecimento de um espaço do saber, determinando a “propriedade” de um enfoque especializado que, deste modo, formaliza-se como marca de “distinção”, isto é, “posição” da diferença indicativa da exclusividade de um espaço do conhecimento (LIMA, 2010, p. 1).

Após importantes considerações, resumimos documentação, segundo Loureiro: documentar é, sobretudo no âmbito museológico, integrar em conjuntos significativos as tradições, diferenças e dispersões que caracterizam as ciências, saberes e discursos contemporâneos em benefícios dos mais diferentes grupos sociais (Loureiro (2008, p. 29).

Somente através do controle irrestrito das situações problematizadas anteriormente, teremos possibilidade de gerar e comunicar informação museológica com alto padrão de qualidade.

A partir dos dados coletados acima, por meio de definições e conceituações de especialistas da área, chegamos ao consenso de que a documentação tem papel essencial na estrutura organizacional dos museus, pois, representa um dos principais aspectos da gestão museológica, ou seja, o tratamento da informação em todos os níveis, que vai desde a entrada do objeto no museu até a exposição. E, neste processo, estão envolvidas tarefas de coleta, pesquisa, acondicionamento, tratamento, organização e disseminação da informação.

A documentação em museus nos permite perceber o quão multidisciplinar são esses espaços, pois é justamente através dela, que acompanhamos a trajetória do objeto dentro dos museus, transitando por todas as etapas mencionadas anteriormente e passando pelo conhecimento de profissionais das mais variadas áreas. A riqueza das informações que são portadores os objetos, demandam desses museus, complexos sistemas de documentação, que viabilizam o acesso e a recuperação eficaz da informação e, que o permitem desenvolver sua principal função social, a comunicação com o público.

As atividades de um museu passam longe de serem apenas aquelas mostradas ao público, ou seja, a exposição. Podemos afirmar, então, através do que foi apresentado, que, a falta de um eficaz sistema de documentação levaria, em pouco tempo, provavelmente, ao colapso da instituição.

Os museus provaram que não são ou pelo menos não desejam ser como o senso comum os denomina: “coisas do passado”, ao contrário, estão cada vez mais adaptados as novas realidades socioculturais, econômicas e tecnológicas. E, como exemplo, destacamos o surgimento de novas e importantes ferramentas digitais, tão utilizadas e necessárias ao tratamento da informação. Tais discussões atingem perspectivas mundiais que, por durante muito tempo, não poderiam nem ser imaginadas. E, os museus, não poderiam ficar de fora, negando a nova ordem e se fechando para as recentes necessidades sociais. Hoje, por exemplo, até o mais simples museu, do lugar mais longínquo, pode ter suas coleções tão visitadas quanto um museu de grandes proporções.

Neste sentido, percebemos que é, justamente através da comunicação, com o conhecimento e atendimento das emergências de seu público-alvo, que o museu se

abre ao mundo. Por conta disto, não podemos deixar de mencionar, voltando às questões ligadas ao tratamento informacional, a importância de se conhecer o público a que se destina a informação disseminada, ou melhor, o usuário do sistema. O uso da linguagem documentária requer o prévio conhecimento da linguagem natural, aquela utilizada pelos seus usuários. Para tanto, precisamos estabelecer regras, que passam pela clareza e exatidão dos dados, normalização terminológica e controle na indexação e na catalogação.

Em suma, apesar de toda tecnologia disponível, vindos dos mais avançados sistemas, necessitamos do comprometimento e da capacidade intelectual daqueles que os operam, ou seja, dos profissionais que lidam com a gestão da informação, pois, sem isto, não há como atender a nenhum questionamento operacional.

Levando em consideração a realidade dos museus brasileiros, em sua grande maioria públicos, como tantas outras instituições, que não recebem a devida e merecida atenção por parte do governo, devemos ter a certeza, como profissionais de museus, que as atividades museológicas devem ser pensadas e geridas de modo a obter o seu máximo aproveitamento. E, em relação específica a documentação museológica, ela deve ser ao mesmo tempo confiável, adaptável a diversas situações e coleções e econômica, no sentido de oferecer a informação da melhor maneira possível.

Um sistema eficiente de documentação possibilita a gestão adequada de coleções museológicas, evitando também problemas ligados a perdas por falta de organização e controle e roubos e extravios, na medida em que faz com que o museu divulgue ao mundo, o domínio de suas propriedades.

Portanto, podemos verificar que os sistemas de documentação e informação em museus são indispensáveis à salvaguarda do patrimônio cultural. E, unir conhecimento teórico às necessidades da prática museológica, é essencial aos procedimentos de preservação.

Os conteúdos abordados nos levam, enquanto, profissionais de museus, a refletir sobre as ações e estratégias adotadas para a preservação adequada dos espaços em que somos responsáveis e que temos a obrigação sociocultural de mantê-los e transmiti-los em perfeito estado tanto para a atual geração como para as futuras.

Após considerações gerais e extremamente relevantes sobre a importância da implementação de uma bem estruturada documentação museológica, analisamos as

características específicas do sistema de informação utilizado para a gestão das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade, observados diretamente pela pesquisadora.

Atualmente, o sistema de documentação de tais coleções resume-se ao preenchimento de uma pequena ficha catalográfica com os dados básicos referentes ao fóssil e que, em sua maioria, contém informações apenas da localização deste, *in situ*. São eles: *Número de Registro, Número de Exemplares, Nome, Bacia, Unidade, Procedência, Idade, Data, Coletor e Observações*. Essa ficha, disponibilizada em um fichário manual e de acordo com a classificação de cada material (exemplo: um fichário com as coleções de peixes, outro com as coleções de répteis, outro com as de mamíferos e assim por diante), é duplicada em fichas individuais, denominadas fichas de guarda, que são colocadas juntas a cada objeto.

Uma parte dessas informações, juntamente com as fotos de cada objeto, está disponibilizada no site do CPRM (Serviço Geológico do Brasil) numa base de dados denominada *Paleo*, pelo *Projeto Base de dados Paleontológicos*. Porém, as informações de muitos objetos incorporados às coleções nos últimos anos, não foram acrescentados nessa base.

A proposta para readequação do sistema de documentação e informação das referidas coleções, parte, primeiramente, de uma normalização técnica com a padronização de seus vocabulários, havendo assim, um controle na entrada de dados e uma eficaz e rápida recuperação da informação. Para tanto, um *thesaurus museológico* direcionado às coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade poderia ser criado. Para ficar mais simples a compreensão, abordamos um pequeno exemplo prático: ao dar entrada em um sistema de recuperação de informações, como os bancos de dados e/ou repositórios de informações, para a consulta de dinossauro, uma padronização definiria e/ou limitaria a entrada ou as entradas passíveis de recuperação, como *réptil, dinossauro, dinossáuria, saurópode, terópode*, entre outras, ou seja, desta maneira, não teríamos margens para erros, como materiais / informações não recuperados. Desta maneira entendemos o porquê da necessidade e da importância da clareza no tratamento da informação, conforme visto anteriormente.

Dando continuidade a proposta de readequação, um segundo momento seria a revisão da ficha catalográfica, onde novos campos informacionais seriam acrescentados aos já citados, evidenciando, entre outros, a história do objeto dentro do novo contexto, de acordo com suas particularidades, como: fotografias; dimensões;

materiais (tipo de rocha e fóssil); localização física dentro da reserva técnica; histórico de participação em exposições, feiras e eventos; autorizações e/ou relatórios de coleta; estado de conservação; recomendações para conservação em reserva técnica e em exposições; preparação; descrição da preparação; referências e citações em trabalhos acadêmicos, artigos e publicações de modo geral; indicações de especialistas na área dentro e fora da instituição; indicações sobre a possibilidade de empréstimos; entre outros. Para tanto, conforme visto em Ferrez (1994), a nova ficha englobaria fatores intrínsecos e extrínsecos pertencentes à história de cada objeto, fundamentais a documentação e a gestão da informação.

O passo seguintes seria a implementação de uma base de dados digital voltada às necessidades específicas do acervo, independentemente, da existência e complementação da base *Paleo* do CPRM, citada acima, e a migração total de todas as informações. Desta forma, haveria um maior controle nas entradas e saídas de dados, bem como na melhora ao atendimento ao pesquisador e na conservação e segurança do acervo. A partir do momento em que uma base com todos os dados estiver disponível, o acesso físico ao objeto será diminuído, pois a triagem ao material procurado será iniciada na tela do computador e isso facilitará a sua conservação, na medida, por exemplo, em que manuseios e transferências de ambientes serão diminuídos e sem contar no aumento natural da segurança do objeto e na otimização do atendimento ao pesquisador. Outro aspecto é a necessidade de se divulgar ao mundo suas propriedades, mesmo que de forma controlada, como a divulgação parcial de suas informações, de modo a garantir sua segurança, em caso de roubos e extravios.

O fato mais relevante a se destacar não é a falta dessa adequação a gestão das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade, já que a idéia de museu deste espaço é relativamente nova, conforme visto na seção anterior deste capítulo, e a idéia de processamento técnico museológico também, o que nos faz pensar que com o tempo, as dificuldades serão minimizadas e até sanadas, mas sim a falta de documentação e/ou registro das informações ocorridas ao longo do tempo, independentemente de um sistema digital, o que acaba dificultando o entendimento total da história dessas coleções. E, este fato, é muito evidenciado, entre outros, nas dinâmicas empregadas nas concessões dos empréstimos.

Vale à pena destacar também que, os documentos referentes aos relatórios⁴⁶ das coletas de campo e os documentos de comunicação enviados ao DNPM⁴⁷, não são encaminhadas para a preservação junto as referidas coleções ou em outros setores do Museu, de acordo com informações de funcionários. E também não constam nesta mesma reserva técnica documentos referentes aos procedimentos realizados em objetos que visem a sua deterioração e/ou perda total, como, por exemplo, fotografias e dossiês sobre a pesquisa. Um dos objetivos após a reforma física do espaço destinado a acondicionar tais coleções é a reunião e a devida preservação desses documentos.

⁴⁶ Projeto de Lei Nº 245 de 1996 que dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal, estabelece, entre outras providências, regras ao acesso a esse patrimônio:

Art. 4º A pesquisa e coleta de material fóssil em território brasileiro deverão ser previamente autorizadas pela autoridade competente, aplicando-se a legislação federal sobre coleta de dados e materiais científicos por estrangeiros e devendo da documentação exigida constar, no mínimo:

I - identificação circunstanciada da área que será objeto do trabalho para o qual é solicitada a autorização;

I - identificação circunstanciada da área que será objeto do trabalho para o qual é solicitada a autorização;

II - descrição dos métodos, técnicas e instrumentos a serem utilizados;

III - indicação do destino do material coletado e explicitação dos objetivos do trabalho;

IV - identificação dos requerentes, bem como comprovantes de sua qualificação profissional.

Parágrafo único. As instituições de ensino superior e pesquisa brasileiras estão dispensadas dessas exigências, devendo apresentar anualmente, à autoridade competente, relatório sobre suas atividades em sítios fossilíferos.

⁴⁷ Segundo o Decreto-Lei Nº 4.146 de 1942:

Artigo 1º - os depósitos fossilíferos são propriedade da Nação, e, como tais, a extração de espécimes fósseis depende de autorização prévia e fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Independem dessa autorização e fiscalização as explorações de depósitos fossilíferos feitas por museus nacionais e estaduais, e estabelecimentos oficiais congêneres, devendo, nesse caso, haver prévia comunicação ao Departamento Nacional da Produção Mineral.

(BRASIL, 1942).

A seguir, damos continuidade às outras ações de curadoria:

- **SELEÇÃO / AQUISIÇÃO / DESCARTE / DOAÇÃO**

As políticas de seleção, aquisição, descarte e doação devem ser pertinentes aos objetivos da instituição, de acordo com a legislação interna vigente, como o Estatuto do Museu (2009) e o Plano Museológico⁴⁸(2006). Para que, neste sentido, sejam criados padrões e normas sobre as medidas a serem adotadas em quaisquer situações e que não dependam da opinião exclusiva de um só membro. Tais atitudes além de gerarem uma padronização, garantem respaldo técnico à instituição. Portanto, vale à pena relembrarmos aqui alguns pontos importantes estabelecidos pelo Estatuto de Museus:

Art. 38. Os museus deverão formular, aprovar ou, quando cabível, propor, para aprovação da entidade de que dependa, uma política de aquisições e descartes de bens culturais, atualizada periodicamente.

Parágrafo único. Os museus vinculados ao poder público darão publicidade aos termos de descartes a serem efetuados pela instituição, por meio de publicação no respectivo Diário Oficial.

(BRASIL, 2009).

De acordo com a publicação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) sobre a *Política de Preservação de Acervos Institucionais* (1995, p. 15-33), já citada anteriormente, a instituição deve seguir alguns critérios importantes, como: formar uma comissão deliberativa permanente, composta por uma equipe de funcionários das diversas unidades administrativas do museu, responsável pela política de seleção e aquisição e, segundo considerações nossas, de descarte e doação também; recolher todas as informações referentes ao bem que está adquirindo, bem como prover-se de todos os instrumentos legais que comprovem a aquisição a qualquer tempo; registrar, mesmo durante o processo de aquisição, o bem que esteja na instituição, garantindo assim, o controle durante esse processo; estabelecer essas políticas de acordo com sua filosofia, perfil e histórico institucional, bem como verificar os materiais já existentes, os trabalhos desenvolvidos e os que ainda serão desenvolvidos junto ao público, de modo a garantir o cumprimento de seus objetivos; pensar em sua política de forma a minimizar a subjetividade dos processos, deste modo não deve ser

⁴⁸ Vale destacar que o Plano Museológico do Museu da Geodiversidade não pôde ser analisado por ainda estar em fase de elaboração.

elaborada apenas pelo grupo dirigente e por apenas um funcionário; levar em consideração sempre o sistema jurídico que está vinculado a instituição e as regulamentações legais vigentes no país; explicitar os critérios que irão reger as atividades de descarte, estando neste caso, as normas técnicas claramente definidas, de maneira que o descarte não seja feito de modo inconsciente ou que gere, no futuro, dúvidas quanto à sua legalidade; realizar com profundo comprometimento ético e profissional todo e qualquer descarte e estar atendo às regulamentações legais quanto aos processo de descarte ou baixa de um *bem cultural*, principalmente, em casos de transferência ou alienação. Em nossa concepção, a política de doação e ou concessão por tempo indeterminado de *bens culturais*, deve seguir os mesmo padrões estabelecido.

O Museu da Geodiversidade, conforme já abordado anteriormente, possui em seu *Regimento Interno*, a recomendação de formação de uma comissão específica denominada *Núcleo de Consultoria Científica*, composta por docentes ou pesquisadores, destinada, entre outras, a resolver assuntos relacionados à aquisição e descarte de acervo. Porém, tal recomendação ainda não teve ou pelo menos não costuma a ter uma aplicação prática, conforme observações da pesquisadora. Sua relevância é devida, principalmente, a diversidade científica do acervo preservado, do museu como um todo e não somente das coleções paleontológicas analisadas, e da complexidade e dimensão das decisões a serem tomadas, evitando assim, o acúmulo de funções tão diferenciadas (técnicas e administrativas) e deliberações importantes a um só membro, ou seja, o Diretor do Museu, que também é o Curador, resguardando o Museu de futuros problemas. Outro ponto a ser destacado é o fato dessa comissão não ser formada também por funcionários das diversas áreas do Museu, conforme recomendações acima descritas.

O mesmo caso citado acima ocorre com as doações, ou seja, a não existência na prática, ainda de acordo com observações da pesquisadora, de uma comissão responsável pelas devidas decisões. Essas doações, são materiais não adequados, seja por seu estado de conservação ou relevância científica, e que não serão inseridos na coleção científica ou na coleção didática, sendo assim, repassados, com o intuito educativo, a instituições e pessoas físicas. Aqui vale a pena ressaltar que não há, respeitando a legislação vigente e a sua característica enquanto instituição de ensino, nenhum tipo de comércio e/ou negociação com esses materiais, e todos eles são doados com o intuito de contribuir com a pesquisa e a divulgação científica.

Artigo 180 do Código Penal: Receptação

Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que saber ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.

(Brasil, 1940).

Portanto, percebemos que, desta maneira, não apenas o *Regimento Interno do Museu*, mas também as recomendações do Estatuto de Museus passam a não ser cumpridas de forma integral, enfraquecendo, desta maneira, a estrutura legal do Museu como um todo.

- **PROCESSAMENTO TÉCNICO**

Entendemos por processamento técnico o conjunto de medidas estabelecidas para o cumprimento de um determinado objetivo, dependendo das especificidades de cada área. No espaço museu, ações como conservação, documentação, pesquisa, comunicação, entre outras, formam esse conjunto de medidas que visam, prioritariamente, à salvaguarda de determinado acervo.

De acordo com a já referida publicação do MAST de 1995, avaliamos os questionamentos relativos a esse processamento técnico: a instituição deve estabelecer critérios e normas técnicas que possibilitem a padronização de suas atividades relacionadas ao processamento técnico, principalmente, quando forem executadas por diferentes unidades administrativas; respeitando as suas especificidades, padronizações e convenções nacionais e internacionais devem ser seguidas pela instituição, de modo facilitar o acesso e a troca de informações por pesquisadores externos; a instituição deve definir e divulgar em manuais de procedimentos, formas que atendem de maneira correta o registro e à catalogação; toda documentação referente a um objeto deve remeter à notação deste, mesmo que em unidades diferentes, facilitando assim, a recuperação da informação; a instituição deve planejar e realizar anualmente, através de seu inventário, a conferência de seu acervo, objetivando maior controle e identificação de possíveis perdas, extravios e furtos e a instituição deve adotar terminologias padronizadas como pré-requisitos para a informatização em rede.

Em relação ao Museu da Geodiversidade, a proposta é que haja a padronização desses processamentos técnicos em todos os seus setores e possíveis

setores, englobando as reservas técnicas (coleções paleontológicas – Laboratório de Macrofósseis e coleções mineralógicas), os outros espaços, até então não integrados a dinâmica do museu, destinados a guarda de coleções diversas e a unidade gerencial responsável pela administração da exposição, pela realização de projetos e pela execução de atividades educativas. Pois hoje, diferentemente do planejado e desejado, cada setor desenvolve suas ações de forma individualizada.

- **PESQUISA**

Dentro de uma instituição museológica a pesquisa deve ser encarada como um dos principais agentes para a preservação da memória. É através dela que os processamentos técnicos ganham sentido e atingem seus reais objetivos. A seguir, algumas considerações de acordo com o Estatuto de Museus:

Art. 28. O estudo e a pesquisa fundamentam as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus, no cumprimento das suas múltiplas competências.

§ 1º O estudo e a pesquisa nortearão a política de aquisições e descartes, a identificação e caracterização dos bens culturais incorporados ou incorporáveis e as atividades com fins de documentação, de conservação, de interpretação e exposição e de educação.

§ 2º Os museus deverão promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas objetivando a progressiva melhoria da qualidade de seu funcionamento e o atendimento às necessidades dos visitantes.

(BRASIL, 2009).

De acordo com considerações da referida publicação do MAST, retiramos as seguintes observações: a pesquisa não deve ser restrita a determinados setores do museu; cada instituição deve estabelecer um programa ou linhas de pesquisa que norteiem suas atividades, devendo ser flexíveis e adaptáveis às necessidades momentâneas; os projetos devem procurar atender às diversas linhas existentes, individualmente ou simultaneamente; devem ser desenvolvidos, paralelamente com outras pesquisas, estudos sobre novos métodos e técnicas de preservação.

Tais observações, apesar de rápidas, nos possibilitam enxergar a importância de suas dimensões diante a responsabilidade sociocultural dos museus, a partir do momento em que são os meios autorizados e oficiais a preservar e a divulgar a memória de um povo, de uma nação. Qualquer atividade desenvolvida em uma instituição museológica deve, irrestritamente, estar acompanhada da pesquisa, pois é

ela que garante respeitabilidade e respaldo científico a essas ações. Caso contrário, estariam fadados a meros depositários de coleções.

A pesquisa no Museu da Geodiversidade, mais especificamente nas coleções paleontológicas, conforme observações da pesquisadora, é planejada e executada na medida em que necessidades mais urgentes e gerais são sanadas. Desta maneira, para que haja um trabalho desta natureza, mais intensificado e direcionado, torna-se fundamental a integração de novos membros a equipe, com todos os níveis de formação, conforme abordado anteriormente, para que, com as delimitações das devidas competências, as atividades possam ser mais especializadas e os resultados mais velozes e eficazes.

- **ACESSO / DISSEMINAÇÃO**

Qualquer instituição museológica tem como objetivo básico atender as diversas necessidades sejam elas sociais, culturais, políticas, econômicas e/ou educacionais da comunidade em que está inserida. E, para tanto, o acesso⁴⁹ aos *bens culturais* e ao conteúdo informacional que eles possuem, fazem parte deste comprometimento da instituição com o público em geral. Porém, apesar deste ser um direito de todo e qualquer cidadão, limitações quanto ao seu acesso são previstas, de acordo com legislação vigente e normas técnicas estabelecidas por cada instituição. Segundo o Estatuto de Museus:

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas (BRASIL, 2009).

A seguir, voltando à publicação do MAST, sobre as políticas de preservação de acervos institucionais, abordamos algumas dessas regras, entre outros.

Entre as normas reguladoras de acesso elaboradas por cada instituição, temos: delimitação de áreas livres e de acesso restrito; controle no acesso ao acervo original; planejamento de técnicas e meios de reprodução de acervos mais raros e/ou em estado de conservação precário, visando a sua preservação, porém sem anular o acesso a informação; implementação de termos de compromisso a serem assinados

⁴⁹ De acordo com o Estatuto de Museus, os *museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente (BRASIL, 2009, Art.35).*

por pesquisadores em caso de acesso a informações sigilosas, de modo a estabelecer níveis de responsabilidade quanto ao uso dessa informação.

Por outro lado, ainda guiando-nos em tal publicação, a instituição deve ter a responsabilidade de desenvolver instrumentos adequados à disseminação de seus *bens culturais*, bem como de seus conteúdos informacionais. Além de garantir a máxima disseminação de suas pesquisas nos diversos meios disponíveis, para que, principalmente, suas atividades de preservação e pesquisa não percam sentido. E, por último, devem avaliar periodicamente esses instrumentos de disseminação, para a verificação de sua eficácia.

O trabalho desenvolvido com as coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade, de acordo com a observação da pesquisadora, prioriza, principalmente, por estas estarem inseridas em uma estrutura universitária, o acesso e a comunicação de seus conteúdos, visando, entre outros, o desenvolvimento e a divulgação da ciência. Reafirmando aqui a importância dessas coleções, tidas como patrimônio de todos, para a sociedade de forma geral e não apenas para a comunidade acadêmica especializada, item já discutido e evidenciado ao longo da dissertação. Contudo, enquanto pertencentes a uma tipologia de museus universitários, necessita cumprir o seu papel de auxílio à pesquisa, extensão e ensino. E, assim, a proposta de curadoria dessas coleções é planejada e executada, atendendo as suas particularidades e complexidades.

Dando continuidade as análises da pesquisadora, concluímos que, a instituição de modo geral e não somente a reserva técnica contendo tais coleções paleontológicas, vem cumprindo ou pelo menos tentando cumprir ao máximo seu papel de disseminador da informação, porém, enquanto instituição museológica, ainda necessita realizar alguns ajustes, como através da fixação de normas e critérios direcionados ao controle desse acesso, conforme visto acima. E esse é um dos principais problemas sentidos na curadoria das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade, já que há certa dificuldade em controlar o acesso de pessoas estranhas a equipe as salas destinadas à preservação de tal acervo, incluindo aí o laboratório de preparação, uma vez que é comum a entrada de alunos desacompanhados de funcionários e/ ou professores da instituição, com a autorização de seus coordenadores (professores em sua maioria), mas sem o aviso e o consentimento das pessoas que ali são responsáveis. Ocorrendo assim, dificuldades e desentendimentos gerados, por exemplo, por empréstimos não comunicados ou mal

comunicados, atividades não recomendadas e que colocam em risco a salvaguarda das coleções, como a separação de materiais para determinadas pesquisas mais invasivas que podem gerar danos e perdas maiores, sem que haja uma consulta adequada à documentação verificando as reais possibilidades de tais atos, entre outras tantas. Além de visitas e atividades realizadas fora do horário de expediente normal, que acaba deixando vulnerável e sem controle o acesso a esse patrimônio. Ações e/ou pensamentos como esses podem derrubar e até mesmo desestimular o planejamento de preservação de um acervo elaborado por uma equipe inteira.

Vale à pena destacar mais uma vez que todo trabalho é pensado de modo a facilitar a recuperação dos conteúdos informacionais presentes naquelas coleções, servindo ao desenvolvimento da ciência como um todo. Porém, apesar de estarem inseridas em uma universidade, que tem seus objetivos e missões bem definidos, não podemos esquecer que recentemente tal espaço foi enquadrado na categoria de museu e que existe na realidade um sentimento comum a todos sobre a importância da existência e preservação dessas coleções. Contudo, por toda a relevância já demonstrada ao longo da dissertação, não podemos nos esquecer que a preservação parte antes de tudo da conscientização e da atitude de cada um. Caso contrário, não teremos um museu e sim uma coleção científica visitável, que possui características e objetivos bem diferentes dos trabalhados até então.

A curadoria dessas coleções também engloba o trabalho de divulgação em feiras e eventos científicos dentro e fora da instituição, como a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Independentemente do setor educativo do Museu, atividades desta natureza são desenvolvidas com o intuito de aproximar e conscientizar públicos de diferentes faixas etárias e perfis sobre a importância da preservação desse patrimônio.

- **SEGURANÇA**

A segurança é um dos fatores principais na preservação de acervos, e o controle, um dos aspectos básicos, que envolve procedimentos ligados diretamente ao acervo, ao prédio, ao entorno, ao quadro funcional e aos usuários desses *bens culturais*. De acordo com o Estatuto de Museus:

Art. 23. Os museus devem dispor das condições de segurança indispensáveis para garantir a proteção e a integridade dos bens

culturais sob sua guarda, bem como dos usuários, dos respectivos funcionários e das instalações.

Parágrafo único. Cada museu deve dispor de um Programa de Segurança periodicamente testado para prevenir e neutralizar perigos.

Art. 24. É facultado aos museus estabelecer restrições à entrada de objetos e, excepcionalmente, pessoas, desde que devidamente justificadas.

Art. 25. As entidades de segurança pública poderão cooperar com os museus, por meio da definição conjunta do Programa de Segurança e da aprovação dos equipamentos de prevenção e neutralização de perigos.

Art. 26. Os museus colaborarão com as entidades de segurança pública no combate aos crimes contra a propriedade e tráfico de bens culturais.

Art. 27. O Programa e as regras de segurança de cada museu têm natureza confidencial.

(BRASIL, 2009).

De acordo com publicações e manuais de segurança de acervos culturais, como a trabalhada publicação do MAST de 1995, o Manual de Segurança Básica de Museus de Robert Burke de 1988 e o manual editado pela USP em 2003 sobre o tema (*Museologia – Roteiros Práticos 4 – Segurança de Museus*) temos as seguintes considerações: toda instituição necessita traçar uma política ou um plano de segurança de forma clara e objetiva, que seja amplamente divulgada em todas as suas unidades administrativas; normas e critérios devem respeitar as características e as especificidades da instituição; as competências de cada um devem estar bem identificadas; todas as normas estabelecidas na política devem ser seguidas rigorosamente, sob a pena de o não cumprimento de uma só colocar em risco todo sistema de planejamento; a direção e as chefias devem ter consciência de suas responsabilidades perante a segurança de seus acervos, prédio, funcionários e circulantes de modo geral; a instituição deve planejar critérios de investigação e apuração para as devidas punições envolvendo furtos, roubos, vandalismos, entre outros, buscando cooperação com organismos legais e levando em conta a legislação vigente; a instituição deve elaborar programas específicos de proteção e salvamento para casos de incêndio (incluindo aí planos de evacuação e rescaldo), acidente, pânico, roubo, vandalismo, que acometam o prédio, o acervos e as pessoas de modo geral e os funcionários devem manter sigilo de informações que envolvam a segurança.

Dando continuidade as considerações das citadas publicações, dividimos a análise em três linhas: pessoas, acervo e prédio. Além das especificidades sobre a prevenção e detecção de incêndios.

Pessoas:

- Programas de segurança básica e de saúde para a atuação em situações de emergência, assim como a disponibilização de diretrizes claras e objetivas de tratamentos imediatos, devem ser planejados e implementados pela instituição;
- Os funcionários pertencentes à instituição precisam ser efetivamente treinados por equipes especializadas como, por exemplo, corpo de bombeiros, de modo a facilitar a prevenção, a identificação e a ação perante situações de risco, tanto ao acervo, quanto ao prédio e as pessoas;
- A instituição deve possuir uma sinalização clara dentro de todo o seu perímetro, delimitando as áreas de acesso a funcionários e usuários;
- A instituição deve treinar suas equipes de modo a administrar a circulação de pessoas dentro da instituição, evitando desta forma, superpopulações de áreas;
- A equipe de vigilância deve estar atenta quanto às diversas situações de risco; bem como elaborar estratégias bem fundamentadas;
- Devem ser elaborados esquemas especiais para a utilização do prédio fora das circunstâncias normais.

Acervo:

- A instituição deve planejar critérios e normas técnicas para controlar a entrada, a saída e o deslocamento do acervo, internamente e externamente;
- Supervisões periódicas devem ser realizadas nas áreas de guarda e de exposição do acervo;
- Controle do fluxo de visitantes nas áreas de guarda e exposição do acervo deve ser planejado;

- Registros de movimentação de acervos dentro da exposição e dentro da reserva técnica devem ser utilizados de modo a demonstrar ao público externo, como visitantes e pesquisadores, que há um controle efetivo da instituição;
- Ferramentas como alarmes (em vitrines, janelas, portas e ambientes de modo geral), luzes e/ou sensores de presença, fechaduras especiais com códigos, traves de segurança, sensores e equipamentos de combate a incêndios, entre outros, devem ser utilizados no reforço a proteção de acervos;
- Devem ser controladas condições de guarda, manuseio, transporte e exposição;
- Transporte de acervos deve ser acompanhado por funcionários capacitados que entendam a natureza e a importância da segurança na operação.
- Programas de segurança devem prever evacuação de coleções, locais de estocagem temporários e condições de transporte;
- Instalações de reservas técnicas devem ser planejadas com rigor, devendo considerar: localização física dentro da instituição, não devendo, por exemplo, estar próxima a áreas externas, de grande circulação e de risco; controle ambiental, não estando próxima a áreas muito quentes, muito frias, bem como não muito úmidas e muito secas, como sótãos e porões; salubridade geral, tanto para o acervo quanto para a equipe técnica, entre outros.

Prédio:

- A instituição deve ter um fluxograma de segurança bem definido e divulgado a quem for de interesse, indicando a circulação interna, as áreas de acesso restrito e comum, às saídas de emergência, a localização de extintores de incêndio, entre outros;
- Saídas de emergência devem permanecer constantemente abertas durante o horário de funcionamento da instituição e possuir um controle de vistoria permanente. No entanto, essas saídas não podem significar fuga fácil de ladrões, o que gera um grande problema a ser resolvido pela instituição;
- Funcionários, prestadores de serviço, estagiários e trabalhadores de modo geral devem circular devidamente identificados pelas áreas comuns do prédio;
- Áreas de circulação devem ser devidamente sinalizadas;

- Usuários de modo geral devem, obrigatoriamente, estar acompanhados de funcionários pertencentes ao quadro técnico da instituição;
- Equipamentos especializados, bem como recursos humanos treinados, devem ser planejados pela instituição;
- Controle do perímetro externo do prédio, com patrulhamento constante, sistemas de detecção de presença, forte iluminação, entre outros, devem fazer parte também do planejamento;
- Proteção de portas e janelas, com reforço nos sistemas de trancas e presença de alarmes;
- Comunicação direta, com instituições de segurança, como bombeiros e polícia. Por exemplo, alarmes que soem diretamente nessas instituições;
- Normas devem ser estabelecidas quanto ao controle de chaves que dão acesso ao prédio e as salas. As chaves não devem sair da instituição;
- A instituição deve ter um claviculário lacrado;
- Horários de abertura e fechamento podem ser vulneráveis quando há um único portador de chaves. Deve-se evitar que um único membro do pessoal como, por exemplo, o faxineiro seja o primeiro a chegar e o último a sair.

Prevenção e detecção de incêndios:

- Implementação de programas de treinamento de todo o quadro funcional, informando-lhes sobre os recursos existentes;
- Os programas devem ser compatíveis com as especificidades da instituição, como o tipo de acervo e quadro funcional;
- Todos os programas devem prever sistemas de detecção, alarme e combate ao incêndio;
- Devem atender as necessidades das autoridades locais e haver cooperação mútua;
- Medidas que visem evitar riscos e propagação de incêndios devem ser tomadas. Os mecanismos devem ser compatíveis com as especificidades da instituição e não devem depender exclusivamente da intervenção humana;

- Áreas que abrigam coleções devem ser rigorosamente isoladas num alto padrão contra o alastramento de incêndios vindos de áreas de risco como laboratórios, cozinhas, salas de máquinas ou estoques químicos. Tais lugares devem ficar de preferência bem distantes das salas de coleção;
- Produtos químicos não devem ser guardados nessas áreas;
- Armários à prova de fogo podem ser utilizados para arquivar registros de aquisições e documentos legais, apesar do controle de conservação ter que ser maior, pois na grande maioria das vezes podem causar mofo;
- Arquivos contendo backups de computadores e cópias de documentos devem ser guardados em outros lugares, fora da instituição;
- Equipamentos elétricos e fiações devem rigorosamente ser instalados respeitando-se as normas técnicas vigentes, assim como as instalações de gás, óleo e equipamentos mecânicos;
- Riscos de incêndios através de uma eficaz manutenção, devem ser reduzidos, como limpezas regulares e remoção de resíduos, implementação de sistemas de inspeção para averiguação da segurança do edifício à noite, inspeções diárias quanto ao desligamento de equipamentos elétricos, avisos de proibição de fumo, entre outros;
- Sistemas de detecção rápida de incêndio e instalação de equipamentos de combate ao fogo, como extintores, verificando as devidas especificidades, devem ser planejados.

Conforme pudemos perceber, em segurança, a prevenção também é o ponto principal. E, para que a política de segurança desenvolvida pela instituição seja eficaz, nada é tão importante como o envolvimento e o esclarecimento de todos os seus membros.

Assim como em outros itens avaliados, o esquema de segurança envolvendo a reserva técnica contendo as analisadas coleções paleontológicas, de acordo com as observações diretas da pesquisadora, também necessita de reestruturação e a readequação.

De modo geral, esse é um aspecto particularmente complexo e de difícil resolução, principalmente, pela localização do Museu e de seus respectivos setores dentro da instituição. Todas as unidades estão localizadas dentro do complexo do

Centro de Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN), que fica dentro da ilha do fundão, ou seja, um lugar com enormes dimensões, grande movimentação durante os três turnos de funcionamento (manhã, tarde e noite) e uma tradicional e corriqueira falta de segurança. O Museu, representado por sua exposição de longa duração, suas coleções e suas duas reservas técnicas de referência (coleções paleontológicas – Laboratório de Macrofósseis e coleções mineralógicas), bem como suas salas de processamento técnico, encontra-se espalhado por todo o Instituto de Geociências (parte do CCMN). Desta maneira, o Museu como um todo e não apenas a exposição, confunde-se com os outros departamentos da unidade, o que torna a implementação de um sistema de segurança voltado às especificidades do Museu um fator com alto grau de dificuldade.

Atualmente, o Museu desenvolve ações isoladas e diferenciadas, como em todas as suas atividades já descritas anteriormente, de segurança, em relação aos seus diferentes setores. Não há ou pelo menos não é divulgada a equipe do Museu como um todo, uma política de segurança direcionada a preservação integral de suas unidades administrativas. Desta maneira, seus funcionários não são informados claramente sobre o posicionamento da instituição diante situações de tal natureza. Da mesma forma, não existem treinamentos e direcionamentos preventivos e ativos no combate de sinistros. A segurança é realizada por equipes contratadas para a vigilância do espaço como um todo e não há, pelo menos em relação às coleções paleontológicas, políticas especiais e mais direcionadas a proteção desse acervo. Neste sentido, a administração e a vigilância total do prédio e de seu entorno ficam sob responsabilidade da direção geral e cada setor e/ou equipe fica responsável pelo desenvolvimento de suas próprias medidas.

Em relação às coleções paleontológicas, nosso estudo de caso, elas estão, atualmente, divididas em três salas de guarda e um laboratório de preparação, o que acaba havendo uma dispersão e uma dificuldade natural de controle no acesso, dificultando assim, sua segurança. Porém, com a aquisição de compactadores, conforme mencionado anteriormente, a partir de final de 2013, no máximo início de 2014, essa dispersão será minimizada, com grandes possibilidades de haver apenas uma sala de guarda, além do laboratório. Desta forma, as ações e as atenções poderão ser concentradas em um único ambiente. Vale a pena aqui destacar que não há sistemas específicos de controle ao acesso de pessoas estranhas ao setor (corredor) em que tais salas estão localizadas, colocando desta maneira, em risco, não apenas o

acervo, mas a equipe técnica como um todo.⁵⁰ Mesmo que sistemas especiais de chaves e trancas fossem instalados nas portas, por exemplo, a rendição de um funcionário colocaria todo o planejamento a baixo. Ressaltamos também a falta de áreas de fuga nos dois sentidos do corredor, o que dificulta a evacuação do local em caso de incêndios. Mesmo em que uma das extremidades haja duas direções de saída, elas são muito próximas e na grande maioria das vezes uma delas permanece fechada. Outros questionamentos são a falta de detectores de fumaça e extintores de incêndio dentro das salas de guarda, existindo apenas nos corredores e a falta de linhas telefônicas⁵¹ o que dificulta o contato imediato com instituições ligadas a segurança, como corpo de bombeiros e polícia.

De modo geral, a equipe de curadoria das coleções paleontológicas concentra-se mais diretamente na proteção do acervo, por todos os questionamentos já relatados. Neste sentido, ações diárias como a verificação de portas e janelas, desligamento de equipamentos, retirada de lixo, controle no acesso, acompanhamento de visitantes e pesquisadores, supervisão de estagiários, manuseio adequado dos objetos, controle e acompanhamento de movimentação de acervo dentro e fora da instituição, controle de empréstimos, entre outras, são realizadas de modo a garantir a máxima segurança dessas tão importantes coleções.

Além dos problemas já relatados, não apenas neste item, chegamos a conclusão que a grande questão relacionada à segurança dessas coleções é a dificuldade de sensibilização da comunidade acadêmica com um todo, sobre a importância e a real necessidade de implementação de medidas de tais natureza.

Vale à pena destacar aqui também que, de acordo com o Estatuto de Museus, o não cumprimento das normas acima estabelecidas, em todos os campos abordados, implicarão em punições aos seus responsáveis:

Art. 66. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, em especial os arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação, inutilização e destruição de bens dos museus sujeitará os transgressores:

I – à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a dez e, no máximo, a mil dias-multa, agravada em casos de reincidência, conforme regulamentação específica, vedada a sua

⁵⁰ Destacamos também a existência de roubos e furtos nesse espaço.

⁵¹ Recentemente começou a instalação de cabeamentos para a ligação de linhas telefônicas. Hoje em dia, essa situação é minimizada pela presença de celulares.

cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, pelo Distrito Federal, pelos Territórios ou pelos Municípios;

II – à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público, pelo prazo de cinco anos;

III – à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, pelo prazo de cinco anos;

IV – ao impedimento de contratar com o poder público, pelo prazo de cinco anos;

V – à suspensão parcial de sua atividade.

§ 1º Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o transgressor obrigado a indenizar ou reparar os danos causados aos bens musealizados e a terceiros prejudicados.

§ 2º No caso de omissão da autoridade, caberá à entidade competente, em âmbito federal, a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos II e III do caput deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento.

§ 4º Verificada a reincidência, a pena de multa será agravada.

(BRASIL, 2009).

Portanto, conforme pudemos perceber, ações e/ou estratégias de curadoria, divididas nos analisados itens, estão interligadas umas com as outras, de modo que o fracasso de uma reflete no fracasso da outra. E, lembrando que todos os esforços empregados são no sentido de garantir a preservação e o melhor acesso a um relevante patrimônio que é de direito de todos.

O trabalho de curadoria que vem sendo realizado nas coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade, conforme abordado amplamente pelas observações da pesquisadora, de modo geral, necessita aperfeiçoar suas ações existentes e planejar e executar outras, de acordo com a atual realidade do espaço que está inserido, ou seja, uma instituição de caráter museológico, com todas as suas especificidades analisadas e legislação vigente. Assim como, estabelecer metodologias de constante avaliação de suas propostas e atividades, desenvolver programas em conjunto com outros setores do museu, visando uma maior integração e trocas de experiências e reforçar sua política de conscientização.

CONCLUSÕES

Ao longo da dissertação pudemos analisar questionamentos teóricos e específicos do mundo dos Museus e da Museologia e direcioná-los as particularidades de preservação do patrimônio fossilífero dentro do espaço Museu, utilizando como estudo de caso os processos de formação e curadoria das coleções paleontológicas (Laboratório de Macrofósseis) pertencentes ao Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ.

Durante o primeiro capítulo, ao trabalharmos com definições e discursos específicos do campo museal, englobando-se aí disciplinas como Museologia, Antropologia, História e Filosofia, conseguimos verificar a relevância de alguns conceitos considerados básicos ao entendimento desse campo em destaque e introduzir importantes questionamentos fundamentais a compreensão do estudo prático proposto. Portanto, pudemos pesquisar e conhecer um pouco mais sobre as origens e o sentido dado, ao longo da história, ao ato de formar coleções e criar museus; as relações possíveis dentro do espaço museu entre homem, objeto e informação; as relações entre Museus e Museologia, bem como, o seu processo evolutivo de afirmação enquanto disciplina do conhecimento científico; as dinâmicas envolvendo a elevação de um *bem* a categoria de patrimônio e a definição de conceitos comuns a temática abordada, como memória e identidade. Com isso, concluímos ser de grande necessidade o conhecimento de tais itens mencionados a gestão de conteúdos patrimonializados dentro de espaços museologicamente definidos, independentemente, da especificidade tipológica e/ou acervo analisado. Percebemos também a grande relevância da disciplina Museologia e, conseqüentemente, do profissional museólogo, reafirmados no terceiro capítulo, na administração de tais conteúdos musealizados.

Ao final dos anos 1980, já se confirmava a existência de uma teoria da Museologia e definia-se para ela um lugar de fala no universo acadêmico. A investigação sobre a existência de metodologias próprias do campo e a análise dos limites e das interfaces com outros campos disciplinares (como a Filosofia, os Estudos Culturais, a Ciência Política e a Ciência da Informação) fortaleceram ainda mais a Museologia – definida, a partir de então, como uma disciplina de caráter transdisciplinar, dedicada ao estudo da relação específica entre o Humano e o Real, tendo como objeto de estudo o fenômeno Museu (SCHEINER, 2012).

No segundo capítulo, ao particularizarmos as discussões em torno de um acervo e tipologia museológica específicos, ou seja, coleções paleontológicas (patrimônio fossilífero) e museus universitários científicos, onde, neste contexto, pudemos definir e analisar conceitos ligados tanto a Museologia quanto a

Paleontologia, como: características dos museus universitários científicos; conceituação de nosso objeto de estudo, ou seja, o fóssil, assim como, a demonstração de sua importância enquanto patrimônio; coleções paleontológicas e a sua preservação em espaços museológicos, bem como, o processo de musealização conseqüente desta ação e os procedimentos legais de salvaguarda deste patrimônio dentro do espaço Museu, concluímos que:

- A relação Museu e Universidade ainda precisa ser amadurecida, devido, principalmente, à complexidade e heterogeneidade envolvendo os objetivos e missões dessas instituições, devendo, neste caso, haver um contrabalanço maior entre as necessidades legais do *bem* a que se pretende salvaguardar e os espaços destinados a esta prática, sem que as ações de uma instituição anule e/ou diminua as da outra. Com isso, os objetivos das instituições universitárias de *pesquisa, ensino e extensão* precisam caminhar em acordo com os objetivos dos museus, que segundo o Estatuto de Museus de 2009, são assim definidos:

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional

(BRASIL, 2009)

- As especificidades tipológicas não podem ser pensadas independentes das recomendações vindas dos mecanismos legais, ou seja, coleções científicas universitárias vinculadas a museus universitários devem ser geridas em concomitância com as normas determinadas pelo setor museológico. Caso contrário, teríamos, enquanto profissionais da área, que ponderar a possibilidade de existirem diferentes definições e recomendações para museus de acordo com a tipologia encontrada. Porém, isto não significa dizer que temos que ignorar suas peculiaridades, pelo oposto, temos é que adaptá-las da melhor forma possível a essas normas;
- Museus científicos universitários possuem objetivos e missões muito diferentes das chamadas coleções científicas visitáveis e isto reflete diretamente no modo

como são geridos e divulgados, bem como, nas responsabilidades de cada um perante a sociedade a que pertence. Os museus necessitam, necessariamente, reforçando o que já foi apresentado anteriormente, que suas ações estejam vinculadas aos documentos legais vigentes. Com isso, percebemos o esforço recente do setor em instituir mecanismos legais que visam à adequada padronização e controle das instituições museológicas, como, por exemplo, através do Estatuto de Museus e de suas recomendações para a implementação do Plano Museológico;

- O fóssil, por toda a sua característica e representação, e de acordo com as diretrizes legais estabelecidas, deve ser considerado patrimônio de todos;

A vida na Terra surgiu há aproximadamente 3,8 bilhões de anos e, desde então, restos de animais e vegetais ou evidências de suas atividades ficaram preservadas nas rochas e outros materiais como o gelo, o âmbar e o asfalto. Estes restos e evidências são denominados de Fósseis e constituem o objeto de estudo da Paleontologia (CASSAB, 2010, p. 3).

Patrimônio é:

[...] uma poderosa construção sócio-cultural, constituída e instituída a partir de percepções identitárias e integralmente vinculada ao sentimento de pertença – a partir do qual se reflete em todos os jogos da memória e se expressa em todas as representações sociais. ‘Patrimônio’ é portanto um conceito polissêmico, que pode estar vinculado tanto ao conjunto de elementos possuídos pelo indivíduo, na esfera pessoal, como ao conjunto de signos reconhecidos como ‘bens’, por uma ou mais coletividades. Impregnado de um sentido econômico, expressa as relações que cada grupo social estabelece com a natureza ou com sua produção cultural – estando diretamente influenciado pelas maneiras sob as quais cada sociedade compreende Natureza e Cultura. (SCHEINER, 2003).

Artigo 20. São bens da União:

I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vieram a ser atribuídos;

IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos (BRASIL, 1988).

- A história das Geociências e da Paleontologia, mais especificamente, está intrinsecamente ligada à conjuntura de formação de coleções museológicas e com isso, uma aproximação natural do campo museológico. Neste sentido, destacamos a contribuição de viajantes, expedições, comissões e instituições que se dedicaram as atividades de coleta de nosso patrimônio. Porém, nem sempre preservados em nosso território;

- O histórico de implementação da legislação brasileira nos permitiu criar condições e regras particulares a proteção desse patrimônio nacional;

Artigo 1º - os depósitos fossilíferos são propriedade da Nação, e, como tais, a extração de espécimes fósseis depende de autorização prévia e fiscalização do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1942).

Art. 5º Fica proibida a transferência de fósseis para o exterior, nos termos do art. 10 desta Lei, exceto quando se destinarem a museus ou instituições de ensino e pesquisa reconhecidos pelos respectivos governos nacionais e cuja idoneidade científica e ética seja atestada pelas entidades representativas da comunidade científica brasileira dos ramos da Paleontologia ou da Geologia [...] (BRASIL, 1996).

- Percebemos também, através da legislação, que a coleta de materiais desta natureza necessita, obrigatoriamente, de autorização do órgão competente. Porém, instituições de ensino superior e pesquisa precisam apenas apresentar anualmente seus relatórios de atividades.

Art. 4º A pesquisa e coleta de material fóssil em território brasileiro deverão ser previamente autorizadas pela autoridade competente, aplicando-se a legislação federal sobre coleta de dados e materiais científicos por estrangeiros [...]

Parágrafo único. As instituições de ensino superior e pesquisa brasileiras estão dispensadas dessas exigências, devendo apresentar anualmente, à autoridade competente, relatório sobre suas atividades em sítios fossilíferos.

(BRASIL, 1996).

- Os museus, ao longo da história, assumiram papel de destaque diante o processo de institucionalização das ciências no Brasil que, consideradas órgãos de pesquisa, antecederam em muitos anos a criação das primeiras universidades no país. Portanto, reforçamos que os processos de formação e gestão de coleções paleontológicas estão intrinsecamente ligados a memória dos Museus e da Museologia;
- No entanto, percebemos que, apesar dessa forte ligação, nem sempre essas coleções receberam e/ou ainda hoje continuam recebendo tratamento especializado do setor museológico, inclusive, no que rege a legislação;
- A gestão de coleções paleontológicas dentro de instituições museológicas deve ser direcionada, independentemente, da tipologia a que está vinculada, como um *bem* de interesse da sociedade como um todo e não apenas de pequenos e restritos grupos especializados;
- O objeto, portador de múltiplos significados, ao entrar para o mundo dos museus adquire, através de processos específicos, características próprias que

estão, indiscutivelmente, associadas ao saber particular da Museologia e a contribuição do profissional museólogo;

A musealidade é a característica de um objeto material que, inserido numa realidade, documenta outra realidade: no tempo presente é um documento do passado, no museu é um documento do mundo real, dentro de um espaço é um documento de outras relações espaciais. Assim, objetos de um determinado tempo e lugar podem documentar diferentes sociedades, ao ser testemunhos do seu desenvolvimento. Objetos de um lugar determinado podem documentar o tempo de sua origem ou o passo do tempo e do tempo e o lugar a que pertenceu, ou algum outro momento do tempo de principal importância e do qual subsistem apenas tênues referenciais. Musealidade é o valor não material ou o significado de um objeto que nos dá o motivo de sua musealização (Maroevic, 1993, 96-97). Musealização é o processo que permite aos objetos viver dentro de um contexto museológico. (MAROEVIC, 1997).

A musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO, 2011, p. 2-3 apud LOUREIRO, 2013, p. 6).

- O processo de musealização que para Chagas (2003) tem início com a seleção é o resultado da análise de um olhar especializado (olhar museológico), ou seja, uma análise incontestavelmente pertencente ao campo museológico;
- O fóssil, enquanto objeto musealizado, é o responsável, dentro do espaço museológico, por realizar um processo de relações entre o mundo visível e o mundo invisível, conforme analisado por Krzysztof Pomian (1984, p. 51-86), ou seja, é o responsável por ligar materialidade ao conjunto de informações abstratas nele contido;
- A disciplina Museologia é a grande responsável pela administração de conhecimentos múltiplos dentro de contextos museológicos;

Quanto à Museologia, pode ser entendida hoje como o campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do Museu enquanto representação da sociedade humana, no tempo e no espaço. Abrange o estudo das múltiplas relações existentes entre o humano e o Real, representadas sob diferentes formas de museus: museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; museus virtuais/digitais. Como disciplina acadêmica, tem metodologias específicas de trabalho, relativas à coleta, preservação, documentação e comunicação do patrimônio da Humanidade. Possui ainda uma terminologia

específica, ora em desenvolvimento, que permite o trabalho integrado com outras áreas do conhecimento, tanto na teoria como na prática (SCHEINER, 1999: texto não publicado).

- De forma geral, percebemos que, a partir do início do século XXI, e com a criação de novas instituições técnico-científicas, os museus de ciências, mais diretamente os de história natural, continuaram suas pesquisas e divulgações na área da Geologia, mas foram paulatinamente perdendo seu caráter de instituições únicas e ou prioritárias, transformando-se nos tradicionais repositórios. Característica esta que se mantém até os dias de hoje, muitas vezes encarada de forma pejorativa, ao classificarem essas instituições como simples depositárias de coleções.

Já no terceiro capítulo, pudemos aproximar a teoria abordada inicialmente à prática profissional, levando em consideração a gestão das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade / UFRJ. Com isso, foi possível traçarmos um plano de ações e estratégias para a curadoria de tais coleções, através da visão e contribuição da Museologia, bem como, neste contexto, analisar os papéis dos atores envolvidos em sua dinâmica.

Definir curadoria, a partir de um olhar permeado por noções museológicas, permite perceber a importância da cadeia operatória de procedimentos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural) que, uma vez articulados com os estudos essenciais relativos aos campos de conhecimento responsáveis pela coleta, identificação e interpretação das coleções e acervos, são fundamentais para o desenvolvimento dos museus e das instituições congêneres (BRUNO, 2008, p. 23).

Seja na busca e reafirmação da identidade cultural; seja para salvaguardar nosso patrimônio integral e conscientizar a sociedade para a importância deste fato; seja para não deixar que a memória social se apague; seja para fornecer os meios à sociedade para que esta se conscientize da importância das suas ações dentro do processo histórico, a Museologia possui um inegável senso prático. (RANGEL, 1999, p. 117).

A história dos museus testemunha, pelo menos há quatro séculos, o surgimento das atividades de curadoria em torno das ações de seleção, estudo, salvaguarda e comunicação das coleções e dos acervos (BRUNO, 2008, p. 18).

[...] essa definição deve articular as noções de “olhar reflexivo”, ou seja, aquele que permite a percepção, a seleção, a proteção e a exposição de evidências materiais da cultura e da natureza e o domínio sobre o conhecimento de coleções e acervos, com as perspectivas de “ações interdependentes” que estabelecem dinâmica necessária aos processos curatoriais. Essa articulação, por sua vez, aproxima as intenções e as ideias curatoriais das “diferentes expectativas” que as sociedades projetam nas instituições

patrimoniais. Essa definição contempla a função que os acervos, coleções e museus devem desempenhar na contemporaneidade (BRUNO, 2008, p. 23).

A Museologia, neste sentido, pode ser considerada a área do conhecimento possuidora desse “olhar reflexivo”, onde, através de suas metodologias adequadas de preservação, investigação e divulgação, consegue estabelecer importantes relações entre o homem e seus testemunhos patrimoniais, ao longo da história, e que, estão, indiscutivelmente, ligadas ao mundo das coleções e dos museus. Já, o profissional museólogo, representante desta disciplina, pode ser visto com o principal mediador destas relações.

E, quanto ao exposto neste capítulo, concluímos que:

- O museólogo, conforme definições e regulamentações da Lei Nº 7.287/1984 e a disciplina Museologia, através de suas ações de *preservar, investigar e comunicar*, englobando-se aí, neste sentido, estratégias analisadas ao longo deste capítulo como, *Conservação / Restauração; Documentação; Seleção / Aquisição / Descarte / Doação; Processamento Técnico; Pesquisa; Acesso / Disseminação; e Segurança*, possibilitam uma visão especializada e adequada sobre a gestão patrimonial dentro do espaço Museu.

O museu, enquanto fato museal, possui existência própria e uma “força coercitiva”, distinguindo-se dos demais fenômenos sociais, construído na interface entre o individual e o coletivo, sendo de estudo específico do campo Museologia. Rússio Guarnieri, com este conceito, inova com uma nova percepção de Museu (CARVALHO Luciana, 2011, p. 152).

- Portanto, através da análise detalhada de suas ações, ou seja, de suas metodologias teórico-práticas apresentadas anteriormente, pudemos demonstrar como o trabalho técnico museológico pode contribuir nas atividades curatoriais de preservação das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ.
- Ao realizarmos a ponte entre conhecimento teórico e legislação vigente, percebemos que, apesar de polêmico, e concentrarmos apenas nas definições oficiais e nos dispositivos legais, o Museu da Geodiversidade, tem os mesmos direitos e deveres de constituir-se enquanto uma instituição museológica e proporcionar a preservação e comunicação de seus acervos, que qualquer outro museu, inclusive perante a instituição a que pertence,

independentemente, de existirem ou não espaços mais tradicionais e reservados a essas práticas, como o Museu Nacional (UFRJ).

- Apesar do Museu da Geodiversidade estar inserido em uma dinâmica universitária, em que seu caráter de ensino, extensão e pesquisa é evidenciado, e onde existe a tendência de se direcionar ações a grupos especializados, não podemos nos esquecer que a acessibilidade aos museus e a seus conteúdos é uma garantia estabelecida em lei e que o Museu analisado, independentemente, da tipologia inserida, possui em suas mãos um rico e importante patrimônio, legalmente reconhecido como *bem* da União. Neste sentido, concluímos ainda que, em casos como o seu, a grandeza e a representatividade de seus acervos, acabam falando mais alto que qualquer outra característica. Porém, vale à pena ressaltar que o intuito não é pregar a perda de suas funções originais, nem distanciá-lo de suas especificidades tipológicas, é apenas alertar para a necessidade de um controle mais efetivo, visando sua adequada preservação, investigação e comunicação, para o desenvolvimento da sociedade como um todo.
- Compreendemos também que, complementando o que foi dito acima, existe uma grande necessidade de investigarmos melhor quem é, verdadeiramente, o público de museus universitários. Para isso, necessitamos nos despir de antigos conceitos e avaliarmos novas possibilidades, considerando, principalmente, a afirmação e a evolução das instituições museológicas e universitárias ao longo do tempo.
- Apesar das recomendações legais e da existência de um *Regimento Interno* disposto a enquadrá-lo, definitivamente, nas condições de uma verdadeira instituição museológica, percebemos que, o MGeo, até mesmo pelo seu recente histórico de criação, ainda é um espaço que busca, gradualmente, a afirmação de sua identidade enquanto tal. Para tanto, necessita, além de amadurecer suas ações e estratégias relacionadas diretamente aos processamentos técnicos comuns da área, aprofundar seu trabalho de sensibilização, principalmente, da comunidade acadêmica em que está inserido, sobre a real importância da preservação de seu patrimônio e da necessidade de um trabalho consistente na área de Museologia;
- As atribuições dos atores envolvidos na dinâmica da curadoria de tais coleções paleontológicas, ainda necessitam adequarem-se as competências legais

estabelecidas, bem como, ao *Regimento Interno do MGeo*, visando uma maior otimização e especialização das atividades desenvolvidas. Englobando-se aí, as funções do profissional de Museologia, conforme disposto pela Lei Nº 7.287/1984;

- Os diferentes tipos de acervos pertencentes ao MGeo⁵², principalmente, os que não se encontram no espaço expositivo, recebem tratamentos diferenciados quanto a sua preservação, o que gera medidas descontinuadas e muitas vezes em discordância com os próprios objetivos do MGeo e da legislação vigente do setor. Neste sentido, encontram-se os desafios do profissional museólogo exercer na prática suas atividades técnicas, ou seja, aliar recomendações teóricas e legais as situações impostas pela prática institucional;
- Pudemos demonstrar através da análise das ações e estratégias da curadoria museológica, os reais desafios destes profissionais na gestão de coleções pertencentes a museus universitários científicos, como: contrabalancear necessidades impostas pelas realidades universitária e museal; aliar mecanismos da preservação patrimonial aos da pesquisa universitária; colocar-se entre os objetivos e missões do museus, assim como dos dispositivos legais, e as necessidades da comunidade paleontológica envolvida; sensibilizar esta comunidade sobre a importância de sua técnica profissional para a adequada salvaguarda do patrimônio em questão e sensibilizar sobre a importância dos museus e dos patrimônios para o desenvolvimento da sociedade como um todo;
- Complementando os itens anteriores, percebemos também que, os desafios encontrados por esses atores, em específico, se dão muito em relação à falta de conhecimento, por se tratarem de campos distintos, dos profissionais pertencentes à comunidade acadêmica estudada sobre a área museológica, englobando-se aí, dentro de um contexto geral, divergências sobre a noção de coleções (coleções científicas visitáveis e coleções científicas musealizadas), museus (definições, objetivos e missões), patrimônios (*bem* de interesse de todos ou de interesse apenas da comunidade especializada), preservação (acesso controlado ou acesso irrestrito em nome da pesquisa científica,

⁵² Lembrando que apenas as Coleções de Macrofósseis e, recentemente, as de Mineralogia contam com profissionais da área museológica em suas equipes.

independentemente das consequências), processamentos técnicos museológicos; real importância de profissionais da área, etc;

- Percebemos também que nem todas as ações do MGeo são planejadas e executadas em prol do fortalecimento de uma finalidade comum. E, assim, como as características de muitas coleções universitárias, a sua afirmação e crescimento, ainda dependem da iniciativa de pequenos grupos, correndo, desta forma, o grande risco de fracassar no futuro.
- Um dos aspectos de grande relevância para o reforço dessa identidade é a reestruturação e/ou detalhamento de suas ações no Estatuto ou Regimento Interno, bem como, a elaboração em conjunto, com a participação de todos os setores pertencentes ao Museu, de seu Plano Museológico, conforme recomendações do setor. Desta maneira, podem tornar claros e transparentes, seus métodos, objetivos e missões.
- O MGeo também necessita ainda se reconhecer enquanto organismo único com características e finalidades próprias e não como um departamento que possui diferentes setores fragmentados dentro do Instituto de Geociências. Com isso, seus planejamentos e suas execuções devem ser encaminhados de modo a integrar o Museu como um todo, evitando assim, atividades setorializadas e heterogêneas. Bem como, neste sentido, definir melhor, no âmbito da prática profissional, a partir das recomendações legais, conforme já apresentado anteriormente, as atribuições de seus atores.
- Apesar de a dissertação ter se concentrado mais especificamente na análise das coleções paleontológicas, devido à experiência e a vivência da pesquisadora, pudemos perceber a dinâmica do Museu da Geodiversidade como um todo, demonstrando seus pontos fortes e fracos. E, com isso, a comprovação da relevância de sua preservação, mas também a demonstração da necessidade de adaptação e/ou reestruturação de suas bases para o seu crescimento e solidificação no mundo dos museus.
- O item desenvolvido analisou a preservação de tais coleções pela visão da Museologia, o que não significa dizer, com certeza, que todos os questionamentos abordados tenham chegado a um fim ou uma conclusão

absoluta. Museus, de forma geral, são instituições extremamente dinâmicas⁵³ e complexas, e quando estão associadas a outras, com essas mesmas características, porém, com finalidades e objetivos diversos, como os centros de pesquisa e universitários, essa relação torna-se verdadeiros desafios.

Portanto, o presente trabalho nos possibilitou também lançar sementes para pesquisas futuras, como: investigações mais profundas sobre museus universitários e caráter temporário; especificidades das chamadas instituições fiéis depositárias de coleções científicas; semelhanças e diferenças entre coleções científicas visitáveis e museus universitários científicos; o processo de Ressonância das coleções paleontológicas do Museu da Geodiversidade com seu público; estudo de público de museus universitários; preservação e memória de acervos universitários; museus universitários e ética; comunicação e divulgação científica; o processo de formação e criação de museus dentro da UFRJ; gestão de museus e patrimônios na UFRJ; entre outras.

Portanto, aqui foi lançado apenas o primeiro passo para discussões dessa natureza, não apenas para a gestão das coleções paleontológicas pertencentes ao Museu da Geodiversidade, mas para o norteamento e o aperfeiçoamento de questionamentos semelhantes dentro e fora da área museológica.

⁵³ [...] o que cada sociedade percebe e define como 'Museu' poderá também mudar, no tempo e no espaço (SHEINER, 1999: texto não publicado).

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina M. do R. M. Patrimônio Cultural: Tensões e Disputas no Contexto de uma Nova Ordem Discursiva (263-285). In: Associação Brasileira de Antropologia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau: Nova Letra, 2007. 368p.

ALMEIDA, A. M. Museus e coleções universitários: por que museus de arte na Universidade de São Paulo? Tese apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. SP, 2001. 311 p.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. Universidade Técnica de Lisboa – Portugal. In: Horizontes Antropológicos (versão impressa ISSN 0104 – 7183). Horiz. antropol. v.11 n.23 Porto Alegre jan./jun. 2005. *Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-7183200500010000>; Acesso em: 09 jul. 2012.*

BARAÇAL, Anaildo Bernardo. O Objeto da Museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský. Rio de Janeiro: PPG-PMUS/UNIRIO/MAST. Orientador: Profª Drª Tereza Cristina Moletta Scheiner. 2008. (Dissertação de Mestrado). 124f.

BAUDRILLARD, Jean. O sistema dos objetos. 4ª. Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

BELLAIGUE, M. O desafio museológico. Conferência apresentada durante o Vº Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, Brasil, nov. 1992.

BRANDÃO, J.M; CALLAPEZ, P.M; MATEUS, O & CASTRO, P (editores). Coleções e museus de Geologia: missão e gestão.Pt. 393 p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Definição de curadoria. Os caminhos do enquadramento, tratamento e extroversão da herança patrimonial. Parte 1. In: Cadernos de diretrizes museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa / Letícia Julião, coordenadora ; José Neves Bittencourt, organizador. ---- Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008. p. 17-25.

BURKE, Robert B. Manual de segurança básica de museus / Robert B. Burk e Sam Adeloye. Tradução de Sieni Maria Campos. Rio de Janeiro: Fundação Escola nacional de Seguros / Fundação Pró-Memória, 1988.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. In: Caderno de diretrizes museológicas I. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006. p. 33 - 79. 2ª Edição.

CARMO, D. A. & CARVALHO, I.S. Jazigos fossilíferos do Brasil. In: CARVALHO, I.S. (ORG). *Paleontologia.2.ed.v.2*. Rio de Janeiro. Interciência, 2004, p. 67-84.

CARMO, D. A.; CARVALHO, I. S.; SANTUCCI, R. M. & SILVA, M. A. Jazigos fossilíferos do Brasil: legislação e cooperação científica internacional. In: Paleontologia: conceitos e métodos, volume 1/editor, Ismar de Souza Carvalho. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Interciência, 2010. p.561-582.

CARVALHO, Ismar de Souza. Curadoria paleontológica. In: Paleontologia: conceitos e métodos, volume 1/editor, Ismar de Souza Carvalho. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Interciência, 2010. p.373-383.

CARVALHO, Ismar de Souza. (Org.). Paleontologia.2.ed.v.2.Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CARVALHO, Ismar de Souza. Paleontologia: 50 anos de ensino e pesquisa no Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ. p.30-37. 2007. Disponível em: http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_2007_1/2007_1_30_37.pdf. Acesso em: 20 out. 2013.

CARVALHO, L. M. Em direção à Museologia Sul-Americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar. 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, L. M. Waldisa Rússio e Tereza Scheiner - dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>; Acesso em: 28 mai. 2013.

CHAGAS, Mário de S. Museália. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CASSAB, R. C. T. Histórico das pesquisas paleontológicas no Brasil. In: Paleontologia: conceitos e métodos, volume 1/editor, Ismar de Souza Carvalho. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Interciência, 2010.p.13-18.

CASSAB, R. C. T. Objetivos e princípios. In: Paleontologia: conceitos e métodos, volume 1/editor, Ismar de Souza Carvalho. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Interciência, 2010. p.3-11.

CASTRO, A. R. S. F, GRECO, P.D.,ROMEIRO, E.M.,DIOGO, M.C. & CARVALHO, I.S. O Museu da Geodiversidade (MGEO – IGEO/UFRJ) nos desafios da sociedade contemporânea. In: Paleontologia: Cenários de Vida. Editores: Ismar de Souza Carvalho, Narendra Kumar Srivastava, Oscar Strohschoen Junior e Cecília Cunha Lana. Volume 4. p. 829-841. 2011. Disponível em: http://www.igeo.ufrj.br/ismar/1/1_54.pdf. Acesso em: 02 nov. 2013.

CHAGAS, Mário de S. O Pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos / Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) Rio de Janeiro, p. 95-108; 2003.

CURY, Isabelle. Cartas patrimoniais, 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2001.

CURY, Marília Xavier. Comunicação Museológica – Uma Perspectiva Teórico-Metodológica de Recepção. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2013

DELICADO, Ana. Para que servem os museus científicos? Funções e finalidades dos espaços musealizados da ciência. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 2004. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/28001072/1550550962/name/AnaDelicado.pdf>. p.3. Acesso em: 12 jan 2013.

EHEVERRIA, Alfonso M. – Museus e Ideologia. Texto apresentado ao II Encontro Regional do ICOFOM LAM – Museus, Espaço e Poder na América Latina e Caribe. Quito, Equador, 1993. (publicado nos Anais do evento).

FERREZ, Helena D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: IPHAN. Estudos Museológicos. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p. 65-74 (Cadernos de Ensaio 2). Também sem formatação original - Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/38689114/Documentacao-Museologica-Helena-Dodd-Ferrez>. Acesso em 25 jun 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline de Oliveira. Cultura material e patrimônio científico: discussões atuais. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio (org.). *Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p.3-13, 2009.

GIL, Fernando. Museus universitários: sua especialidade no âmbito da museologia. In: Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio. Seção de Museologia, 2005, pag. 33-52. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Lista%20de%20autores&tp=4&a=Gil&n=Fernando&ida=171>. Acesso em 25 mai. 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Rio de Janeiro, 2007. 256p. -(Museu, memória e cidadania).

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento”. In: ABREU, R.. E CHAGAS, M.(orgs.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A., 2003.

GOUVÊA, Guaracira. A cultura material e a divulgação científica. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio (org.). *Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p.327-344, 2009.

GREGOROVÁ, Anna. In: SOFKA, Vinos (org.). *Museological Working Papers*. ICOM/ICOFOM. Estocolmo, Suécia, No. 1/1980. p. 19-21.

GUARNIERI, W. R. C. *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação*. Cadernos Museológicos, nº 3. Rio de Janeiro: IBPC, 1990.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KESSEL, Zilda. *Memória e memória coletiva*. Disponível em: http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1027; Acesso em: 22 mar. 2013.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é Patrimônio Histórico*. Editora Brasiliense S.A., São Paulo, 1981.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Atributos simbólicos do patrimônio: museologia/"patrimoniologia" e informação em contexto da linguagem de especialidade. In: ENANCIB 2010 - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (11), 2010, Rio de Janeiro. Anais XI ENANCIB 2010, GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação. Rio de Janeiro: ANCIB, PPGCI-IBICT/UFRJ, 2010. n. p. 1 - 15 CD ROM. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/273/311>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Ciência da Informação e Museologia em tempo de conhecimento fronteiriço: aplicação ou interdisciplinaridade? In: ENANCIB 2012 - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (13), 2012, Rio de Janeiro. Anais IX ENANCIB, 2008, GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Rio de Janeiro: ANCIB, PPGCI ECA/USP, 2008. n. p. 1 CD ROM.

LIMA Diana Farjalla Correia. Documentação em Museus e Histórico de Propriedade (Provenance): restituição de obras de arte espoliadas pelos nazistas. In: ENANCIB 2010 - ENCONTRO NACIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (11), 2010, Rio de Janeiro. Anais XI ENANCIB 2010, GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação. Rio de Janeiro: ANCIB, PPGCI-IBICT/UFRJ, 2010. n. p. 1 CD ROM. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/241/306>> Acesso em: 25 jun. 2012.

LIMA, Diana. Farjalla Correia. Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: história de um desenho (inter)ativo. In: ENANCIB 2007- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (8), 2007, Salvador. Anais VIII ENANCIB 2007, GT- Debates sobre Museologia e Patrimônio. Salvador: ANCIB; PPGCI-UFBA, 2007. n. p. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--060.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia, informação, comunicação e terminologia: pesquisa termos e conceitos da Museologia (UNIRIO). In: GRANATO, M., SANTOS, C. P., LOUREIRO, M. L. N.M. (Orgs). *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST. 2009. p. 181-200. (MAST COLLOQUIA, 10). Disponível em: <http://www.mast.br/publicacoes_museologia/Mast%20Colloquia%2010.pdf> Acesso em: 25 jun. 2012.

LIMA, Diana Farjalla Correia. O que se pode designar como Museu Virtual segundo os museus que assim se apresentam. In: ENANCIB 2009 - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (10), 2009, João Pessoa. Anais X ENANCIB 2009, GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação. João Pessoa: ANCIB, PPGCI-UFPB, 2009. p. 2451-2468. 1 CD ROM.

LOPES, Maria Margaret. Museu: uma perspectiva de educação em geologia. Campinas: UNICAMP, 1988. 162 p. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. A documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. p. 23-29. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Documentação em museus / Museu de Astronomia e Ciências Afins – Organização de: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Maria Lucia N. M. Loureiro. – Rio de Janeiro: MAST, 2008. 230 p. (MAST Colloquia; 10).

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus e LOUREIRO, José Mauro Matheus. Documento e musealização: entretecendo conceitos. *MIDAS* [Online], 1 | 2013, posto online no dia 01 Abril 2013. Disponível em: <http://midas.revues.org/78>; DOI: 10.4000/midas.78. Acesso em: 12 set. 2013.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Fragmentos, modelos, imagens: processos de musealização nos domínios da ciência. *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação* - v.8, n.2. 2007.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Notas sobre o papel das coleções museológicas na divulgação da ciência. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio (org.). *Cultura Material e Patrimônio de Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p.351-356, 2009.

LOURENÇO, Marta C. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.2, jan./jun, n.1:47-53, 2009. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/45/25>> Acesso: 02 de jan. 2012.

LOURENÇO, M.C. O MUSEU DE CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA: patrimônio, coleções e pesquisa. Disponível em: <http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/cole%C3%A7%C3%B5es%20lusobrasileiras/16%20O%20MUSEU%20DE%20CI%C3%80NCIA%20DA%20UNIVERSIDADE%20DE%20LISBOA.pdf>. Acesso em 13 jun. 2013.

MANTESSO-NETO, V. Geodiversidade, geoconservação, geoturismo, patrimônio geológico, geoparque: novos conceitos nas geociências do século XXI. Disponível em: http://www.sugeologia.org/documentos/ACTAS%20VI%20CONGRESO%20URUGUAYO/trabajos/123_Mantesso-Neto_Virginio.pdf. Acesso em: 02 set 2013.

MARANDINO, Martha. Museus de Ciências, coleções e educação: relações necessárias. *Revista Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2:01-12, 2009.

MARQUES, R. S; SILVA, R.M.L. O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br>. Acesso em: 16 jun. 2013.

MAROEVIC, Ivo. O Papel da Musealidade na Preservação da Memória. Zagreb, 18 de fevereiro de 1997. (Texto apresentado no Congresso Anual do ICOFOM – Museologia e Memória. Paris, 1997). Trad. – Tereza Scheiner.

MARTINS, U. R. Museus universitários. In: Revista Brasileira de Zoologia. Ver. Bras. Zool. Vol.5 nº 4 Curitiba 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81751988000400013&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jun. 2013.

MONTEIRO, M. L; BERNARDO, L. M; ARAÚJO, J. M. O MUSEU DE CIÊNCIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO: colecções de ciências exactas da Faculdade de Ciências. p. 211-229. Disponível em: <http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/cole%C3%A7%C3%B5es%20luso-brasileiras/13%20O%20MUSEU%20DE%20CI%C3%84NCIA%20DA%20UNIVERSIDADE%20DO%20porto.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2013.

NEUSTUPNÝ, Jiri. Museology as na academic discipline. In: Museological Working Papers nº 1 (MuWoP 1), 1980; p. 28-29. Disponível em: [http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%201%20\(1980\)%20Eng.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%201%20(1980)%20Eng.pdf); Acesso em: 2 abr. 2012.

OURIQUES, Evandro Vieira; CINNERMAN, Ana; LANARI, Roberto (org.). *Manuseio e embalagem de obras de arte*: manual. Rio de Janeiro: Funarte, 1989.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Confluências Interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. Revista Museologia e Interdisciplinaridade, v. 1, n. 1, p. 7-31. 2012. Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/museologia/article/view/6840/5506>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Horizontes da informação em museus. In: GRANATO, M., SANTOS, C. P., LOUREIRO, M. L. N.M. (orgs). Documentação em Museus. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 81-102 (MAST Colloquia, v. 10).

PINTO, Fernanda Nascimento Magalhães. Coleção de paleontologia do Museu de Ciências da Terra / DNPM-RJ: patrimônio da paleontologia brasileira / Fernanda Nascimento Magalhães Pinto, 2009. 130f.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf. Acesso em 12 ago. 2013.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

POSSAS, Helga C. G. "Classificar e Ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural". In *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna*. (Org.) Betânia G. Figueiredo. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. 239p. II. – (Scientia/UFGM; 5v). p. 151-162.

RANGEL, Marcio Ferreira. Museologia e patrimônio: encontros e desencontros. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

RANGEL, Márcio Ferreira. Museologia, a Poesia da Filosofia. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA, FILOSOFIA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. ICOFOM LAM, Coro, Venezuela, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, p. 117, nov/dez 1999.

REAL, Regina Monteiro. O museu ideal. Belo Horizonte: Tipografia da faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, p. 5, 1958.

RICOEUR, Paul. "Entre mémoire et histoire". In *Projet*. Paris: número 248, p.11, 1996.

ROHN, R. Uso estratigráfico do fóssil e tempo geológico. In: *Paleontologia: conceitos e métodos, volume 1/edítor, Ismar de Souza Carvalho*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Interciência, 2010. p. 79-91.

ROSSI, Adriana. Paleontologia / Macrofósseis. Disponível em: <http://www.adrianarossi.com/macrofosseis.php>. Acesso em: 31 dez. 2013.

ROSSI, Adriana. Paleontologia / Paleoecologia. Disponível em: <http://www.adrianarossi.com/paleoecologia.php> <http://www.adrianarossi.com/paleoecologia.php>. Acesso em: 05 abr 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. O pesadelo da amnésia coletiva: um estudo sobre os conceitos de memória, tradição e traços do passado. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 19, Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/370/279>. Acesso em: 28 mai. 2013.

SEMEDO, Alice. Que museus universitários de ciências físicas e tecnológicas. In: *Colecções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*. Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Secção de Museologia, 2005, pag. 265-281. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/geral.aspx?id=3&tit=Lista%20de%20autores&tp=4&a=Semedo&n=Alice&ida=846>. Acesso em 25 mai. 2013.

SCHARER, Martin R. Qu'est-cequ'unmusee. In: *Versuneredéfinition du musée*. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 103-112.

SCHEINER, Tereza C. M. Desvelando o Museu Interior. Extraído de 'Razão e Paixão: a Modernidade no Museu'. In: *Apolo e Dionisio no Templo das Musas. Museu: gênese, ideia e*

representações na cultura ocidental. Tese de mestrado apresentada à UFRJ/Eco. RJ, outubro de 98, p. 84-93).

SCHEINER, Tereza C. M. *Memória e Museu: Expressões do passado, visões do futuro*. Rio de Janeiro, novembro de 1997. Original em francês e inglês, fevereiro de 1997 – apresentado durante a Conferência Anual do ICOFOM – Paris, Grenoble e Annecy, França, jul. 1997.

SCHEINER, Tereza C. M. "Museology". Curso ministrado na International Summer School of Museology (ISSOM). Brno, República Tcheca, julho 1999. Texto não publicado.

SCHEINER, Tereza C. M. *Museu e museologia: definições em processo*. Rio de Janeiro: nov. 2005.

SCHEINER, Tereza C. M. *Repensando o museu integral: do conceito às práticas*. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas (printversion ISSN 1981 – 8122). Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. vol.7 no.1 Belém Jan./Apr. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-81222012000100003>; Acesso em: 15 jun. 2012.

SCHEINER, Tereza. C. M. *Sob o signo do Patrimônio: Museologia e Identidades Regionais*. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. ICOFOM LAM, Salvador, Bahia, Brasil, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM, Dez. 2003. pré-ed. Não paginado.

SILVA, Helenice R. "Rememoração" / comemoração: as utilizações sociais da memória. Universidade Federal do Paraná. In: Revista Brasileira de História (on-line version ISSN 1806 – 9347). Rev. Bras. Hist. Vol. 22 nº 44 São Paulo 2002. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200008>; Acesso em: 08 jul. 2012.

SOARES, B.C.B & CARVALHO, L.M.C. *Alguma visões da Museologia*. Disponível em: <http://www4.unirio.br/museologia/escolademuseologia/algumasvisoes.htm>. Acesso em: 29 jun. 2013.

SOUZA, Aline Rocha de. *Geoconservação e Musealização: a aproximação entre duas visões de mundo, os múltiplos olhares para um patrimônio*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, 172 p. Rio de Janeiro, 2008.

SPIELBAUER, Judith. Oxford, Ohio, USA (1986). In: ICOFOM Study Series 10 (ISS 10); p. 273 – 282. Disponível em: [http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2010%20\(1986\).pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2010%20(1986).pdf); Acesso em: 17 jun. 2012.

SPIELBAUER, Judith. *Some points of view to the papers presented at the ICOFOM Symposium 1980*. In: *Museological Working Papers nº 2 (MuWoP 2)*, 1981; p. 79-80. Disponível em: [http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%202%20\(1981\)%20Eng.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/MuWoP%202%20(1981)%20Eng.pdf); Acesso em: 19 jun. 2012.

SUANO, Marlene. O que é Museu. Col. Primeiros Passos (182), Brasiliense, São Paulo, 1986.

TARDIM, Poliane. O Museu da Geodiversidade/UFRJ e sua reserva técnica: proposições na área de conservação preventiva. Rio de Janeiro: MAST, 2011. 57f. II. Monografia de final de curso (Especialização) – Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de C & T, 2011. Orientador: Profa. Doutora Simone de Sousa Mesquita.

VAN MENSCH, Peter. Towards a methodology of museology.1992.Tese de PHD. Universidade de Zágreb, Zágreb, 1992.

VARINE-BOHAN, Hughes de. Repensando o Conceito de Museu. Texto extraído de palestra proferida durante o Encontro ICOM/UNESCO sobre Museus e Comunidades. Jokmökk, Suécia, junho de 1986. Publicado em inglês no livro Okosmuseumsboka, de J. A Gjestrum e M. Maure. Comitê Nac. do ICOM para a Noruega, 1988: 33-40. Publicação em português autorizada a T. Scheiner pelo autor e pelo editor. Tradução de Tereza Scheiner, em agosto de 1992.

VEITENHEIMER-MENDES, Inga.L., FÁBIAN, Marta. E & SILVA, Maria. C. P. Bens culturais. Museus de História Natural: contexto histórico, científico, educacional, cultural e sua contribuição na construção de políticas públicas para a qualidade de vida. p. 189-209. Disponível em: <http://corem3.com.br/pdf/MuseusHistoriaNatural.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

Outras Referências:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert. – Blumenau: Nova Letra, 2007.368p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES-RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS (ABRACOR). Boletim Eletrônico Número 1 – 2010. 26p. Disponível em: <http://www.abracor.com.br/novosite/boletim/boletim062010.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. Código Penal Brasil. 1940. Disponível em: http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. 1967b. Disponível em: <http://www.soleis.com.br/ebooks/1-Constituicoes3.htm>. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1969. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. *Disponível em:* http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1366/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=26. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1946. *Disponível em:* <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/b110756561cd26fd03256ff500612662/c44c4a59ad7cbc37032569fa007421ec?OpenDocument>. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Decreto Nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. *Disponível em:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm. Acesso em: 01 jan. 2014.

BRASIL. Decreto Nº 72.312, de 31 de maio de 1973. 1973. *Disponível em:* <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=312>. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Decreto Nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990. 1990. *Disponível em:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98830.htm. Acesso em: 17 set. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. 1937. *Disponível em:* http://www.brasiliapatrimoniadahumanidade.df.gov.br/legislacao/FEDERAL/2_DECRETO_25%20_37/Decreto_n_25_30_11_1937.pdf. Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. 1967. *Disponível em:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm. Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 4.146, de 4 de março de 1942. 1942. *Disponível em:* http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_lei_4146_04_03_1942_p_or_orof.pdf. Acesso em: 14 set. 2013.

BRASIL. Lei Estadual Nº 11.738/02, de 13 de dezembro de 2001, sancionada em 13 de janeiro de 2002. *Disponível em:* <http://www.museufo.org.br/Templates/Legisla%E7%E3o%20F%F3sseis.htm>. Acesso em: 22 set. 2013.

BRASIL. Lei Nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. 1984. *Disponível em:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7287.htm. Acesso em: 26 ago. 2013.

BRASIL. Lei Nº 7.347, de 24 de julho de 1985. 1985. *Disponível em:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm. Acesso em: 26 ago. 2013.

BRASIL. Lei Nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991. 1991. *Disponível em:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8176.htm. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. 1998. *Disponível em:* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em 27 ago. 2013.

BRASIL. Portaria do Ministério de Minas e Energia, de 22 de fevereiro de 1995. 1995. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PALEONTOLOGIA (SBP). Disponível em: Acesso em: <http://www.mp.pi.gov.br/internet/phocadownload/artigos/47.htm>. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Portaria Nº 385, de 13 de agosto de 2003. 2003. Disponível em: <http://www.dnrm.gov.br/assets/legislacao/pmme38502.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 1, de 5 de julho de 2006 (DOU de 11/07/2006). 2006. Disponível em: http://www.museus.gov.br/sbm/downloads/portaria_normativa_n_1_de_5_de_julho_de_2006_DOU_de_11_07_%E2%80%A6.pdf. Acesso em: 22 set. 2013.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 245, de 1996. 1996. Disponível em: <http://www.dnrm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67&IDPagina=84&IDLegislacao=234>. Acesso em: 22 set. 2013.

BRASIL. Projeto de Lei Nº 1.859, de 1999. 1999. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/105021.htm>. Acesso em: 14 set. 2013.

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA Nº 10. 1997, p. 47-51. Disponível em: revistas.ulsofona.pt/.../cadernosociomuseologia/... Acesso em: 17 ago. 2013.

CARTA DE INTENCIÓN DE LOS MUSEOS UNIVERSITARIOS DE ARGENTINA. En el marco del I Encuentro Museos Universitarios del Mercosur Santa Fe, 4, 5 y 6 de octubre de 2010. Disponível em: <http://publicus.culture.huberlin.de/umac/pdf/CARTA%20INTENCIO%CC%81N%20%20%20.doc>. Acesso em 30 ago. 2013.

COMISSÃO BRASILEIRA DE SÍTIOS GEOLÓGICOS E PALEOBIOLÓGICOS (SIGEP). Disponível em: <http://sigep.cprm.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2013.

CONQUILIOLOGISTAS DO BRASIL. Disponível em: <http://www.conchasbrasil.org.br/materias/faq/faq3.asp>. Acesso em: 01 nov. 2013.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em 01 set. 2013.

DECLARACIÓN DE SALAMANCA SOBRE EL PATRIMONIO HISTÓRICO-CULTURAL DE LAS UNIVERSIDADES. Disponível em: http://publicus.culture.huberlin.de/umac/pdf/declaracion_patrimonio_2008.pdf. Acesso em: 30 ago. 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2013.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Acervo. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Acervo.html>. Acesso em: 01 jan. 2014.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Coleção. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/Colecao.html>. Acesso em: 01 jan. 2014.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Pleistoceno. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/pleistoceno/>. Acesso em: 05 abr 2014.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). Disponível em: <http://icom.museum>. Acesso em: 16 jan. 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006 (DOU de 11/07/2006). Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.museus.gov.br/sbm/downloads/portaria_normativa_n_1_de_5_de_julho_de_2006_DOU_de_11_07_%E2%80%A6.pdf. Acesso: 01 set. 2013.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E MUSEOGRÁFICA / Secretaria de Estado da Cultura/DEMA – Departamento de Museus e Arquivos. Sistema de Museus do Estado de São Paulo, 1987.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. Normas Gerais de Uso e Gerenciamento das Coleções Científicas do Museu Paraense Emílio Goeldi. P. 1-34. 1999. Disponível em: http://www.museu-goeldi.br/institucional/norma_uso_colecoes.pdf. Acesso em: 15 ago. 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA E MEIO AMBIENTE DA FRANÇA. Prevenção e segurança nos museus/ Direção de Museus. Tradução de Fernanda de Camargo e Almeida-Moro e Lourdes M. Martins do Rego Novaes. Rio de Janeiro: Associação de Membros do ICOM. Comitê Técnico Consultivo de Segurança, 1978.

MUSEU DA GEODIVERSIDADE (MGeo). Disponível em: <http://blog-alb.blogspot.com.br/2012/11/museu-da-geodiversidade-reabre-com.html>; Acesso em: 12 jan. 2013.

MUSEU DA GEODIVERSIDADE (MGeo). Disponível em: <http://museu.igeo.ufrj.br/pt/>. Acesso em: 05 nov. 2013.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST). Política de preservação de acervos institucionais. Rio de Janeiro, 1995. 33p. Trabalho desenvolvido por profissionais de diversas instituições.

MUSEUMS, LIBRARIES AND ARCHIVES COUNCIL. Conservação de Coleções; [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, 220 p. 2005.

MUSEUS E ACERVOS UNIVERSITÁRIOS. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2009/09/02/museu-e-foco-em-mesa-redonda-do-forum-de-arte-e-cultura>. Acesso em: 16 jun. 2013.

Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries. Parâmetros para a conservação de acervos; [tradução Maurício O. Santos e Patrícia Souza]. – [São Paulo]: Editora da Universidade de São Paulo: [Fundação] Vitae, [2004]. 154 pp. – (Museologia. Roteiros Práticos; 5).

Resource: The Council for Museums, Archives and Libraries. Segurança de museus; tradução Maurício O. Santos, Patrícia Ceschi. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Vitae, 2003. 60 p. – (Série Museologia: roteiros práticos; 4).

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/>. Acesso em: 09 nov. 2013.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). Fanerozóico. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1094&sid=129>. Acesso em: 05 abr 2014.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (CPRM). Proterozóico. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1094&sid=129>. Acesso em: 05 abr 2014.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO PARANÁ - MINEROPAR. Rochas Carbonatadas. Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>. Acesso em: 06 abr 2014.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO PARANÁ - MINEROPAR. Unidade Cronoestratigráfica. Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>. Acesso em: 06 abr 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PALEONTOLOGIA (SBP). Legislação Brasileira sobre fósseis. Sociedade Brasileira de Paleontologia. 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sbp/legislacao.htm>. Acesso em 10 jan. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Concurso público para provimento de vagas de cargos Técnicos Administrativos. Edital 85/2010. Disponível em: http://concursos.pr4.ufrj.br/images/stories/_concursos_PR4/concursos_encerrados/edital-85-2010/edital-retificacao/Edital_85_Consolidado.pdf. Acesso em: 21 dez. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Regimento interno do Museu da Geodiversidade. Instituto de Geociências. 9p. 2010.

Sites Diversos:

BIOESTRATIGRAFIA. Disponível em: <http://dc306.4shared.com/doc/2uJkc-0z/preview.html>. Acesso em: 05 abr 2014.

FORAMINÍFEROS. Disponível em: <https://sites.google.com/site/gefufba/foraminiferos>. Acesso em: 06 abr 2014.

PALEOAMBIENTES. Disponível em: <http://espacogeologia.blogspot.com.br/2010/12/paleoambientes.html>. Acesso em: 05 abr 2014.

PALEOBIOGEOGRAFIA. Disponível em: <http://biogeografia-ufsm.blogspot.com.br/2010/06/paleobiogeografia-e-importancia-dos.html>. Acesso em: 05 abr 2014.

PALINOMORFOS. Disponível em: http://www.ufrgs.br/paleodigital/Polens_e_esporos.html. Acesso em: 06 abr 2014.

ANEXO

COLEÇÕES PALEONTOLÓGICAS (LABORATÓRIO DE MACROFÓSSEIS)

MUSEU DA GEODIVERSIDADE / UFRJ



Paleobotânica / MGeo



Paleobotânica / MGeo



Paleobotânica / MGeo



Crustácea / MGeo



Crustácea / MGeo



Cephalopoda / MGeo



Trilobitomorpha / MGeo



Trilobitomorpha / MGeo



Gastropoda / MGeo



Iconofóssil / MGeo



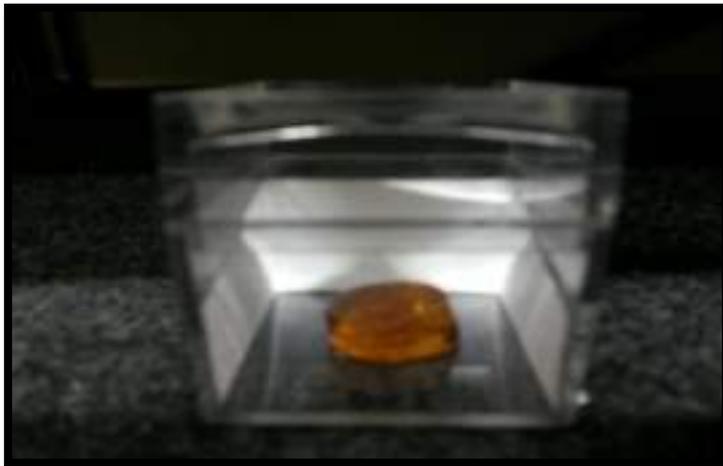
Iconofóssil / MGeo



Iconofóssil Vertebrado / MGeo



Arachnida / MGeo



Âmbar com Arachnida / MGeo



Insecta / MGeo



Conchostráceo / MGeo



Brachiopoda / MGeo



Peixe / MGeo



Peixe / MGeo



Réptil- Dinossauro / MGeo



Réptil / MGeo



Réptil / MGeo



Réptil Dente / MGeo



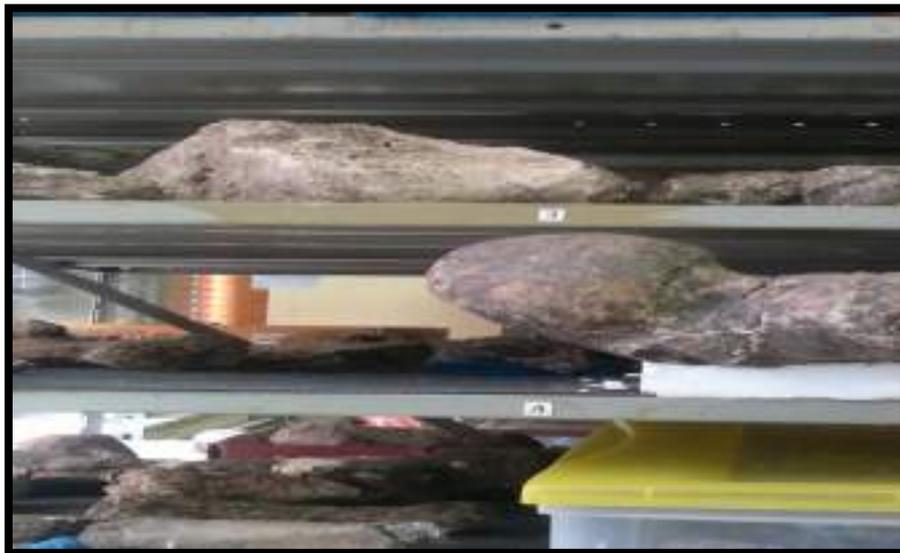
Réptil Dente / MGeo



Ave / MGeo



Mamífero / MGeo



Mamífero / MGeo



Mamífero / MGeo



Mamífero / MGeo



Laboratório de Preparação / MGeo



Preparação - Laboratório de Preparação / MGeo



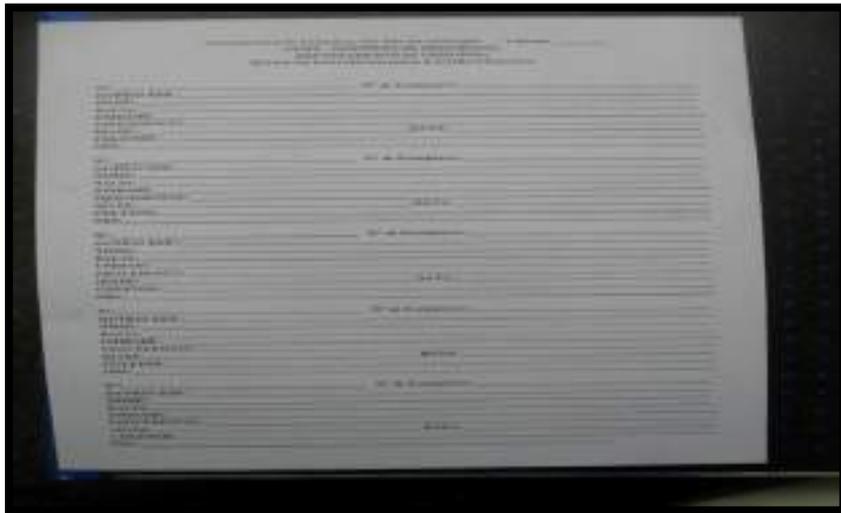
Laboratório de Preparação / MGeo



Material preparado e pronto para ser incorporado às devidas coleções / MGeo



Registro (lastro) / MGeo



Ficha catalográfica (fichário) / MGeo

		UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
		INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGeo	
N°	N° de Exemplares		
NOME	_____		
BACIA	_____		
UNIDADE	_____		
PROCEDÊNCIA	_____		
IDADE	_____	DATA	_____
COLETOR	_____		
OBS	_____		

Ficha de guarda / MGeo



Ficha de guarda e acondicionamento em caixa de papel Kraft / MGeo



Sala de armazenagem / MGeo



Acondicionamento em cama de espuma / MGeo



Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 2012 / Jardim Botânico



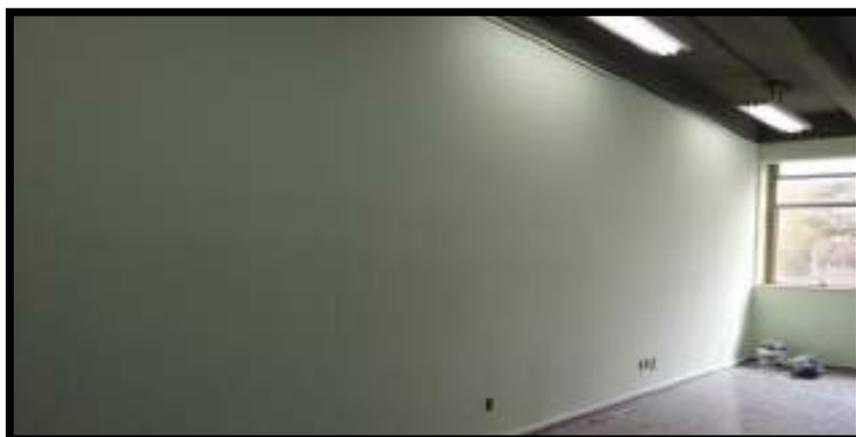
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 2013 / Jardim Botânico



Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 2013 / Jardim Botânico



Obra – preparação para a nova Reserva Técnica / MGeo



Nova Reserva Técnica – aguardando compactadores / MGeo



Nova Reserva Técnica – compactadores – aguardando organização / MGeo